

GABRIELLY MERLO DE SOUZA

Mudanças sociais e trajetórias de Gênero
Etnografia do espaço e tempo na comunidade
Linha da Cruz – MG

BELO HORIZONTE

2012

GABRIELLY MERLO DE SOUZA

Mudanças sociais e trajetórias de Gênero
Etnografia do espaço e tempo na comunidade
Linha da Cruz – MG

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri.

BELO HORIZONTE

2012

GABRIELLY MERLO DE SOUZA

Mudanças sociais e trajetórias de Gênero
Etnografia do espaço e tempo na comunidade Linha da Cruz – MG

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Banca Examinadora:

Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri, Doutora, PPGAN/UFMG (orientadora)

Ana Flávia Moreira Santos, Doutora, FAFICH/UFMG

Emília Pietrafesa de Godoi, Doutora, IFCH/UNICAMP

Suplente:

Aderval Costa Filho, Doutor, FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, 23 de março de 2012.

AGRADECIMENTOS

Primeiro, sou grata à minha família pelo apoio e carinho em todos os momentos da minha vida. No mais, a realização desta pesquisa não seria possível sem a participação e a contribuição de uma série de pessoas. Entre elas, sou especialmente grata a toda equipe do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta) que, além de ter me dado todo o apoio e suporte para que eu pudesse ingressar nesta pesquisa, foi fonte de inspiração ao longo do Mestrado, acolhendo-me como pesquisadora e parceira durante esses dois anos. Agradeço também à minha orientadora Andréa Zhouri pela dedicação e competência em me guiar nesse percurso. Também sou grata aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAN), em especial aos professores Aderval Costa Filho e Ana Beatriz Vianna Mendes. Também sou agradecida ao professor Klemens Laschefski por ter me apresentado ao tema dos conflitos socioambientais em torno dos agrocombustíveis. Agradeço aos pesquisadores do Instituto Postdam e à Universidade de Humboldt/Berlin, bem como ao Thiago Barbosa (GESTA/UFMG), Marina Penido, Max Vasconcelos (GESTA/UFMG) e Maria Angela Ramos pela parceria e companhia em trabalho de campo. Esta pesquisa não seria, ainda, a mesma sem os sábios apontamentos do pesquisador Carlos Dayrell (CAA-MG), que me revelou outro norte de Minas. Da mesma forma, agradeço aos professores da UNIMONTES, Rômulo Soares Barbosa, Cláudia Luz de Oliveira e Claudia Maia pela interlocução em meus primeiros passos. Agradeço à coordenação do PPGAN e à Ana Lúcia Mercês (Secretaria da Pós), assim como aos meus queridos(as) colegas do mestrado pela união, amizade e cafés após as aulas. Agradeço às queridas amigas Maria Fernanda Brant pela leitura cuidadosa do meu texto e pelas sugestões oferecidas e Mariana Vargas pela tradução. Aos amigos/as de trajetórias, Francisco Augusto, Lorena França, Priscila Dionísio, Maira Moreira, Paulo Gois, Maria Ines Sperandio. Grata à prof.^a Dr.^a Celeste Ciccarone (UFES) que me trouxe à Antropologia. Agradeço ao Quilombo de Lapinha, à Comunidade de Pau-Preto e aos moradores da Linha da Cruz, em especial à Aninha, por terem me acolhido em suas casas durante o trabalho de campo, pelo que sou muito grata. Por fim, agradeço às professoras Ana Flávia Moreira Santos (UFMG) e Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) por aceitarem o convite de avaliação deste trabalho e à CAPES pela concessão de bolsa de pesquisa.

“Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica” (HARAWAY, 1995)

"É claro que a capacidade de reduzir propriedades sociais a valores de mercado é exatamente o que permite ao capitalismo dominar a ordem cultural" (LEVI-STRAUSS, 1952)

RESUMO

Esta dissertação tem como tema geral o estudo das mudanças sociais e das relações de gênero em uma comunidade localizada no norte de Minas Gerais, município de Matias Cardoso, conhecida como “Linha da Cruz”. Para tanto, apresentei uma etnografia do lugar atenta aos processos de transformação do território que remonta ao início do século XX até o processo de regulamentação fundiária comandada pela Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário – RURALMINAS –, criada nos anos 1960 pelo governo de Minas para promover colonização e desenvolvimento rural na região. Desvelado o processo de territorialização (OLIVEIRA, 2004) que culminou na concentração de vários grupos rurais nas regiões do Sertão mineiro, em área de Caatinga, procurei mostrar as várias temporalidades e formas de viver imbricadas hoje na Linha da Cruz. Tendo em vista esta trajetória histórica e seu entrelaçamento com os novos tempos marcados pela implementação do Programa Nacional de Produção de Biodiesel – PNPB –, criado pelo governo federal em parceria com a Petrobrás Biocombustíveis – PBIO –, procurei mostrar como hoje vivem aqueles moradores e o que a entrada de uma nova economia significou para seu modo de vida. Para tanto, me detive em realizar uma etnografia atenta à perspectiva das mulheres e às representações de gênero no espaço.

Palavras-chave: Norte de Minas Gerais, Matias Cardoso, Territorialidade, Mudança Social, Gênero, Biodiesel, PNPB.

ABSTRACT

This thesis has as its overall theme the study of social changes and of the gender relations in a community located in northern Minas Gerais, county of Matias Cardoso, known as "Linha da Cruz". To this end, I presented an ethnography of the place attentive to the processes of transformation of the territory that goes back to the early XXth century until the process of land regularization, controlled by the Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário - RURALMINAS -, created in the 1960s by the government of Minas Gerais to promote colonization and rural development in that region. Unveiled the process of territorialization (OLIVEIRA, 2004) that culminated in the concentration of various groups in rural areas of the Sertão Mineiro in a Caatinga area, I tried to show the various temporalities and overlapping ways of living today in Linha da Cruz. Given this historical trajectory and its relationship with the new times marked by the implementation of the Programa Nacional de Produção de Biodiesel - PNPB -, created by the federal government in partnership with Petrobras Biocombustíveis - PBIO -, I tried to show how those residents live today and what the entry of a new economy means for their livelihood. For that, I focused to conduct an ethnography attentive to the prospect of women and gender representations in space.

Keywords: North of Minas Gerais, Matias Cardoso, Territoriality, Social Change, Gender, Biofuel, PNPB.

LISTA DE MAPA

Mapa 1 – Norte de Minas Gerais – PENIDO, Marina.	22
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação gráfica do modo de agricultura em “terra baixa” e “terra alta”. MERLO, Gabrielly	108
Figura 2 – Mapa mental feito por um agricultor familiar da Linha da Cruz	142
Figura 3 – Mapa mental feito por um agricultor familiar da Linha da Cruz	144

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Comunidade Linha da Cruz. MERLO, Gabrielly	25
Foto 2 – Feirade Matias Cardoso. MERLO, Gabrielly	28
Foto 3 – Projeto Jaíba. MERLO, Gabrielly	42
Foto 4 – Processo de construção do projeto de irrigação Jaíba. MERLO, G.	42
Foto 5 – Dona Rosa e Dona Maria. Linha da Cruz. MERLO, Gabrielly	50
Foto 6 – Fogão a Lenha. MERLO, Gabrielly	92
Foto 7 – Fogão a Lenha. MERLO, Gabrielly	92
Foto 8 – Depósito de água. MERLO, Gabrielly	99
Foto 9 – “Limpendo água”. MERLO, Gabrielly	99
Foto 10 – Consorciamento de Culturas. MERLO, Gabrielly	114
Foto 11 – Levando o gado para pastar. MERLO, Gabrielly	120
Foto 12 – Seu Mariano, gado. MERLO, Gabrielly	120
Foto 13 – Maria e Renildo, cuidando das galinhas. MERLO, Gabrielly	121
Foto 14 – Chiqueiro dos porcos. MERLO, Gabrielly	122
Foto 15 – Dona Domingas, pano. MERLO, Gabrielly	126
Foto 16 – Casa da Aninha – frente. MERLO, Gabrielly	133
Foto 17 – Cozinha Dona Edith. MERLO, Gabrielly	134
Foto 18 – Mariano, roça de mamona. MERLO, Gabrielly	148
Foto 19 – João Damascena, colhendo mamona. MERLO, Gabrielly	149
Foto 20 – Mulheres trocando mudas. MERLO, Gabrielly	156
Foto 21 – Quintal Dona Maria. MERLO, Gabrielly	157
Foto 22 – Horta da Aninha. MERLO, Gabrielly	158
Foto 23 – Compostas de pimenta. MERLO, Gabrielly	159
Foto 24 – Roça de pimenta. MERLO, Gabrielly	159
Foto 25 – Preparo das verduras para venda. MERLO, Gabrielly	167

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Lavoura de mamona no município de Matias Cardoso	141
---	-----

LISTA DE ABREVIATURA DE SIGLAS

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

RURALMINAS – Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MME – Ministério de Minas e Energia

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNPB – Programa Nacional de Produção de Biodiesel

ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

PBIO – Petrobrás Biocombustíveis

ASTEC – Assistência Técnica

CAA/NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 O Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB)	11
1.2 Trajetórias de Pesquisa	14
1.3 As Viagens a Campo	16
2 DO “SERTÃO ANTIGO” A LINHA DA CRUZ	31
2.1 Histórias de <i>Chegantes</i> , a Ocupação do Norte de MG	31
2.2 Comunidades Tradicionais e Processos de Territorialização	34
2.3 Conflitos Territoriais no Norte de MG	43
2.4 Os Tempos da “terra de Deus”, o <i>Sertão Antigo</i>	48
2.5 O Modo Livre de Ocupação no Sertão Antigo	56
2.6 Novo Ordenamento Territorial do Sertão, a Chegada da Ruralminas	61
3 APONTAMENTOS TEÓRICOS: GÊNERO, ESPAÇO E SISTEMA DE PRODUÇÃO	68
3.1 Sistemas Produtivos Tradicionais	68
3.2 Gênero, <i>Trabalho</i> e Espaço	78
3.2.1 Gênero e Mudança Social	83
3.2.2 O Lugar e os Significados de Gênero	87
4 “QUANDO NÃO CHOVIA, GUARDAVA”	94
4.1 O Sistema do Lugar	94
4.1.1 Armazenagem/Despesa	98
4.2 O Roçado nos <i>Tempos da Experiência</i>	105
4.2.1 Domínios Cosmológicos no Sertão	109
4.2.2 Entre a <i>Técnica</i> e a Experiência	112
4.3 Criação de Animais	117
4.4 Renda / mercado.	125
5 MULHERES EM MOVIMENTO E O CONTEXTO DO BIODIESEL	130
5.1. Os Tempos Atuais	132
5.2. “ <i>Aqui ele já pegou o barco andando...</i> ”	139
5.2.1. Da Complementaridade à Dependência	147
5.3. O Outro Olhar que se Segue: Cotidiano das Mulheres em Contexto do PNPB	152
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	179

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação visa apresentar a etnografia realizada na Comunidade Linha da Cruz – localizada no município de Matias Cardoso, no norte de Minas Gerais –, onde está sendo implementado o Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB), o qual tem como objetivo incentivar a produção de oleaginosas a partir da agricultura familiar para produção de “combustível sustentável”. O PNPB é uma política pública criada em 2004, no âmbito do governo federal em parceria com a Petrobrás Biocombustíveis, para promover “sustentabilidade social”, “desenvolvimento regional” e “geração de renda” às famílias do campo. Consoante ao programa, esta pesquisa surge com o objetivo de analisar sua atuação no âmbito da agricultura familiar¹, tendo em vista compreender seus efeitos na organização social do grupo, nos modos de produção local e nas relações de gênero.

Interessada em compreender os efeitos dessa política na área rural, realizei duas viagens a campo ao norte de Minas – as quais trato logo à frente com mais detalhes –, sendo a primeira uma viagem exploratória por municípios e comunidades rurais do Norte de Minas, e a segunda uma “viagem etnográfica”, quando passei um tempo maior na comunidade Linha da Cruz, que se tornou o foco da minha pesquisa.

Apesar de esta pesquisa, inicialmente, ter se dado em função da atuação do PNPB na agricultura familiar, ao longo do trabalho de campo, da escrita etnográfica e da análise do Programa, assim como de sua atuação no âmbito das comunidades rurais, ele tornou-se menos central na pesquisa, para ser priorizada uma abordagem mais atenta ao lugar, foco desta dissertação. Nesse sentido, o PNPB é, no ponto de vista desta pesquisa, mais um deflagrador de mudanças sociais na comunidade Linha da Cruz, do que objeto central deste estudo.

Procurei elaborar uma análise atenta às “temporalidades do lugar”, ou seja, como forma de compreender o modo como o grupo se funda e se constitui, busquei fazer uma análise do lugar sob uma perspectiva de suas mudanças ao longo do tempo. Este procedimento de pesquisa está de acordo com o método de análise situacional que “consiste em tomar uma série de incidentes específicos ligados às mesmas pessoas ou grupos no decorrer de um período e demonstrar como esses incidentes, esses casos, se relacionam com o

¹ O PNPB utiliza a categoria “agricultura familiar” para definir o grupo social atendido pelo Programa. No entanto, ao longo desta dissertação, não utilizo esta designação por se tratar da forma posta pelo Programa e não pelos agricultores. Assim, procurei utilizar outros termos – como “agricultores”, “produtores rurais” ou “catingueiros” – para me referir ao grupo aqui examinado, tendo em vista a forma como eles mesmos se auto-referem. A categoria “agricultor familiar” utilizado pelo PNPB está de acordo com a forma como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a enquadra.

desenvolvimento e a mudança das relações sociais entre essas pessoas, agindo no quadro de sua cultura e do seu sistema social” (GLUCKMAN, 1987, p.68). Assim, analisar o contexto no qual a comunidade Linha da Cruz hoje está inserida exige que os processos político-territoriais que marcam a história de centenas de povos e comunidades tradicionais no Brasil sejam levados em conta.

Por fim, para o estudo da história do lugar e a análise da política do biodiesel, procurei uma abordagem que estivesse atenta aos impactos da economia de oleaginosas nos modos tradicionais de produção do grupo, os quais, todavia, subentendem uma lógica de organização do espaço e do trabalho que são orientados, sobretudo, por representações de gênero – as quais se tornaram um eixo de orientação da pesquisa.

1.1 O Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB)

A instabilidade política nas regiões produtoras de petróleo e as conseqüências das *mudanças climáticas* no plano das políticas ambientais e sociais do século XXI têm levado muitos países a adoção de uma série de medidas a nível internacional para efetivação do desenvolvimento econômico sustentável, ainda que pautado na perspectiva da modernização ecológica (ZHOURI *et all*, 2010). As políticas de uso e de venda de agrocombustíveis surgem como uma via sustentável que visa atender um de seus principais ramos da economia – a indústria automobilística. A substituição do combustível fóssil por de biomassa tem sido, portanto, tratada como uma medida que visa “contribuir para reduzir o efeito estufa e, indiretamente, suas conseqüências quanto às vítimas mais vulneráveis, constituindo então uma estratégia para alcançar a justiça climática” (LASCHEFSKI, 2010, p.268).

Com o paradigma desenvolvimentista de “adequação ambiental” (ZHOURI, 2005) que, “ao apostar na ‘modernização ecológica’, motiva ações políticas que atribuem ao mercado ‘a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental’ (ACSELRAD, 2004^a, p.23” (ZHOURI *et all*, 2005, p.17), cada vez mais foram sendo atribuídos aos mercados a capacidade institucional, baseada em alternativas técnicas, de *gerir* o desenvolvimento sustentável. Laschefski (2010) mostra que os agrocombustíveis representam para os setores do agronegócio um lucrativo campo de atuação dentro desse paradigma, passando, portanto, a influenciar no debate internacional sobre mudanças climáticas. Porto-Gonçalves (2008) considera o advento dos agrocombustíveis nos mercados rurais como representativo de um novo ciclo de desenvolvimento que, todavia, sugere também o estabelecimento de uma nova crise no setor agrário. Suas palavras expressam muito bem o que o novo paradigma ambiental

– que consagra os mercados dos agrocombustíveis – tem engendrado no âmbito das políticas ambientais.

O que está sendo engendrado agora é uma profunda transformação nas relações sociais e de poder de implicações ecológicas planetárias sem igual, na exata medida em que é a agricultura que se coloca a serviço da produção de combustíveis! Não é mais o petróleo a serviço da produção de alimentos, mas, ao contrário, é a agricultura a serviço da produção de combustível! (PORTO-GONÇALVEZ, 1998, p. 350)

Assim, se os agrocombustíveis, em um primeiro momento, surgiram como “solução para inúmeros conflitos ambientais causados pelo petróleo e pela perda de combustíveis fósseis” (LASCHEFSKI, 2010, p.268), hoje, com a introdução de uma estrutura institucional baseada primordialmente em instrumentos de mercado e seus interesses na regulação de sua produção, observa-se uma inversão e uma contradição da lógica inicial. Os setores energéticos e do agronegócio passaram a ter forte influência nas decisões políticas em torno desta produção, fazendo com que a agricultura e a agroeconomia fosse reconfigurada em várias regiões do mundo (ROBERTSON *et all*, 2008 *apud* LASCHEFSKI, 2010, p.269). A entrada desses setores empresariais no mercado dos combustíveis sustentáveis tem, sobretudo, ameaçado os modos de vida de pequenos produtores rurais, populações tradicionais e sociedades indígenas.

Desde os anos 1970, com a experiência do Proálcool, o Brasil tem se destacado em questões de diplomacia energética e, por isso, nos últimos anos, tem pleiteado financiamentos internacionais como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), no âmbito do Protocolo de Kyoto (LASCHEFSKI, 2010; PENIDO, 2011). Assim, dentro dessas iniciativas, o Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB), lançado em 2004, surge para constituir uma política específica que procura conciliar desenvolvimento e inclusão social no campo, através do fortalecimento da chamada “agricultura familiar” – o Programa subsidiaria para esses agricultores benefícios como serviços de Assistência Técnica (ASTECA), fornecimento de sacarias, transporte dos produtos, sementes de mamona e garantia de compra dentro do valor de mercado.

O PNPB, enquanto um Programa que visa inclusão social e desenvolvimento regional, tem atuado nas regiões do Brasil consideradas mais pobres, sendo o Norte de Minas, por localizar-se numa região semi-árida, uma das regiões prioritárias para a implementação das usinas de biodiesel e atuação do programa (PENIDO, 2011). Com base nesse quadro, em 2009, a empresa Petrobrás construiu uma de suas usinas de “biodiesel” no município de

Montes Claros/MG, com o nome Darcy Ribeiro, em homenagem ao antropólogo. Esta usina é capaz de produzir 108 milhões de litros cúbicos de biodiesel por ano² (PENIDO, 2011).

A mamona produzida pela agricultura familiar tem sido o produto de destaque no PNPB em detrimento à outras oleaginosas, como girassol ou amendoim, por exemplo. Tendo em vista se tratar de uma planta bem adaptada aos climas de semi-árido – como no Nordeste brasileiro e no Norte de Minas –, a mamona tem sido projetada como a principal alternativa para essas regiões em função de sua importância sócio-econômica (WILKINSON, 2009). Para tanto, na comunidade foco desta pesquisa, a mamona é conhecida por todos seus moradores como planta nativa da região, tendo sido parte da vida econômica de muitos agricultores há quase um século. No entanto, nos últimos anos, em função do biodiesel, sua inserção no mercado local como matéria prima industrial tem sido determinante na transformação da vida social do grupo: na comunidade Linha da Cruz, diferentemente de outras comunidades do norte de Minas em que o PNPB não tem tido tanto sucesso, a produção de mamona tem aumentado progressivamente entre os anos de 2008-2010. Esta situação tem, a partir disso, provocado uma subversão dos modos de uso da terra, uma vez que da produção de alimentos, a produção local tem se voltado à produção de oleaginosas.

Dentro do contexto internacional de regulação da produção e comercialização do “biodiesel”, o PNPB surge no Brasil como sendo mais um instrumento regulatório utilizado pelo governo para promover a inclusão da agricultura familiar na cadeia de produção do combustível, mas, sobretudo, como forma de lançar medidas compensatórias que buscassem acoplar crescimento econômico e sustentabilidade social. Desta forma, um dos instrumentos regulatórios que o PNPB utiliza é o “*Selo Combustível Social*”. Concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), esse selo garante isenções fiscais e a participação nos Leilões de Biodiesel da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Segundo informações adquiridas no site do MDA, o selo será concedido aos produtores de biodiesel que comprem matéria-prima da agricultura familiar em percentual mínimo de 30% para a região Nordeste, Sudeste e Sul e 15% para Norte e Centro-Oeste. As exigências para obtenção do selo é que sejam feitos contratos negociados com os agricultores familiares que contemplem: prazo contratual, valor de compra e critérios de reajuste do preço contratado, condições de entrega da matéria-prima, salvaguardas de cada parte, identificação e

² Além da Usina Darcy Ribeiro em Montes Claros/Norte de Minas, a Petrobras possui mais 3 usinas já instaladas: Candeias (BA), Quixadá (CE) e Marialva (PR) (PENIDO, 2011).

concordância de uma representação dos agricultores que participaram das negociações, assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares.

Entretanto, apesar dos incentivos do governo para produção de “biodiesel” a partir de produtos advindos da agricultura familiar, até o presente estudo, de acordo com dados do Ministério de Minas e Energia (MME), a mamona – assim como as demais oleaginosas advindas do pequeno produtor – não tem abastecido suficientemente a demanda nacional e internacional do mercado de biodiesel (WILKINSON, 2009; LASCHEFSKI, 2010; PENIDO, 2011; RAMOS, 2011), frente ao óleo de soja que representa cerca de 70% das matérias-primas utilizadas, seguido do sebo de boi.

Embora a produção de mamona derivada do pequeno produtor seja irrisória quando comparada à produção em grande escala das monoculturas de soja, por exemplo, em menos de seis anos de existência, o PNPB investiu dezenas de bilhões de reais para levantar, a partir do zero, “um parque industrial hoje composto por 62 usinas em quinze Estados brasileiros, capazes de produzir 14,4 mil metros cúbicos do combustível por dia³”. Apesar do aparente paradoxo, a razão para que as empresas de “biodiesel” continuem investindo na agricultura familiar se deve ao fato de que a obtenção do selo contribui para que o produtor de biodiesel tenha melhores condições de financiamentos junto aos agentes financeiros, além de os empresários também poderem usar o selo para fins de promoção comercial de sua empresa. É em função dessas vantagens que o selo “combustível social” garante, de acordo com o MDA, que há hoje no Brasil o total de 36 empresas que se utilizam do “selo social” concedido pelo MDA para movimentação da economia dos agrocombustíveis em âmbito internacional.

Apresentei um breve esboço das políticas em torno dos agrocombustíveis como forma de introduzir ao leitor um pouco o contexto econômico internacional em que as políticas dos biocombustíveis se inserem. A seguir, descrevo o processo de construção do meu projeto que culminou na elaboração desta dissertação.

1.2 Trajetória de Pesquisa

Antes de ingressar ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAN/UFMG), em 2010, estava envolvida em uma pesquisa vinculada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, coordenada pela prof.^a Dr.^a Celeste Ciccarone, com apoio da FACITEC. A pesquisa tratava da investigação de um caso

³ Fonte: www.reporterbrasil.org.br. Acessado em janeiro, 2012.

envolvendo uma comunidade localizada no município de Vitória/ES atingida por um projeto de ampliação do Parque Estadual da Fonte Grande⁴. Com objetivo de dar continuidade à essa pesquisa, elaborei um projeto em torno deste caso o qual pretendia desenvolver no mestrado.

Após o primeiro ano de ingresso no PPGAN-UFMG, senti necessidade de mudar o tema de pesquisa, em função das dificuldades que encontrei em realizar a pesquisa em Vitória/ES, uma vez alojada em Belo Horizonte/MG. Assim, meu encontro com o tema dos agrocombustíveis se deu através do projeto “A Política dos Biocombustíveis e os Conflitos Ambientais”, iniciado a partir de 2011 pelo do Grupo de Temáticas Ambientais⁵ (GESTA-UFMG), coordenada pela prof.^a Dr.^a Andréa Zhouri e pelo prof.^o Dr.^o Klemens Laschefski, com apoio da FAPEMIG. O projeto tem como proposta analisar a atuação e os possíveis impactos socioambientais das políticas em torno dos agrocombustíveis no estado de Minas Gerais, Oeste Paulista, São Paulo e regiões Sul e Sudoeste de Goiás, áreas foco de atuação do PNPB e de produção de etanol, face à diversidade de práticas e lógicas de apropriação territorial que, muitas vezes, encontram-se em tensão.

Esse projeto também se vincula à Universidade Humboldt de Berlim (Instituto para a Etnologia Européia) e ao Instituto Potsdam para Pesquisas sobre Impactos Climáticos/Alemanha (PIK Potsdam. Institut für Klimafolgenforschung) que, através do projeto “Biofuel as Social Fuel”, trabalha desde 2010 no mapeamento e análise da produção de biodiesel no Brasil em parceria com o GESTA – UFMG. “A pesquisa, com duração prevista para 4 anos, analisa, sobretudo, as conseqüências sociais da produção dos biocombustíveis a partir de estudos comparativos nas regiões de cultivos bioenergéticos no estado Brandenburg/Alemanha e nos estados São Paulo e Minas Gerais/Brasil. Tais estudos possibilitarão a elaboração de modelos sobre a cadeia produtiva dos agrocombustíveis, na busca de melhores níveis de sustentabilidade social”. (PENIDO, 2011).

Antes de realizar o trabalho de campo e conhecer mais o universo de pesquisa, me instigava a idéia de analisar a forma como determinados processos econômicos globais, como os que o Programa do biodiesel sugere, incidem sobre as realidades locais, tendo em vista a existência de que *um lugar* subentende um modo de vida particular, sistemas e representações sociais mobilizados pelo grupo ao longo do tempo e no espaço. Assim, minha inserção no

⁴ O Parque Estadual da Fonte Grande (PEFG) foi criado em 1986 e nele está alocada cerca de quarenta famílias que se distribuem ao longo de todo o parque e há várias décadas ocupam tradicionalmente a localidade (CICCARONE, 2010).

⁵ Núcleo vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, que desde 2001 trabalha em pesquisas de caráter socioambiental, com ênfase nos conflitos inerentes às diferentes racionalidades, lógicas e processos de apropriação do território na nossa sociedade (ZHOURI *et al.*, 2005).

projeto desenvolvido pelo GESTA se deu através do meu interesse em cruzar questões relativas às relações de gênero ao tema dos impactos socioambientais da política dos agrocombustíveis.

1.3 As viagens a campo

Passado a fase teórico-intelectual de construção do meu “objeto de pesquisa”, dei início ao “período prático” que, como descreve Roberto da Matta (1978), é o momento de “planejar a quantidade de arroz e remédios que deverei levar para o campo comigo” (p.24), assim como questões sobre “onde vou dormir, comer, viver”. No entanto, por alguma espécie de sorte, minha primeira viagem a campo se deu de forma que admito ter sido um tanto confortável para mim, uma vez que tive oportunidade de viajar com uma equipe de pesquisa que, antes de saberem que eu estaria com eles na viagem, já havia resolvido uma grande parte dos “problemas” práticos de uma viagem de pesquisa, entre os quais envolvia a construção de um roteiro de viagem, reservas de hotéis, contatos de pesquisa e o aluguel de um carro. Então, reconhecendo o excelente trabalho do meu novo grupo de pesquisa, a partir do momento que passei a fazer parte da equipe procurei, de alguma forma, contribuir e ajudá-los no que fosse necessário. Nesse sentido, conversando com o grupo, combinamos que eu poderia ajudá-los na coleta de entrevistas, assim como com o português, já que alguns dos pesquisadores que iam conosco, por serem alemães, tinham dificuldade com a nossa língua.

O roteiro da viagem havia sido todo elaborado seguindo estritamente o circuito de atuação do PNPB junto às comunidades rurais daquela região. A razão para que nossa viagem estivesse atrelada, a princípio, ao “ponto de vista” da Petrobrás Biocombustíveis se explica pelo fato de que buscamos, todavia, compreender sua atuação na região e identificar os diferentes sujeitos e vozes envolvidas na cadeia de produção dos agrocombustíveis.

Passado os 20 dias de viagem, quando já havíamos retornado ao município de Belo Horizonte, deveria, então, reunir minhas impressões e informações adquiridas desse primeiro trabalho de campo e, a partir disso, elaborar um projeto de pesquisa com os devidos recortes e preocupações concernentes ao campo da Antropologia Social. Dessa vez, era o momento de pensar a pesquisa a partir das *pessoas reais*, da realidade concreta com que me deparei durante a viagem. Com as lembranças das gentes de *carne e osso*, como aponta Da Matta (1978), deveria, então, situar a pesquisa dentro do meu universo conceitual, fazendo a difícil ponte existencial entre a “realidade e o livro”.

Decidida, então, a pesquisar o tema dos agrocombustíveis a partir das populações rurais da meso região Norte mineira, escrevi o projeto de pesquisa inserindo, ainda muito experimentalmente, as minhas primeiras anotações de campo e a série de questões que, até aquele momento, estavam totalmente abertas. Para construção do meu projeto, entre as várias comunidades visitadas na primeira viagem, foi definida aquela na qual concentraria minha análise, questão que trato mais a frente.

Finalmente, com o projeto escrito e aprovado pela minha orientadora, tive um período de quatro meses para retomar a fase “teórico-intelectual”. Nesse tempo, fiz um levantamento da literatura sobre o assunto e iniciei uma pesquisa bibliográfica acerca da história do Norte de Minas, sobre campesinato e o universo rural, assim como leituras de etnografias realizadas na região. Dessa vez, já um pouco mais familiarizada com o tema, estava, de certo modo, pronta para seguir, novamente, em minha segunda ida a campo – dessa vez para uma viagem consideravelmente diferente da primeira.

Tendo em vista a importância de situar os(as) leitores(as) acerca de como me deparei com o tema de pesquisa, assim como do processo de construção do projeto, descrevo, nos próximos itens, as duas importantes etapas que constituem esta pesquisa – a primeira e a segunda viagem de campo – como forma de expor um pouco as condições de sua realização e o contexto em que ela foi feita.

Não menos importante, procurei, também, compartilhar um pouco minha experiência subjetiva diante de todo o processo que subentende “encontrar o outro”, tendo em vista que esse processo, chamado pelos antropólogos de “encontro etnográfico”, é, antes de tudo, um autoencontro que segue se construindo em etapas e em frações, não sendo, portanto, acabado em si. Gostaria que fosse entendido que a pesquisa enquanto construção exige, sem dúvida, que fossem feitas outras idas a campo, algo que não foi possível devido ao pouco tempo que me restava para escrita e entrega da dissertação.

Entretanto, ainda que com poucas idas a campo, a pesquisa etnográfica foi para mim uma experiência quase visceral, no sentido de que me possibilitou superações de medos, uma maior imersão no meu “problema de pesquisa”, além de ter trazido reflexões ainda inertes em mim. Por fim, sem pretender prolongar muito nos aspectos “subjetivos” em torno da pesquisa, faço a seguir um breve relato sobre o trabalho de campo.

A primeira viagem a campo

A primeira viagem a campo foi realizada em novembro de 2010. Formavam a equipe de viagem: Thiago Barbosa (UFMG); Maria Ângela Ramos (UFMG); Esther Laabs (Universidade Humboldt de Berlim); Wibke Avenhaus (Instituto Potsdam para Pesquisas sobre Impactos Climáticos/Alemanha); Daniel Backhouse (Universidade Humboldt de Berlim) e Felix Kaup (Instituto Potsdam para Pesquisas sobre Impactos Climáticos/Alemanha). Percorremos os municípios de Montes Claros, Matias Cardoso, Rio Pardo de Minas, Taiobeiras e Montezuma – locais em que, até o momento da pesquisa, o PNPB atuava através da articulação com cooperativas, associações e órgãos públicos para inserção do Programa nas comunidades rurais.

Uma parte dos agricultores que contatamos durante a viagem havia participado, em maio de 2010, da oficina “Biocombustíveis e Justiça Ambiental⁶” realizada em Montes Claros, proposta pelo projeto *Biofuel as Social Fuel*, financiado pelo Ministério de Educação e Pesquisa da Alemanha. Mas, a maior parte dos nossos contatos foi feita pela via institucional, através dos técnicos responsáveis pela prestação de Assistência Técnica (Astec) aos agricultores.

Além das visitas às comunidades rurais, estivemos em reuniões com a diretoria geral da Petrobrás Biodiesel S.A., técnicos da Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda, localizados no município de Montes Claros – MG. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com técnicos das COOPERSAM (Rio Pardo de Minas – MG), com órgãos do Governo, EMATER (Matias Cardoso – MG) e com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (Montezuma– MG). Foram feitas uma série de entrevistas que visavam angariar dados e informações sobre a atuação do Programa nas diferentes realidades locais, assim como identificar os atores envolvidos. Todas as entrevistas realizadas foram feitas com a permissão dos entrevistados, sendo, preferencialmente, gravadas de acordo com os procedimentos metodológicos descritos por Queiroz (1991).

Tendo em vista que já tinha como objetivo de pesquisa cruzar o tema dos agrocombustíveis com a temática das representações de gênero, durante as visitas às famílias de agricultores procurei sempre que possível realizar entrevistas com as mulheres, ainda que

⁶ PENIDO (2011) explica que “a noção de ‘justiça ambiental’ empregada no nome da oficina alude ao questionamento das assimetrias recorrentes na distribuição dos danos ambientais que, não raro, recaem sobre as camadas economicamente mais vulneráveis da sociedade. A idéia de ‘injustiça ambiental’ expõe que a desigualdade ambiental apresenta-se intimamente associada à questão da desigualdade social, estruturando uma forte relação entre degradação ambiental e injustiça social. Sobre a noção de ‘justiça ambiental’” (nota 22, p.33) Ver: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

muitas vezes fosse um pouco mais difícil conseguir um espaço em que estivessem sozinhas ou disponíveis – pois, muitas vezes, estavam ocupadas cuidando dos filhos, varrendo o quintal ou cuidando da casa. Entretanto, ao tentar uma aproximação com as mulheres, pude conhecer outros aspectos do cotidiano da Linha da Cruz, como, por exemplo, a importância dos quintais e hortas como fontes de alimento e renda das famílias. Além disso, observei a existência de uma rede social de mulheres que há poucos anos havia se institucionalizado com a formação da “Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Comunidade Linha da Cruz”.

Ao procurar por mais informações sobre a “Associação das Mulheres”, fui logo conduzida à casa de uma das moradoras da Linha, conhecida como Aninha. Trata-se de uma das mulheres de referência para a rede de mulheres. Aninha, que no período em que realizei a pesquisa ocupava o cargo de presidenta, era conhecida por seu engajamento na vida política da comunidade e foi quem teve a idéia de organizar uma associação só das mulheres.

Como estava imersa nas questões em torno da Associação e do cotidiano das mulheres, me separei por um tempo do grupo de pesquisa e segui até a casa de Aninha. Foi então que, a partir da conversa que tivemos durante uma manhã, considerei que a Comunidade Linha da Cruz seria estratégica para realização desta pesquisa. Assim, em linhas gerais, a escolha da Comunidade Linha da Cruz como lugar onde realizaria minha pesquisa se justifica tanto pelo fato dela ser apontada pela PBio como a maior produtora de mamona do norte de Minas, quanto pela existência de um engajamento político das mulheres na vida da comunidade.

A necessidade de observar as experiências femininas se deve, em parte, à idéia de que as mulheres poderiam estar engajadas em outras atividades “paralelas” à “economia de mamona”, ou, se não fosse esse o caso, estariam, então, subsumidas àquela atividade econômica que se tornou central na comunidade. Nesse caso, mais do que discutir estritamente as relações de gênero no meio rural, meu interesse é pensar a economia do lugar sob a perspectiva das relações de gênero, enquanto operadores dos sistemas sociais (PISCITELLI, 2001).

Além do contato com os técnicos da PBio, com as mulheres da comunidade e demais agricultores da Linha da Cruz, nessa primeira viagem a campo, também tivemos oportunidade de participar de uma reunião extraordinária realizada com os agricultores contratados pela Petrobrás, em Matias Cardoso. A reunião havia sido convocada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, a Gerência de Suprimentos da PBio e os técnicos da EMATER/Matias Cardoso. A pauta da reunião versava sobre algumas mudanças no contrato

entre a Petrobrás Biocombustíveis S.A. e os agricultores, dentre as quais a alteração da espécie de sementes de mamona foi um dos assuntos principais.

Desde que o Programa foi implementado na região, o acordo feito com os agricultores garantia, entre outras concessões, a distribuição gratuita de semente da espécie C-Guarani do Nordeste – uma vez que esta semente possui facilidades no seu manuseio, o que otimiza a produção, em contraste com a semente nativa – que demanda maior mão de obra para colheita, como explica Ramos (2011):

“[segundo os técnicos da P-Bio] apesar de a semente da variedade ‘Nordestina’ ser mais propícia às condições de solo do clima daquela região, seu uso não se aplica à realidade vivida pelos agricultores familiares que trabalham na terra com suas famílias, ou e em regime de parcerias, contratando, quando necessário, pouquíssimos trabalhadores temporários: por demandar muito mais mão-de-obra no momento da colheita, o que implica em transformações estruturais no modo de produzir da agricultura familiar, em termos de renda essa mudança poderia tornar o negócio extremamente dispendioso para alguns e até inviável para outros” (p.113).

A reunião iniciou com a fala de um representante da EMBRAPA que, utilizando recursos audiovisuais, apresentou dados e informações sobre a produção de mamona no último ano. Disse que a Petrobrás gastou cerca de R\$ 535.000,00 em compra de semente, sendo 30% destinados aos produtores de Matias Cardoso. A partir de sua exposição, os técnicos da PBio comunicaram aos agricultores presentes na reunião que, para a próxima safra de mamona, a empresa não mais iria fornecer a semente da espécie C-Guarani, argumentando que não havia conseguido adquirir do fornecedor sementes dessa mesma espécie que fossem certificadas com o selo de qualidade mínima de pureza e germinação.

Ainda na reunião, após a apresentação feita pelos técnicos da empresa, os equipamentos utilizados para a exposição foram rapidamente desligados, representando, portanto, que a reunião havia sido encerrada. Com pressa, os engenheiros e técnicos disseram aos agricultores que não iriam abrir espaço para a discussão por falta de tempo. Comunicaram também que nenhum agricultor era obrigado a aceitar as mudanças do Programa, mas que a Petrobrás romperia o contrato com aqueles que não plantassem sementes certificadas.

Outras mudanças previstas para 2011 na relação da empresa com os agricultores foram anunciadas na reunião. Entre elas, os engenheiros explicaram que, a partir da próxima colheita, os agricultores ficariam responsáveis pelo beneficiamento da mamona, e que a Petrobrás não mais iria pagar a terceiros por esse trabalho – como vinha fazendo até então. Essa mudança também não agradou os agricultores, uma vez que o esmagamento da mamona

representa trabalho extra, o que para o agricultor significa contratação de mão de obra externa – realidade incompatível ao modo de vida da “agricultura familiar”.

As mudanças anunciadas na reunião em que estivemos presente significaram, para nosso grupo de pesquisa, as primeiras identificações de tensões na relação entre “agricultura familiar” e o PNPB. A forma como a reunião foi gerida e o distanciamento entre os técnicos e os agricultores deixaram clara a impossibilidade de haver diálogo ou abertura para negociações entre os dois grupos sociais em questão, já que os agricultores se tornaram, naquele momento, meros receptores das deliberações da empresa, situação que os colocava numa posição de assimetria e subordinação em relação a ela. No entanto, observamos que os agricultores, apesar de desconfiados com as novas determinações da empresa, ainda se mostravam interessados em permanecer no Programa.

Por fim, durante essa primeira viagem a campo, também realizamos a pesquisa em outros municípios do Norte de Minas apontados pela gerência de suprimentos da PBio como produtoras de oleaginosas para a Petrobrás. No entanto, esta dissertação especificamente se limitou à comunidade Linha da Cruz, devido aos motivos aqui já mencionados. Sendo assim, cinco meses depois da primeira viagem, retornei, dessa vez sozinha, à Matias Cardoso para aprofundar a pesquisa.

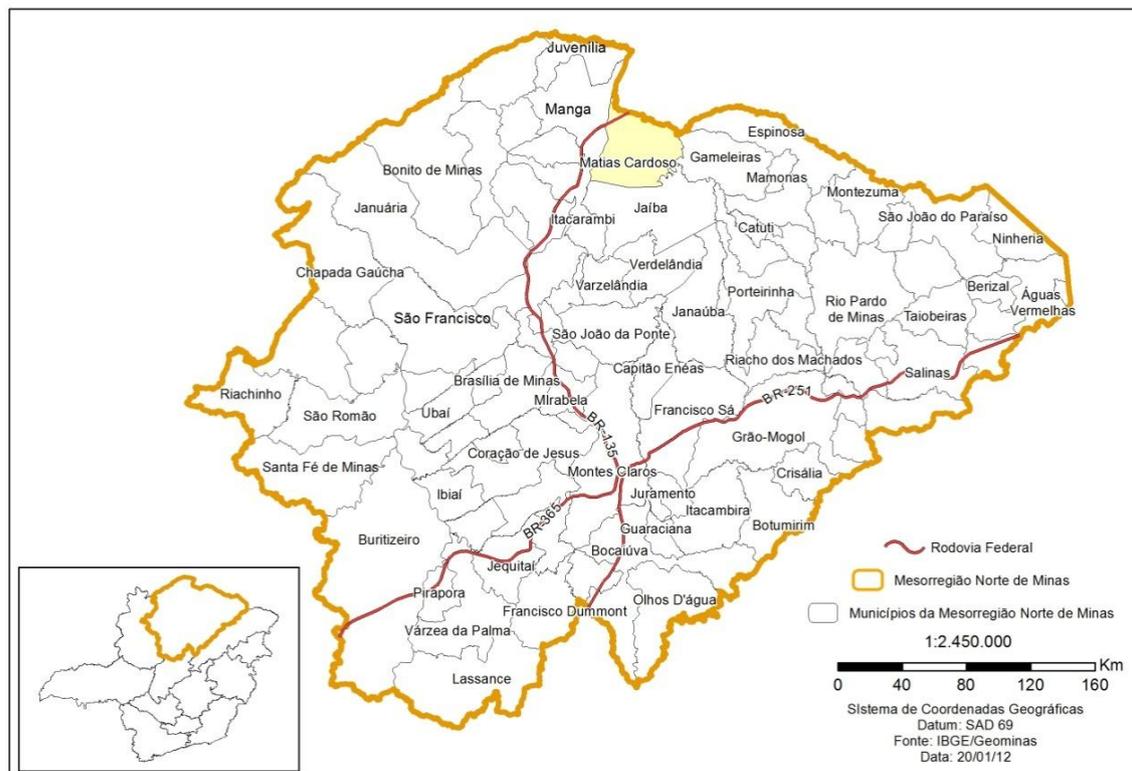
Geertz (1989) sugere que o trabalho etnográfico é mais do que apenas “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário”, trata-se de realizar uma “descrição densa” (p.15). Neste sentido, durante a primeira viagem de campo não tive o tempo necessário para que fosse possível compreender as “estruturas significantes” ou as diferenças entre “piscadelas” (GEERTZ, 1989). Como etapa inicial, meu trabalho se concentrou em conseguir dados e compreender um pouco a respeito de como o PNPB se estrutura na região.

O material adquirido durante essa primeira viagem a campo serviu para fins dessa pesquisa como uma primeira via de acesso, uma importante porta de entrada, “antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente” (GEERTZ, 1989, p.19). Desse modo, entendo que, da imersão no universo sociológico da pesquisa, pude, então, definir os contornos e enfoques que viria a dar na minha pesquisa mais a frente.

A segunda viagem a campo, o encontro etnográfico.

A Linha da Cruz, localizada no município de Matias Cardoso⁷, pertencente à micro região de Januária, na Baixada São Franciscana, onde predomina a mata seca e a caatinga, foi a comunidade que, junto à minha orientadora, defini como lugar de realização desta pesquisa. A razão para escolha desta localidade se deve, conforme previamente mencionado, ao engajamento das mulheres numa Associação e ao fato de que, em reuniões com os técnicos da Petrobrás, a comunidade Linha da Cruz foi identificada como principal produtora de mamona da região norte de Minas – na micro região de Januária figura a maior produção regional, 36,5%, sendo 860 hectares concentrados no município de Matias.

MAPA DA MESOREGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS



Mapa 1: Produzido por Marina Penido, em fevereiro/2012, para utilização nesta pesquisa.

A maior parte da população de Matias está concentrada na zona rural, havendo 4.848 habitantes nesta área para 3.739 na zona urbana. Suas principais atividades econômicas são o comércio varejista, fruticultura irrigada, pecuária, bovinocultura e produção de grãos. O

⁷ O município de Matias Cardoso foi administrativamente instalado em 1993. Seu território foi composto pelo desdobramento de parte do território de Manga – município localizado do outro lado do rio São Francisco. Os principais aglomerados populacionais que compõem o município de Matias são: Lagedão, Lagedinho, Linha da Cruz, Praia, Lagoa Nova, Ilha da Ressaca, Porto de Matias e Rio Verde Minas - conhecida como Gado Bravo. Tendo uma população, de acordo com o IBGE, de 2000, 8.587 habitantes (dados extraídos do site da Prefeitura de Matias Cardoso em julho/2011).

município, portanto, contempla uma extensa área rural, formada por pequenos vilarejos e comunidades, entre os quais destaco o Quilombo de Lapinha e os vanzanteiros da Comunidade de Pau Preto, grupos os quais tive oportunidade de conhecer durante os dias em trabalho de campo.

A Comunidade Linha da Cruz fica cerca de 70 km da área urbana do município de Matias Cardoso. Surgiu oficialmente em 1974, como parte do projeto de assentamento executado pela Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário, RURALMINAS, entidade pública criada em 1966, pelo então governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro. Suas metas consistiam em oferecer tecnologia, serviços e promover a colonização e o desenvolvimento rural, planejando e executando atividades de natureza fundiária, agropecuária, hidroagrícola e de infra-estrutura sócio-econômica. A partir de 1993, a Fundação Rural Mineira sofreu algumas mudanças em seu campo de atuação, deixando de atuar na colonização e titulação de terras para se concentrar na “elaboração, coordenação e execução de planos, programa e projetos de desenvolvimento da infra-estrutura rural, com ênfase na promoção humana, implantação de perímetros irrigados, melhoria da oferta de água e conservação de estradas vicinais e seu entorno⁸”.

Além da Ruralminas, no início dos 1970, foram implementados também uma série de outros programas de desenvolvimento do Cerrado “baseados em um uso intensivo de tecnologia e capital e no preço baixo das terras favoráveis à mecanização e que compensavam os investimentos destinados à correção do solo” (RIBEIRO, 2005, p.174). Esses programas estão situados dentro de um processo maior de modernização da agricultura, pautado na lógica desenvolvimentista e no uso do pacote tecnológico da chamada Revolução Verde – “nova” agricultura, atrelada aos complexos agroindustriais, que vinha a se estabelecer naquela região⁹.

Ribeiro (2005) mostra que os programas governamentais implementados em todo o país naquela época visavam, principalmente, concessão de crédito rural, pesquisa agropecuária e assistência técnica. Os programas de colonização, por outro lado, eram voltando a áreas de fronteiras. O autor estabelece uma relação entre a Amazônia e o Cerrado, mostrando que as políticas de desenvolvimento aplicadas nessas regiões procuravam deslocar fronteiras econômicas, criar condições de incorporação de mercados às economias de subsistência e reorientar a migração de mão de obra do Nordeste em direção àquelas regiões. Ianni (1979)

⁸ Trecho extraído em janeiro/2012, do site <http://www.ruralminas.mg.gov.br/institucional>

⁹ Esse modelo de agricultura subentende uso de fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e equipamentos, além da padronização e qualidade exigidas pelas indústrias processadoras de produtos e matérias-primas agrícolas (RIBEIRO, 2005).

apud Ribeiro (2005) definiu este tipo de colonização como uma “política de contra-reforma agrária” (p.186). Entretanto, apesar das semelhanças com o processo ocorrido na Amazônia, o Cerrado apresentou, por outro lado, algumas peculiaridades. Em função de sua proximidade com as regiões metropolitanas do Centro-Sul do país, o setor agroindustrial foi muito forte, uma vez que sua produção poderia ser consumida e exportada sem muito ônus.

A criação da Linha da Cruz foi parte do contexto fundiário que se deflagra no Brasil a partir dos anos 1960. Sua formação acompanhou o processo de abertura de quatro ruas entrecortadas paralelamente por entre a “mata seca”, em uma área considerada devoluta do Estado. As áreas com pouco ou nenhum abastecimento de água, mais distantes dos rios e dos lagos, foram destinados aos assentamentos. Nestas áreas, os lotes foram vendidos a preços muito baixos a pequenos agricultores advindos de diferentes municípios do norte de Minas¹⁰. Entorno daquela mesma área, também foram vendidas grandes extensões de terras a agricultores com capacidade empresarial e potencialidade de implementação de pacote tecnológico e investimento em pecuária extensiva.

Antes de ser conhecida como Linha da Cruz, a comunidade era chamada de Linha C, pois, na área assentada, foram ao todo quatro linhas (ruas) criadas, denominadas Linhas A, B, C e D. Cada lado da rua foi dividido em pequenas propriedades de 25 hectares. Nos dias atuais, entretanto, apenas as linhas C e D possuem moradores, sendo a Linha da Cruz, ou Linha C, uma rua reta, com cerca de 8 km de extensão onde hoje residem, de acordo com os moradores, cerca de 50 famílias.

¹⁰ Através das pesquisas de campo, dos relatos orais de moradores e de conversas com pesquisadores que trabalham na região, considerei a possibilidade dos moradores da Linha da Cruz terem sido moradores de Cachoeirinha, envolvidos no conflito em função da perda de suas terras para fazendeiros (Santos, 1985).



Foto 1: Comunidade Linha da Cruz. Foto tirada em maio/2011. As roças e residência dos moradores se localizam ao longo de toda essa rua que se estende por 8 km em linha reta.

Em seu aspecto físico, a comunidade é caracterizada por dois pontos principais: a “parte alta”, mais povoada e próxima à estrada que liga Matias Cardoso à cidade de Gado Bravo; e a “parte baixa”, conhecida pelos moradores como *Sertão Antigo*, que se localiza mais adentro da linha e termina numa fazenda – trata-se de uma parte em que o processo de assentamento levou um tempo maior para alcançar. Ao longo da Linha, hoje se observa a presença de roças de mamona que tomam quase toda a paisagem, pasto e gado. As residências são em grande maioria de alvenaria e os quintais sempre cobertos por árvores frutíferas.

As duas partes que conformam a comunidade Linha da Cruz apontam para pelo menos dois processos territoriais que conformaram o modo como a comunidade hoje se configura. Trata-se do processo de assentamento, ocorrido em 1974 pelas políticas estaduais de reforma agrária, que deflagrou na corrida pela regularização de terras e loteamento de áreas devolutas e do processo anterior à chegada da Ruralminas, do qual não há registros oficiais, mas se mantém vivo na memória dos moradores antigos. Segundo eles, esse primeiro processo de ocupação do sertão se deu com a chegada de posseiros na década de 1930, advindos do *rastro do gado* – narrativa que remonta a história de ocupação do sertão e que trato no capítulo 1.

Desse modo, foi possível constatar que a designação *Sertão Antigo*, utilizada pelos moradores para se referirem à parte baixa da Linha, não apenas faz referência a um *lugar*, como também a um *tempo*.

Antes da transformação do espaço em assentamento rural, os moradores da região contam que aquele lugar era “um sertão só”, formado por áreas de capoeirões – carrasco e mata seca. As famílias que residiam naquela área desde 1930 foram desbravando a mata, constituindo roças e pastagens para criação de gado à solta – trata-se de uma forma de ocupação caracterizada como “posse de terra” (PAOLIELLO, 1998). A partir do trabalho de campo, observei que pelo menos três gerações de famílias dos primeiros posseiros residem naquele local até os dias de hoje.

Com o corte e distribuição de terras da forma como foi feito pela Ruralminas, todos aqueles posseiros que já ocupavam aquele espaço, desde a década de 1930, perderam uma grande parte da extensão territorial ocupada tradicionalmente, para se enquadrarem ao formato posto pelo projeto de Assentamento – propriedades particulares de 25 ha. A partir de 1974, com a chegada da Ruralminas, aqueles moradores que já viviam naquelas terras de forma livre hoje convivem com os novos moradores *chegantes*, a maioria vindo dos Gerais e das proximidades do Rio Verde.

O processo de “divisão de terras” imposto pelos programas governamentais, ocorrido em várias regiões do Sertão Mineiro em diferentes momentos, afetou o sistema de ocupação tradicional do território, caracterizado, principalmente, pelos “campos abertos”, conhecidos como “solta”, “larga” ou “largueza” (RIBEIROS, 2005). A expansão da pecuária e implementação de monoculturas comprometeram as estratégias de reprodução social de áreas de cultivo tradicional, baseadas em sistemas de manejo de gado, complementares à produção agrícola para autoconsumo de várias famílias e comunidades rurais. De acordo com os relatos e depoimentos dos moradores do *Sertão Antigo*, aquela foi a forma como, durante décadas, viveram. Hoje sob aquele mesmo espaço está conformada a comunidade Linha da Cruz que representou para os moradores mais antigos o fim das “soltas” e início do sistema de cercamento.

Considerando os diferentes processos que constituíram a Linha da Cruz, como forma de estabelecer um contraste entre os moradores que hoje residem na comunidade, trato como *chegantes* aqueles que chegaram, na década de 70, através da distribuição de lotes pela Ruralminas. Eles são parte do segundo fluxo migratório que acometeu aquela região, em contraponto aos moradores do *Sertão Antigo*, os quais são parte de uma história de ocupação mais antiga. No entanto, com o tempo, os moradores contam que muitos *chegantes* foram, aos

poucos, deixando o assentamento para tentar a vida em outras áreas, certamente em busca de regiões menos áridas, mais propícias, portanto, ao trabalho agrícola.

Nos dias em que estive na Linha da Cruz, passei maior parte do tempo hospedada na casa de Aninha. Moradora da parte alta da Linha e uma das mulheres que conheci na primeira viagem e que se tornou uma grande companheira de pesquisa, me orientando no que fosse preciso. Aninha me indicou as pessoas que seriam importantes entrevistar e conhecer. Além de me hospedar, ela acabou se tornando minha maior referência de pesquisa – sobre a trajetória da Aninha e uma análise das relações de gênero na comunidade, ver o quarto e último capítulo desta dissertação.

Além da Aninha, outros moradores da Linha também foram muito acolhedores, seja ao me oferecerem um almoço ou quando me forneciam uma cama para dormir quando ficava tarde para retornar à casa de Aninha – no sertão, a noite vem muito rápida e parece ser mais escura que em outros lugares. Durante os dias em que convivi com aquelas pessoas, poucas vezes me senti como uma pessoa “de fora” do grupo, a forma como fui tratada fez com que me sentisse acolhida pelo grupo ou mesmo reconhecida como alguém que se interessava pelo que eles faziam, meu trabalho pareceu despertar o interesse dos moradores por mim.

Ainda que a sensação de ser uma estrangeira seja inevitável, de modo geral, a impressão foi a de que bastava um único encontro para que no dia seguinte a pessoa viesse me buscar para um café em sua casa. Dessa relação aberta ao outro, os moradores da Linha da Cruz foram construindo junto a mim uma relação de visitante-pesquisadora e, em companhia das mulheres, uma forma de sentimento maternal era estabelecido pela preocupação cuidadosa que tinham comigo.

Como relatei no item anterior, na primeira viagem a questão dos agrocombustíveis se tornou central nos diálogos e encontros que travei com as pessoas, devido ao caráter mais exploratório daquele momento da pesquisa. Já na segunda viagem, considerando a importância de afastar, por hora, assuntos diretamente relacionados aos agrocombustíveis, percebi que deveria me concentrar na observação das palavras, na forma como as pessoas as usavam, no que é dito e não dito. Observei que haviam coisas que não eram faladas, ao passo que outras constantemente eram repetidas. Quase que em uma busca pessoal para entender a razão de certas informações, como disse a antropóloga Elsje Maria Lagrou (1992), “informações que inicialmente me pareciam contraditórias demais (o medo da mentira)” (p.29), tentei me fixar no valor dos diálogos, das conversas, dos gestos e dos jeitos de ser das pessoas daquele lugar, como um investimento pessoal durante os dias que estaria em campo. Assim, nessa segunda viagem, procurei dar vazão para que outros temas me envolvessem para

além dos meus objetivos iniciais e, assim, tornar o tema dos agrocombustíveis suspenso para que outros pudessem surgir pra mim. Segue, portanto, a observação de questões transversais ao tema.

Quando se passa um dia na cidade, uma das coisas mais passíveis de serem notadas é o escasso abastecimento de alimentos, como verduras, frutas ou legumes, nos mercados, ao passo que a quantidade de produtos industrializados disponíveis era visivelmente maior. Bastava ir ao supermercado local ou à feira de rua que acontece aos sábados para se ter certeza de que os pequenos produtores rurais não produzem para o mercado da cidade e isso me pareceu algo muito estranho. Quando fui à feira, esperava encontrar alguns dos agricultores da Linha da Cruz vendendo seus produtos nas barracas, mas, curiosamente, encontrei apenas dezenas de barracas vazias e dos poucos agricultores que ali estavam vendendo seus poucos produtos, nenhum deles era da Linha da Cruz.



Foto 2: Feira de Matias Cardoso. Foto retirada em maio, 2011.

O período em que estive na região, era tempo de colheita de mamona e por isso os pés de mamona estavam enormes, altos, cheios de cachos, tapando toda a vista do horizonte do sertão. Na estrada que leva até a Linha da Cruz se avista, entre o mamonal, alguns metros de plantação de algodão e longas extensões de pasto de propriedade de fazendeiros. Percorrido 70 km da estrada que leva ao município de Gado Bravo, há uma pequena entrada à esquerda

que, ao ser seguida, permite que sejam avistadas algumas casas e as plantações de mamona que as separam – essa é a Comunidade Linha da Cruz.

Chegado na Linha, passados cerca de 4 a 5 km de caminhada, já não se avista mais casa alguma, há um trecho em que a rua encontra-se completamente degradada (havendo enorme presença de buracos), onde não se avistam mais casas, apenas lotes vazios e alguns pastos. A esse pedaço os moradores deram o nome de “pedreira” e me avisaram que eu não deveria passar dali. Alguns diziam que o perigo devia-se a presença de cachorros bravos, e outros que eu não agüentaria uma longa caminhada até chegar ao *Sertão Antigo*.

Faziam oito dias que eu estava na Linha, “na parte alta”, quando decidi que deveria visitar a casa das famílias que moravam depois das pedreiras, lá pro lado do *Sertão Antigo*. Então, numa sexta-feira, segui com minha mochila, protetor solar, boné e uma garrafa d’água em direção ao “sertãozão”. A idéia era passar um final de semana com as pessoas de lá – um dia antes tinha pedido hospedagem à Nilma, professora da escolinha da comunidade, e uma das moradoras da região. Após uma longa caminhada debaixo do sol, andei até as pedreiras e lá fui adentrando a “parte baixa” da Linha, uma área com uma estrada mais difícil. A primeira casa que se avista é a do Seu Vicente, pai de Nilma, onde me hospedei por uns dias.

A partir dos dias que passei no Sertão Antigo, das conversas com os moradores e de suas histórias de vida, sobre como “tudo aquilo começou”, passei a ver a Comunidade de outra forma, compreendendo que aquele território consagra diferentes processos territoriais, extrapolando o discurso oficial que apresenta a comunidade como tendo sido constituída a partir do projeto de Assentamento da Ruralminas¹¹. Foi então que procurei organizar esta dissertação tendo em vista esse deslocamento temporal, mas também sua continuidade. Passei a pensar o *presente* como em um imbricamento temporal à territorialidade de outrora. Assim, apesar do *Sertão Antigo* ser parte da Linha da Cruz e, por isso, ser, obviamente, parte do presente, irei tratá-lo, daqui adiante, como uma metáfora do passado, uma vez que lá moraram tanto os primeiros moradores, que desbravaram o sertão, quanto seus descendentes e *chegantes*.

Os processos territoriais que deflagraram em uma série de novos ordenamentos sociais se tornaram cruciais para compreensão do grupo social. Portanto, resgatar esses processos,

¹¹ Os moradores da Linha da Cruz disseram ter um documento que mostra a planta feita pela Ruralminas para formação da Linha da Cruz, no entanto, não consegui trazer comigo nenhum desses “documentos oficiais” que atestam o nascimento da comunidade. Por outro lado, também considero como sendo uma forma “oficial” de se referir à comunidade como sendo parte do projeto da Ruralminas, a fala dos moradores da região, assim como dos funcionários da Prefeitura e da EMATER, os quais dizem ter a comunidade se formado com a Ruralminas, não reconhecendo, portanto, a presença de moradores que já viviam naquela área antes da formação do Assentamento.

em seus desencadeamentos históricos, vai de encontro a uma análise que visa apreender as mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo. Desse modo, a noção de *territorialização*, no sentido posto por João Pacheco de Oliveira (2004), como um processo de *reorganização social*, se tornou crucial neste estudo, uma vez que associa um movimento político-administrativo a transformações no território e da territorialidade dos grupos sociais.

No capítulo 1 desta dissertação, faço um esboço da história do Norte de Minas, buscando elementos que permitam pensar o processo de ocupação do sertão e a constituição da Comunidade Linha da Cruz. No capítulo 2 procurei fazer um diálogo com a literatura sobre campesinato e modos de produção camponesa, buscando apresentar alguns pontos pelos quais este trabalho tem se orientado. No capítulo 3, faço uma análise dos modos de produção e reprodução social do grupo, procurando apontar para as mudanças nas relações de produção e na relação com a terra, historicamente marcados pelo processo de ocupação do território, expropriação e pelo encurralamento que se caracterizou em razão da perda da liberdade e pela subjugação dos lugares ao interesse do capital. Por fim, no capítulo 4, faço uma caracterização da comunidade hodierna, analisando o contexto atual de produção de oleaginosas para a Petrobrás, assim como da importância das mulheres para conformação de uma rede que tem funcionado paralelamente ao mercado de mamona.

2 DO “SERTÃO ANTIGO” À LINHA DA CRUZ

Neste primeiro capítulo, procuro primeiramente situar o leitor sobre a região de estudo onde foi realizada esta pesquisa (norte de Minas Gerais, município de Matias Cardoso) para, então, discorrer acerca do *processo de territorialização* que culminou na formação do Assentamento Rural Linha da Cruz e na consagração de novas relações sociais no *lugar*. Atenta a importância dos dados historiográficos e etnográficos sobre a região, discuto como se deu o processo de ocupação do território do *Sertão Antigo* – nome que, conforme já apresentado, faz referência à ocupação territorial feita por posseiros em torno de 1930 – e sua integração a uma nova economia local, regional e nacional, estabelecida no Norte de Minas a partir dos anos 1960, atributo da modernização da agricultura e políticas de regularização fundiária do governo.

Para esta primeira seção, procurei apresentar alguns pontos do processo de povoamento do norte de Minas que me ajudam a compreender o contexto no qual a comunidade Linha da Cruz está inserida, tendo em vista dois períodos mais significativos do seu processo de povoamento: primeiro a “descoberta do sertão”, na década de 1930, pela família de Dona Maria e, segundo, a chegada da Ruralminas, em 1970, que deu início ao processo de demarcação de terras, atraindo famílias de várias localidades da região. Esses dois momentos que defino como marcantes do processo de povoamento da Linha da Cruz vão de encontro a dois períodos históricos do norte de Minas, significativos pela transformação sócio-espacial do território regional. Em síntese, me refiro ao tempo das “terras livres” e das frentes de expansão, e ao tempo da regularização fundiária, titulação de terras e modernização agrícola.

2.1 Histórias de *chegantes*, a ocupação do Norte de MG

Segundo Costa (1999), um dos processos de ocupação camponesa do Norte de Minas se deu em torno dos séculos XVII-VXIII com a chegada de diversas frentes de ocupação da região por colonos europeus que vinham se estabelecer por aquelas terras, visando explorar a região e ocupá-la. Em seus trabalhos sobre a meso região mineira, o autor a trata como sendo uma “sociedade em fronteiras”, expressão que designa aqueles lugares “abertos” aos estrangeiros, aos *chegantes*, aos forasteiros – como lugar daqueles que passam, mas não se fixam. Segundo ele, essa era a forma como o Norte de Minas poderia ser pensada naquele momento, caracterizado como lugar de fronteira, se constituída por um fluxo de pessoas

vindas de várias regiões do Brasil e do mundo e que por lá se estabeleciam, ainda que não fosse a maioria delas.

Na sociedade norte mineira, segundo Costa (1999), havia uma grande diversidade indígena no período que vai até o século XVIII, antes da chegada dos portugueses e dos bandeirantes na região. Além de grupos indígenas, também é possível afirmar a existência em torno do médio São Francisco de pequenos agrupamentos de africanos e descendentes fugidos da escravidão, os quais deram início à formação dos quilombos nessa região. Segundo consta, os quilombos se localizavam geralmente no interior da floresta da caatinga arbórea existente no vale do rio que, posteriormente, ficou conhecido como Rio Verde Grande.

É comum ouvir dos próprios moradores em Matias Cardoso relatos que remetem à existência de muitos quilombos naquela região, constituídos desde períodos de colônias. Consta na história popular do município que a recorrência de negros e das comunidades remanescentes dos quilombos, que hoje caracterizam a região, se deve à forte incidência de malária que assolava a região, nos séculos anteriores. Contam que os colonizadores portugueses, não resistentes à doença, evitavam áreas onde sua incidência fosse alta. Essa mesma situação é contada por Costa (1999), que explica o fato de os quilombos terem surgido naquelas mediações. Tendo em vista que os escravos partidos não queriam nenhum contato com a sociedade escravocrata, eles buscavam se fixar em áreas consideradas pelos portugueses e seus descendentes de difícil acesso por razões de doenças, corredeiras, terras íngremes, furnas ou vãos “nos cafundó do Judas” dentro de florestas.

Além da diversidade de etnias indígenas e do grande foco de comunidades quilombolas, outra importante marca da história do Norte de Minas foi a existência das bandeiras anônimas, uma delas comandada pelo bandeirante Mathias Cardoso. Este bandeirante se fixou na região que hoje leva seu nome, e deu início ao que podemos chamar de segunda etapa do processo de povoamento da região e introdução da economia de pecuária no município.

Antes da consolidação dessa frente de expansão no território, hoje chamado Matias Cardoso, a região era conhecida como *Currais da Bahia* e *Currais de Pernambuco*, em função do intenso comércio de gado e produtos alimentícios que se estabeleceu com a cidade de Salvador. No final do século XVII, a mineração já se encontrava no seu auge, tendo esses produtores-pecuaristas construído forte relação com os mineradores, que os pagavam em ouro o alimento adquirido¹². Assim, como forma de impedir que o ouro saísse mais para o sertão

¹² O comércio com a sociedade baiana era tão intenso e lucrativo que possibilitou à população de Morrinhos (hoje Matias Cardoso) construir uma imensa igreja, dedicada a Nossa Senhora da Conceição – a primeira de Minas Gerais, ainda hoje existente na cidade de Matias Cardoso. Constituiu-se como primeira freguesia no

são franciscano do que para Portugal, o Governo Geral da colônia decidiu que a região dos “currais da Bahia” seria anexada à nascente Capitania de Minas Gerais, criando assim um obstáculo ao comércio com a criação de novas regras de impostos.

É interessante constatar que esses bandeirantes vieram se estabelecer também nas margens do rio Verde Grande e em sua foz com o rio São Francisco, próximo aos quilombolas e indígenas. Como consequência, muitas lutas contra sociedades indígenas e africanas ali presentes foram travadas, o que levou à morte de muitos africanos e seus descendentes que viviam nos quilombos nas proximidades do rio. Costa (1999), em extensa pesquisa sobre os bandeirantes no Brasil, conta que eles se retiraram logo mais das proximidades do rio Verde após uma enchente e foram se fixar nas margens do rio São Francisco, onde hoje é o município de Matias Cardoso.

Outro fato histórico importante destacado por Costa é o encontro dos paulistas, que subiram e também se fixaram no médio São Francisco, com os baianos, que também se estabeleceram nessa região ao se depararem com os criadores de gado. Ele conta que esses grupos iniciaram um processo de comercialização de gado e de gêneros alimentícios, ao mesmo tempo em que cumpriam seu objetivo principal: capturar índios para serem vendidos como escravos e exterminar quilombos. Nesse mesmo período, imigrantes italianos também se fixaram nos sopés da serra do Espinhaço, região de Porteirinha, Mato Verde, Rio Pardo de Minas e Riacho dos Machados, introduzindo aí uma nova racionalidade na região, diferenciada das populações que ali viviam.

Como é possível observar, várias correntes civilizatórias passaram pelo norte de Minas. A partir de 1613 o curso médio do rio São Francisco já era todo cartografado e muitos índios e quilombolas foram presos no sertão afora. Essas frentes se viam cumprindo a função de “civilizar” a região e as populações nativas que nela viviam, cuja lógica territorial e cultural deveriam ser transformadas e elevadas ao padrão cultural dos brancos.

A ênfase na idéia de “sociedade de fronteira” se justifica pela própria forma como as sociedades do norte mineiro foram se constituindo, ou seja, conjugando ao seu nascimento culturas paulistas e baianas por um lado, indígenas e quilombolas por outro. Essas correntes de entrada no sertão produziram uma grande diversidade cultural regional, porém, com

território do Estado de Minas Gerais. Fato que ocorreu no ano de 1695, antes mesmo da fundação do Arraial de Nossa Senhora do Carmo, hoje Mariana, que aconteceu em julho de 1696, alguns meses depois. Foi nomeado para pároco o padre Antônio Thomaz Corvelo Garcia D’Ávila que, posteriormente, em 1706, passou também a atender à população localizada no território do atual município de Curvelo, até onde sua paróquia se estendia. Pároco esse que posteriormente aí se instalou definitivamente para contribuir com os criadores de gado na luta contra a administração colonial, principalmente nos conflitos da Vila do Papagaio. (extraído do site da Prefeitura de Matias Cardoso em julho de 2011 – http://portal.matiascardoso.mg.gov.br:8080/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1016.1).

características singulares em relação ao restante do Brasil. Filho (2005) comenta que o norte de Minas

“é um território de encontro entre as bacias do Rio São Francisco, Jequitinhonha e Pardo de Minas. Ao mesmo tempo, de encontro e confronto desse conjunto diferenciado de histórias de ocupação econômica, políticas de desenvolvimento e matrizes de racionalidade. Constituindo-se um complexo mosaico de substrato sócio-ambiental, representativo das muitas contradições da experiência mineira e, por que não dizer, brasileira, de políticas para o desenvolvimento rural” (p. 88).

Como resultado do processo histórico de ocupação do território, dos fluxos migratórios e da expropriação de terras de grupos sociais tradicionais que já existiam na região, hoje há um total de 84 comunidades no Norte de Minas reivindicando junto à Fundação Cultural Palmares o reconhecimento étnico (COSTA, 2011, p.59). Cabe ressaltar que a identificação de povos tradicionais, como anexo da sociedade moderna, está baseada, de forma geral, nos direitos humanos, nas normas internacionais e na Constituição Federal Brasileira que, através da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, criou no ano de 2004 o decreto 6040, editado em fevereiro de 2007 pelo presidente da república (GAWORA, 2011). Esse decreto prevê, entre outras coisas, um processo de direito ao território por parte das populações e comunidades tradicionais, “dado que a afirmação do mesmo passa pela reafirmação da cultura e pelo reconhecimento da identidade pelo governo federal” (COSTA, 2011, p.60).

No que concerne às questões territoriais e agrárias, no norte de Minas hoje há uma intensa discussão em torno do reconhecimento identitário de suas populações rurais que se reconhecem como diferenciadas. São vários os estudos que nos últimos dez anos vem tornando visíveis esses povos e os processos políticos em que estão envolvidos. A seguir, faço um breve percurso sobre alguns deles.

2.2 Comunidades Tradicionais e Processos de Territorialização

A noção de território tem sido cunhada já algum tempo pela Antropologia. Foi ela utilizada, primeiramente, para designar as formas de governo, as segmentações políticas de um determinado sistema, como no caso dos estudos feitos por Evans Pritchard (1999) e Edmund Leach (1996) sobre os sistemas políticos africanos. João Pacheco de Oliveira (2004) resgata a categoria “território”, a partir de uma perspectiva histórica voltada à realidade do Brasil e conclui que a presença colonial fez com que uma nova relação da sociedade com seu

território fosse estabelecida, “deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural” (OLIVEIRA, 2004, p. 22).

Da noção de território enquanto lugar de funcionamento das instituições de uma sociedade e das significações de suas manifestações culturais, Oliveira (2004) utiliza o conceito de *territorialização* para se referir ao “*processo de reorganização social* que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (p.22).

Assim, a partir da definição de *território* e do *processo de territorialização* como noções que incorporam os contextos intersocietários em que os grupos étnicos se constituem, Oliveira (2004) mostra que em tais noções está expressa a dimensão estratégica para se pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro de um Estado-nação. Assim, os limites e fronteiras territoriais demarcam atos políticos e expressam relações de força entre os diferentes grupos. Para o autor, a noção de *territorialização*, enquanto processo deflagrado pela instância política, deve ser ponto de partida dos estudos antropológicos.

Paul Little (2002) também parte de uma perspectiva fundiária pra pensar a diversidade dos agrupamentos humanos, mas não reduz sua existência ao território. Segundo ele, o conceito de território, como tem sido posto pelas ciências sociais, está “diretamente vinculado às práticas territoriais dos Estados-nação” (LITTLE, 2002, p.06) e, por isso, tende a ocultar outros tipos de territórios que não estão inscritos nem na noção de terras privadas nem na de terras públicas.

Arelado à perspectiva histórica, Little (2002) procura mostrar que não é apenas a apropriação do território por parte de um grupo que irá consagrar a diversidade de expressões culturais, mas sim a forma como tais grupos se *apropriam* dos recursos naturais, os resignificam – ou seja, sua cosmografia – e que irão produzir as variadas noções de “propriedade”. Além desse importante elemento atrelado ao território, são os “vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos sociais diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos” (LITTLE, 2002, p.10) que irão produzir no espaço um sentido de *lugar* – sua *territorialidade*. Assim, o autor também aciona a noção de lugar e memória como elementos que também expressam valores diferenciados que um determinado grupo atribui ao seu ambiente.

“A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (Little, 1994)” (LITTLE, 2002, p.11).

A forma como Little (2002) compreende a noção de território para pensar a diversidade de grupos sociais numa perspectiva fundiária vai de encontro com a abordagem feita por Pacheco (2004). Ambos chamam atenção para uma abordagem antropológica atenta às contingências históricas que implicam em ver que “qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos” (LITTLE, 2002, p.3). No entanto, Little (2002) apresenta outros aspectos fundamentais para pensar a territorialidade de um grupo social. Dentre eles, o autor chama atenção para a “multiplicidade de expressões” que cada território abrange, as quais são constituídas de elementos simbólicos e sociais mobilizados histórico e coletivamente por um grupo. Desse esforço coletivo, o grupo, então, converte o espaço em *território*.

Buscando pensar a região Norte de Minas na perspectiva dos *processos de territorialização* (OLIVEIRA, 2004), observa-se que, se por um lado o olhar imperialista tratou o sertão como *fronteira* – no sentido territorial e civilizatório – sobre onde o Estado-Nação deveria expandir-se, por outro lado, como mostra Costa (1999), essa história também produziu no norte mineiro um hibridismo cultural conformando *diferentes matrizes de racionalidade* (GONÇALVES, 2000 *apud* FILHO, 2005) que contrapõe a ideologia de uma sociedade mineira una (COSTA, 2003).

Quando realizei a segunda viagem a campo, ao município de Matias Cardoso, na região do médio São Francisco, onde passei algumas semanas na comunidade Linha da Cruz realizando a pesquisa etnográfica, tive oportunidade de um encontro com Carlos Dayrell (Centro de Agricultura Alternativa – CAA) e Zilah (Comissão Pastoral da Terra – CPT), que me convidaram para acompanhá-los em um dia de trabalho com algumas comunidades tradicionais desse entorno. Esse foi, sem dúvida, um dia muito rico em diversos sentidos, sobretudo porque pude conhecer, para além da comunidade que estava trabalhando, outras duas comunidades da região, a comunidade Vazanteira de Pau Preto e o Quilombo da Lapinha.

Nesse dia, fomos à Pau Preto, povoado que fica próximo a Matias Cardoso, onde vivem os vazanteiros do rio São Francisco – povos moradores das “ilhas móveis” (OLIVEIRA, 2005). A partir de um determinado trecho da estrada é possível observar de um lado o rio São

Francisco, em certos pontos acobertado por Mata Seca¹³, e de outro apenas o Parque. Na medida em que nos aproximávamos da comunidade vazanteira, observei que algumas casas de pau-a-pique estavam sendo construídas dentro da mata. Entre uma e outra havia um espaçamento de cerca de 20 a 30 metros – o que leva a subentender que houve um planejamento estratégico de ocupação da mata sem que houvesse sua destruição. O material usado para construção dessas casas era aquele que a própria mata fornecia. Fui avisada que essas casas iriam ser as novas moradias dos vazanteiros e era sobre esse assunto que estávamos indo conversar com o grupo. É importante destacar que Dayrell e Zilah são grandes conhecidos desse povo e que, há muitos anos, realizam trabalhos de assessoria para essa população.

Assim que chegamos à comunidade vazanteira de Pau Preto – agora em terra firme e não mais de vazante – fui apresentada às famílias que ali estavam. Conheci o novo sistema de moradias por entre a mata e ouvi um pouco sobre a situação atual em que eles se encontram. Iniciamos a reunião com uma parte do grupo presente – homens, mulheres e crianças – uma vez que outra parte do grupo encontrava-se no rio pescando ou trabalhando nas roças. Visivelmente todos ali já estavam bastante habituados à visita de Dayrell e Zilah e, assim, foi a minha presença que causava estranhamento. Em função disso, fui convidada a me apresentar para todos e explicar um pouco sobre o que tenho feito na região. Enfim, tendo feito minha apresentação, senti que todos foram bastante hospitaleiros e receptivos comigo, convidando-me a voltar sempre que eu quisesse.

Iniciado a conversa, Dayrell e Zilah estavam interessados em discutir com o grupo a construção de um termo de uso da mata pela comunidade de acordo com as normas estabelecidas pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Também foi discutida a construção da sede da Associação da Comunidade Vazanteira de Pau Preto e o grupo relatou a razão pela qual agora estão ocupando a área da mata, pois tem sido cada vez mais difícil a reconstrução de suas moradias na beira do rio, já que em tempo de enchentes suas casas são destruídas.

Cerca de 60 famílias vivem hoje em torno do rio. Essas famílias enfrentam há anos problemas com os órgãos ambientais e com os fazendeiros por terem se apropriado das margens do rio – consideradas oficialmente como APPs (Áreas de Proteção Permanente) – para construção de suas moradias, produção de alimentos e criação de animais. No entanto,

¹³ Definida por geógrafos e biólogos como “mata de porte arbóreo e subcaducifólio” (DAYRELL, 2000), o termo mata seca tem gerado uma discussão no campo das Ciências Sociais que procura produzir um sentido sobre esse ecossistema que ultrapassa as categorias científicas tradicionais, ampliando sua definição a uma visão menos ambiental que socioambiental.

esse novo modo de reprodução do grupo vem sendo estabelecido por uma parte deles, não por todos. Esse recente processo – sair do entorno do rio para ocupar a área da mata – representa um novo rearranjo cultural produzido pelo próprio grupo e impulsionado pelas dificuldades que essas famílias vem há décadas enfrentando. Assim, com uma parte do grupo indo se estabelecer por entre a área do Parque, um novo cenário de conflito se instaura, dessa vez com órgãos de proteção ambiental¹⁴.

A lógica capitalista de produção no espaço social afetou diretamente os modos de vida de várias populações nativas no Brasil. Tal situação tem sido objeto de estudo de muitas pesquisas que têm procurado conhecer e traduzir as lógicas culturais dessas populações como forma de evidenciar aspectos de sua territorialidade e a relação que secularmente estabelecem com o lugar. Assim, no contexto de reconhecimento dos direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas, entre outros grupos que apresentem formas comunitárias de apropriação de espaço e dos recursos naturais (LITTLE, 2002), a categoria “povos tradicionais” se baseia na noção de que os direitos territoriais desses povos se fundamentam em década ou séculos de ocupação efetiva, como mostra Little (2002):

“O fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa dentro de uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural” (LITTLE, 2002, p.11).

Em função de um trabalho que vinha realizando com comunidades camponesas do norte de Minas, a pesquisadora Claudia Luz de Oliveira (2005) observou a situação de expropriação territorial que os chamados “vazanteiros” vinham sofrendo devido ao acelerado processo de modernização agrícola. Tendo em vista a situação de expropriação de terras pela qual vários grupos camponeses estavam passando, Oliveira (2005) mostra que à essa população restaram as ilhas do rio como áreas de terra livre para *apossia* (p. 33).

A autora explica que quando iniciou o trabalho com essa população moradora da região do médio São Francisco, ela os entendia como grupo “camponês”. Foi com o trabalho etnográfico que observou que os vazanteiros, além de possuírem a mesma dinâmica e organização territorial que os camponeses, também apresentavam características que eram marcadas pelo território móvel, remodelado a cada cheia do rio. Essa dinâmica territorial

¹⁴ A construção da Associação de Vazanteiros da Comunidade de Pau Preto tem como objetivo, produzir um instrumento legítimo que eles entendem que poderá facilitar a negociação com o “Meio Ambiente”.

específica levou a autora a escolhê-los como tema de pesquisa, inserindo-os dentro da problemática geral das populações tradicionais.

“Nas visitas às ilhas, passei a conhecer melhor o modo de vida dos vazanteiros que combinam atividades de agricultura de vazante e sequeiro nas ilhas e na ‘terra-firma’ com a pesca no rio e nas lagoas marginais, a criação de animal nas ilhas e nas áreas de ‘solta’ na ‘terra-firme’ e o extrativismo na mata” (OLIVEIRA, 2005, p.17).

Seu trabalho consiste em compreender como se funda a noção de território entre eles e qual paradigma dá origem aos seus direitos sobre ele. Oliveira (2005) descreve os vazanteiros como um grupo cujo modo de vida se constitui a partir do manejo do ecossistema em torno do rio São Francisco, incluindo os ambientes da mata seca e terra firme, como áreas que constituem seu território. Suas atividades consistem na agricultura de vazante e sequeiro – sistema que exige técnicas específicas de plantio e um conhecimento das fases do rio. Também praticam a pecuária e o extrativismo, numa perspectiva transumante.

Em uma abordagem que visa apresentar os modos próprios de organização e de produção dessa população, Claudia Luz procura fazer uma crítica à idéia de moderno em oposição ao tradicional, compreendendo que a lógica que funda os princípios da modernização é a associação dessas populações como sinônimas de atraso e empecilho ao progresso. Ao contrário dessa noção dicotômica que separa modernidade de tradição, a autora mostra o dinamismo e capacidade de reelaboração dessas populações para manutenção do seu modo de vida “frente à expansão impostas pela expansão capitalista” (OLIVEIRA, 2005, p. 33).

Além do estudo realizado por Oliveira (2005), outros autores também tem trabalhado com o norte de Minas na perspectiva das populações tradicionais. Ao final dos anos 1990, Carlos Dayrell (2000) observou um povo, conhecido como “geraizeiros”, moradores da região dos gerais¹⁵, em Riacho dos Machados, e que todo final de semana descia o planalto para venderem seus produtos na feira de rua da cidade. Segundo Dayrell (2000), esse povo se caracteriza pela habilidade de cultivar às margens de pequenos cursos d’água, criarem animais em área de chapada, tabuleiros e campinas de uso coletivo e realizam caça. São nas áreas dos gerais que esse grupo encontra o alimento para sua subsistência através de um sistema próprio de cultivo.

¹⁵ Região do Norte de Minas tradicionalmente ocupadas por populações que vivem da lavoura, coleta de frutos do Cerrado, criação de gado à solta, produção de farinha, rapadura, óleo de Pequi, óleo de Rufão, quintal diversificado e, em alguns lugares, pesca e caça (DAYRELL, 2000; BRITO, 2011).

Dayrell (2000) destaca nesse estudo uma situação de conflito envolvendo o povo geraizeiro e as primeiras empresas reflorestadoras que chegam à região, ocupando os gerais, desmatando cerrados e plantando os eucaliptos nas chapadas de Riacho dos Machados. O autor diz que essa situação, ocorrida na década de 1970, afetou diretamente a vida desses camponeses que viviam da produção nestas áreas do cerrado e comercializavam seus produtos no mercado local (p.216).

Muitas das características dessas populações descritas até aqui, assim como de vários outros grupos existentes nos ecossistemas do norte de Minas, se entrecruzam ou surgem de uma mesma estrutura social. Filho (2008), em sua pesquisa sobre o povo Gurutubano, hoje localizados em pequenas frações de terra dos seus ancestrais na confluência de sete municípios do norte de Minas Gerais, discute a diversidade de comunidades e grupos sociais existentes no Norte de Minas que, aparentemente isolados entre si, constituem uma mesma estrutura social.

Em seu estudo sobre os vinte e sete grupos locais, situados no vale dos rios Gorutuba e Salinas-Pacuí, Filho (2008) mostra como esses subsistemas constituem a unidade sociocultural do Quilombo Gurutuba. Ainda que se trate de vários pequenos grupos sociais espalhados por todo o vale, segundo o antropólogo, é coerente tratá-los enquanto unidade – visto que, embora apresentem variações em termos de suas formas culturais, guardam entre si estreitas relações de parentesco, modo de vida, princípios de organização e formas de sociabilidade (FILHO, 2008).

Ao discutir a respeito da diversidade sociocultural dos povos tradicionais no Norte de Minas, Filho (2008) faz alusão ao trabalho de Leach (1996) sobre os povos da alta Birmânia, *kachins* e *chans*. Nesse trabalho, o antropólogo inglês mostra que em um determinado território onde se observa uma diversidade de grupos sociais, pode estar subentendidas relações de contato entre aqueles grupos: trocas, ações individuais, mudança e inovação dos modelos. Essa perspectiva, que considera o aspecto dinâmico da vida social, conferiu aos estudos antropológicos uma nova abordagem a ser dada sobre os sistemas sociais.

Tecendo uma crítica à tradição estruturalistas posta por Radcliff-Brown, Leach (1996) mostra que o trabalho do antropólogo não é descrever a cultura, pois toda sociedade real é um modelo no tempo. Segundo ele, o que o antropólogo trata, em termos de “cultura”, é, na verdade, a cultura “*como se*” – uma vez que toda sociedade real é um modelo no tempo – “conquanto modelos conceituais de sociedade sejam necessariamente modelos de sistemas de equilíbrio, as sociedades reais não podem jamais estar em equilíbrio” (LITTLE, 1996, p.68).

Acompanhando a abordagem feita por Leach (1996) em torno das sociedades da Alta Birmânia, Filho (2008) trata as populações tradicionais que compõe o norte de Minas, entre os quais estão “vazanteiros”, “geraizeiros”, “quilombolas”, “gorutubanos”, “caatingueiros”, como instruídas por fatores ecológicos, lingüísticos, territoriais e políticos historicamente imbricados entre si. Essa forma de abordar os sistemas sociais locais tem em vista a metodologia leachiana que trata os “tipos independentes” de sociedades e as “diferentes variedades de sistemas políticos” encontrados numa mesma região como integrando um sistema total mais amplo e em contínua mudança (LEACH, 1996).

Semelhante à forma como Edmund Leach descreve as sociedades da Alta Birmânia, a diversidade de populações tradicionais do norte de Minas, vista sob uma perspectiva histórica, conduz à observação dos processos de reforma agrária e regularização fundiária que conduziram essas populações a realocamentos territoriais, migração compulsória e reconfiguração social. O contexto político-econômico regional marcado pela regularização fundiária, desenvolvimento rural e expropriação territorial de posseiros, agregados de fazenda, comunidade indígenas, quilombos e pequenos produtores rurais, produziu na região um novo ordenamento territorial, ao mesmo tempo em que produziu uma nova configuração social dos grupos sociais envolvidos no processo.

Tendo em vista, portanto, o processo de transformação do espaço ocorrido no norte de Minas, alcançando ainda diferentes povos e comunidades rurais, a região pode ser definida hoje como constituída por: grandes latifúndios agro-pecuários; pequenas propriedades rurais (geralmente assentamentos para onde algumas dessas famílias atingidas pelo projeto de desenvolvimento foram transferidas na década de 1970); quilombos e áreas ocupadas por ribeirinhos; entre outras comunidades tradicionais que, em sua maioria, vivem em situação de ilegalidade, uma vez que se encontram em terras que, no entendimento jurídico, são consideradas propriedade do Estado; também são encontradas uma grande área de irrigação pertencente do Projeto Jaíba¹⁶ que ocupa hoje mais de 90 mil hectares de terra na região entre os rios São Francisco e Verde Grande; além de grandes extensões de reservas florestais¹⁷ e

¹⁶ A implantação do Projeto Jaíba teve início na década de 50, com as primeiras iniciativas governamentais de ocupação planejada da área. Estudos realizados pelo *Bureau of Reclamation*, dos Estados Unidos, identificaram uma grande porção de terras com potencial para a agricultura irrigada, localizada na região denominada Mata da Jaíba, entre os rios São Francisco e Verde Grande. Foi o governo de Minas Gerais, através da Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS), que determinou a reformulação e a ampliação do antigo Núcleo de Colonização do Rio Verde Grande e a implantação de um projeto piloto de irrigação, numa área inicial de 5.680 hectares, envolvendo o logradouro Mocambinho. (extraído do site www.projetojaiba.com.br em julho de 2011).

¹⁷ Só em Matias Cardoso são cerca de 40 mil hectares de reserva.

áreas de reflorestamento de eucalipto e pinus para siderurgia mineira, muitas das quais vem encurralando paulatinamente populações tradicionais, pequenos e grandes produtores.



Foto 3: Projeto Jaíba - MG. Fonte: www.citybrazil.com.br



Foto 4: Processo de construção do projeto de irrigação Jaíba - MG. Fonte: www.projetojaiba.com.br

Desde os tempos das “frentes pioneiras”, ou “frentes de expansão”, até hoje, com o fenômeno que vem sendo chamado por alguns autores como pós-colonialismo (BHABHA, 1998), a lógica da modernização conservadora do campo tem atingido dramaticamente famílias de posseiros, povos indígenas e pequenos proprietários rurais. No contexto mineiro, as principais áreas de expansão desses conflitos estão concentradas nas meso-regiões: norte de Minas, Paracatu Alto e no baixo Jequitinhonha (SANTOS, 1985).

2.3 Conflitos territoriais no norte de MG

A lógica desenvolvimentista, aplicada ao projeto de regularização de terras por parte do Estado, resultou em uma série de situações fundiárias profundamente conflituosas entre fazendeiros e sitiantes em todo norte de Minas. Esse processo, protagonizado pela Ruralminas a partir dos anos 1960 até finais dos anos 1980, é destacado em todas as monografias que encontrei na literatura que trata das populações tradicionais do Norte de Minas. Esta abordagem revela que intrínseca à discussão sobre esses povos estão questões em torno das disputas territoriais que, historicamente, acompanham a trajetória dessas populações – muitas vezes encurraladas por latifúndios e expropriadas de suas terras em nome do desenvolvimento.

Os estudos em torno dos embates entre grupos sociais, em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, tem sido chamados, sobretudo na Antropologia, de estudos dos *conflitos socioambientais* (LITTLE, 2006), tendo em vista colocar como foco da etnografia a situação de conflito em si e não apenas o grupo social ou os recursos ambientais. Essa abordagem busca analisar a interação entre os meios biofísicos e sociais, dos interesses e reivindicações em torno desses recursos naturais e do território, assim como dos distintos discursos e “suas respectivas bases de legitimidade cultural e política” (LITTLE, 2006, p.93).

Dessa abordagem socioambiental, há uma profunda ênfase nas questões em torno do território, considerado a base de todo conflito. Para compreensão do conceito dos “conflitos territoriais”, utilizo a definição de Laschefski *et all* (2010) que consagra as questões territoriais e espaciais como sendo o cerne dos muitos conflitos socioambientais “que envolvem as relações de poder e meio ambiente no terreno”:

“Em princípio, os conflitos ambientais territoriais marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial (por exemplo, área para a implantação de uma hidrelétrica *versus* territorialidade da população afetada). A diferença em relação aos conflitos sobre a terra é que os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção de seus territórios, o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais”. (p. 267)

A compreensão de tais conceitos como *territorialidade*, *processo de territorialização* e *conflitos territoriais*, mobilizados nos estudos socioambientais, são importantes para compreensão da trajetória dos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas, os quais vem sendo estudados por antropólogos engajados numa perspectiva de análise interessada nas disputas políticas em torno dos territórios brasileiros.

Em consonância a estes estudos, Santos (1997), em pesquisa sobre o povo Xakriabá, localizados hoje na região de Itacarambi, noroeste de MG, trata da história de ocupação das terras doadas aos índios da Missão de São João e do processo que acarretou na sua expropriação pela Ruralminas. Segundo contam as narrativas indígenas sobre o momento fundante da história do grupo, suas terras originalmente foram doadas pela Princesa Isabel e D. Pedro II, “personagens-símbolo” que compõem o universo simbólico dos Xakriabá sobre um período histórico significativo, no entendimento do grupo, do processo que lhes confere o direito sobre a terra. Santos (1997) mostra que a forma como os Xakriabá remontam sua história, “ao invés de instaurar o direito do grupo à terra, não seria senão o instrumento de formalização e confirmação de um direito originário, pré-existente ao próprio ato” (p.38). A perspectiva que a autora apresenta é de que a reafirmação de um direito se passa pela relação daquele povo com a terra, e não por vias jurídicas unicamente.

Forasteiros eram passíveis de serem incorporados ao grupo e, portanto, à terra, pois não eram tidos pelos índios como “desagregadores do território” ou como ameaça: “a ocupação de determinadas áreas por pessoas de fora, ou *baianos*, não era, em si, percebida como uma ‘invasão’ ou como ameaça pelos moradores da terra” (SANTOS, 1997, p.54). Nesse período que remonta ao início do século XX, as terras doadas aos índios sofriam também tentativas de invasão por parte dos colonos que avançavam cada vez mais sobre suas terras e coronéis locais que tentavam promover o parcelamento da área outorgada aos índios por ordem do *Governo Imperial* (SANTOS, 1997). Mediante tal situação, indígenas, e também não-indígenas incorporados ao território Xakriabá, iniciaram uma corrida aos cartórios com objetivo de registrar e cadastrar suas terras – como forma de angariar meios legais que os protegessem de uma possível invasão dos seus terrenos.

A Ruralminas, criada em 1966, responsável por definir “terras disponíveis” para intervenção estatal, ficou encarregada de “representar o Estado na legitimação da propriedade, uso e reintegração de posse e discriminação de terras devolutas” (SANTOS, 1997, p.71), tornando seu patrimônio todas as áreas identificadas como terras devolutas – incluindo Jaíba, Manga, Itacarambi (território Xakriabá), Matias Cardoso, etc. Assim, esses municípios se tornaram áreas prioritárias de intervenção estatal, no que tange as questões fundiárias.

A autora mostra como as terras dos índios do São João das Missões foram afetadas por esse projeto, uma vez que os direitos a terra pelos índios – como patrimônio único e comum dos herdeiros – foi sendo ameaçado na medida em que, detectada a presença de não-índios no território, o direito aos *sucessores* a terra ficaria a cargo da “vontade e decisões políticas”. Situação essa que contribuiu para o agravamento de conflito territorial e ameaça de perda do território indígena e que resultou em uma inversão na lógica tradicional de apropriação do território.

“(…) o afluxo de fazendeiros e ‘investidores’ (...) indicavam um amplo processo de grilagem, motivado pela intervenção da Ruralminas. (...) Os cercamentos comprometiam, além do mais, não apenas os lugares de roça e morada, mas também o acesso aos domínios e recursos comuns, as pastagens naturais, fontes de água e caminhos” (SANTOS, 1997, p.75-76)

Esse período que compreende o processo de intervenção fundiária no norte de Minas pela Ruralminas, também foi objeto de estudo de Sônia Santos (1985). Sua pesquisa remonta um polêmico caso de desapropriação territorial ocorrida no início da década de 1970, em que famílias posseiras foram violentamente expulsas, sem direito à indenização, de um povoado ocupado por eles há mais de um século. Muitas das famílias atingidas foram ao longo dos meses deixando a região, por não terem mais onde viver. Outros foram transferidos para assentamentos rurais criados pela Ruralminas, como parte da política de reforma agrária que vinha sendo promovida na época. No entanto, os assentamentos, localizados no sertão de Minas, dificilmente interessava aos agricultores, acostumados à viver nas proximidades do rio.

Cachoeirinha fica ao norte de Minas, no município de Varzelândia – região do Rio Verde, próxima à Janaúba e Jaíba. A autora conta que, primeiramente, a região em torno do Jaíba havia sido povoada por negros e índios que ocuparam as matas e viviam isolados dos brancos durante muitas décadas. Os “posseiros” de Cachoeirinha ocuparam a mata da Jaíba em finais do século XIX e viviam em um sistema coletivo de uso do território, “separavam”

as terras de cada família apenas com tocos de árvores, estabelecendo divisas com marcas da flora, através da quebra de galhos etc.

Em torno da década de 1950, com o interesse dos mercados nacionais em torno daquela região para investimento na pecuária extensiva, principalmente, as terras que conformavam a região de Cachoeirinha se tornam alvo de especulação de investidores. Assim, diante dos programas de colonização promovidos pelo Estado nesse período, conflitos entre os lavradores de Cachoeirinha e grandes fazendeiros se acentuaram, até que, finalmente, em 1960, esses agricultores foram totalmente expulsos por policiais e capangas armados, tratados como invasores de terra. Santos (1985) conta com detalhes como se deu a retirada dessa população.

Em abril de 1964, com o golpe militar, “milícias formadas por jagunços e policiais desencadeiam, em todo o norte de Minas, uma ‘operação limpeza’ que, a pretexto de caçar comunistas e subversivos, irá dar cobertura armada a um processo de expropriação em massa de posseiros e pequenos agricultores” (SANTOS, 1985, p.46). Em setembro desse mesmo ano, um juiz do município de Montes Claros/MG, determina o desalojamento dos lavradores que ocupavam mais de 6.000 hectares de terras. Um grupo de homens armados, entre eles policiais militares e capangas, apresentam-se diante dos agricultores para cumprir o mandato. Sem condições de resistir, os agricultores deixaram suas terras “só com a roupa do corpo”. Alguns abandonaram imediatamente Cachoeirinha para onde jamais retornaram. Uns poucos que tinham casa no povoado se mudaram para lá. Outros ainda tiveram que se instalar “debaixo de árvores, expostos à chuva e ao relento” (SANTOS, 1985, p.50).

No entanto, grande parte desses agricultores e agricultoras não desistiram de suas terras. Contrataram advogados e se aliaram a movimentos sociais e sindicatos para tentar reaver seus direitos. Por muito tempo a situação desses lavradores ficava cada vez mais difícil. Nesse período, algumas mortes foram registradas, entre elas algumas envolvendo assassinatos e tentativas de assassinatos de lideranças do nascente movimento de resistência. No mais, houve grande dificuldade por parte dos lavradores de Cachoeirinha em encontrar trabalho, epidemias assolavam a comunidade, tendo cerca de 60 crianças chegado ao óbito devido a precariedade do modo de vida das famílias. Os fazendeiros que se estabeleceram por aquelas terras aliaram-se em uma ofensiva brutal contra os antigos moradores/posseiros. Uma das medidas tomadas pelos latifundiários foi mudar o nome do povoado – de Cachoeirinha, passou a se chamar *Verdelândia*. Ações como essas pretendiam levar ao completo esquecimento a existência daquele povoado.

Em meado dos anos 1970, após intermináveis tentativas de retomada de terra por parte desses agricultores e dezenas de prisões, o conflito chega à imprensa nacional e, finalmente, algum resultado é dado para essa questão. O governo estadual anuncia:

“foram identificadas as terras onde deverão ser acomodadas as 212 famílias dos posseiros de Cachoeirinha (...). A área fica no Vale do Jaíba e foi identificada pela Ruralminas que está fazendo o esboço de um projeto de infra-estrutura que possibilitará a ocupação da terra pelos trabalhadores” (SANTOS, 1985, p.74-75)

Após muitas lutas e tentativas de negociação entre os movimentos sociais de trabalhadores rurais, muitas famílias que antes viviam em Cachoeirinhas aceitaram serem alocadas nos assentamentos construídos na época para abrigar agricultores “sem terra” – medida que era vista pelo Governo como política de reforma agrária. Segundo Santos (1985), cerca de 64 famílias foram transferidas para assentamentos em terras da Jaíba.

Faço esse breve resgate do Conflito de Cachoeirinha por considerar que, possivelmente, uma parte dos moradores afetados pelo conflito foi transferida para os Assentamentos construídos no sertão, entre os quais está o Assentamento Linha da Cruz. Esta sugestão foi dada por Carlos Dayrell (Centro de Agricultura Alternativa – CAA) em uma conversa informal que tivemos durante o trabalho de campo. Tendo em vista que a construção de assentamentos naquela região tinha como objetivo promover o remanejamento estratégico de centenas de posseiros, e sabendo que este processo se deu entre as décadas 1960-1980, torna-se plausível considerar a relação entre o Conflito de Cachoeirinha contado por Santos (1985) e a formação da Comunidade Linha da Cruz, onde hoje realizo o presente estudo.

Durante o trabalho de campo, a história de Cachoeirinha foi algumas vezes acionada pelos moradores locais do município de Matias Cardoso e pelos gestores públicos da região. Através da literatura também é possível estabelecer relações entre os conflitos territoriais deflagrados em torno dos anos 1970 e a reconfiguração social do Norte de Minas. Segundo Santos (1997), durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1961, Jaíba (município vizinho de Matias Cardoso) passou a ser alvo de intensa propaganda oficial para colonização e criação de um pólo de desenvolvimento aliado a investimentos em novas técnicas agrícolas, mecanização e irrigação¹⁸. Pretendia-se naquela região a construção de um pólo de desenvolvimento e colonização para o qual Jaíba era tida como “*área de demonstração*”. Nesse período, o Governo Federal cria um projeto que tinha em vista a colonização de Jaíba, a fim de assentar cerca de 200 famílias, com apoio do Instituto Nacional de Imigração e

¹⁸ Ver o trabalho de Luciene Rodrigues (2000).

Colonização (INIC) – órgão que deveria doar 31.000 hectares para esse fim – e a Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (Ruralminas).

Como Santos (2007) mostra, o levantamento feito pela Ruralminas para construção do assentamento na região do Sertão recomendava, segundo a Secretaria do Estado da Agricultura: “*o desenvolvimento de terras praticamente inexploradas, no norte de Minas Gerais e, de modo específico, das terras da Jaíba e das vastas planícies dos chamados campos do cerrados*” (Santos, 1997, p.70-71). Nesse sentido, observa-se que no norte de Minas, não houveram apenas mudanças provocadas pela Revolução Verde, que tornou a agricultura cada vez mais dependente da oferta de bens de origem industrial e do crédito, mas, também, os programas de colonização do sertão norte mineiro, implementados pelo governo, constituíram uma política característica das “áreas de fronteira”, como é o caso da região do Cerrado ou da Amazônia, por exemplo.

Para tanto, no próximo item, a partir do trabalho de campo realizado na Linha da Cruz, descrevo como se deu o processo de ocupação e construção do território camponês no sertão, antes da divisão e titulação de suas terras.

Tendo durante o trabalho de campo observado a presença de falas que remetiam a uma “experiência fundadora” do lugar, procurei, para fins analíticos, traçar uma *passagem* que consagra dois tempos e duas territorialidades naquele lugar – do *Sertão Antigo* à Linha da Cruz. Assim, através da compreensão desse processo, me detive à análise das antigas práticas construídas por aqueles moradores, assim como a forma como ocuparam o espaço e constituíram um modo de vida, diferente da forma como hoje vivem.

2.4. Os tempos da “terra de Deus”, o *Sertão Antigo*.

Assim que passei o caminho das pedreiras, avistei a casa do Seu Vicente. Abri a cerca e a casa ficava lá pro fundo do terreno. Na frente era uma área de pasto, e só depois aparecia a casa. Fui recebida e acomodada num quarto por Dona Maria, 74 anos, esposa de Seu Vicente que, por hora, não se encontrava em casa – estava “lá pros meio da roça”, como ela costumava dizer. Maria nasceu num lugar chamado Baixo da Mula, região do Rio Verde. Ainda criança veio para o sertão, trazida pelos seus pais – José Ledo e Ana. Ela conta: *Meu pai não é daqui não, meu pai é de Espinosa. Minha mãe é do Barrero. Quando meu avô se mudou (...), veio a pé! Mais um irmão e um cunhado, trazia a saca nas costas, na mata e um facão... e o irmão dele ficou em Lagedinho.*

Em sua casa moram ela, seu esposo, sua filha Nilma – professora da escola rural – e os dois netos, Hércules, de dois anos, e Hudson, de doze anos e que costumava sempre chegar da escola e correr direto pra roça pra cuidar dos gados com seu avô, característica que aponta para o vínculo da família com o espaço. No mesmo terreno da Dona Maria, mora também seu filho Anésio, sua cunhada Ana Rita e quatro netos.

Sua irmã, Dona Rosa, reside a cerca de quatro casas a frente da casa de sua irmã, Maria. Lá também moram Seu Raimundo, primo de Dona Maria e casado com uma prima do Vicente. Nas proximidades mora o Branco, que também é primo de Dona Maria por parte de pai. Os pais de Dona Maria e Seu Vicente foram primos, então, além de casados, eles são primos de segundo grau.

Os moradores do Sertão Antigo dizem que naquela época viviam poucas pessoas por lá, mas Dona Maria conta que quando seu pai chegou já havia um tio que morava bem no “pé da curva”. Conta também que os filhos deles foram casando com os moradores e que no lugar a maioria eram seus parentes que foram construindo suas casas por ali também. O pai do seu esposo, seu José de Sá, primo do pai de Dona Maria, também se mudou para lá um tempo depois, pois não gostava de morar no Lagedinho, então veio desbravar o sertão e fazer roça junto à família de Dona Maria. Alocando suas moradias espaçadamente entre a mata seca, seus parentes vinham ocupando o sertão em torno da década 1940. Dona Maria conta que a casa mais próxima da sua era a cerca de cinco quilômetros à frente e que não havia briga por posse de terra nessa época, pois cada um podia escolher um pedaço pra morar, pois espaço tinha bastante.

O Sertão Antigo era basicamente formado pela rede de parentesco que envolvia Dona Maria, mas hoje há também outras famílias que chegaram a partir dos anos 1970 e que foram construindo suas casas ao redor.

A fim de construir uma cronologia que começa a partir da primeira onda de ocupação do sertão, procuro resgatar esse processo de ocupação através do que me foi passado nos relatos dos moradores antigos. Minhas principais fontes para resgatar a história do Sertão foram as duas irmãs, Dona Maria e Dona Rosa, cujos pais, como todos dali sabem, foram os primeiros a ocupar aquela região, desbravando o sertão e *apossando* suas terras.



Foto 5 : Dona Rosa e Dona Maria – Linha da Cruz/2011.

Histórias do povo de lá...

Seu Vicente confirma a informação de que foi a família de Dona Maria que “fundou” o sertão: *“foi o marido da tia dela que construiu um barraco de pau-a-pique aqui primeiro, palha de côco... já viu os coqueiro aí? Poisé... de primeiro fazia assim”*, ele conta. São comuns os relatos sobre essa forma de “apossia” a terra. Tanto o posseiro quanto o sitiante¹⁹ escolhem um terreno para construírem suas casas em local próximo a um córrego, lajedo, vereda, rio, brejo ou onde fosse fácil o acesso à água. “De acordo com o tempo, com a condição, a casa poderia ser de pau-a-pique ou adobe. A cobertura, quase sempre de folha de pindoba²⁰, eventualmente, de telha de barro” (DAYRELL, 2000, p.220).

O marido da tia de Maria e Rosa chama-se Simião, marido de Virginia, irmã da mãe delas. Segundo relatos, ele foi o primeiro morador daquele Sertão, vindo de Barreiro da Raiz – região de Janaúba, próxima ao rio Gurutuba. Chegaram ao Sertão por volta de 1930 e

¹⁹ Termo utilizado para designar o camponês que mora em um terreno que pode ter alguma origem na aquisição, que necessariamente não seja escritura. Também há os posseiros que são aqueles que moram em terreno mais afastado da fazenda, mas que trata-se de uma área que o fazendeiro considera sua. Em muitos casos, o fazendeiro deu a permissão para que ele morasse, nesses casos, há muitas situações em que o fazendeiro se torna padrinho dos filhos do posseiro, cria-se uma relação de proximidade entre eles e também de troca de serviços e benefícios (Dayrell, 2000).

²⁰ Pindoba é a folha da palmeira muito utilizada na cobertura de casas.

morreram antes da chegada da RURALMINAS, em 1974. De sua família, ainda mora na Linha da Cruz seu neto Raimundo, que hoje reside em terra de herança do avô.

A história que Dona Maria conta sobre como seu tio chegou ao sertão. É a seguinte:

Olha, um irmão do meu avô (...) descobriu esse sertão aqui. Sumiu um bronco de gado dele e ele pensou, não tinha lugar pra procurar, veio pra cá, o gado entrou aqui cá no sertão... tinha as lagoa, gado e onça... mas diz que era uma caveira de gado em cima da outra... quando foi um dia de tarde lá em Lajedinho... tinha um pastozão lá em frente da fazenda, esse gado pipocou... “ah o gado! ah o gado!”. No outro dia eles panchou os trabalhador dele, panchou as armas e os cachorro e se invocou no rastro do gado (...). A descoberta desse sertão foi assim... Aí, nesse tempo ele foi lá no Rio Verde e falou “ah lá não pode ficar sem morador não...”, foi buscar nas fazenda da região... aí o pai vinha mais minha mãe, “to indo pro sertão”...

_ Seu irmão que veio procurar o gado no sertão era dono de fazenda?

Ela responde:

Não era fazenda não, moça... [naquele tempo] pegava a navalha e fazia sua moradia... era terra de fartura grande... era do Governo... falava que era terra do governo... – em um tom desconfiado, ela continua – terra do governo nada, era terra de Deus... não era terra do governo... veio é tirar dos coitadinho, né?

A história contada por Dona Maria é condizente com a “história de raiz” contada por Oliveira (2003), que aborda com riqueza de detalhes o processo de colonização do norte mineiro. Como já discutido no início desse capítulo, essa região, até o final do século XVIII, era conhecida como *Currais da Bahia* devido à presença de fazendas que além da produção de alimentos, também mantinham criatório de gado.

O resgate da “história da raiz” da sociedade mineira descrita por Oliveira (2003) mostra que, além do ouro, a criação de gado também foi um dos grandes marcos do processo de formação social do norte de Minas. A pecuária praticada naquele tempo forneceu as carnes que salvaram os mineiros até finais do século XIX, assim como assegurou a persistência da mineração (TAUNAY, 1948 *apud* OLIVEIRA, 2003). A pecuária também propiciou a formação de diversas cidades na região, muitas das quais, não casualmente, hoje levam consigo referência ao gado em seus nomes - Gado Bravo, Gado Velhaço, Barreiro do Rio Verde, Barreiro da Raiz, Manga (palavra que também designa “pasto”), dentre outras.

Bastante característico de comunidades pastoris, o caso contado por Dona Maria sobre a “descoberta” do sertão pelo seu tio remete à primeira formação das “fazendas para criar”, também conhecidas como “*soltas de criar gado*” (WOORTMANN, 1983). Essas “fazendas”, em função de seu modo de criações de animais à *solta* pelas matas *afora*, iam adentrando-se para os interiores de regiões ainda não exploradas, conquistando terras e constituindo suas

propriedades. Trata-se de uma das formas coloniais realizada por pequenos produtores em frentes de expansões em zonas pioneiras – fixação de colonos estrangeiros na mata virgem (Seyferth, 2004).

Os povos que habitam a caatinga, morfogênese que favoreceu a chegada de camponeses migrantes, especialmente de descendência portuguesa e italiana, mas também negros fugidos da escravidão, são agricultores classificados pelos Geraizeiros como *Caatingueiros*. Como afirma Filho (2005), “*não se definem pelas relações internas, mas pelas relações que se desenvolvem nas fronteiras, pelas relações interculturais, não podendo mais ser compreendida pela mirada essencialista e substantivista, vista como totalidade homogênea decifrável a partir de sua lógica interna*” (p. 88). Trata-se de um grupo social que apresenta maiores dificuldades com a agricultura de subsistência²¹ do que os grupos rurais de outros ecossistemas. Em função disso, autores como Dayrell (2000) e Costa (2003) dizem que esse povo desenvolveu práticas produtivas específicas de sobrevivência na caatinga as quais, além de se basear na produção de alimentos para auto-subsistência, inclui, sobretudo, a criação de gado para venda e criação de uma “poupança” – estratégia de “segurança” da família (quando falta o alimento, vende-se o gado). Além dessas, também passaram a fazer parte do modo de vida caatingueiro práticas comerciais de produtos como algodão e mamona²².

“(…) além da produção de carne, as áreas de caatinga apresentavam uma tendência à especialização na produção de algodão. Na década de 1980 e 1990, a cultura do algodão se constituiu em uma monocultura praticada intensivamente por centenas de agricultores familiares, estimulados pelos preços do produto e pelas facilidades oferecidas pelos programas governamentais. Em poucos anos os agroecossistemas diversificados dos caatingueiros, destinados à produção de fibras, alimentos e criação de animais, cederam lugar à homogeneização dos sistemas considerados modernos” (FILHO, 2008, p.76).

Ao ouvir as histórias contadas pelos moradores antigos, tive curiosidade em compreender a razão que fez com que aquelas famílias viessem morar em uma região que, na minha forma de ver, apresenta tantas dificuldades para se viver, seja pelo fator climático ou pela distância dos rios. Parecia-me inviável que alguém pudesse escolher se alocar por entre aquelas matas secas. Entretanto, ao recorrer a estudos sobre o sistema catingueiro e, sobretudo, a partir da vivência na região, pude constatar que a relação daquele povo com o gado estava diretamente ligada ao seu modo de vida, o qual consistia, sobretudo, em se

²¹ Como alguns estudos sobre os habitantes da caatinga apontam, o agricultor deste ecossistema, muitas vezes, planta muito em uma área grande, mas produz pouco (DAYRELL, 1998).

²² Alguns autores vão tratar os catingueiros como povos mais inseridos economicamente no mercado e, talvez, por isso, mais assistidos por programas governamentais em comparação à outras populações tradicionais do norte de Minas.

estabelecer em áreas propícias para criação, com grandes forragens e área aberta para o gado solto (aprofundo sobre esse ponto no próximo capítulo).

Em trabalho de campo, observei que mulheres, homens e crianças estão cotidianamente ocupados com alguma atividade que envolve o cuidado com o gado. Não conheci propriedade que não houvesse alguma área que não fosse destinada à manga e ao cuidado com os animais, apesar de ter observado que muitas famílias hoje estão substituindo a manga pela plantação de mamona²³.

Ao ouvir os relatos sobre os modos de vida das famílias que se fixaram no sertão, se observa que os catigueiros do norte de Minas, diferente das populações que se estabeleceram em torno dos rios, trazem uma tradicionalidade predominantemente pastoril, marcada pelo manejo de pastagens nativas e exóticas adaptadas às condições de semi-aridez da região, ecologia concernente ao meio ambiente com os quais se fixavam²⁴. E, não menos importante para seu modo de vida, habilidades para cultivo de plantas mais resistentes à seca, como algodão, feijão, milho, amendoim, mamona, dentre outros, (DAYRELL, 1998, p.73 *apud* FILHO, 2008) também foram desenvolvidas pelo grupo, embora não representasse sua principal marca.

Foi, então, pelo *rastro do boi* que a primeira família chegou até o sertão e lá se fixou, o que levou à chegada de outras pessoas até que uma grande área da mata estivesse toda ocupada. Contam que assim que chegavam, os posseiros já procuravam fazer uma roça e deixavam o gado solto. Apesar de não haver rio próximo da região, contam que como se trata de uma área com muita formação de pedras, era comum encontrar o que chamam de “furados”, ou mesmo pequenas lagoas, onde o gado podia beber água e onde plantavam seu alimento. Assim, a atividade pastoril foi o ponto de partida para o desbravamento do sertão, uma prática que até hoje é muito comum entre aqueles agricultores, principalmente os mais antigos.

Maria falava também para mim sobre seu pai. Ela o descreve como um homem que sempre se recusou a trabalhar em fazenda dos outros, que lutou para ter seu próprio lugar. Conta que um dos irmãos do seu pai morava em Goiás, vivia de agregado numa fazenda e que, certo dia, convidou sua família para se mudar para Goiás, morar junto dele em uma

²³ Ouvi muitos moradores dizerem que tem vendido seu gado para investir nessa produção.

²⁴ Não pretendo afirmar que, para se fixar no sertão, as famílias tiveram que se adaptar às dificuldades que a região apresenta e, por isto, investiram na pecuária como modo de reprodução social. Opondo-me a Antropologia Ecológica que compreende as formas culturais como processos adaptativos ao meio ambiente, procuro chamar atenção para o fato de que os primeiros habitantes do Sertão Antigo, antes de chegarem à região, já apresentavam práticas pastoris no seu modo de vida.

fazenda, vivendo como agregados. Perguntei por que seu pai não queria ir para Goiás morar perto do irmão e ela me explicou que ali no sertão sua família tinha recurso, terra própria e que estava bom como estava, mas que, mesmo assim, um certo dia seu pai aceitou a proposta e foi pra lá, o que ela conta que não deu certo.

_Mudou... mas quando chegou, adoeceu! Ele falou assim “vamo embora daqui que eu não quero ser agregado de ninguém, nem de uma palha!”. Ai, do mesmo jeito que nós foi, nós voltamos. Nós foi nos lombo de cavalo, que nem cigano. E nós voltamos pra cá do mesmo jeito. E voltou pra casa véia nossa.

Pergunto por que ele não quis ficar lá, ela responde:

Trabalhar na fazenda dos outros? Ser mandado dos outros? Nós tinha um gadão, cavalo... só que foi vendendo...²⁵

Como Dona Maria relata, seu pai não queria de jeito algum morar em terra que não fosse dele. Ela conta com muito orgulho que ele nunca foi mandado por ninguém, diz que não aceitava viver assim. Por outro lado, ela e suas irmãs costumavam trabalhar em terra dos outros, na época de colheita do algodão.

E nós pegava algodão! É... nós acordava cedo! Nós nem dormia... entrava na roça de madrugada pra colher o nosso da roça dos outros pra poder ajudar pai na roça. Ele não tinha ciúme, tudo dele saía primeiro que dos outros por causa de nós...

Pergunto se seu pai também trabalhava na terra de outros, ela responde de forma muito severa:

Nós que trabalhava, moça! Era pra ganhar dia de serviço pra jogar na roça do pai. Os filhos que trabalhava... não era o pai não (...). Meu pai nunca precisou não. Os filhos que trabalhava na roça dos outros (...) Quando fosse plantar roça.. vixi! nós ia ajudar meu pai secar a roça, nós ia plantar a roça dele, (...) e nós já tinha passado por cima, já tinha tocado tudo (...). A vida do meu pai era mais favorável porque nós não brincava. Quando nós trabalhava fora assim da terra de gente, também nós ia... nós ia lá pra Manga.

Sobre o trabalho que Dona Maria conta que faziam na “terra dos outros”, perguntei se era para grandes fazendeiros, mas ela dizia apenas que era “pra terra dos outros”, sem fazer muita distinção quanto a isso. Percebi que quando o assunto era os tempos de antigamente, quando a memória se voltava para os tempos da infância e, logo, de fartura de terra, trabalho e alimento, o tema “fazenda” não aparecia com frequência, tanto é que não me detive muito à

²⁵ A referência aos “animais que foram vendendo” se deve à chegada da Ruralminas, quando, em função do corte de terras, ficaram sem espaço para criação de animais.

questão. Por outro lado, quando falávamos dos tempos em torno de 1970, quando a Ruralminas chega à região, nesse momento, a fazenda toma a cena na fala das pessoas com quem conversei. A memória da fazenda aparece com a chegada dos conflitos de terra.

Sobre os significados da fazenda, Ellen F. Woortmann (1983), em seu texto *O sítio Camponês* vai dizer:

“A expressão fazenda não significa, então, como hoje, grande extensão de terras, mas uma atividade econômica (...). A categoria nova que surge então é a propriedade e é este o termo que designa até hoje a grande propriedade em oposição ao sítio camponês, mesmo que este também tenha sua situação formal legalizada com devida escritura. (...) A expressão *fazenda* desaparece gradativamente do vocabulário classificatório local, substituída pelo termo *propriedade*, para só retomar na década de 1950, designando uma reorganização interna da propriedade e novo processo social” (p.170).

Para uma análise aprofundada da relação entre fazendeiros e sitiantes (ou situante), recorro à Margarida Maria Moura (1988) que, assim como Woortmann (1983), trata de dois momentos pelos quais a idéia de Fazenda se funda: o primeiro que ela chama *a formação da fazenda* e o segundo, a *Fazenda* propriamente dita – ou seja, a propriedade. Esta última se consolida a partir do projeto de modernização da agricultura que culminou no rompimento das práticas costumeiras (SCOTT, 1985) pautada em um código de condutas éticas e morais entre fazendeiros e sitiantes – seja com aqueles que viviam nas redondezas de sua fazenda, seja com os que moravam junto à fazenda sob a condição de agregados²⁶.

O modelo capitalista agroindustrial que se intensifica no Brasil em torno dos anos 1960-1970, não apenas acabou com essa “etiqueta de convivência” construída em torno de práticas costumeiras, informações, entre agregados e fazendeiros, como deu início a um processo de encurralamento de territórios ocupados por pequenos agricultores, assim como expropriação de suas terras, geralmente adquiridas através do sistema de posse. Como mostra Moura, a relação de favor entre os fazendeiros e sitiantes, ou agregados, se transforma em relação de contrato de trabalho – lembrando que ser proprietário significava ter escritura de terra.

“Se no passado os situantes interagiam com a fazenda através de grandes turmas, que, abrigadas pelo fazendeiro em prédios rústicos, eram postas a trabalhar em grandes destocas e capinas por *micharias* (alguns tostões), pequenas doações em alimento e remédio, esse código de relações está irremediavelmente esgarçado. A integridade dos costumes, daqueles que estavam fora do espaço da dominação direta do fazendeiro, fundava-se na distância física e social das terras, onde havia direto interesse da fazenda” (MOURA,1988, p.142)

²⁶ Normalmente, o agregado é aquele que residia “de favor” dentro da propriedade do fazendeiro. Tinha direito a um quintal onde podiam plantar pequenas roças e criar animais.

A autora demonstra que desde a década de 1970 esse quadro de transição entre regras costumeiras à regra do capital foi se modificando. A fazenda, para sobreviver, precisou agir consoante ao novo jogo de interesses impostos pelo projeto de modernização agrícola, deixando de ser agropastoril para se transformar em um empreendimento agro-pecuário, por se entender ser essa uma atividade mais lucrativa. Simultaneamente, empresas de reflorestamento também encobrem o espaço rural, não com grandes extensões de pastos, mas com plantações gradativas de eucalipto que passam a dominar a paisagem de várias regiões do Brasil. Esses processos alavancaram uma série de conflitos territoriais envolvendo pequenas comunidades rurais camponesas as quais, com o tempo, foram perdendo suas condições de produção e reprodução social²⁷.

O relato de Dona Maria sobre seu pai que se recusava a “trabalhar para os outros”, expressa, dentro da totalidade do sistema camponês, uma ordem moral que toca a sua autonomia e fere sua honra – valores entrelaçadas à categoria trabalho, nucleante no universo camponês. A ação “trabalhar na terra dos outros” ou “se assalariar” (WOORTMANN, 1990), para o sitiante, pode significar *sujeição*, humilhação, cativo. Enquanto que, por outro lado, quando o trabalho se conjuga em “ajuda” a um vizinho ou parente, não está investida a noção de “trabalhar para os outros²⁸”, mas sim uma ação que representa “reciprocidade entre iguais”, ou seja, entre os “*pobrezin*” – para usar uma expressão que Dona Maria utiliza para designar os pequenos agricultores.

Por fim, a tese de Woortman sugere que os princípios de honra e reciprocidade camponesa tem sua base no próprio significado que atribuem ao sítio camponês – ou seja, ao lugar de trabalho (*labuta*), de moradia da família e dos vizinhos. Uma vez que no sítio é onde estão estruturados os padrões de troca matrimonial e reciprocidade social, é em torno desse território que pode ser encontrado os valores que definem a *campesinidade*. Assim, para o autor, compreender um sistema social requer conhecimento das *práticas* e *categorias* movimentadas pelo grupo e os significados que atribuem ao *espaço*, ao seu sistema simbólico de organização e às representações sociais.

2.5. O modo livre de ocupação no Sertão Antigo.

²⁷ Ainda neste capítulo, ao tratar sobre o segundo processo de ocupação do sertão, desta vez promovido pelo governo com o Programa Ruralminas, retomo a essa discussão.

²⁸ O *outro* pode designar também o forte, o proprietário, na terminologia local.

Nos tempos do Sertão Antigo, o sítio apresentava grandes extensões de terra de ocupação livre que abrigaram os primeiros *chegantes* e, mais tarde, outros migrantes vindos de outras regiões. O Sertão, ocupado primeiramente por uma família e, mais tarde, pelos parentes vindos de outras regiões, não apresentava qualquer divisão formal das terras. As residências eram consideravelmente distantes uma das outras: a roça e o gado se estabeleciam por entre a mata. A constituição de uma extensa parentela espacializada entre a mata reunia, muitas vezes, pessoas vindas também de outras comunidades adjacentes, como é o caso de Lajedinho, de onde vieram muitos agricultores.

No Sertão Antigo, antes da *posse* revestir-se em *título*, a lógica que imperava para uso da terra e ocupação do território era diferente da lógica que imperou com a divisão de terras. Sobre esse ponto, Seu Vicente, esposo de Dona Maria, conta que: [antes da divisão de terras] “*plantava, mas era onde quisesse, não tinha local certo não... as vezes morava aqui e plantava lá perto de Lajedin... o trabalho era assim. Tinha que andar pelas matas e ir colhendo... as vezes a roça era longe...*”

A divisão das terras e do plantio entre as famílias era livre, sem cerca, não havia uma divisão formal da propriedade e do uso da terra: “*em 70 isso aqui era bruto, só mato... nós morava lá embaixo*”, conta o morador. A declaração de que aquele lugar “era uma mata só” e que foram os posseiros roçando, plantando milho, feijão, mandioca, mamona e algodão, representa uma particularidade da prática de apossamento de terras devolutas e a forma de organização do *sítio camponês*.

Segundo Woortmann (1983), o manejo do mato e das matas expõe uma etapa característica das práticas de apossamento de terras. A presença do *mato* “designa uma área onde a cobertura vegetal original nunca sofreu derrubada, ou em que esta ocorreu numa época que escapa à memória do grupo. Sob outro ponto de vista, o *mato* é uma área de onde se pode extrair a *madeira*, a *estaca* e a *lenha*” (p.177). Na perspectiva de Woortmann, transformar o *mato bruto* em *terra de trabalho* representa uma etapa do processo de apropriação e de ocupação do território, assim como de domesticação da natureza para morada. No sentido posto pela autora, “amansar” o mato é torná-lo objeto de trabalho, adequá-lo à lavoura. Num sentido diacrônico, ela vai dizer que o *mato* é ponto de partida; até que se torna *roça*, que torna-se *capoeira fina*, que evolui para *capoeira grossa* e, novamente, torna-se *roça*. Finalmente, quando o solo da *roça* se torna “esmorecido”, ou seja, fraco, devido à frequência de “rodízio de terras”, ele é coberto de pastagens ou de palma, tornando-se, então, *pasto*.

“independente de todas e quaisquer conotações que o mato tenha, no plano classificatório, e além de suas várias utilidades, há entre seus vários significados

um denominador comum: ele sempre se refere ao *gado*, uma observação não sem significado quando se analisa um grupo social que se reproduz num contexto de pecuarização” (WOORTMANN, 1983, p.182).

Não acidentalmente, o encontro do sertão pelo *rastro do gado*, como relatado por Dona Maria, pode ser visto como prática tradicional do modo de apossamento de terra de uso comum – uma preparação para as *soltas*. Este modo de criação de gado, segundo Woortmann (1983), representou o modelo do sítio camponês até meados dos anos 1950, quando o gado era colocado na *capoeira* e depois transferido para o *mato*. Dessa década em diante, com a escassez do mato, a situação do sítio é alterada. O surgimento das pastagens plantadas substitui as *soltas* que passam a ser privatizadas pela propriedade (p.183) e pela pecuária extensiva. Observamos, portanto, que *mato* correspondia às *soltas* que designa extensões de vegetação natural, local onde o gado do sitiante era criado. Com a chegada da *fazenda* – ou mesmo do sistema de loteamento de terra – as *soltas* se transformam em pasto. Processo esse que subentende a redução do espaço de reprodução social do sitiante e transformação de suas estratégias produtivas.

Diante dos relatos sobre o processo de ocupação dos moradores do Sertão Antigo, procurei operar o olhar antropológico na perspectiva das “práticas possessórias”, definidas por Paoliello (1998) como uma prática exercida por um determinado grupo social que, frente a condições objetivas, agenciam suas escolhas a partir de um sistema de disposição internalizada, não objetivadas – como sugere a visão legalista. A autora mostra como os conflitos fundiários, impulsionados por processos globais, vem sendo recriadas pelos atores sociais por meio de práticas de posse de terras – tidas pelo Estado como devolutas. Ela analisa o caso envolvendo a expropriação das terras de camponeses em função da expansão cafeeira, situação que levou essa população a viver em condição de agregados em fazendas de café ou em áreas restritas.

A partir desse caso, a autora analisa o direito possessório como uma noção ainda em construção que foi adquirindo reconhecimento no decorrer da história fundiária do Brasil, quando, no processo de “desbravamento”, na abertura de terras para apossamento simples, o camponês introduziu na cena jurídica um novo sujeito de direito: o posseiro. A autora define essa forma de apropriação possessória como um modelo “combinado” em que

“a terra é apropriada ou utilizada comunalmente, e sua apropriação por cada unidade doméstica é individualizada na pessoa do pai de uma família geralmente nuclear ou no casal, dando-se sobre parcelas que não se restringem à residência e às áreas de cultivo. Por outro lado, partilham com as situações de terra comum a apropriação possessória” (PAOLIELLO, 1998, p.202).

Todavia, tendo em vista a condição histórica generalizada no campo brasileiro, a posse enquanto direito foi sendo o instrumento fundamental pelo qual pequenos lavradores posseiros constituem seus patrimônios, estratégia que lhes assegura “um espaço social de existência, dentro da ordem geral de relações em que estão inseridos”. Assim, a posse é representada enquanto direito e estratégia constitutiva de patrimônios territoriais (PAOLIELLO, 1998, p.203).

A apropriação possessória por parte dos familiares de Dona Maria pode ser vista, segundo a perspectiva de Paoliello, como uma prática que lhes asseguram autonomia e permanência em um determinado lugar “pretendido” pelo grupo. Entretanto, as estratégias possessórias refletem diretamente no campo jurídico e colocam em foco o direito enquanto: 1) *criação social* e 2) *campo de disputas* em que os agentes sociais – grileiros, cativos, posseiros – se defrontam por uma definição jurídico-legal de seus respectivos espaços sociais²⁹.

Para tanto, a visão de Paoliello da posse enquanto *expressão de autonomia do lavrador* pode ser vista em conformidade com os relatos de Dona Maria sobre a resistência de seu pai em tornar-se cativo, assim como pela importância dada no valor de possuir sua própria terra para “não ter que trabalhar para os outros”. Nesse sentido, a categoria “posseiro” ajusta-se à identidade dos primeiros ocupantes do Sertão Antigo. A autora define “posseiro” como sendo aquele que

“detém um direito sobre a terra, justificado pela sua utilização efetiva, ou por moradia ou por cultivo, não necessariamente conjugados, mas que podem não se estar exercendo, o que, do ponto de vista dos agentes, não significa perda de posse enquanto direito (...) o objetivo explícito [do posseiro] é o de se tornar, ou de se manter, como lavrador autônomo, para escapar a formas de trabalho mal remunerado em propriedade alheia” (p.209).

O processo jurídico transforma a posse em domínio, mas, por outro lado, vinculada à noção jurídica está a concepção individualizada e privada de propriedade – qualidades que tanto justificam quanto dão legitimidade a posse como direito. Concepção moderna de propriedade que assegura o direito individual à terra, ao mesmo tempo em que engloba outras lógicas de uso do espaço.

²⁹ No entanto, sem desconsiderar a questão jurídica intrínseca à discussão sobre arranjos possessórios, procuro neste estudo considerar mais os aspectos em torno do *modo de apropriação da terra e constituição do território* para compreender a constituição do grupo e do lugar, deixando, assim, a análise do processo institucional de titulação das posses de terra para outro momento.

Neste sentido, Paoliello afirma: “a lógica possessória, assim, é a lógica jurídica que assume um caráter englobador com relação às outras lógicas operantes para seus agentes” (p.210). A forma de ocupação do território, os usos tradicionais da terra, ou seja, a forma *cultural* da posse – tradicionalmente operada – acaba por ser englobada pela lógica da posse como propriedade individual e direito privado.

Transição

A passagem de um regime *livre* de apossamento da terra para o regime *moderno* de propriedade compreendeu um espaço de tempo que remonta à pelo menos três gerações e a mudança que ocorreu a partir daí é bem entendida pelos moradores mais antigos, expressa pelas imagens que mantêm vivas e pelos sentimentos que manifestam a respeito dessa transição. Foram, justamente, as falas e relatos dos moradores antigos que vivenciaram esse processo de transição que me permitiram tratar o Sertão Antigo como metáfora que orienta a idéia de *dois tempos* sobrepostos e que coexistem na comunidade da Linha da Cruz. Essa memória é lembrada e percebida no espaço.

(...) depois da Ruralminas, passou a plantar na propriedade, ao invés de plantar solto (...). A terra (...) só que não tinha escritura né? Aí agora tem... aí depois que a Ruralminas tomou de posse, loteou. Se lado de lá da estrada loteou em gleba graças ao fazendeiro. (...) Às vezes a gente trabalhava assim, numa área quadrada, aí quando ia cortando, tirou um tanto assim... dividiu tudo... e minha gleba lá ficou em várias quaras, várias glebas... e agora dividiu, ficou pedaço no meio, pedaço de cá... virou aquela bagunça... E não indenizava não. Indenizava da linha que vai pra Gado Bravo, mas daqui dentro não... (Seu Vicente – morador da Linha da Cruz).

Até a chegada da Ruralminas, não existiam demarcações visíveis para apropriação da terra, o que subentende um regime coletivo em que princípios de divisão do espaço eram estabelecidos pelo *uso* (não pela compra) e definidos pelo trabalho exercido por cada unidade familiar, como explica Seu Pio: “o camarada que morava aqui... ih, se eu cismasse de fazer uma roça, uma casa como daqui a lá pra Cisan... ih, eu ia... fazia... ninguém falava nada... o Estado era livre... e hoje não...”. Os limites morais eram definidos, portanto, pelo *labor* sob a terra e as práticas sociais subentendiam, sobretudo, a busca pela autonomia expressa na garantia de produzir o alimento necessário para sustento da família – signo de fartura e riqueza para esses povos.

A seguir, para chegar a uma maior compreensão da questão, descrevo o processo de chegada da Ruralminas que culminou na transformação dos modos de vida e da forma de ocupação do espaço desse grupo.

2.6. Novo ordenamento territorial do Sertão, a chegada da Ruralminas.

O primeiro processo de ocupação livre do sertão descrito acima vigorou até meados dos anos 1975 quando, com a chegada da Ruralminas, as terras ocupadas pelos moradores do Sertão Antigo passaram a ser tituladas pelo governo e todo território foi recortado e dividido em lotes.

A maior parte daquele espaço onde vivia a família de Dona Maria, seus parentes e vizinhos foi transferido para fazendeiros, enquanto que uma pequena parcela foi destinada ao assentamento rural onde seriam alojados agricultores de outras regiões que encontravam-se naquele momento desapropriados de suas terras³⁰, como afirma Seu Pio: *“Quando a colônia abriu aqui, iniciou esse trem aqui, veio gente de todo canto (...). Tinha um chefe lá no [município de] Jaíba que pra pegar um lote tinha que pegar com ele... a Ruralmina que decidia, cortava os lote e ia dando pro povo...”*.

Pequenos produtores rurais foram transferidos de outras regiões para aquelas terras; pessoas, atraídas pelos baixos preços de terras estabelecidos pela Ruralminas, foram comprando lotes e também por lá se fixando, como afirma Seu Vicente: *“Quando iniciou... veio muita gente de longe por causa das terras (...), outros vinham caçar lugar [para morar], outros que já tava possiada, ela [a Ruralminas] tirava... aconteceu também... botava pra fora. (...) Foi vendendo em condições de pagamento muito boa demais, era baratinho...”*.

Com a chegada da Ruralminas, os moradores do Sertão Antigo foram sendo encurralados com o cercamento das terras e chegada de novos moradores vindos em função do assentamento. As terras do Sertão foram, então, reduzidas a loteamentos de 25 hectares, o que significou deslocamento das roças, do pasto, das moradias para conformação do assentamento, o qual, todavia, se deu em um longo processo, vindo alcançar os moradores do *Sertão Antigo* mais tardiamente. A razão para isto é que os moradores do sertão viviam mais à

³⁰ Com a modernização agrícola levou à entrada da agroindústria na região norte de mineira. Esse processo tem sido um dos fatores que conduziu centenas de populações nativas ao êxodo rural tanto para áreas urbanas quanto para outros zoneamentos rurais onde encontrassem terra para se fixar – geralmente em áreas devolutas ou desocupadas, em regiões de pouca especulação fundiária. Esse fator tem levado, também, ao empobrecimento do solo e destruição dos recursos naturais, situação que há anos tem colocado em risco populações que necessitam desses recursos para viver.

dentro das matas e os lotes cortados pelos Ruralminas partiram primeiramente das áreas mais próximas à estrada, como conta Alvídio: *“mas quando eles chegou aqui não tinha estrada, menina... só lá em cima que tinha, uns 50 km... só era tudo mata... só via uma vaguinha assim... enxergava um pedacinho da estrada (...). [na demarcação territorial] O pai pegou 40% só da área que ele usava... mas ele tinha um pedaço de mata aqui ó... ah... uns 17 hectare?”*.

Alvídio é morador do *Sertão Antigo* desde que nasceu. Filho de Dona Maria e de Seu Vicente, primeira família a ocupar o sertão, ele fala das casas dos moradores do Sertão que ficavam mais para dentro das matas: *“Tinha umas casa de taipo, tipo joão de barro, colocada umas madeira, botava umas vara, amarrava assim e jogava vara de cá...”*. Essas casas foram derrubadas para ampliação da Linha e transformação em lotes.

Com a regularização das terras e sua conseqüente redução, Alvídio me contou que alguns agricultores hoje tem que alugar um pedaço de sua terra para o vizinho colocar o gado se quiser mexer com criação, pois na forma como ficaram os terrenos, muitas vezes não sobra espaço suficiente para o exercício dessa atividade. Depois que loteou tudo *“aí a criação tem que ser presa, agora tem que fazer mais comida... às vezes, quando a área tinha muito pouca comida, os outros vizinho chegou, tinha criação, às vezes alugava a área dele pra botar a criação num pouco período de tempo...”*. Alvídio conta que apesar da redução da área, o costume de criar animais, principalmente gado, não se extinguiu, ainda que apresente hoje uma diferença em relação ao modo como antes se fazia. Como explica o morador, *hoje é preciso prender os bois, pois o espaço é pequeno*.

Os moradores do Sertão Antigo, quando perguntados sobre como era o espaço *antes* da Ruralminas, sabiam identificar exatamente o lugar onde antes ficavam suas terras. Basta um caminhar junto a um morador pela roça para se ouvir *“aquelas bandas ali era onde eu ficava”* ou então que a *“mil metros daqui tinha uma lagoa bonita que nós usava pro modo do gado beber³¹”*, falas que sempre remetiam ao sentimento de privação do direito de criar o gado solto em terras indivisas (ou pelo menos não formalmente divididas) e à vastidão de território que antes constituam seu modo de vida e sua forma de ocupação.

Rebouças (2000) analisa o processo de remanejamento dos moradores de uma comunidade ribeirinha, localizada no oeste paulista, região do Vale do Paranapanema, que seria atingida por um projeto de construção de uma barragem hidrelétrica. No entanto, com base na noção de espaço construída pelos ribeirinhos, a proposta do Cesp de realocamento dos

³¹ Falas anotadas em caderno de campo.

moradores acabou sendo um completo fracasso. A autora pontua como um dos problemas do reassentamento é o fato de que, a oferta dos lotes havia sido feita desvinculada de uma política financeira e agrícola para a pequena produção e que, com isso, os agricultores reassentados tiveram dificuldades em continuarem se reproduzindo socialmente no novo território. Nesse sentido, Rebouças (2000) aponta para os problemas que a mudança do espaço pode trazer para a organização social do grupo.

“A mudança para um novo lugar traz em si a ruptura de uma morfologia social que estava inscrita na organização do espaço doméstico, na disposição dos diferentes domínios e no controle de seus trajetos e códigos. O reassentamento estabelece, também de forma compulsória, uma nova distribuição entre os diferentes espaços que compõem o cotidiano daquelas comunidades, resultando em novas apropriações e representações. (...) O deslocamento e a reorganização espacial irão imprimir significados diferenciados em cada um destes níveis na medida em que eles comportam relações sociais de natureza diversas” (p.95).

Dona Maria conta que a chegada da Ruralminas acarretou no realocamento das pessoas, compressão de seus territórios e perda da produção. Em conversa sobre sua experiência em relação a esse processo, ela diz:

Eu: Então quando chegou a Ruralminas (...), passou por cima da terra da Senhora?
Dona Maria: *A terra nossa onde é que nós tava, é os lote de Branca... Tinha que aceitar o que eles [a Ruralminas] fazia.*

Eu: Quando a Ruralminas chegou foi dividindo tudo sem saber qual era terra de quem?

DM: *Ah moça, dava briga... Arregaçava a criação da gente... (...) Ah, nós acabou com tudo que tinha...*

Eu: Vendeu os gados?

DM: *Vendeu, porque não tinha manga... Arregaçou tudo! Não tinha manga! Era cavalo, era égua... Era tudo. (...) Ah, ficou um vazio só... Foi gastando... foi mitigando... agora não pode quase nada. Tem anos, anos, anos mesmo...*

Em torno de 1960, quando o processo migratório se intensificava na região, Dona Rosa, irmã de Dona Maria, conhece Seu Olvídio – agricultor vindo da região de Varzelândia, onde vivia nos *fundo de fazenda* – e casa-se com ele. A história contada por ele, sobre sua chegada na região, é um exemplo dos efeitos que as políticas agrárias daquele período no norte de Minas tiveram sobre as populações nativas. Seu Olvídio conta que com sua expulsão da fazenda onde vivia com seus pais e irmãos, ele e um de seus irmãos seguiram em busca de trabalho nas terras do sertão. Ele conta a história.

Veio uma parte de mineiro e outra de baiano. Um conhecido nosso de Lajedinho trouxe nós praí e falou:

_ Ó gente, aqui é assim, lá pra modo de trabalhar não tem a Ruralminas vindo cortar os lotes pra nós, você chega aqui você marca 1.000 metros de

comprimento e 250 de frente e 250 de ponta, um pertinho do outro, quando a Ruralminas vir e indenizar a pessoa do que fez, aí agora eles sabem quem faz... Então lá tem muita gente que já invadiu a mata, fazendo desse jeito, mas é só essa metragem que vou dá pra vocês [dizia o conhecido].

Aí [ele] trouxe a base de umas oito pessoa praí. Quando chegou aqui, ele foi e cortou um lote aqui, tirou outro aqui, outro tirou assim... e foi fazendo desse jeito. Onde é que era que nós tava plantando que é a fazenda. Aí veio a Ruralminas e falou:

_ Ô, vocês tá plantando aqui, agora vocês vão parar. Vou colocar vocês lá pro sertão, pro lado de baixo. E aqui é de fazendeiro. [fala da Ruralminas – simulação]

_ E nós vamo perder o que nós fez? [fala dos sitiantes – simulação]

_ Não, vocês não perdem, mas a cerca e os pau é daqui do lote, nós não vamo indenizar vocês por pau não, capim também não. Agora se vocês tiver cana, bananeira, plantada dentro do lote, laranja, isso daí nós vamos indenizar. [fala da Ruralminas – simulação]

_ E aquelas bananeiras que nós plantou dentro do lote? [fala dos sitiantes – simulação]

Com o cercamento das terras pela Ruralminas, parte dos trabalhos – roçado, plantação de capim, capinagem, etc – realizados pelos posseiros era perdido. Como relata Seu Olvídio, todo o pasto que existe hoje nessas fazendas da estrada de Gado Bravo foi plantado por ele, seu irmão e os conhecidos que vieram com ele. Segundo ele, a Ruralminas, ao deslocá-los para o sertão, não levou em conta os anos de trabalho investidos no terreno onde antes viviam.

Seu Olvídio: (...) Esse negócio aí, nós pegou mais essa mata aí foi no machado. Roçando. Depois a fazenda foi encostando, foi fazendo carvão, foi fazendo carvão, fazendo cerca, e foi empurrando com os trator, foi e virou fazenda. Entendeu? (...) Foi tudo nós que plantou de enxadão... Primeira capim que existiu nessas fazenda foi de enxadão, abrindo as covas e as muié semeando a terra.

Esse processo desencadeado pela Ruralminas estabeleceu sob todo o território rural do norte de Minas uma lógica organizacional que primava pelo incentivo à pecuária extensiva e pelo estabelecimento de grandes propriedades. Mas, para tanto, as famílias de posseiros localizados em áreas de interesse econômico deveriam ser remanejadas para regiões menos produtivas. Assim, foram feitos lotes de 25 hectares, onde foram sediados aqueles pequenos produtores rurais e posseiros. Esse processo é parte da ação estatal que dividiu o território do Sertão Antigo em quatro linhas paralelas, por entre a mata que, como citei na Introdução desta dissertação, foram denominadas “Linha A”, “Linha B”, “Linha C” e “Linha D”, tidas como colônias de povoamento ou assentamentos rurais organizados pela Ruralminas.

No período em que realizei trabalho de campo, as chamadas “Linha A e D” eram praticamente inexistentes em termos populacionais. Por alguma razão, aquelas áreas foram ao longo dos anos se esvaziando, ficando apenas os lotes, sem a presença de seus proprietários

ou moradores. Por outro lado, a chamada “Linha B”, conhecida hoje por *Linha da Cruz*³², que representa, em comparação com as demais linhas do assentamento, a maior concentração populacional é onde estão abrigados tanto os moradores antigos do *Sertão*, como os moradores vindos com a Ruralminas.

A situação daquela região hoje, parafraseando Durval (2009), é de “uma coletividade improvisada pelo Estado”, uma vez que a comunidade hoje é composta por pessoas de diferentes trajetórias e origens, além de compreender certo fluxo sazonal de pessoas que em determinados períodos chegam ou deixam suas terras. Característico de alguns assentamentos, Durval (2009) define esse tipo de espacialidade como um lugar onde “(...) é formada uma comunidade agrícola de pessoas que, salvo exceções, acabaram de se conhecer, ou começaram a se conhecer melhor. Cada uma das famílias que é assentada, num dado assentamento, carrega consigo as experiências de suas origens e trajetórias (...)” (p.35-36).

Assim, da ocupação uniforme inicial, caracterizada pela *apropriação livre da terra*, conduzida por *laços de parentesco*, inicia-se o *segundo* fluxo migratório promovido pela Ruralminas através da venda e da distribuição de terras devolutas do Estado para essas famílias de *diferentes origens e trajetórias*.

Com a chegada da Ruralminas, o *Sertão Antigo* passa a ser constituído por agricultores que, sem outra opção de moradia, vinham tentar a vida no sertão. Muitos foram comprando lotes pela Ruralminas – algumas famílias compravam até mais de um lote. Elas vinham, geralmente, atraídas pelo comércio de algodão muito forte naquela época e pelo baixo preço dos lotes. A partir de então, uma nova lógica de ocupação das terras do *Sertão* se estabelece: a compra e a venda de lotes de 25 hectares.

Há relatos de que nesse período também foram desmatadas grande parte da mata seca para retiradas de madeira, como expressa a fala de um morador local: “*A madeira de lei aqui foi a Ruralminas que tirou todinho primeiro... Cedro... Óia os toco de cedro que nós achou... depois que nós pegou esse lote, que nós achou aí ô, onde é que eles tirou cedro... ficava aquelas... tirou escondido aí ô, catou cedro grosso todinho pra poder entregar os lotes*”.

No entanto, observei que a alienação de suas terras não levou os posseiros antigos a saírem daquele território. Ao contrário, as famílias permaneceram na terra, aceitando a condição imposta pela Ruralminas – ou seja, registraram seus lotes e, assim, tornaram legal sua condição de proprietário. Não foram, portando, expulsos da região, mas, como muitos

³² Seu Olvídio explica porque o nome da Linha B passou a se chamar “Linha da Cruz”: “*você vê aqueles lotes ali da Isabel? Onde tem uma cruz lá do lado da fazenda... vê? Do outro lado da esquina era um lote do finado Cassimiro*” – dos primeiros moradores do Sertão.

relatos afirmam, sofreram com a redução do seu espaço de plantio e de solta, em função do encurralamento provocado pela entrada das fazendas no território que abrangia a área “apossada”. Hoje todo o território, incluindo as áreas de mata seca, foi tomado por fazenda e a prática de pecuária extensiva predomina em toda a região. O espaço destinado ao assentamento foi dividido em lotes, compreendendo, portanto, unidades particulares dos novos moradores do sertão – “*um monte de quadradinho*”, como dizem eles – onde convivem hoje nativos e *chegantes*.

A obrigatoriedade da titulação da terra para garantia dos direitos sobre ela levou muitas famílias a definir aleatoriamente qual o pedaço onde iam ficar, já que os terrenos foram reduzidos ao tamanho de 25 ha. No período, contam que, por um tempo, esse foi motivo de conflitos entre nativos, *chegantes* e técnicos da Ruralminas, como relatam: “*terra que era de um passou pra outro!*”, “*dava briga danada, menina!*”. Quando chega a Ruralminas, o morador tem que escolher que lado do terreno prefere ficar: “*a mata era grande, depois virou 25 hectares (...) Pelo menos nós tinha direito de ter mais terra, não tinha?*”, fala de Dona Rosa.

Em relação aos moradores antigos, há um sentimento ambíguo sobre esse processo. Apesar de expressarem em sua fala a perda da liberdade de um tempo passado em que a terra era *livre*, também falam com orgulho sobre o fato de suas terras hoje estarem registradas “tudo direitinho no cartório”. A fala do Seu Alvídio descrita abaixo é ilustrativa desse novo “senso” adquirido em relação à propriedade, cuja relação com a terra passa pelo crivo jurídico na prática que hoje os moradores tem tido em manterem em dia os documentos de sua propriedade.

“Ó, nós paga imposto pro Incra! Nós tem escritura. A terra é nossa! Todo ano nós paga o Incra. Se não tiver a escritura do Incra da terra, dá zebra... foi escriturada a terra, nós gastou muito! Se não tivesse essa escritura, outro chegava lá e tomava. Nós ia lá na Jaíba. Eu fiz com Dr. João, a escritura...”

Seu Olvídio chegou na Linha na década de 1960, quando ainda nem havia assentado a região toda. Ele é mais jovem que sua esposa, Dona Rosa, que já morava no Sertão desde nascida. Quando estive com eles, cada um trazia pra mim uma conversa diferente: diferentes histórias e percursos. Dona Maria nunca havia saído do Sertão e Seu Olvídio, expropriado de terra, já vinha tentando lugar pra morar por algum tempo. Conversando no quintal da casa, debaixo de uma grande árvore, eles me contam como foi o processo para fazer a escritura. A terra, primeiramente, foi cortada pela Ruralminas, mas precisava titular e legalizar sua

situação. Seu Olvídio conta que foi muito trabalhoso procurar advogado na época para resolver, mas que tinha que fazer isso porque, do contrário, eles perderiam o direito.

Foi escriturada a terra, nós gastou muito! Se não tivesse essa escritura, outro chegava lá e tomava. Nós ia lá na Jaíba. Eu fiz com Dr. João, a escritura “ah, não precisava registrar agora não, ninguém ia tomar agora não, depois você registra”. Fiquei demorando, Dr. João saiu, ficou Zé Bangêncio. Zé Bangin de lá veio embora pra’qui, pra Manga. Precisou eu, outro advogado pra modo de eu poder registrar a escritura que eu fiz com Dr. João. Zé Bangin não queria registrar, falou “porque você não registrou com Dr. João? A escritura não foi ele que fez?” Pois é, agora pra modo de eu registrar ela aqui em Manga precisa ‘cê pagar um advogado. Foi o advogado que assinou...

Dona Maria vendeu todo o rebanho que possuía pra pagar as despesas com cartório e locomoção para as cidades vizinhas. Hoje são poucas as cabeças de gado que eles possuem, mas ao menos conseguiram pagar pela terra a qual, hoje, pode ser tida como propriedade deles. Tentei acompanhar o raciocínio e perguntei sobre o que achava de agora terem o *direito* sobre a terra, ao que Dona Maria logo foi dizendo: “*O direito nosso era onde é que eles queria colocar nós. Nós não tem direito*”.

3 APONTAMENTOS TEÓRICOS: GÊNERO, ESPAÇO E SISTEMA DE PRODUÇÃO

Onde antes havia “*umas fazendas longe, uns lajedos mais adiante*, mas o restante era *terra livre*”, como costumavam dizer, foi feito o “apossamento” da terra. As áreas ocupadas não definiam limites firmes de extensão das “propriedades” e, nessa mesma terra, encontravam-se atividades produtivas diversas – criação de gado, pasto, agricultura de subsistência, casas de farinha, teares para fiar pano grosso e atividades comerciais como produção de matéria prima para indústria. Essas imagens do passado, que a partir dos relatos dos mais velhos pude resgatar, me pareceram ser a forma como o grupo antigamente se reproduzia socialmente e realizavam aquilo que Brandão (1998) chama de *ethos* camponês.

No capítulo anterior, procurei traçar, em linhas gerais, como se deu o *processo de territorialização* (OLIVEIRA, 2004) que se inicia com a história do “rastro do gado”, enquanto uma *narrativa* cristalizada na memória dos moradores e que não se situa nem “no domínio do mito nem no da história, mas na interseção de ambos” (LÉVI-STRAUSS, 1984 *apud* GODÓI, 1998, p.100). Assim, dando continuidade a análise do modo de ocupação tradicional, anterior ao processo de titulação das terras do Sertão, neste capítulo, levanto alguns pontos acerca do *sistema produtivo tradicional* (GODÓI, 1998), buscando, a partir do diálogo entre alguns autores que trouxeram importantes contribuições para a construção desse conceito, fazer um levantamento teórico sobre os estudos do campesinato na Antropologia. Mais à frente, discuto a respeito da *divisão sexual do trabalho e organização social do espaço*, procurando pontuar como a dimensão das relações de gênero tem se inserido no debate acerca dos sistemas produtivos rurais.

No próximo capítulo, como forma de identificar as características do campesinato no Norte de Minas, mas especificamente da área da caatinga/cerrado, faço, por fim, um diálogo entre a literatura discutida neste capítulo e os dados etnográficos sobre modos de produção e reprodução social no Sertão antigo/ Linha da Cruz.

3.1 Sistemas produtivos tradicionais

Para compreender as práticas produtivas na Linha da Cruz, considero importante discorrer, primeiramente, acerca dos modos produtivos tradicionais, a partir de como antropólogos, sociólogos e economistas tem definido “modos produtivos”, para além da

definição tradicional de “controle dos meios de produção material” promulgada pela teoria econômica marxista.

Sabe-se que economistas clássicos³³ produziram teorias acerca do comportamento econômico das sociedades tendo como pressuposto a economia capitalista. Tais formulações não concebiam como “econômicos” aqueles princípios que não correspondessem à forma de pensar pautada no “mercado” – *commodity thinking* (STRATHERN, 1999; POLANYI, 1980). Tal postura epistemológica, acompanhada de um forte apelo evolucionista, teve grande repercussão até o início do século XX, quando autores como Karl Marx, e depois Alexander Chayanov, Polanyi, entre outros, restituíram toda essa formulação derivada do “caráter lógico da relação fins/meios” (CARVALHO, 1978), para instauração de uma perspectiva “substantiva” da economia, fundada na idéia de dependência real do homem à natureza.

No entanto, no que interessa à teoria econômica camponesa, alguns autores apontam que o pensamento de Marx e Engels pouco avançou na compreensão de seu sistema. Cardoso (2002) comenta que

“o marxismo clássico analisou a economia camponesa: 1) como um modo de produção secundário (uma das formas de produção mercantil simples) que historicamente aparece subordinado a diversos modos de produção dominantes; 2) referindo-se especificamente a formações econômico-sociais européias do século XIX, como uma forma de transição cuja tendência seria a absorção pelo capitalismo”.

Chayanov é considerado o principal teórico, neoclássico, a tratar o campesinato em sua particularidade e em suas diferenças em relação ao sistema econômico capitalista. Contudo, o fez sem concebê-lo como em estado primitivo de organização econômico-política – como muitos autores pensavam e tratavam o campesinato até então (POLANYI, 1980). Dessa forma, ele realiza uma extensa pesquisa focada em grupos camponeses na Rússia, concentrando-se na análise de sua organização social e modos de produção baseado no núcleo familiar – “es absolutamente esencial estudiar el trabajo de la familia tan exhaustivamente como sea posible y esblecer los elementos de que se compone la base sobre la que desarrolla su actividade econômica” (CHAYANOV, 1974, p.48).

As características centrais do universo camponês observadas por ele e que se tornaram a base dos estudos do campesinato foram, em síntese, as noções de auto-exploração do trabalho familiar e satisfação do consumo dos próprios membros da família. Ainda que sua obra clássica tenha sofrido, ao longo do tempo, muitas reformulações, seus apontamentos em torno

³³ Aqui refiro-me à primeira escola moderna de Economia formada por Adam Smith, entre outros

da economia camponesa foram cruciais para compreensão dos problemas enfrentados por esse grupo, em decorrência dos processos de modernização, o que veio, mais tarde, a ser chamado de “a questão agrária³⁴”.

Henri Mendras (1978) também é um dos importantes autores que traz essa discussão acerca das sociedades camponesas, enfatizando, entre outras coisas, o fato de que predominou no pensamento econômico ocidental a idéia de submissão inevitável das sociedades “primitivas” à economia de mercado³⁵ e as leis da indústria. Segundo Mendras (1978), depois de Chayanov, em finais do século XX, economistas marxistas se aventuraram em teorizar sobre “economia camponesa” a partir de alguns apontamentos feitos por Karl Marx sobre modo de produção, mas foi o conceito de “*modo de produção doméstico*”, criado por Chayanov, o marco determinante para compreensão da lógica da produção familiar camponesa que se pauta na idéia de que trata-se de um sistema distinto tanto do capitalismo, quanto do feudalismo ou escravismo (WOORTMANN, 2001).

Para Chayanov o objetivo básico do grupo doméstico individual é garantir a satisfação de suas necessidades (dos membros da família) e não obtenção de lucro, uma vez que não trabalha na lógica de produção de excedente ou maximização de recursos – a unidade camponesa é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e uma unidade de consumo. Suas conclusões acerca dos camponeses derivam de um extenso trabalho de campo que realizou com grupos familiares na Rússia – “cerca de 90% das propriedades camponesas russas por ele examinadas não utilizavam trabalho assalariado, mas apenas a mão de obra familiar” (WOORTMANN, 2001, p.03).

Chamando atenção para o fato de que os estudos em torno da economia camponesa deveriam se diferenciar do estudo nas sociedades industriais, uma vez que sua pesquisa revela

³⁴ “Contemporâneo das pesquisas e artigos de Chayanov, Vladimir I. Lênin propôs, por exemplo, uma articulação dos demais trabalhadores, com os também “trabalhadores do campo”. Por sinal, o lema de Lênin após 1917 fora justamente: “Paz, terra e pão”. O que Lênin buscava mostrar e convencer marxistas e populistas (como era denominado Chayanov, pelos marxistas) é que a Rússia já era um país capitalista, inclusive tendo no campo a formação (e consolidação) de um mercado consumidor, bem como produtores re-investindo capital na produção. Compreendendo *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, título de sua obra, o passo rumo ao socialismo estava mais próximo do que se imaginava, argumentou um dos líderes da Revolução: “Observamos que o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista”. (LÊNIN, 1985, p.35). Lênin entendia a realidade dos camponeses russos pelo o que ele denominou: “Teoria da Diferenciação Social”, que significa a capacidade de determinados indivíduos, investirem na produção, obtendo alguma tecnologia e maior força motriz, como cavalos, por exemplo, desembocando na incorporação de terras e propriedades por alguns camponeses enquanto outros de mesmo grupo e origem camponesa tornavam-se proletários. Sendo a maioria da população na Rússia ainda rural, a maneira de triunfar na intenção de tomar o poder, parecia conquistar o apoio de camponeses. Essa foi uma estratégia de Lênin, mas não significa que ele não entendesse que logo o camponês iria (ou deveria) ser extinto” (MARTINELLO, 2011, p.34)

³⁵ “Mercado” será utilizado designando sempre a esfera de circulação de mercadorias por intermédio de trocas monetárias.

que a família e a relação entre seus membros seriam a base de sua economia, Chayanov mostra que o *grupo doméstico* deve ser o centro de sua política econômica do sistema camponês – “en el esquema de los elementos orgánicos armoniosamente desarrollados en la *empresa* de explotación doméstica campesina la fuerza de trabajo de la familia es *algo dado*” (p. 99). Princípios como harmonia e equilíbrio se tornaram nucleantes da teoria do campesinato desenvolvida por Chayanov, ao passo que noções em torno de “produção de excedente” e “escassez³⁶”, característicos do modelo capitalista de produção, não poderiam ser aplicadas naqueles contextos.

Assim, falar em termos de modo de produção camponesa significa compreender que “aquilo que em uma economia capitalista pode ser isolado como remuneração do capital, na família camponesa é usado para consumo” (WOORTMANN, 2001, p.04). Essa é uma das principais características que marcam o sistema camponês como um modelo *em contraste com a lógica de produção capitalista*.

Outro ponto importante que Chayanov (1974) aponta como diferencial entre esses dois modelos diz respeito à intensificação do volume de produção:

“cualquier unidad agrícola capitalista cuyo tamaño es determinado por una cantidad constante e invariable de capital y de tierra, puede mantener el mismo volumen durante um período indefinidamente largo (com limites infinitos); pero la unidad económica campesina, en condiciones análogas a las de la realidad russa, varía constantemente su volumen a lo largo de décadas” (p. 67).

O autor mostra que qualquer excesso na produção que supere os níveis estabelecidos pela autoexploração do trabalho familiar acarretará em um excesso de trabalho incapaz de ser incorporado pela família – “la productividad debida a um aumento em la intensidad del capital no puede elevarse cuando ua es óptima en sí misma” (p.99). No entanto, a noção de renda (nexo monetário) dentro do universo camponês é tratada por Chayanov como uma consequência do capitalismo na lógica do campesinato. Para ele, a entrada do nexo monetário na unidade doméstica viola a “armonía de los factores característica de la situación óptima” (p. 102).

Mentras também trata a questão da “renda” no universo camponês compreendo as práticas de circulação simples de mercadorias que geravam renda para os grupos familiares

³⁶ A idéia de “equilíbrio” expressa que entre a satisfação da demanda e a penosidade do trabalho há um ponto em que o aumento da produção e do trabalho (contração de pessoal, por exemplo) não resultaria em benefícios para o pequeno produtor. Enquanto que a lógica produtiva que pensa em termos de “produção de excedentes” e “escassez de produção”, ou seja, aquela produção que não gera excedente para o mercado, como mostra Sahlins, (1978) “é a sentença decretada por nossa economia – e é também o axioma de nossa ciência econômica” (p. 10).

que estudou, procurando, inclusive, mostrar relações do campesinato com a economia mais ampla. Define, assim, que as práticas de mercado dos grupos camponeses, mais do que “lucro” ou “remuneração”, representam “elemento de tributo”. “O produto da atividade familiar é um todo”, diz Mendras (1978), “do qual deve desfaltar-se o tributo” (p.47). O termo *tributo* utilizado por ele se refere ao excedente do consumo familiar que poderá ser transformado em outros bens de consumo (“fazer o *pé-de-meia*”), o que representa, no caso, menos um capital ou lucro do que uma “poupança entesourada”. Trata-se dos produtos de “precisão” (TEIXEIRA, 2008), ou seja, aqueles produtos básicos para a sobrevivência.

Terra e trabalho familiar, no universo camponês, são *fatores fixos de direção do cultivo*. Na medida em que não se emprega trabalho assalariado e sua terra é seu maior patrimônio, ele se manterá menos como empresário do que como camponês (p. 49).

“Pagar o tributo e satisfazer as necessidades internas graças aos braços e à terra disponíveis: esta é a equação simples que o camponês deve resolver ano após ano. Não podendo, a curto prazo, agir nem sobre a terra nem sobre o tributo, ele é portanto obrigado, seja a diminuir o consumo familiar, seja a aumentar o trabalho” (MENDRAS, 1978, p.47)

Mendras (1978) considera a economia camponesa *paradoxal* no sentido em que ela permite tal “ruptura” entre a lógica do autoconsumo e a economia de mercado, sem, contudo, deixar de garantir a autonomia necessária para que possa perpetuar-se dentro de sua lógica econômica.

O sociólogo Karl Polanyi (1980), em sua obra clássica *A Grande Transformação – as Origens da Nossa Época*, ao analisar o surgimento da moderna economia capitalista, primeiramente, faz uma distinção entre os diversos mercados, em seus diferentes momentos históricos. Esta perspectiva que concebe o mercado enquanto um fenômeno histórico humano o insere no debate entre economistas “substantivistas” – atitude epistemológica que representa variação na forma empírica de definir o processo econômico, ao passo que, para os economistas “formalistas”, esse processo se define como uma relação moldada pela minimização dos meios e maximização dos fins (lucro).

Sua tese é a de que na história da humanidade sempre existiu alguma forma de mercado “incidental na vida econômica”, mas que noções como “ganho” e “lucro”, mobilizados diante de uma relação de troca “jamais desempenharam papel importante na economia humana” (POLANYI, 2000, p.59), uma vez que “os mercados nada mais eram do que acessórios da vida econômica (...), o sistema econômico era absorvido pelo sistema social” (Idem, p. 81). Embora variadas formas de mercado fossem presentes em todas as épocas, Polanyi mostra

que o controle e a regulação da economia por parte do mercado encontra-se presente apenas nas sociedades modernas dotadas de um sistema industrial. Dessa constatação, o autor produz uma crítica à economia clássica, procurando evidenciar, através de referências etnográficas e históricas, “várias espécies de economias, a maioria delas incluindo a instituição mercado” (p.63), mostrando que o “homem primitivo” não apresentava uma “psicologia capitalista”, tão pouco uma “comunista”, mas sim que

“a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos (...). É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como outra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas” (POLANYI, 2000, p.65).

A “falácia economicista”, como ele se refere à ideologia de mercado, consiste, portanto, na identificação artificial da economia com sua forma de mercado, fazendo com que o surgimento histórico do mercado se confundisse com a definição formal de economia. Polanyi vai mostrar que oferta/procura/preço – noções operantes do mercado – são categorias modernas e definem aquelas sociedades cujas relações sociais são controladas pelo sistema econômico. Aponta, assim, que em outras sociedades a ação econômica está associada a princípios de comportamento que não necessariamente estão ligadas a um cálculo racional econômico, mas a valores como *reciprocidade*, *redistribuição* e *troca* que constituem formas de *integração social*.

No caso do grupo examinado nesta pesquisa, desde o início do processo de ocupação do Sertão Antigo se percebe a importância do núcleo familiar para sobrevivência do grupo. De modo geral, é característico dos pequenos produtores rurais, agricultores familiares ou camponeses o preparo das roças e o cuidado com a criação ser realizado pelo próprio grupo doméstico (em geral, pelo casal e filhos que residem na moradia dos pais ou nas proximidades). No entanto, paralela à divisão de trabalho no âmbito da família nuclear, também é comum encontrar entre esses agricultores a presença de outras categorias que subentendem um sistema de reciprocidade social desenvolvido naquela região. Em trabalho de campo na Linha da Cruz pude identificar pelo menos três formas gerais de reciprocidade social que vão de encontro ao que Polanyi (2000) apresenta como valores de integração característicos dos grupos rurais “tradicionais”: *camaradas*, *troca de dias* e *arrendamento de terra*.

Na falta de mão de obra para o trabalho na roça, geralmente, em função de alguma grande colheita que virá a ser realizada, contrata-se uma pessoa fora do núcleo familiar, conhecido como *camarada*. Geralmente ele é pago por dia para ajudar a família, ou pode ser simplesmente retribuído com alguma compensação envolvendo troca de trabalho (*trocas de dias*), sobretudo quando se trata de um trabalho exercido por parentes ou vizinhos mais próximos, o que também é visto como ajuda mútua. A troca de dias envolve ajuda com força de trabalho para o preparo de um roçado, construção de cerca, entre outras atividades que demandam maior esforço. Essa prática pode ser entendida como um valor moral, não monetarizado, de reciprocidade social em que se trabalha *quando quer* ou pode, não representando, assim, obrigação. O “pagamento” segue a lógica do bom senso, em que se entende que naquela relação é estabelecido o valor com o qual um deve ajudar o outro. *Arrendar a terra*, por outro lado, consiste num sistema de ajuda com fins materiais, pois visa fornecer a um parente, vizinho ou pessoa de fora uma parte da terra para plantação ou criação. Por meio de um acordo, a pessoa que arrendou deve obrigatoriamente retribuir o “arrendamento”. A forma de retribuição pelo arrendamento, no entanto, pode ser feita de diversas formas. No caso da Linha da Cruz, por exemplo, a forma de retribuição dependerá muito do grau de parentesco ou de proximidade entre aquele que arrendou e o arrendado, podendo, então, variar entre pagamento com parte do lucro da plantação, com divisão da colheita ou troca por trabalho na roça.

Tais formas de reciprocidade social, mesmo nos dias de hoje, são comuns entre os pequenos proprietários da Linha da Cruz, sendo que, com a titulação das terras, a prática de “arrendamento de terra” se tornou uma das formas, por excelência, de reciprocidade social entre algumas famílias na região. Através desse sistema, famílias que chegaram a região sem terra, trabalhavam nas terras dos moradores e, assim, conseguiram fundos para aquisição de sua própria terra. Essa mesma prática é utilizada hoje por aqueles agricultores que almejam ampliar a quantidade de hectares para plantio de mamona.

Polanyi recorre à etnografia de Malinowski sobre o circuito Kula (sistema de troca e reciprocidade) na Melanésia Ocidental, e a genealogia das trocas feita por Marcel Mauss. Partindo desses autores, ele mostra que naquelas sociedades a reciprocidade prevalece como um comportamento social obrigatório nas relações sociais, evidenciando que, nesse caso, não é preciso que haja um mercado que se auto-regule para que haja “trocas comerciais”, como pensava a economia clássica.

Por outro lado, Carvalho (1978) aponta, na introdução ao livro *Antropologia Econômica*, que a teoria de Polanyi, e de seus seguidores, não deu conta de explicar “a

passagem de uma forma de integração à outra” – de uma sociedade sem classes para uma sociedade de classe, como problematizava a antropologia na época. Da mesma forma, as questões em torno do parentesco como moldando as formações sociais também não foram devidamente teorizadas pelo autor. Nesse sentido, por volta dos anos 1960, autores como Meillassoux, Godelier e Sahlins, entre outros, em suas etnografias, abordaram os sistemas econômicos das sociedades tradicionais tendo como base a estrutura de parentesco como marco analítico.

Partindo da “lei de Chayanov³⁷”, o antropólogo Marshall Sahlins utiliza a noção de “modo de produção doméstico” (MPD), pioneiramente introduzida pelo economista, para refletir acerca das sociedades primitivas. Mas vai além ao se afastar de uma visão que ele considera “hobbesiana” e segundo a qual seria a “natureza biológica” da família que determinaria as leis de sua composição, o que implica na compreensão da economia campesina como uma “economia natural”. Sahlins promove um desvio na teoria de Chayanov avaliando que a dicotomia consumidores/produtores não estabelece por si só o modo de produção, pois são as relações de parentesco e chefia que o determinam. Para o antropólogo, a “organização social ao invés de impulsionar a produção, impede o desenvolvimento dos meios produtivos” (WOORTMANN, 2001). Essa constatação, pautada em sociedades primitivas, representa uma inversão ao modelo chayanoviano.

Em análise da obra *Stone Age Economics*, Woortmann (2001) mostra que para Sahlins “o parentesco é, então, uma superestrutura que contrabalança a tendência centrífuga do MPD³⁸”. Ainda que o antropólogo conceba diferenças entre sistemas de parentesco, como por exemplo acontece entre as formas de parentesco havaiano e esquimó (SAHLINS, 1972), Woortmann (2001) explica que, para o autor, tanto a chefia quanto o parentesco encarnam uma economia política e incorporam a estrutura da sociedade, em contradição com a “economia natural” do MPD a qual, na perspectiva chayanoviana, se subordina às regras de reciprocidade e/ou redistribuição. Em síntese, para Sahlins, quem condiciona os modos de produção em sociedades tradicionais não é a unidade familiar individualizada, como pensava Chayanov, mas, sendo o parentesco a instituição que organiza a sociedade, à ele estariam condicionados os sistemas de trocas e reciprocidade social³⁹.

³⁷ A Lei de Chayanov consiste na idéia de que o caráter familiar da produção é dado pelo equilíbrio entre satisfação de demanda e penosidade do trabalho (WOORTMANN, 2001).

³⁸ Modo de Produção Doméstico (MPD).

³⁹ Sobre esse ponto, Sahlins (1972) também se distingue da teoria de Chayanov e de outras perspectivas econômicas do campesinato no momento em que essas insistem na idéia de **equilíbrio** como inerente à relação de reciprocidade. O antropólogo diz: “the economic anthropology of reciprocity, however, is not at the same

“O vão de distância social entre aqueles que estabelecem trocas condiciona o modo desta troca. A distância de parentesco, como já foi sugerido, é especialmente relevante para a forma da reciprocidade. A reciprocidade é inclinada para o pólo generalizado pelo parentesco próximo, e em direção ao extremo negativo em proporção à distância do parentesco”. (WOORTMANN, 2001, p.8)

Todavia, essas distinções feitas até aqui sobre “economia camponesa” se tornam fundamentais, uma vez que ajudam a pensar os distintos modos de existência e comportamentos econômicos entre os diversos grupos rurais, os quais, por sua vez, não operam produtivamente sob os mesmos princípios. A esse respeito, os estudos rurais contemporâneos, sobretudo na Antropologia, têm rompido com a primazia do econômico e privilegiado aspectos ligados à cultura, às múltiplas práticas dos agentes e ao papel da experiência. Essa postura epistemológica, como mostra Godói (2009), tem colocado em questão “os meios que institucionalizam formas de dominação da sociedade inclusiva” (GODOI *et al*, 2009, p.11).

“A construção da história social do campesinato, como de outras categorias socioeconômicas, deve romper com a primazia do econômico e privilegiar os aspectos ligados à cultura. Ao incorporar as múltiplas dimensões da prática dos agentes, destacamos o papel da experiência na compreensão e explicitação política das contradições do processo histórico” (p.11).

A perspectiva do campesinato enquanto construção histórica e social conduz a uma infinidade de possibilidades de arranjos socioculturais camponesas. Essa abordagem tem demandado dos pesquisadores o reconhecimento de suas variadas formas de organizações políticas e expressões culturais que objetivam, a partir de então, não apenas uma *condição camponesa*, mas uma diversidade de agricultores, coletores, extrativistas, ribeirinhos, entre outros (GODOI *et al*, 2009). Hoje, o campesinato tem sido estudado sob um leque de condições sociais que devem ser consideradas. Entre elas, estão

“os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os

stage. One reason, perhaps, is a popular tendency to view reciprocity as balance, as unconditional one-for-one exchange. Considered as a material transfer, reciprocity is often not that at all” (p. 190)

colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária” (GODOI *et al.*, 2009, p.11).

O universo simbólico construído por esses agentes sociais, suas representações, categorias e regras segundo as quais pensam e vivem sua existência tem sido foco de estudo etnográfico, em detrimento dos domínios estanques da economia e da política os quais, todavia, são tidos pela antropologia como domínios incorporados e imbricados às categorias do próprio universo simbólico que constitui todas as sociedades (“Cosmologias do Capitalismo” – SAHLINS, 2003). Em síntese, como muito bem expressa Godoi *et al.* (2009) sobre o que hoje representa os estudos do campesinato:

“Menos do que um campesinato de constituição tradicional, no sentido da profundidade temporal da construção de um patrimônio material e familiar, vemos se institucionalizar, como elemento distintivo, um patrimônio cultural inscrito nas estratégias do aprendizado da mobilidade social e espacial. Estratégias que visam, entre outros objetivos, à busca do acesso aos recursos produtivos para a reprodução familiar e a exploração de alternativas, oferecidas pelas experiências particulares ou oficiais de incorporação de áreas improdutivas ou fracamente integradas aos mercados” (p.13).

O estudo realizado por Chayanov em unidades domésticas camponesas na Rússia, quando lhe foi possível elaborar uma teoria *universal* do campesinato⁴⁰, pode não se aplicar à realidade do campesinato no Brasil, mais especificamente à região norte de Minas Gerais, por exemplo. Entretanto, compreendendo as limitações que tais teorias clássicas de um campesinato puro ou ideal estabelecem, podemos inferir que, por outro lado, as noções que esses autores resgatam como *patrimônio*, *produto final bruto*, *tributo* e *produção não-consumida* (MENDRAS, 1978) se tornaram essenciais para leitura do universo camponês, assim como ajudaram a pensar esse grupo em contraste com o “sistema capitalista ocidental”.

Woortmann (2001) procura mostrar que a composição do grupo doméstico não se define apenas pela quantidade de filhos e agregados, havendo uma dimensão também qualitativa “que depende de padrões de hierarquia e divisão de trabalho definidos pela ideologia de gênero” (p. 10). Assim, falar em “economia campesina” significa também

⁴⁰ Woortmann (2001) diz “Chayanov reconhece que seus constructos reduzem a vida a um esquema e que sua teoria abstrata tem como objeto uma propriedade camponesa de tipo mais puro do que aquelas que seriam encontradas na realidade. O modelo se aplica ao “tipo puro” que seria encontrado em situações de fronteira com baixa densidade demográfica, disponibilidade de terras e herança igualitária. Naturalmente, restaria saber porque um campesinato com unigenitura seria menos puro. No entanto, o modelo de Chayanov serviu de base para várias formulações relativas à especificidade da economia camponesa”.

incorporar um aspecto na análise que não apenas remete às relações sociais, mas ao sistema de representação desse universo que toca, contudo, não apenas a quantidade de indivíduos do grupo familiar, mas também à relação entre homens e mulheres, filhos e filhas. Questão que discorro no próximo item a partir da impressão dessas representações nas relações de trabalho e na divisão do espaço.

3.2 Gênero, Trabalho e Espaço

A razão pela qual considerei destacar o trabalho da mulher e os marcadores de gênero para análise dos sistemas produtivos e organização social na comunidade Linha da Cruz/Sertão Antigo se deve ao fato de que ao tratar de sistema produtivo costuma-se delegar às mulheres o espaço da esfera doméstica, como sendo aquele que, quase inquestionavelmente, é de domínio feminino, ou seja, sua condição. Desse modo, o *trabalho produtivo* fica sendo aquele que além de definir a cultura como um todo (WOORTMANN, 1991), também é tido, não por acaso, apenas como a esfera de domínio dos homens.

Woortmann (2010), em prefácio do livro *Gênero e Geração em Contextos Rurais*, organizado por Parry Scott (2010), traça a trajetória dos estudos de gênero na Antropologia. Em relação aos estudos rurais ela diz:

“No universo dos estudos rurais ou das sociedades camponesas, a dimensão de gênero e geração pode ser identificada de forma implícita ou indireta desde os estudos de Chayanov, os quais serviram de base para a maior parte das pesquisas das décadas de 1960 e 70. Nessa perspectiva, os camponeses eram analisados enquanto famílias/grupos domésticos de produtores e consumidores de alimentos cujos excedentes de força de trabalho e produção eram destinados para as camadas populares urbanas. Nessa ótica, a mulher era subsumida e encompasada pela família, uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada no casal, e em seus eventuais agregados. Nesse quadro, depois teoricamente seguido por Galeski e Tepicht, a mulher camponesa nas pesquisas era percebida como limitada à esfera doméstica, responsável pelo consumo familiar, enquanto o marido/pai era definido como principal responsável pela reprodução da produção” (p.13).

Nos últimos anos, a importância da abordagem de gênero para análise da organização social do campesinato tem sido cada vez mais endossada pelas pesquisas na área, já que os “modelos tradicionais de compreensão de grupos de agricultores, especialmente aqueles identificados como camponeses, costumavam naturalizar a divisão do trabalho e da vida cotidiana entre homens e mulheres e também entre adultos e jovens” (SCOTT, 2006, p.17).

Henrietta Moore (2004) dedicou-se aos estudos de gênero e Antropologia Social procurando, a partir dessa interseção, contribuir para o debate em torno das noções de “trabalho”, “produção” e “reprodução” que rondam o universo de pesquisas na Antropologia. Em seu livro *Antropologia y Feminismo*, ela faz uma detalhada revisão teórica de etnografias que descrevem as práticas de homens e mulheres em diferentes contextos culturais como forma de elucidar acerca do tratamento teórico que a Antropologia tem historicamente dado às relações de gênero. Ela mostra que, embora o espaço doméstico tenha sido culturalmente identificado como domínio feminino, a naturalização desse dado no trato da organização social do trabalho oculta ou invisibiliza outras formas, possíveis, de inserção das mulheres na economia e em atividades que garantem a reprodutividade social do grupo.

A autora destaca que, especialmente nas últimas décadas, a participação das mulheres em trabalhos ditos produtivos tem sido cada vez mais evidente. Em função da crise nos pequenos sistemas rurais policultores, provocados pela modernização agrícola, globalização da economia, uma das principais conseqüências identificadas nesse processo é a intensificação do êxodo rural. Diante disso, os homens que representam os “chefes de família” são obrigados a migrar em busca de trabalho na cidade, fazendo com que, na ausência do marido/pai, as mulheres tenham que assumir os serviços na roça e garantir a sobrevivência do grupo familiar⁴¹. Alguns dados mostram que, hoje, as mulheres tem garantido de 40 a 80% da produção agrícola em países em desenvolvimento (CHARLTON, 1984 *apud* MOORE, 2004: 60).

Moore (2004) ao discutir acerca da história da Antropologia, no que tange aos estudos mais clássicos sobre sociedades rurais e camponesas, mostra como os antropólogos têm invisibilizado as mulheres em suas etnografias ao naturalizarem os papéis sexuais no plano da cultura.

“Los académicos que mantienen que la subordinación de la mujer no es universal tienden a centrar el problema de las relaciones de género en lo que *hacen* la mujer y el hombre y no en un análisis de la valoración simbólica atribuída a hombres y mujeres en una sociedad dada (...). No obstante, centrar-se en lo que *hacen* los hombres y las mujeres, plantea unevitablemente la cuestión de la división sexual del trabajo y de la división concomitante de la vida social en esfera ‘doméstica’ y

⁴¹ Sobre esse ponto, Ortner (1974) é uma referência importante para análise do status social das mulheres em termos culturais. A autora, em seu artigo “Is Female to Male as Nature to Culture?”, apresenta o argumento de que a “cultura” é sempre pensada e definida em termos das práticas masculinas. Para ela, cada cultura, à sua maneira, coloca a mulher em uma posição de inferioridade em relação aos homens. Assim, de acordo com o pensamento de Ortner (1974), as mudanças em relação aos papéis sexuais de homens e mulheres numa determinada sociedade, não necessariamente representa uma mudança na estrutura simbólica dos sistemas sociais.

‘pública’, la primeira reservada a la mujer y la segunda AL hombre” (MOORE, 2004, p.46)

Para Moore, quando o assunto são os papéis de homens e mulheres nas sociedades, o que os antropólogos tem feito é reproduzir sua visão pessoal, suposições e expectativas acerca das relações entre homens e mulheres para outros contextos sociais. Moore chama esta situação de “efecto distorsionador”: pesquisadores, guiados pela sua própria experiência cultural, partem das mesmas noções estabelecidas pela sociedade ocidental. Assim, para o estudo de outros contextos societários, concebem as relações de gênero do mesmo modo como conhecemos na nossa sociedade, em termos de desigualdade, assimetria e hierarquia entre homens e mulheres, assim como reproduzem a dicotomia “público” e “privado” como forma de compreender os papéis sexuais.

Sem aprofundar muito em torno da história dos estudos de gênero e Antropologia, procuro sintetizar as idéias principais que iluminam algumas pontos que venho tratar nesta pesquisa. A discussão feita por Moore (2004) acerca da relação entre trabalho e lugar, no que atenta as realidades rurais, me forneceu importantes suportes teóricos para análise da comunidade aqui examinada. Não menos importante, outras autoras, como a antropóloga Ellen Woortmann e a geógrafa Doren Massey, também foram grandes fontes para essa discussão de gênero e formas de reprodução social.

Henrietta Moore (2004) chama atenção para o tratamento teórico que tem sido dado às atividades das mulheres nas sociedades rurais, o qual ela aponta ser a própria definição conceitual de *trabalho* o problema para que elas tenham, historicamente, ocupado um lugar de menor importância nas etnografias e investigações em geral.

“trabajo no es solo lo que hace la gente, sino además las condiciones em que se realiza la actividad y su valor social em um contexto cultural determinado. Reconocer el valor social atribuído al trabajo, o a um tipo particular de trabajo, nos ayuda a entender por qué algunas actividades se consideran más importantes que otras” (MOORE, 2004, p.60).

Moore (2004) também critica a recorrência na literatura da identificação das mulheres como “donas de casa”, quando na realidade elas exercem também outras atividades como *ajuda*⁴² ou mesmo assumem o trabalho na roça, realizam trocas comerciais em pequena

⁴² Hernández (2010) mostra com base em dados empíricos que as mulheres “se percebem como coadjuvantes, principalmente na lavoura, mesmo que seja em tarefas específicas como a colheita de soja e aplicação de fertilizantes (...) essa participação é categorizada como ‘ajuda’” (p. 106).

escala, entre outras atividades que fogem àqueles trabalhos do plano doméstico⁴³. Uma vez que se concebe que a contribuição das mulheres com tais atividades “menores” é decisiva para reprodução social do grupo, compreende-se que a “economia” não é exclusivamente de domínio masculino, assim como também não são os homens necessariamente os únicos provedores de alimentos do grupo familiar / do coletivo.

Os apontamentos feitos por Moore (2004) acerca da forma como se legitima pelo discurso e pela ideologia os papéis sociais de homens e mulheres nas sociedades tornam-se importantes para pensar a comunidade Linha da Cruz no contexto atual de implementação do PNPB. Antes de dar prosseguimento à discussão teórica em torno do trabalho de campo, cabe fazer uma breve exposição acerca da relação entre o PNPB e as mulheres na comunidade Linha da Cruz.

Um dos principais objetivos do PNPB é estimular a produção de oleaginosa na agricultura familiar por meio de benefícios concedidos pela empresa e pela garantia de compra do produto pelo preço do mercado. A relação que o Programa estabelece com a comunidade tem como base e princípios uma *lógica produtiva e de mercado*. Como pude constatar em trabalho de campo, na prática, o Programa se realiza a partir de visitas técnicas que são feitas a comunidade, sendo elas direcionadas aos homens. Apenas em casos em que o marido está ausente, as mulheres são procuradas para responder pela família.

Uma vez que a lógica do Programa sugere a *intensificação* do trabalho produtivo – *produção de oleaginosa* – ocorre que outras instâncias do universo camponês, como a participação das mulheres nas atividades de reprodução social do grupo, assim como outras práticas que tradicionalmente são utilizadas pelo grupo, acabam sucumbindo a uma única lógica – a do mercado. Dessa situação, se compreende que as diretrizes do Programa ocorrem sob a realidade social que Moore (2004) chama de “*efecto distorsionador*” – não apenas no que concerne aos papéis dos homens e mulheres na comunidade, mas quanto às práticas tradicionais do grupo e ao sistema local. Desse ponto de vista, pode-se concluir que o Programa se orienta a partir da seguinte lógica: mulheres, filhas e crianças → dependem dos homens → e estes, por sua vez, dependem do mercado capitalista para sua reprodutividade social. Moore (2004) identifica nas práticas do Estado a partir de suas políticas públicas e projetos sociais que ele:

⁴³ Embora muitas das atividades das mulheres, como comércio em pequena escala, possa, muitas vezes, acontecer no plano do privado, em suas próprias casas, etc. Razão pela qual torna-se falacioso falar em termos de público/privado como instâncias discrepantes no plano da vida prática.

“(...) fomenta uma estrutura ocupacional segregacionista de la población activa y de la división sexual del trabajo dentro de la familia. Estas políticas no van necesariamente destinadas a oprimir ni a discriminar a la mujer, pero se basan en los principios y en las ideologías vigentes sobre el papel de la mujer, la naturaleza de la familia y las relaciones adecuadas entre hombre y mujeres” (p. 155-156).

As políticas nacionais de desenvolvimento rural têm, indiretamente, afetado o modo de vida dos pequenos produtores, comunidades tradicionais e camponesas de toda região. As características do ecossistema local, com baixos índices de pluviosidade e altos índices de insolação, muitas vezes contribuem para vulnerabilidade dos grupos sociais que habitam essas áreas. Tornam-se alvo de políticas de desenvolvimento rural, elaborados pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT)⁴⁴, sobretudo as áreas do sertão e da caatinga que apresentam maiores dificuldades de manejo agrícola. Como Moore (2004) mostra, muitos projetos sociais do Estado atuam, geralmente, a partir de um cálculo econômico centrado nas atividades masculinas – roça, mercado, renda. A autora apresenta a importância de compreender os diferentes arranjos de gênero que mobilizam diversas formas de organização social.

Ao resgatar uma série de etnografias que exploram a questão do trabalho em diferentes contextos rurais, Moore (2004) procura mostrar que a organização social de gênero nas sociedades está submetida a uma série de códigos e regras que envolvem parentesco, residência e posição social, categorias que, além de transcender a dicotomia público/privada, estão sujeitas a transformações com o tempo. A autora mostra que os binômios mulher/homem e subsistência/comércio reflete um dualismo conceitual do pensamento sociocientífico moderno – “según las cuales la mujer se ocupa de mantener y alimentar a la familia, mientras que el hombre se asocia com el ajetreo del mercado y com el mundo exterior al hogar” (p. 101).

Além disso, Moore (2004) destaca o fato de que a participação das mulheres na agricultura moderna, cada vez mais variada e complexa, torna as dicotomias de gênero insuficientes para explicar a realidade social. A relação gratuita (automática) entre *mulher e subsistência* e *homem e comércio* pode induzir a uma conclusão errônea sobre a relação entre homens e mulheres nos sistemas de produção rural:

⁴⁴ Ruas (2011) faz uma análise teórica sobre o território como objeto de políticas públicas, apresentando importantes apontamentos sobre o caráter dos projetos de intervenção estatal, os quais utilizam-se de noções como “gestão territorial”, “planejamento”, “gestão”, entre outros, para elaboração de políticas. Além disso, o autor apresenta as particularidades entre “projetos setoriais” e “projetos de base territorial”.

“lá penetración del capitalismo en este tipo de sistema há supuesto, en muchos casos, el empobrecimiento del sector agrícola en su conjunto, em lugar del beneficio puro y simples de los hombres como colectivo (...). Hombres y mujeres sufren las consecuencias del cambio, y es menester estudiar la modificación de las relaciones de género y de la división sexual del trabajo a la luz de las contradicciones y conflictos que surgen de los procesos desiguales y contradictorios de la transformación capitalista” (p. 101-102)

Assim, Moore oferece uma série de exemplos etnográficos de como é possível definir o trabalho das mulheres a partir da *interação* entre trabalho produtivo e reprodutivo, sobretudo quando se trata de determinados contextos sociais em que o sistema capitalista vem suplantando as práticas tradicionais. As mulheres passam a combinar “trabalho doméstico” (não remunerado) com “trabalho fora de casa” (remunerado) como estratégia de reprodução social do grupo familiar ou da coletividade.

Busquei, portanto, uma noção mais representativa das questões de gênero no que toca as atividades e práticas que constituem a vida social do grupo estudado. Desse modo, como discuto nos próximos capítulos, ao observar tanto os espaços tidos como masculinos, quanto os femininos, tive oportunidade de identificar nos trabalhos das mulheres importantes referências para análise da economia local e para forma de subsistência do grupo familiar, de uma forma que essas atividades não apareceram para mim subordinadas ao trabalho dos homens ou menos importantes. Para tanto, como mostra Moore (2004), se faz importante um trabalho de campo atento às questões de gênero.

3.2.1 Gênero e Mudança social

Woortmann (1991) analisa a relação entre o espaço, a construção do gênero e a condição feminina em comunidades localizadas no litoral do Rio Grande do Norte que se identificam como “comunidades pesqueiras”. Seu trabalho mostra que, nos tempos passados, atividades em terra firme – como criação de animais e agricultura de subsistência – eram praticadas exclusivamente pelas mulheres. Tais práticas eram cruciais para o sustento das comunidades e revelavam, portanto, que aquele grupo social não vivia apenas das atividades de pesca, mas o trabalho das mulheres eram crucial para reprodução social. Como ela mostra, ao longo dos anos, com o avanço do turismo na região e da especulação imobiliária, os espaços e ambientes onde as mulheres exerciam suas atividades foram sendo cada vez mais reduzidos.

Mar e terra, dois principais domínios naturais nas comunidades, são, por exemplo, marcados pela forma como as diferenças entre homens e mulheres são organizadas: o *mar* é *domínio dos homens*, enquanto a *terra* é *lugar das mulheres*. E dentro dessa classificação, outras subclassificações são possíveis: o “mar grosso” ou “mar de fora” é onde o homem executa seu trabalho e onde as mulheres são totalmente excluídas. Por outro lado, o “mar de dentro” (praia, recifes) é flexível a presença de homens e mulheres (WOORTMANN, 1991). De acordo com a abordagem feita por Woortmann (1991) a classificação dos espaços se define a partir de representações de gênero e, portanto, a mudança no espaço representa também alteração nas relações entre homens e mulheres.

Antigamente, Woortmann (1991) mostra que as mulheres travavam com homens uma relação de complementaridade econômica. Se por um lado os homens exerciam a atividade da pesca e comercialização dos peixes, eram as mulheres que produziam os demais alimentos, faziam artesanato e praticavam coleta extrativista. Além disso, “mar” e “terra”, embora simbolizassem uma oposição de gênero, podiam, eventualmente, ser transitados por mulheres e homens quando fosse preciso. Assim, se mulheres eram responsáveis pela agricultura, homens ajudavam construindo as cercas, se a pesca era executada exclusivamente por homens, as esposas tinham o trabalho de costurar as redes e tarrafas para seus maridos, além de salgar o pescado para venda. No entanto, embora essas atividades estivessem atreladas a um sistema hierárquico de divisão de gênero, no plano do discurso, a pesca é subentendida como atividade principal em detrimento das atividades femininas. Os tempos de complementaridade, como mostra Woortmann (1991), se definiam, na prática, pela forma como essas atividades, em que mulheres exerciam seu *lugar* de domínio na cultura, eram organizadas e, portanto, seu papel social era estabelecido no plano da reprodutividade social do grupo.

Já os anos 50 e 60 marcaram a chegada do arame farpado na região: o cercamento do espaço casa-quintal, sua redução e a perda das soltas. Antes a fartura das famílias não estava associada ao dinheiro, mas à auto-subsistência e à internalização dos supostos de produção (não haviam gastos monetários ou eles eram reduzidos ao mínimo). O que se altera a partir desse processo é que os tempos de “fartura” passam, então, a serem substituídos pela necessidade de reunir várias atividades comerciais para que a sobrevivência do grupo seja garantida. Por fim, os tempos atuais, parafraseando a forma como se referem os próprios moradores à Woortmann, é “um tempo muito esquisito” (WOORTMANN, 1991, p.15). O nexa monetário que dominou, praticamente, toda a vida cotidiana do povoado, o “saber tradicional”, antes transmitido pelos mais velhos da comunidade, agora não são mais passado

aos mais jovens, já que fora substituído por um saber médico, científico. Além disso, não há mais espaço para produção agrícola e a substituição das jangadas por embarcações a motor fez com que muitos pescadores se afastassem da pesca.

Woortmann (1991) procura mostrar a série de transformações espaciais que foram se sucedendo ao longo dos anos nos povoados em que pesquisou. A casa agora é lugar para o turismo de verão, transformada em fonte de renda. Com a modificação das relações de subsistência do grupo doméstico e a perda da solta, a mulher se tornou de fato dependente das atividades dos maridos, seja do peixe da pesca ou do dinheiro adquirido da comercialização. Agora é com dinheiro que se compra os alimentos que antes a mulher produzia nas **soltas**.

“(...) a construção do tempo é também a construção do gênero, pois ele é percebido através de experiências que são específicas a cada gênero, em espaços que lhes são também específicos. Se o tempo e o espaço são categorias universais do pensamento, são também categorias pensadas culturalmente (...). **Antigamente**, com o conteúdo que tem hoje, só existe hoje. A percepção do tempo histórico é, ela mesma, histórica, pois é dada num momento específico da história – e não menos histórica é, por certo, a percepção do antropólogo que fala sobre o tempo dos outros; há não muito tempo atrás, os antropólogos não se preocupavam em distinguir a temporalidade de mulheres e de homens” (WOORTMANN, 1991, p.25).

Strathern (1999) em trabalho de campo, ao longo de três décadas em que esteve entre os *Hang* que vivem na Papua Nova-Guiné, Melanésia, também produz uma análise dos processos sociais numa perspectiva temporal e de gênero. O extenso trabalho feito por ela no início da década de 1970 foi retomado nos anos 1990, quando a antropóloga se deparou com a região passando por um intenso processo de mudanças, desencadeadas pela entrada do mercado monetário do café e pelo avanço do comércio – em contraste com o tempo caracterizado pela “troca de dádivas”. No entanto, Strathern (1999) mostra que, apesar da nova economia ter sido “divisora dos costumes”, por outro lado, dois tempos pareciam coexistir: podia-se viver tanto no futuro como no passado, “seguir costumes dos antepassados ou seguir os costumes do comércio”, sendo essa a forma como o presente se apresenta – “the past and the future are both present⁴⁵” (STRATHERN, 1999, p.90).

Strathern (1999) aponta que a emergência de um novo Estado da Papua Nova-Guiné e o sistema judiciário adquirido mostravam-se inadequados para lidar com questões internas ao grupo, tais como as “guerras tribais” e as “políticas hagens” para o homicídio (o pagamento pelos homicídios passou a ser feito a partir de grandes quantias em dinheiro que se podia

⁴⁵ Tradução livre: “passado e futuro são, ambos, presente”.

adquirir trabalhando com as plantações de café e chá, e não mais com conchas – “desvalorizadas em face do dinheiro”).

A entrada da horticultura de mercado surtiu efeito democratizante para homens e mulheres. Estas, todavia, passaram a se envolver na atividade comercial e tinham agora seu próprio recurso. Strathern mostra que *o porco* no passado era o “símbolo por excelência do esforço conjugal”, mas que agora, se necessário, poderia ser comprado. Ela mostra que quando esteve entre os hagens nos anos 1970, o desejo das mulheres de criar porcos para comer parecia “fazer parte do ciclo de produção e consumo relativo às relações de sexos opostos”, não entravam na esfera de transação econômica, já que a produção subsumia o consumo. Agora, mostra Strathern, homens falam de produção/transação de um lado, e consumo de outro, justamente o contraste que define a “nova esfera do empreendimento comercial”.

Também a horticultura vinha aos pouco sendo desviada para o cultivo de café. Motivados por um “espírito pioneiro em relação ao negócio”, alguns povos retornaram para aquela região interessados em ganhar dinheiro; dizia-se que a terra lá era boa e o dinheiro “vinha fácil”. Com isso, Strathern mostra que o território estava mudando bruscamente, que a forragem dos porcos se reduzia mês a mês, e que os porcos, agora, deviam ficar presos ao invés de soltos pelas ruas fuçando comida. Com a presença constante do mercado no cotidiano, homens solteiros agora podiam ir para rua comprar um lanche, como nunca haviam feito antes.

A autora também aponta para uma mudança nos corpos das mulheres:

“Finally, womens’body had changed shape. They are not I think stooping in the gardens less, and they continued to jump burdens, but many no longer wear netbags hanging down over the nape of the neck which gave a bowed effect to their composure, or turn their feet and legs inwards in the contained manner they had had. Instead women march about with uncovered heads and swinging arms, and school leavers sit in any which way” (STRATHERN, 1999, p. 95)⁴⁶.

A participação das mulheres no novo circuito econômico, ainda que limitada à obtenção de parcelas menores do dinheiro que entrava – sendo as grandes quantias responsabilidades dos homens –, conduzia não apenas ao surgimento de novos desejos de consumo por parte delas, como também passou a estabelecer novas posições entre os sexos.

⁴⁶ Tradução livre: “Finalmente, o corpo das mulheres havia mudado. Elas não estão abaixando, eu penso, menos nas roças, e continuam a carregar fardos, mas muitas não carregam mais bolsas sobre a nuca, o que dava um aspecto curvado na sua postura, nem viram os pés e as pernas para dentro da maneira contida que costumavam fazer. Ao contrário, as mulheres andam com a cabeça descoberta e os braços balançando e as adolescentes sentam-se do jeito que querem”.

Woortmann (1991) e Strathern (1999), em suas respectivas pesquisas, descrevem o florescimento de novas relações sociais entre homens e mulheres, em ambos os casos, propiciadas pelo inflacionamento da economia, em função de mudanças nos modos de produção local e de transformações no espaço. No entanto, como mostra Strathern (1999), mudanças no modo tradicional de organização social não significa necessariamente uma alteração na forma de pensar ou de entendê-la por parte dos nativos. Segundo a antropóloga, em relação aos *hagen*, as pessoas ainda pensam em termos de *moka* (presentes rituais), mas, como relata um morador antigo, o que mudou foram as relações entre os sexos e as relações maternas em particular que passaram a ficar “cada vez mais caras” – mais inflacionadas.

Nesse sentido, as autoras, Woortmann e Strathern, mostram que a entrada do dinheiro (ou a necessidade dele) introduz *novas ocasiões* na relação entre homens e mulheres que conduzem à mudanças que devem ser observadas nas relações reprodutivas e produtivas. Aciono esses trabalhos por considerar que eles, de alguma forma, se relacionam com esta pesquisa, no sentido em que, hoje, na comunidade Linha da Cruz, a vida cotidiana está imersa em questões em torno do dinheiro, o que, como aponta Woortmann (1991), representa a *monetarização da vida social*.

Para tanto, observa-se que na Linha da Cruz não apenas uma nova forma dos moradores se relacionarem com a terra foi estabelecida, sobretudo, com o mercado da mamona, mas também uma nova atitude feminina passou a vigorar. Através de uma rede social, as mulheres tem se organizado e proposto novas atividades na comunidade – como hortas comunitárias, abastecimento de água para toda a comunidade, criação de uma Associação de Mulheres, etc – com a pretensão de criarem uma alternativa econômica para as famílias e para a sobrevivência no sertão. Essas novas relações sociais acompanham, contudo, as mudanças advindas do processo de territorialização que resultou tanto em uma nova territorialidade no lugar, quanto em uma nova forma de organizar os espaços. Esse processo subentende, todavia, a produção de novos significados de gênero na representação do espaço – questões que aprofundo nos próximos capítulos.

3.2.2 O Lugar e os Significados de Gênero

Como procurei mostrar no capítulo anterior, com a formação do assentamento Linha da Cruz, o espaço onde antes era o Sertão Antigo foi todo recortado e nele conformado um novo ordenamento social e territorial. Little (2002) mostra que a *territorialidade* é o que consagra

ao grupo sentido de pertencimento a um lugar específico e demarca sua história que é guardada na memória social. Um dos aspectos dessa territorialidade é, portanto, a “cosmografia” que o autor define como sendo “os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (LITTLE, 2002, p.04).

A relação do grupo com o *lugar*, numa perspectiva antropológica, ultrapassa a idéia de ordenamento espacial racionalizado. *Território* pensado de forma tautológica pode representar conceito falacioso. Little (2002) mostra que um traço fundamental da territorialidade humana é o fato dela ser constituída de “múltiplas expressões”, característica que demanda tratamento etnográfico para compreensão das particularidades socioculturais dos *territórios* ou dos múltiplos “territórios sociais” (LITTLE, 2002). Assim, no processo de territorialização que culmina na *passagem* do *Sertão Antigo* para Linha da Cruz, uma nova territorialidade é conformada no *lugar*, redefinindo não apenas relações sociais e econômicas, como as práticas e os vínculos dos indivíduos em torno daquele espaço. Procuro, então, me aproximar da noção de *território* proposto por Paul Little para pensar o *lugar* como constituído/constituindo também valores que são atribuídos pelo grupo social em sua relação com o espaço, os quais engendram e movimentam *significados de gênero*.

Se a divisão sexual do trabalho familiar é tida como uma das categorias que define o universo camponês, sabe-se que esses papéis são constituídos socialmente e variam de acordo com os diferentes contextos culturais. O valor social das atividades de homens e mulheres também varia de uma sociedade para outra e se transforma ao longo da história. Com as transformações sociais, as relações de gênero, e elas com o lugar, também vão incorporando novos significados.

Como explica Woortmann (2009), o trabalho na terra não é apenas de ordem técnica, mas atua simbolicamente, marcando hierarquia e posições sociais. Como ela mostra, a organização social do universo camponês está constantemente atrelada a noções morais, seja em torno dos espaços que separa roça, quintal e casa, seja em relação aos instrumentos de trabalho – como Seu Vicente, morador da Linha da Cruz, certo dia me disse: “*antigamente todo mundo trabalhava! A mulher ia pra roça também! Só não fazia cortar as ferramentas, pegar de machado... mas enxada? Isso sim... cavava o chão, jogava semente também...*”

A diferença entre instrumentos utilizados por mulheres e homens fica evidente na fala do Seu Vicente; as atividades realizadas no espaço e a organização da economia eram sempre descritos em termos de “feminino” e de “masculino”. Através do discurso de homens e mulheres sobre o passado, foi possível identificar como a relação entre eles foi se

modificando com o tempo. Esses relatos vinham acompanhados, geralmente, de descrições sobre a mudança no espaço e nas relações de trabalho, as quais forneciam espaçadamente pistas que indicavam a forma como o trabalho era dividido e o tempo ocupado naqueles tempos.

“*Naquele tempo todo mundo trabalhava*”. Apesar das relações hierárquicas existentes no plano da ideologia demarcar o lugar do homem como “chefe de família” e da mulher e filhos como subordinados a ele, na prática, as relações internas da família eram caracterizadas pela complementaridade entre os gêneros e a subsistência do grupo social dependia justamente do envolvimento de todos os membros do grupo familiar nas atividades produtivas e reprodutivas.

No Sertão Antigo, como contam os moradores, além do negócio de mamona e algodão, o cuidado do gado era atividade dos homens, assim como a caça. As mulheres plantavam horta, cuidavam do quintal, mas também tinham algumas funções no trabalho de roçado e colheita, junto com os homens. Além disso, haviam a seu encargo atividades como de parteira, rezadeira, conhecedora de plantas medicinais e também da administração da casa. A captura e transporte da água dos lajedos até a casa e sua reserva para beber, a preparação de alimentos, higiene pessoal e o controle de dar alimentos aos animais de pequeno porte do quintal e regar as plantas consistiam também em responsabilidades atribuídas às mulheres. Como mostra Melo (2006), a relação das mulheres com a água é o maior exemplo de seu papel social para reprodução social da comunidade, embora não sejam reconhecidas por isto por parte das políticas públicas.

“A mulher agricultora, apesar de assumir a responsabilidade pelo abastecimento de água para o consumo familiar, está ausente das decisões dos programas criados que se destinam à solução do problema da água na região, fato que revela o tratamento social desigual dispensado as mulheres agricultoras do semi-árido” (MELO, 2006, p.179).

A unidade de produção familiar conjugava antigamente, no Sertão, uma ampla espacialidade que favorecia a *articulação* entre os gêneros, uma vez que a “ênfase estava na autossustentação e na ‘internalização dos supostos de produção’ (...), isto é, na minimização de insumos externos à unidade espacial-familiar e à comunidade” (Woortmann, 1991, p.07), ou seja, o grupo doméstico trabalhava junto como um *workteam*, voltado para distribuição do trabalho entre solta, roçado, caça, e outras atividades. Essa forma de execução das atividades nos tempos antigos fica muito bem ilustrada na fala do Seu Pio, quando ele diz: “*Naquele tempo quem vestia o homem era a mulher. A mulher fiava algodão, no tear...*”. O algodão,

plantado na roça por homens, geralmente era colhido pelas mulheres e filhos, podia ser utilizado tanto para fabricação de roupas por parte das mulheres, quanto para venda na cidade em sacarias costuradas pelas mulheres – ou seja, indiretamente, as mulheres estavam envolvidas em atividades para realização do *negócio*. Portanto, tratava-se de uma relação de complementaridade em que o trabalho de plantar e os fins da produção eram articulados por todos os membros da família, uma vez que a *renda* não era seu único destino.

As soltas eram terras livres onde o gado era criado e havia liberdade de *trânsito*, tanto para a lavoura, criatório, retirada de madeira e lenha, quanto para obtenção de água para as mulheres armazenarem ou lavarem roupas. Com a privatização dessas terras pela Ruralminas, em 1974, essas áreas se transformaram em pequenas propriedades rurais que foram entregues aos posseiros do Sertão e aos chegantes que viam até a região interessados em um pedaço de terra, mas a maior parte da área foi transformada em propriedades de fazendeiros. Assim, se as soltas outrora eram a condição para a reprodução social daquele grupo, a criação de gado era o que caracterizava o modo de vida e demarcava o trabalho do homem, uma vez que só o trabalho agrícola não garantia sua sobrevivência – devido às secas constantes, o grupo investia também nas atividades pastoris⁴⁷.

Com a privatização das terras e perda das soltas, homens e mulheres tiveram seus espaços restringidos. A redução do espaço casa-quintal, sobretudo de domínio das mulheres, e a caça, foram os principais afetados no processo, comprometendo substancialmente o universo simbólico espacial constituído pelo grupo.

Vocês iam caçar na mata...?

Dona Maria: *Não... os homens é que caçava.*

As mulher não caçava não?

DM: *Não...*

As mulheres fazia o que?

DM: *A mulher não arrumava de fazer caça não... caça ficou com o homem. Dava fim de semana que parava na roça, principalmente meus primo que morava perto... ah... esse mato dava num rio... mas tinha caça. Nós mesmo ia pra roça, levava os cachorro com medo de onça né... o tal de tatu... vixi... a gente vivia era de carne de tatu!*

Nesse diálogo, em que Dona Maria aponta para existência de um sistema *gendered*⁴⁸ de divisão das atividades, entende-se que alguns trabalhos ficaram para os homens e outros para as mulheres, assim, como dito, espaços e instrumentos de trabalho também possuíam seu

⁴⁷ No próximo capítulo aprofundo a discussão sobre o sistema do lugar.

⁴⁸ *Gendered Systems* é uma expressão utilizada por Judith Butler (2003), entre outras autoras, que significa um sistema baseado em representações de gênero.

próprio significado de gênero. No entanto, ainda que houvesse uma *idéia* de divisão sexual das atividades, como Dona Maria explica, por outro lado não parecia haver um *sentimento* de divisão, razão pela qual, como ela diz: “*nós mesmo [as mulheres] ia pra roça*”.

Massey (2007) diz: “spaces and places are not only themselves gendered but, in their being so, they both reflect and affect the ways in which gender is constructed and understood⁴⁹” (p.179). De acordo com a perspectiva dos estudos de gênero, os lugares e as coisas não são masculinas ou femininas, no sentido discutido por Massey (2007), é o significado desses valores de gênero que são cruciais para definição dos lugares e dos espaços. A autora chama atenção para a importância de se abordar não apenas as questões em torno das relações econômicas, mas também das relações de gênero como significativas abstrações dos espaços sociais: “the hegemonic spaces and places which we face today are not only products of forms of economic organization but reflect back at us also – and in the process reinforce – other characteristics of social relations, among them those of gender⁵⁰” (MASSEY, 2007, p.183).

Se na prática, homens e mulheres estavam presentes tanto nos espaços de produção quanto nos de reprodução, ainda assim os espaços eram concebidos como masculinos ou femininos. Rial (1991) em sua pesquisa sobre mudanças no espaço doméstico nas casas açorianas habitadas por camponeses/pescadores de um bairro da Ilha de Santa Catarina, mostra que espaços tradicionalmente considerados “femininos”, como a cozinha, sofrem mudanças no seu significado e expressam significados sociais de gênero. Ela descreve algumas dessas representações estão expressas na forma de organizar os espaços:

“Com a progressiva divisão do espaço em salas especializadas, a cozinha se manteve como lugar predileto de sociabilidade familiar, mas nem por isso era vista como um lugar nobre da casa. Ao contrário, ela é, dentre todas as peças, a que era tida como inferior. Os nativos destinavam a cozinha à parte de trás da casa; a porta é menor e o material de construção considerado mais ‘pobre’: se a casa é de tijolos, a cozinha é construída com madeira; se a casa é de madeira, a cozinha é construída em pau-a-pique; se a casa é de pau-a-pique com reboco, a cozinha é construída sem merecer reboco” (RIAL, 1991, p.37).

Em viagem a campo em outras comunidades rurais do norte de Minas, também observei casas em que a cozinha encontrava-se ainda fora de casa, com o fogão a lenha externo, representando, assim, mais uma variação na lógica de organização dos espaços. Ainda em

⁴⁹ Tradução livre: “lugares e espaços são não são em si mesmo *gendered*, mas, ambos refletem e afetam a forma na qual gênero será construído e entendido”.

⁵⁰ Tradução livre: “os espaços e lugares hegemônicos que enfrentamos hoje não são apenas produtos de formas de organização econômicas, mas refletem em nós também – e nesse processo – outras características das relações sociais, dentre elas a de gênero”.

relação as transformações concernentes ao espaço da cozinha, observei em algumas casas na Linha da Cruz, sobretudo das gerações mais antigas, a existência de duas cozinhas. O que simboliza, portanto, essa passagem do antigo para o novo, assim como certa convivência dos dois tempos.



Foto 6: Fogão na parte externa da casa, mantido para preparo do café, assar biscoitos, entre outras coisas. Novembro, 2010. Montezuma/MG.



Foto 7: Forno na parte externa da casa. Linha da Cruz – Matias Cardoso/MG . Novembro, 2010.

Observa-se que quando mulheres estão no espaço definido como masculino, elas assumem que as atividades daquele espaço são do domínio dos homens, muitas vezes por se tratar de “trabalho pesado” ou simplesmente por dominarem a técnica. Da mesma forma, o espaço considerado feminino, como a horta, o quintal ou a casa, são muitas vezes representados também como áreas em que os homens desempenham algum papel, mas os quais, no entanto, são classificados como espaços femininos, considerados “serviços leves”. Não obstante, essa mesma lógica é reforçada também pelos técnicos da Petrobrás Biocombustíveis que, como dito anteriormente, ao prestarem assistência técnica aos produtores, geralmente, se dirigem aos homens. Os contratos de venda que a Petrobrás faz com os moradores também costumavam ser direcionados aos homens, o que se explica, provavelmente, com o fato de a mamona ser produto locado no espaço masculino de produção – a roça.

Nos tempos antigos o grupo se reproduzia a partir das atividades exercidas por homens e mulheres, as quais conjugavam a caça, o roçado, os serviços domésticos, o cuidado dos membros da família e o trato com os animais, sobretudo o gado, como garantia de sobrevivência em tempo de crise. A mata livre significava possibilidade de caça para os homens e coleta de frutas para as mulheres. O *espaço* produtivo era aquele da natureza, administrado por homens e mulheres, e os supostos de produção eram internalizados (WOORTMANN, 1991).

Se antes o espaço do quintal se confundia com a mata, hoje as árvores frutíferas são plantadas num espaço restrito à casa e restrito às mulheres. Os animais, agora presos, também estão agora sob sua responsabilidade – as mulheres os alimentam com os subprodutos da roça e restos de alimentos. Com exceção do gado e do pasto (manga), que continuam sendo de cuidado exclusivo dos homens, que realizam o trabalho diário de levar os gados de um pasto para o outro, também são eles a definir como será feito o rodízio de terras, quando a terra para o pasto se transforma em capoeira, para depois se tornar roçado. No próximo capítulo trato acerca desse sistema produtivo, tendo em vista as representações de gênero, do espaço e os descompassos em torno das mudanças identificadas entre as práticas tradicionais e a incorporação na vida dos agricultores de um conhecimento técnico/científico.

4 “QUANDO NÃO CHOVIA, GUARDAVA”

Nesse capítulo, darei continuidade às narrativas do tempo histórico ou, como diz Woortmann (1991), à *etnografia do espaço no tempo*, tendo em vista alcançar as mudanças no espaço, no ambiente e nas relações sociais a partir dos relatos e histórias contadas pelos moradores ao longo do trabalho de campo. Procurei organizar alguns pontos de forma a compreender as *práticas em torno da terra*, no que concerne aos modos de produção e reprodução social nos tempos de sertão livre, à organização social do espaço e ao sistema do lugar (GODOI, 1998), numa perspectiva de gênero. A forma como os posseiros ocuparam a terra, subentende o desenvolvimento de um sistema de práticas produtivas que expressam valores sociais e uma ordem moral (WOORTMANN, 1990), que, todavia, podem ser vistos como orientadores de alternativas e estratégias de vida. Essa ordem também aponta para uma forma de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferentes projetos de inserção das gerações.

A perspectiva que parto para analisar a relação entre o PNPB e a comunidade Linha da Cruz é a de que entre os diferentes sujeitos envolvidos – moradores antigos, “chegantes” e técnicos do Programa – há distintos modos de entender e se relacionar com o espaço. Assim, a partir da noção de espaço como *território social*, procuro atentar para a produção de sentido e de significados sociais que, ao longo do tempo, são mobilizados em torno do lugar – transformando, assim, o *espaço em território* – que, muitas vezes, tem se tornado objeto de disputas políticas e de conflitos sociais, como mostra O’Dwyer (2010).

“O território funda, congrega e une um grupo social, por isso é importante compreender a ‘identidade do lugar’ e através do reexame de suas fronteiras exteriores e interiores considerar os efeitos e desdobramentos que essas mudanças muito mais impostas do que aceitas, podem produzir na manutenção de suas formas de organização tradicional e na reprodução dos seus valores identitários com ênfase na autonomia” (O’DWYER, 2010, p.392).

4.1. O Sistema do Lugar

Na caatinga, os solos são muito férteis ou “*muito bons*”, como dizem os agricultores, o que torna, neste sentido, a agricultura de autoconsumo uma alternativa ao modo de vida catingueiro. No entanto, o clima é apontado como fator determinante para a baixa produção na região, o que se deve aos longos períodos de seca que frequentemente alcançam aquele ecossistema. Por essa razão, a horticultura é considerada um encargo para os catingueiros,

levando-os a se dedicarem a outras atividades, entre as quais, como a própria história de desbravamento do sertão conta, a criação de gado é praticada desde o século XVIII. Com a chegada dos primeiros bandeirantes no norte de Minas e mineradores, o gado foi sendo a via de abastecimento da região, seja para o comércio, alimento ou para trocas entre pastoreiros e mineradores (FILHO, 2000).

Os longos períodos de seca que caracterizam o clima da caatinga também é um dos fatores que fazem da região um lugar de intensa dispersão populacional. Dificilmente as pessoas se fixam no Sertão e, os que fixam-se, com o tempo acabam se deslocando em busca de lugares “menos sofridos” para se viver⁵¹, sobretudo procurando por áreas em torno dos rios Verde e São Francisco⁵². Mesmo os catingueiros mais adaptados ao clima, muitas vezes eram obrigados a se deslocar de uma região para outra quando em tempos de crise (FILHO, 2000).

Assim, a região do sertão que era considerada inóspita, sobretudo para os brancos que durante o período colonial não ocuparam aqueles áreas, até que ações de desinsetização ocorressem, em função do clima, do relevo e dos condicionantes hídricos, propiciaram o surgimento de uma diversidade de flora e fauna, assim como de populações humanas que foram se desenvolvendo num longo processo de co-evolução – tornando a região um “ponto de encontro de racionalidades contrastivas” (OLIVEIRA *et all*, 2011, p.166). A agricultura sertaneja praticada no norte de Minas foi, portanto, constituindo diferentes regimes agrários, estratégias singulares de uso e manejo dos recursos de acordo com seus ambientes específicos, incorporando à ela variadas matizes culturais em interação com aquele ambiente.

A região como um todo, constituída por vastos espaços, durante muito tempo foi de pouco interesse dos grandes proprietários (OLIVEIRA *et all*, 2011, p.167). Este fator contribuiu para o surgimento de diferentes matizes de agricultores sertanejos situados nos diversos ecossistemas existentes na região, tais como populações geraizeiras, veredeiras, campineiras, entre muitas outros que tem secularmente criado estratégias próprias de sobrevivência no cerrado e caatinga (DAYRELL, 2000; OLIVEIRA *et all*, 2011) – estratégias voltada, sobretudo, para o cultivo de lavouras diversificadas de mandioca, feijões, milho, cana, abóboras, batata doce, geralmente associadas à criação de gado *nas soltas*.

⁵¹ Historicamente os deslocamentos compulsórios também se devem ao fato de que a população chegava no sertão em busca de ouro, mais fácil de ser extraído naquela região. Após explorarem a área, os habitantes iam embora, situação que corrobora para urbanização do sertão, permanecendo a região isolada por longo tempo (FILHO, 2000).

⁵² Um dos fatores que impediam, no entanto, o estabelecimento de alguns grupos sociais nas áreas em torno dos rios foram as constantes perseguições feitas à escravos fugidos e povos indígenas, que muitas vezes, se fixavam em regiões mais inóspitas à chegada dos brancos.

Entre elas, uma forma de “agricultura sertaneja” é aquela praticada pelos catingueiros, chamada por eles de “agricultura sequeira”. Segundo Oliveira *et all* (2011), a partir do estudo feito por Filho (2005) com os moradores da Serra do Espinhaço no norte de MG, esta prática agrícola desenvolvida pelos catingueiros:

“inicia-se com os criadores de gado. Paralelamente, vai se desenvolvendo uma agricultura mais diversificada, praticada por brancos de origem européia que foram se mestiçando com negros ou descendentes de indígenas, desenvolvendo, a partir daí, a produção de carne a alimentos básicos e incorporando o cultivo de algodão em seus sistemas diversificados de produção de alimentos” (p. 168).

No *Sertão Antigo/Linha da Cruz*, a agricultura sertaneja do *tipo* catingueira estabeleceu uma forma particular de reprodução econômica e social. A aridez da região da caatinga, vista geralmente pela agronomia convencional como marcada pela sua adversidade climática, tomou, todavia, outro sentido para aqueles moradores da caatinga. Reunindo um conjunto de técnicas e saberes que envolviam conhecimentos dos ciclos das chuvas e de seca, os regime das águas, os catingueiros guiavam o cultivo das espécies agrícolas – o uso desses conhecimentos integrou o que os agricultores hoje chamam de “agricultura de terra sequeira”. Além disso, o manejo dos animais nas áreas de pastagens cultivadas e nas áreas de soltas também são atividades que os acompanham desde períodos coloniais. Os catingueiros também incorporaram a “agricultura de furados” à suas práticas agrícolas. Nos tempos pós-chuva, os lajedos ficavam cheio d’água e isto propiciava a formação de lavouras, até que o período de seca impedisse essas formações hídricas. Esse ciclos, como Oliveira *et all* (2011) mostra, também guiavam a caça e a coleta, e, para o caso das populações que viviam em torno dos rios, influenciavam a pesca – esta, no entanto, trata-se de uma prática muito irrisoriamente exercida pelos catingueiros.

Como pude observar em trabalho de campo, as famílias na Linha da Cruz, ao contrário dos geraizeiros (DAYRELL, 2000) e vazanteiros (OLIVEIRA, 2005), apresentam maiores dificuldades com a agricultura, tendo, assim, desenvolvido um conjunto de práticas produtivas que garantiram durante anos a permanência do grupo na região de semi-árido, distante dos rios. Em trabalho de campo, os moradores da Linha da Cruz que chegaram mais recentemente apresentaram também mais dificuldades com esse sistema produtivo do que aqueles que já viviam na região desde o início do século, no período das soltas.

Devido à limitações climáticas, o agricultor daquela região necessita, para sorte da lavoura de domínio, de técnicas próprias de plantio em terra sequeira. Entre estas, está o conhecimento da variedade de espécies mais resistentes à seca como milho, feijões, sorgo,

mandioca. Somada a ela, tem-se as atividades de pecuária e a incorporação de cultivos de algodão e mamona em seus sistemas diversificados. Consagrando-se como uma prática tradicional da caatinga, as atividades de auto-abastecimento familiar, mescladas às de caráter comercial, constituem o sistema produtivo da região desde o século XVIII (OLIVEIRA *et all*, 2011). Entretanto, como mostra Oliveira *et all* (2011), com a modernização agrícola e o assédio da agroindústria sobre as populações do sertão, assim como das políticas de desenvolvimento rural, conduziram à profundas mudanças dos modo de vida tradicionais em detrimento de uma economia de mercado. Os catingueiros foram, no que remete à entrada no mercado de produção de matéria prima industrial, os mais afetados por esse processo.

“Um número significativo de agricultores, particularmente aqueles cujas unidades produtivas eram de menor porte, ao incorporarem o padrão tecnológico considerado ‘moderno’ passaram a enfrentar problemas do alto custo da produção e as dificuldades relativas ao mercado, uma vez que os preços pagos pela agroindústria não cobriam os seus custos. Estes, em sua grande maioria, ficaram endividados, sem condições de saldarem seus débitos com o sistema financeiro” (p. 174).

Em suma, o modo de vida catingueiro tem se caracterizado pelo desenvolvimento de uma série de estratégias produtivas para além da produção de alimentos e criação de animais. Entre elas, pode-se listar a *caça*, o *comércio de produtos e de matéria prima industrial* (algodão e mamona), *tenda de farinha e rapadura*, *forno de barro*, *armazenamento de água e de alimentos* em tinhas (galões) e sacas, *tecelagem*, *beneficiamento*, *extrativismo*, entre outras atividades identificadas em trabalho de campo e por meio dos relatos orais.

Essas atividades foram enunciadas como sendo as práticas que antes da chegada da Ruralminas somavam ao sistema produtivo do grupo. Portanto, os catingueiros não apenas se definem pelo desenvolvimento de práticas comerciais e inserção no mercado, mas por uma diversidade de estratégias produtivas que somam ao seu modo de vida, sendo a atividade pastoril a mais central delas – uma vez que é o trabalho de criação que tem garantido durante séculos a segurança das famílias em tempos de crise e seca. Além disso, a importância do gado também se dá no momento de escolha do lugar onde as famílias irão estabelecer suas moradias – elas preferem áreas de forragem onde poderão criar o gado solto.

A aposta pelos moradores da caatinga na diversidade de sistemas produtivos, como explica Dayrell (2000), representa “uma forma de amortizar a imprevisibilidade de boa parte dos fenômenos naturais e também evitar uma dependência excessiva do mercado” (p. 219). Nesse sentido, procurei definir as práticas de reprodução social que caracterizam *os tempos do Sertão Antigo* em torno de quatro destinos principais, conforme pude observar em trabalho de

campo: **armazenagem/despesa** (água e alimento), o **roçado** (agricultura para o auto-sustento e para a alimentação dos animais), **criação de animais** e a **venda** (ou renda) de matéria prima industrial, como sendo os modos que caracterizam o modo de produção/reprodução nos tempos do Sertão Antigo. Procurei organizar e descrever cada uma dessas práticas à seguir.

4.1.1 Armazenagem/Despesa.

Em função das limitações com a agricultura, devido às constantes crises com a perda da produção, práticas de estocagem de alimentos e de água, durante um longo tempo, foram comuns no cotidiano dos moradores do *Sertão Antigo*. Em toda conversa sobre os tempos antigos, se ouvia que o feijão e o milho eram mantidos em tinhas, guardados para serem consumidos ao longo do ano. Da mesma forma, a água também era estocada em garrafas, tanques e baldes, sendo que cada utensílio tinha um fim diferente que seguia aproximadamente o seguinte padrão: água para o banheiro, para cozinhar, para regar as plantas, além da usada com os animais domésticos.

“O fato das chuvas serem irregulares, concentrando-se em apenas alguns meses do ano, o solo ser raso, devido à sua camada cristalina, e, associado a isso, um alto grau de evaporação, contribui para reforçar a ideia de que se trata de uma região onde não chove. Considerando esses aspectos e sem subestimar o potencial de chuva do semiárido, é que se torna importante e eficaz a prática milenar de armazenar a água da chuva” (ALBUQUERQUE, 2010, p.70)

Este setor era, sobretudo, responsabilidade das mulheres. Mesmo nos tempos atuais, quando um sistema de água encanada foi instalado na comunidade, os moradores mais antigos ainda mantêm essa forma de “separar a água”, reservar (foto 4) e “limpar” (foto 6).



Foto 8: Dona Domingas mostra seu depósito de água de chuva. Há mais de cinquenta anos ela capta água para se prevenir das secas. Na foto ela me mostra as garrafas pets de 2 litros cheios de água da chuva. Maio/2011. Linha da Cruz – Matias Cardoso/MG.



Foto 9: “Limpendo a água”. Dona Edith. Linha da Cruz – maio/2011.

A armazenagem se define como sendo uma prática que visa manter produtos, alimentos e água, estocada ao longo do ano para serem consumidos pela família de tempos em tempos. Representa também “reserva” para períodos de perda da lavoura em função de pragas ou épocas de muita seca. Por outro lado, em tempos cuja produção “é muita”, o alimento excedente, aquele que não foi utilizado pra despesa, pode ser, invariavelmente, vendido, passando, portanto, de *reserva* para *negócio*. Entretanto, a prática de armazenamento não significa apenas *negócio* ou *despesa*, mas se define como uma garantia de sobrevivência particular das regiões assoladas por períodos de seca. Armazenar é uma forma de poupança e nessa prática estão subentendidos que o produto armazenado pode ser destinado tanto ao *negócio*, quanto para o autoconsumo ou despesa.

Na comunidade examinada, o termo “despesa” é empregado pelos moradores para se referir ao destino que é dado aos produtos colhidos de suas próprias roças, sendo, portanto, uma categoria que não apenas dá sentido à prática de armazenagem, como a acompanha. Importante observar sobre o sistema de armazenamento é que ele estabelece o destino que é dado à produção: o *plantar para armazenar/consumir* (despesa) e o *plantar para a renda* (negócio). Sobre esse ponto recorro à Teixeira (2008) que analisa a lógica que os vazanteiros – agricultores das vazantes do Vale Jequitinhonha – aplicam ao destino de sua produção. Conforme o estudo mostra, os grupos examinados pela autora não introduziram técnicas de armazenagem de alimentos em suas práticas tradicionais da forma como os catingueiros no norte de Minas o fizeram (possivelmente por não passarem períodos de seca e escassez de alimentos), no entanto, expressam em termos de “despesa” a prática que remete ao produto do seu trabalho que é destinado ao autoconsumo, em contraposição ao produto que representa negócio/renda. Sobre as categorias que são mobilizadas para organizar os destinos da produção, entre outras práticas, no universo camponês tradicional, a autora diz:

“(…) os moradores empregam diferentes categorias para definir o significado e a finalidade social de sua produção. Dessa forma, quando questionados sobre o destino dos produtos colhidos nas roças e vazantes, os moradores utilizam o termo “*despesa*” para se referir ao consumo doméstico. A ‘*despesa*’ é a categoria central no cálculo para alocação de seus recursos, ela representa o montante necessário ao consumo do grupo doméstico e freqüentemente equivale ao produto direto do trabalho conduzido pela família em sua própria terra somado aos complementos obtidos na feira ou na venda mais próxima” (p. 56).

A prática de armazenagem caracteriza-se, também, como uma prática de domínio feminino, uma vez que os homens participam apenas do momento de processar os alimentos antes de serem armazenados ou cozidos pelas mulheres. Geralmente as tinas – recipientes

onde são mantidos esses produtos – eram guardadas na cozinha – espaço socialmente deixado ao cuidado das mulheres de cada domicílio. Além desses alimentos, também se mantinham no espaço da cozinha as sementes, produtos do trabalho familiar na roça, sendo a cozinha, portanto, um lugar de múltiplas atividades da família, ainda que de domínio das mulheres.

Nos tempos atuais, nas casas dos sitiantes com mais recursos, um cômodo próprio de alvenaria foi construído separado da casa, e, portanto, a cozinha “perde” uma de suas funções antigas – servir como um espaço para armazenar o produto da roça – para dar lugar ao “depósito”, destinado agora a estocar os produtos do trabalho agrícola e guardar ferramentas de trabalho. Observa-se que com a mudança nos espaços do sítio e introdução de novas noções estéticas que organizam a decoração da casa (Rial, 1991), a cozinha, lugar culturalmente de domínio feminino, anteriormente destinada, entre outras coisas, ao armazenamento de alimentos e água, tem uma de suas funções reduzidas.

Brandão (1998), em etnografia sobre um grupo camponês do interior de SP, também descreve essa nova formação arquitetônica a qual me refiro acima. A partir dos próprios camponeses, Brandão mostra que no rancho caipira tradicional esse depósito é chamado “paiol” e ele o define como sendo “precariedade dividido internamente e com frequência requisitado para ser também o lugar de guarda das colheitas do trabalho” (p. 134-135) e os considera lugar de “franco domínio masculino”. Com as transformações dos espaços, observa-se, portanto, a transformação dos domínios das mulheres sobre o espaço e os objetos.

Em relação à água, a área em torno do Sertão Antigo/Linha da Cruz possui uma baixa reserva e considerável distância dos principais rios, São Francisco e Verde, que abastecem a região. Em função disso, os moradores antes precisavam captar água da chuva, cavar poços, fazer longas caminhadas até os lajedos da região que se enchem d’água em época de chuva e, assim, carregarem com ajuda de animais a quantidade possível de água para suas residências. Contam que andavam até o Rio Verde, mas que muitas vezes a água lá não era boa para as pessoas, apenas para o gado.

“Lá na beira do Rio Verde (...) a água não é boa... [pois] ele não corre o ano todo não... ele seca! Por exemplo, no mês de maio, ele já começa cortando, aí fica só os poços, a água não serve pra gente beber. (...) Quando a água corta, vira aqueles poços, já não é uma água boa também, o animal vai beber, entra lá dentro. Não vai ter sucesso... ao menos que investisse numa represa... mas a represa hoje pra fazer depende de muita coisa. Meio ambiente hoje já não é favorável fazer represa... que poderia fazer” (fala do morador da Linha da Cruz – João Damascena).

Tal situação de escassez e dificuldade de obtenção de água fez parte da realidade daquela região até pouco tempo atrás, quando em meados de 2009 uma caixa d'água, adquirida através da mobilização política da própria comunidade, passou a abastecer a maioria das casas da Linha da Cruz e facilitar consideravelmente o acesso a água por parte da população – essa solução para a questão da água na região foi mérito, sobretudo, da Associação das Mulheres Agricultoras da Comunidade Linha da Cruz. Segundo os moradores, são muitos os casos na comunidade de problemas de saúde por conta da água devido o excesso de calcário. Os moradores associam a qualidade da água ao alto índice de “problema nos rins” identificados na região⁵³.

“Nós vivemos aqui num sistema de água ruim. Por exemplo aqui, de poço artesiano, que é uma água que ela não traz uma saúde perfeita pra pessoa. Calcário que vem dali, dá muito problema de rins. Aqui nós não temos alternativa, se o governo não tiver olhando pra essa área, fazer um projeto, igual outras regiões que ele fez, trazer uma água do rio para zona rural. Então o que vai acontecer? (...) O projeto de água potável, isso aí é... é uma coisa de prioridade! Aqui na nossa região nós não temos”. (fala de João Damascena).

O sistema de **armazenamento de água** foi uma das estratégias encontradas por aqueles sertanejos frente às dificuldades de se viver no Sertão, como dizem “*quando falta água, tem que arriar o jegue! Põe em cima lá e vai buscar longe...*”. Em área de caatinga a irregularidade das chuvas e escassez periódica da água é um elemento vital para a sobrevivência no sertão. A espera pela chuva é um dos fenômenos mais aguardados do ano por esse povo. Diegues (2005) descreve como os grupos que vivem em regiões de longos períodos de seca lidam com essa característica do meio ambiente:

“O ‘inverno’ é o período da chuva e, quando chega abundante, o sertão se transforma tanto em sua paisagem quanto em sua sociedade. Nesse sentido a chuva é crucial para o sertanejo, uma vez que grande parte dos rios são temporários. No início do inverno os moradores plantam as roças, e nesse período de chuvas mantém uma intensa vida econômica e social. Já o ‘verão’ é sinônimo de estiagem que quando se prolonga não só resulta em escassez e mesmo falta d’água, mas traz consigo a desagregação social, as marchas mais longas com o gado para se encontrar cacimbas, muitas vezes com água contaminada. Nesse sentido, o ‘inverno agrega’ e o ‘verão’ dispersa as pessoas. Essa dispersão chega ao auge quando o sertanejo é forçado a migrar” (DIEGUES, 2005, p.08)

⁵³ Nos dias em que passei na Linha da Cruz era comum ouvir as pessoas solicitarem uma erva conhecida como Quebra-Pedra (nome científico *Phyllanthus niruri* L) que usavam para curar os problemas nos rins. Segundo eles, o chá dessa planta faz com que a “pedra” nos rins seja expelida através da urina.

Na terra da família de Dona Maria e Dona Rosa, cerca de mil metros para baixo, havia um lajedo que formava uma lagoa no período de chuva e que nos tempos de seca se formavam poças d'água que eram aproveitadas pelos posseiros.

“Antigamente nós bebia água de chuva, empoçada na pedreira, em lagoa... os furados... agora nós bebia de uma pedreira que tinha lá onde nós morava... tinha poço artesiano não, era pedreira.. uma serra de pedra. Agora tem depósito de água. (...) Pegava água na cabeça direto lá no Lajedão” (fala de Seu Vicente).

Ainda hoje é possível encontrar moradores mais antigos que conhecem técnicas e estratégias para captação de água, demonstrando também um domínio preciso das datas e períodos do ano de seca, chuva e estiagem que caracterizam o clima do sertão.

“A gente panhava água longe. Aqui não tinha poço não, sabe como é que era? Tinha água assim dos furados, quando secava, eu punhava numa cunha. Era assim... tomboio, carro de boi. Já panhei água no Lagedinho, na cabeça (...). Aqui, o lote nosso aqui, no fundo lá, tem um lajedo, é um lajedo, lá onde nós morava... lá pra baixo [onde agora é uma fazenda]. A lagoa enchia d'água, vai secar no mês de 15 de agosto”. (fala de Dona Rita)

A dificuldade em relação à água parecia não ser vista como um motivo para deslocamento dos moradores. Conta-se que, na maioria dos casos, a escassez de água era solucionada de forma coletiva, sobretudo pelas mulheres que geralmente faziam o percurso de trazer água dos *furados* (buracos) na cabeça. Elas eram as maiores interessadas na água, certamente, em função de sua responsabilidade na realização das atividades domésticas tradicionalmente desempenhadas por elas. Frequentemente, elas também costumavam se reunir às margens das lagoas para lavar roupa, banhar-se ou conversar sobre o cotidiano da comunidade. Essas ocasiões, além de intensificar o grau de solidariedade entre as mulheres, representava, também, uma das principais formas de sociabilidade. No entanto, contam que essa prática foi se perdendo na medida em que a água passou a chegar na casa das pessoas através de um sistema de encanamento fornecido pela prefeitura em parceria com a EMATER e a Associação de Mulheres da Linha da Cruz.

“Quando eu cheguei aqui já tinha poço, só que não era energia, era poço à óleo... mas não tinha água encanada não, pegava água de animal. Lá onde Leninha mora... eu ia lá de carroça, enchia lá os tambor de água e trazia... na serra, lá perto do Seu Vicente, tinha uma serrona e lavava uma bacia de roupa... aquele tanto de mulher, era chique demais! Quando eu lembro, menina, era bom, viu! (...) Teve um dia que Valmir [esposo de Aninha] me ajudou a lavar roupa, sabe. E teve um dia que o povo perguntou “seu marido te ajuda?”, eu contei “ajuda...”, aí nunca mais! [risadas] Mas ele lavava mesmo... pegava a escova...

lavava... A gente lavava [roupas] lá nas pedrêra... porque água doce, economiza mais no sabão né?” (fala de Aninha – moradora da Linha da Cruz).

Sobre as atividades em torno da captura de água pelos povos que vivem em regiões de semi-árido (caatinga, chapadas, cerrados, campos rupestres, brejos de altitude e diversos tipos de floresta), Diegues (2005) também aponta para um sistema *gendered* de captação de água, o qual incorpora, inclusive, a divisão de trabalho.

Os homens são responsáveis por levar o gado para beber, construir poços e cacimbas, realizar trabalhos de irrigação agrícola (quando existente), preparar o solo para o cultivo agrícola em tempo adequado para receber as primeiras chuvas. Cabe, no entanto, às mulheres, e secundariamente às crianças, o contato mais cotidiano e intenso com a água, pois são elas que vão buscá-la, às vezes a grande distância, para o uso doméstico, para a lavagem da roupa, para regar a horta. Nos locais em que não existe a água encanada domiciliar, os pontos de água são locais em que as mulheres se encontram, trocando informações sobre a vida diária. (p.10)

Enquanto as mulheres falavam sobre as longas caminhadas em busca de água e das lagoas onde costumavam lavar roupa, ouvi dos homens histórias de que eles se reuniam, sem as mulheres, para elaborar projetos para construção de poços. Seu Vicente certo dia tentou me explicar uma idéia elaborada, senão bastante técnica, para que eu pudesse entender sobre um desses equipamentos de captação, sua história contava como haviam feito para tirar água de um poço que foi construído no Lajedão em torno de 1970, mas que ninguém usava, pois sua construção não havia sido concluída.

“Outra idéia que tive foi com um cano... cano de alumínio que seja... outros fazia de zinco... fazia o cano assim, botava o fundo, com um tampo no fundo, então na hora que bater n’água a tampa subia e enchia d’água e puxava pra gente... aí tava bom né? Ai tocou assim muitos anos... depois é que voltou a colocar motor no poço... óleo diesel... inclusive esse aí é o que a gente bebe hoje”.

Observa-se, assim, que as dificuldades climáticas eram contornadas através de estratégias como as relatadas acima – captação de água, conhecimento do calendário de chuvas e da localização de lagoas formadas por entre a mata e estocagem de produtos da agricultura. Entretanto, mesmo esse sistema aparentemente “simples” de armazenagem ou estocagem estabelece por si diferenciações de gênero e revelam alguns aspectos do modo de vida do lugar, assim como os efeitos da temporalidade nas experiências do cotidiano camponês. Em continuidade a essa trajetória, a seguir, trato especificamente da agricultura catingueira, em sua mesclagem entre conhecimentos técnicos e simbólicos.

4.2 O Roçado nos *Tempos da Experiência*

De primeiro, me contava Dona Maria, procurava-se manter a criação o gado solto do “rumo da roça”, pois não trabalhavam com cerca. “Plantava onde queria” foi a primeira explicação fornecida à mim ao investigar como era o plantio nos tempos do *Sertão Antigo*. Na literatura encontrei a denominação “agricultura de furado” para se referir às práticas de plantio em torno de áreas alagadiças, depressões arredondadas que costumavam armazenar reservas de água após algum período de chuvas ou seca nos lagos e lagoas, popularmente chamados de “furados” (também ouvi esse termo em conversas com moradores na cidade de Matias Cardoso e em outras comunidades das redondezas).

Em trabalho de campo, não pude extrair com grande riqueza de detalhes como se dava a agricultura antigamente. A impossibilidade de acompanhar, observando pessoalmente o trabalho na roça naqueles tempos, limitou a pesquisa aos relatos orais por parte dos moradores mais antigos, os quais contavam histórias que ilustravam a memória do passado, sobre a forma “como faziam antes” para viver. Confesso que raramente obtive explicações extensas ou histórias lineares ou, tão pouco, uma descrição precisa sobre as técnicas de plantio, de colheita e de usos da terra da forma como gostaria. No entanto, considero que o trabalho com as narrativas dos moradores foi bastante esclarecedor, na medida em que as falas não apenas descreviam um tempo, mas expressam um estranhamento aos “novos tempos” que me possibilitaram compreender um *sentimento* em relação ao modo de vida dos “tempos antigos”.

Assim, de antemão, compartilho tudo que pude identificar como sendo “o roçado nos tempos do Sertão Antigo” com base nas informações que obtive conversando mais sobre o presente do que sobre o passado, ao passo que, nesses momentos, os moradores apresentavam com nostalgia imagens de como viviam antigamente.

As atividades produtivas dos tempos do Sertão antigo tinham como objetivo a garantia do atendimento das necessidades dos membros do grupo doméstico e a manutenção de sua autonomia e modo de vida, ainda que constantemente atreladas a um mercado. A chegada da fazenda e a especulação agrária em torno das terras do sertão, assim como a “era dos projeteiros” nos anos 70 (Moraes, 2009), fez com que não apenas o território sertanejo fosse transformado, mas, em muitos aspectos, o sistema produtivo local também sofresse um profundo processo de transformação. Assim, até a chegada da Ruralminas, a base da produção camponesa, na maioria dos municípios do Norte de Minas, estava assentada na **pecuária** e nos **agroecossistemas** (DAYRELL, 2000).

O processo de redução do território dos posseiros do Sertão para lotes privados e conformação do assentamento rural, conduziu, conseqüentemente, a transformações consideráveis nos modos de produção do grupo. Estou considerando neste trabalho que a forma como vivem hoje os moradores da Linha da Cruz é *soma e resultado* de todo esse processo histórico. Portanto, descrever a agricultura nos tempos do antigo Sertão é uma forma de compreender o quanto desse processo incidiu sobre o sistema nativo local hoje e o que dele ainda coexiste ao novo sistema. Para tanto, torna-se crucial conhecer um pouco a relação que os moradores antigos travavam com a terra e quais eram suas estratégias produtivas.

Seja na Linha da Cruz ou nos relatos dos tempos do Sertão Antigo, aqueles agricultores com quem pude conversar apresentavam conhecimentos muito peculiares em relação à natureza e às técnicas de produção, conhecimentos que intercalavam saberes técnico-científicos acessados, sobretudo, pelo contato nos últimos anos com agrônomos e pela assistência técnica que muitos deles têm recebido através dos funcionários da EMATER, como parte dos programas de desenvolvimento rural. O desafio colocado à mim durante minhas caminhadas na roça, sempre acompanhada de algum dos agricultores, assim como durante as conversas aleatórias que costumávamos ter no dia-a-dia, era identificar como se estabelecia o sistema produtivo no passado.

Para o plantio da roça, me contavam os agricultores, havia preferência pelo terreno mais úmido (próximo aos furados). Ainda que da casa à roça fosse preciso caminhar muitos quilômetros, não importava, seguiam em direção a essas áreas, como conta Vicente: *“Plantava, mas era onde quisesse, não tinha local certo não... as vezes morava aqui e plantava lá perto de Lajedin... o trabalho era assim. Tinha que andar pelas matas e ir colhendo... as vezes a roça era longe...”*.

O terreno era aberto, entrecortado por mata seca (carrascos), formado por um conjunto de terras de moradia e de trabalho divididas ao longo do tempo entre os posseiros que passaram a ocupar aquele território e estabelecer um sistema particular de cultivo e organização social consonante às condições ambientais e características biofísicas.

O principal componente agrícola, na época, era o roçado em sua variação em *terra sequeira* e *agricultura de furado*, sistemas que foram desenvolvidos pelos nativos através do conhecimento do meio ambiente e sua inteiração com ele. Esta forma de agricultura se define pelo plantio de produtos mais bem adaptados à seca como feijão, milho, mandioca, sorgo, além de mamona e algodão – plantas nativas que foram gradualmente sendo inseridas no circuito comercial da região. A princípio, a agricultura estava voltada, sobretudo, ao cultivo dos produtos de autoconsumo, sendo aqueles produtos primários para indústria plantados de

forma avulsa por entre a roça – a mamona, especificamente, considerada uma espécie de praga, nascia em todos os lugares naquela região. A agricultura naquela região exige do agricultor certa cautela na produção e conhecimento do produto que está sendo plantado, além de um sistema produtivo mais amplo, que envolva também outras estratégias reprodutivas, como forma de proteger a família para o caso de haver perda da produção. Sobre esse ponto Melo (2006) mostra que:

“A vulnerabilidade da agricultura diante de uma seca se dá porque, em sua maioria, ela é cultivada sob a forma tradicional de ‘molhação’ que, diferentemente do sistema de irrigação, necessita de pelo menos quatro meses consecutivos de chuvas para existir. A pecuária, do mesmo modo que a agricultura, desmonta-se ou é fortemente afetada pela seca, dependendo da dimensão desse fenômeno natural, em decorrência principalmente da falta de condições financeiras do produtor para armazenar pastagem e água para o consumo dos animais. A falta ou escassez de alimentos e de água para o consumo das famílias dos agricultores completa o quadro de penúria de uma seca” (p. 179).

Desse modo, a agricultura em terra sequeira, subentende um sistema cauteloso, que não se sustenta enquanto base produtiva do grupo familiar e que, para tanto, necessita sempre de outras estratégias reprodutivas, como a pecuária, a renda, a armazenagem, etc, para garantir a sobrevivência da família. A forma de cultivo, como descreve a autora acima, conta com o trabalho de “molhação” que consiste na irrigação manual da lavoura, ao contrário do sistema de irrigação elétrico existente no Jaíba, por exemplo, o qual, embora eficiente, se torna economicamente inviável para o pequeno produtor, tendo em vista os custos para sua manutenção.

Seu Mariano conta que aprendera com seu pai escolher a melhor terra para plantar sua lavoura. A partir de um sistema que ele classifica como “terra alta” e “terra baixa” ele organiza sua produção de acordo com as necessidades e características demandadas por cada produto. Assim, ainda que a região favoreça mais os produtos resistentes à seca, ele conta que os antigos desenvolveram formas de organizar a produção no terreno que tornava possível, também, a lavoura de arroz, a qual necessita de mais água que outros produtos.

Um das estratégias, portanto, adotadas pelos agricultores na época era o aproveitamento dos “declives” do solo, ou seja, aquilo que Seu Mariano chama de “terra alta” e “terra baixa”.

“Meu pai me falou tal coisa, esse tipo de lavoura nessa terra aqui não vai produzir. Vamos colocar assim, tinha uma terra, a “terra baixa”, aquela terra ali era suficiente pra nós plantar o arroz. E numa “terra alta”, ali nós plantava o milho, plantava feijão, plantava a rama da mandioca, essas coisas. Porque quando chove, aquela terra baixa, ali a umidade da água junta ali. Então ali, não

dá pra plantar o milho, plantar o feijão, plantar mamona, essas coisas, abóbora, melancia não produz, porquê a água inunda ali e mata aquela planta. Já o arroz não. O arroz é uma área que depende bastante da água mesmo. Pode chover, pode juntar água ali que pra ele é vida. Então nós tínhamos o conhecimento dessa forma assim”.

Assim como a “agricultura de furado”, Seu Mariano explica uma outra técnica que envolve otimizar o solo que recebe e armazena água de chuva, seja pelo seu declive em relação ao terreno ou pelo leito maior das áreas de “furados” – lagos, buracos, córregos. Assim, nesses terrenos, cultivam plantas, como arroz, que necessitam maior reserva de água. A imagem abaixo ilustra essa forma de roçado desenvolvido nesses ecossistemas.

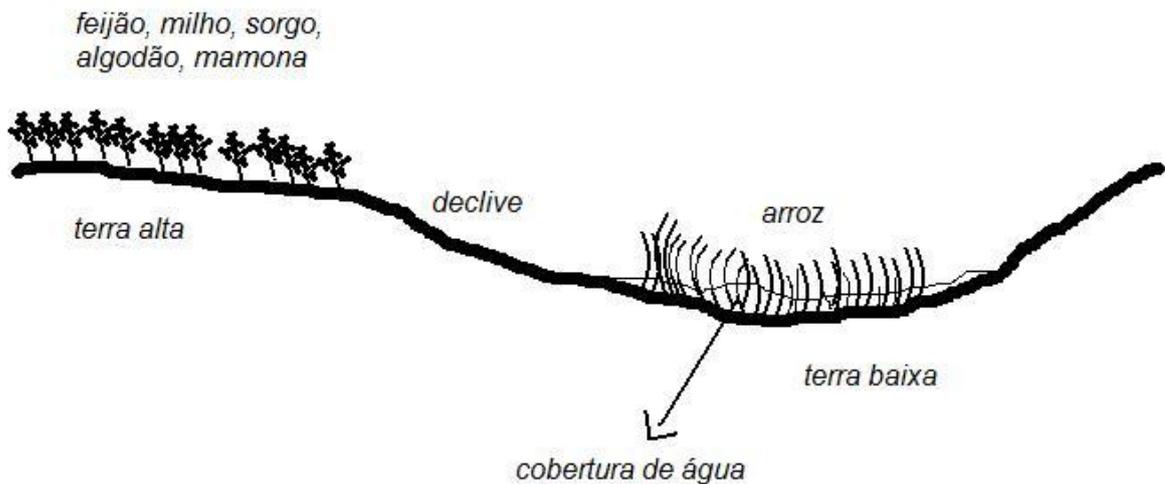


Figura 1: Representação gráfica do modo de agricultura em “terra baixa” e “terra alta”.

O trabalho na terra se somava a dois outros importantes fatores para sua realização: a mão de obra familiar, envolvendo, contudo, uma rede mais extensa entre irmãos, primos, cunhados, etc, assim como um conhecimento cosmológico sobre a terra e o meio ambiente que era passado de geração a geração. O trabalho agrícola subentendia, portanto, formas de reciprocidade social e um conjunto de conhecimentos tradicionais que caracterizavam a cosmovisão catingueira sobre o uso e sua relação com terra, os quais discuto a seguir.

4.2.1 Domínios Cosmológicos no Sertão

Em seus relatos, os moradores falavam sempre da boa qualidade do solo e diziam que a falta de água não impedia que todo ano colhessem uma boa safra de feijão e milho, suficientes para abastecimento da família e do gado. Entretanto, apesar das vantagens com o solo, o sistema de cultivo catingueiro precisa, para sua sorte, que o agricultor tenha domínio de um conhecimento, geralmente passado pelos seus ancestrais, sobre ciclos anuais da lua e das chuvas, assim como das melhores estações para o plantio – “a importância dos invernos” ou “período de chuva”, o “veranio” ou “época de seca”.

João Damascena fala um pouco do conhecimento que antigamente utilizava, apreendido do se pai, para exercer o trabalho na roça: *“Quando era época, plantei, por exemplo, na lua nova, porque hoje eu nem olho isso, eu plantei na lua nova, vão supor de setembro, plantei, nasceu dia tanto do mês, e lá a chuva chegou, choveu, eu carpi, fiz sacada, tudo... e colhi bem. É... foi... e você pode marcar aí”*.

Quando o plantio era bom, costumava-se anotar no calendário a data precisa da colheita, assim como o horário. O conhecimento de um calendário de chuvas e da lua, por exemplo, são parte do que muitos autores reconhecem como compondo o saber cosmológico para a atividade agrícola de grupos tradicionais – em contraponto ao saber técnico. Essa importante noção tem ampla ressonância na literatura antropológica, que compreende uma forma de *conhecer* baseada, em geral, na noção de camponeses e povos tradicionais possuem de “equilíbrio da natureza” (WOORTMANN, 2009). O conhecimento sobre a terra, os tempos da colheita e das águas são considerados todos parte de uma mesma dinâmica e compõem os elementos que enredam sua prática produtiva. Woortmann (2009) apresenta uma interessante explicação sobre o interior dessa noção:

“A lógica simbólica da lavoura camponesa expressa, destarte, uma ética de equilíbrio, na medida em que cria condições para o sustento da família e em que é feita uma perspectiva ‘étno-ecológica’ que envolve o cuidado com a natureza – a ‘natureza de Deus’ – desde a mata e as nascentes de água até a terra. Respeitando a natureza, o camponês estará respeitando Deus” (p. 122-123).

O sistema classificatório utilizado pelos agricultores também compreende uma forma particular que sugere também uma terminologia de classificação do mundo e das coisas. Muito comum no universo rural, o mundo é descrito em termos de coisas “quentes” ou coisas “frias”, “fortes” ou “fracas”, que não necessariamente se referem ao fator térmico que tais palavras conotam, mas “diz respeito à ‘natureza’ das plantas e dos solos ou dos alimentos,

expressa um princípio fundamental, que é o ‘equilíbrio’” (WOORTMANN, 2009, p.122). A autora chama de “síndrome quente-frio” o fundamento cognitivo de ordem cosmológica que “dá uma inteligibilidade ao mundo e que o percebe (...) como um mundo equilibrado” (p. 122).

João Damascena, agricultor da Linha da Cruz, conversando comigo sobre os problemas que ele observa na água que abastece a comunidade, diz: “*essa água aqui nossa é uma água que ela tem muito calcário, ela é uma água pesada, talvez você está acostumada com uma água mais leve, por exemplo, uma água de rio, ou mesmo de uma mineração*”. A referência a água que é leve ou pesada aponta outro par de oposições que indicam uma terminologia particular de leitura da natureza que se estende à diferentes categorias do universo camponês. A mesma lógica simbólica também é utilizada no trato da lavoura no sertão, cujo solo por sua cor laranja e textura argilosa é compreendido como quente, logo, trata-se de “terra boa”, fértil, em oposição aos solos arenosos e ácidos dos Gerais, considerados frios, pouco férteis.

A forma pouco cartesiana como esses grupos camponeses marcam o tempo, lidam com a natureza e vêem o mundo, formam um conjunto de “indicadores tradicionais da passagem natural do tempo e de estabelecimento de ciclos de relacionamentos entre a sociedade e o ambiente, por meio do trabalho com a lavoura e o criatório” (BRANDÃO, 2009, p.154). A *passagem do tempo* pode ser marcada tanto pela lavoura que todo ano estabelece ciclos para cada um de seus produtos, quanto pelos acontecimentos sociais: “*isso foi quando a Ruralminas ocupou isso aqui*”, por exemplo. Woortmann (1991) também fala de um *tempo marcado pelo gênero*, como o tempo que é lembrado pelos ciclos de vida das mulheres, quando eventos sociais são localizados por elas pela recorrência dos nascimentos de filhos, nas crises da vida, como casamentos e mortes. Ao invés de “aprisionar o tempo em datas e décadas” como fazemos, Woortmann (1991) afirma que os camponeses marcam o tempo acompanhando os ciclos da vida e da natureza.

Nesse sentido, a produção agrícola acompanhava esse tempo, marcado por outros termos, a partir de significados pessoais e particulares na vida das pessoas e dos grupos. Para os moradores do Sertão, como para muitos outros grupos de áreas sequeiras, o tempo era dividido como “tempo da seca” e “tempo das chuvas” e com as mudanças sociais, Dona Rita dizia: “*as chuvas agora ficou longe...*”, diferente de antes quando “*chovia bastante, até março, abril*” e hoje tudo é mais difícil.

Cláudia Luz de Oliveira (2005), em pesquisa sobre os povos vazanteiros, relata sua surpresa ao conhecer seu calendário agrícola, o qual, segundo ela, apresentou uma realidade totalmente diferente daquela que estava acostumada. Ela diz, “a vida e o trabalho regidos pelo

regime do rio – e não só pela chuva, que é o grande demarcador das suas estações, ‘a seca e as águas’” (p.16). Realidade semelhante à dos moradores do Sertão Antigo que tem sua agricultura marcada pela chuva e quando as lagoas enchem os furados formando um lameiro em volta ou alagadiço, tornando o solo ainda mais fértil. Isso acontecia nos tempos em que o domínio cognitivo do território por parte dos posseiros e a condição de apossamento livre da terra, até os anos 70, lhes permitiam transitar pela região e localizar as melhores áreas para o plantio.

Embora os vazanteiros do Rio São Francisco e os catingueiros do *Sertão Antigo* fizessem parte da mesma região, estes não chegaram a praticar agricultura de vazante como fazem os vazanteiros. Para otimizar a plantação, os catingueiros aproveitavam a terra úmida após os períodos de chuva e os furados que enchem d’água após este período, porém, como “a seca era muita”, a produção acabava sendo pouca, podendo, inclusive ser quase totalmente comprometida em alguns períodos – diferente dos vazanteiros que, em função da proximidade dos rios, das “ilhas flutuantes” (OLIVEIRA, 2005), conseguiam uma agricultura farta de produtos para o autoconsumo familiar.

Nas conversas, durante o trabalho de campo, as idéias sobre o roçado me pareciam sempre vagas, porém sensíveis quanto a sua importância. Delas, contudo, pude compreender que antigamente, quando os moradores do Sertão Antigo podiam contar com os rios e lagoas, no dia 15 de agosto, final do período de seca, a lagoa secava e em maio, final da época de chuva, voltava a ficar cheia novamente. Ou seja, outono e inverno, representam período de plantio, quando o solo estava fértil, úmido e plantava-se próximo dos furados e das vazantes das lagoas. No verão, podia chover, mas não era certo, era tempo de viver da reserva, do depósito de alimento e água das plantações anteriores e da renda. No caso da caatinga, apesar dos rios encherem no verão, a distância que ficavam deles, como dito, coloca a região em estado de seca durante quase todo o ano. Porém, nos tempos do Sertão Antigo, lagoas e lajedos existentes entre as matas eram utilizados como fonte hídrica para a lavoura e para a criação.

Nos tempos atuais, na Linha da Cruz, com o assentamento, os agricultores perderam o acesso livre a essas antigas “bacias d’água” devido à chegada das fazendas e expropriação de suas terras. Com isso, quando perguntava aos moradores a respeito da vida hoje na região, eles costumavam dizer que “*as chuvas agora ficou longe...*” ou que “*antigamente chovia mais*”, sem associarem, contudo, a situação em que vivem no presente aos fatos e acontecimentos políticos. Relacionam esse *tempo mais difícil* de hoje com mudanças, mas mudanças da *ordem da natureza*, ou seja, a forma como apreendem a realidade é, muitas

vezes, indissociável a forma como vêm o ambiente que habitam – uma vez que mudanças de ordem político-econômica incidem sobre o seu modo de vida, a forma como as percebem se relaciona com fenômenos na ordem da natureza, aqui no sentido biofísico do termo. Sem aprofundar muito nesse ponto, confesso que esta característica que observei a partir das falas da maioria dos moradores – “antigamente chovia mais” e “hoje chove menos” – me chamou atenção sobre a forma como entendem os processos sociais que estão passando.

4.2.2 Entre a *Técnica* e a Experiência

João Damascena me falou que os agricultores antigamente tinham suas próprias formas de cuidar da terra e da plantação. Segundo ele, o agricultor tradicional deve conhecer a terra onde planta para que a produção seja boa. Para isso, me explicou que durante muitos anos os agricultores tinham suas próprias técnicas e saberes que lhes permitiam se reproduzir socialmente naquela região. Diferente dos tempos atuais em que esse saber tem sido cada vez mais substituído pela ciência e pela lógica do mercado. Quando pergunto sobre como definiam as **datas** e **tempos** para o plantio, ele responde:

Ah, eles não via calendário não, moça! Negócio era o tempo que definia. Era a lua nova, a lua cheia, a lua crescente, a lua minguante. Você plantava o pé de laranja, tinha a lua pra você plantar ele, pra produzir bem, pra laranja ficar grande, me lembro ainda, quando ia plantar cabaça, plantava e fazia assim uma roda na cova, que era pra cabaça ficar grande. Aí plantava a melancia do mesmo jeito. A pessoa era cheia de experiência. (fala de João Damascena)

A partir da sua fala, observa-se a prática de *marcar* a área de plantio como forma de garantir uma boa produção ou mesmo o tamanho do produto. Trata-se de um modo de espaçamento da plantação que, antigamente, era feito de forma manual e intuitiva pelos agricultores, representando uma relação com o mundo que pressupõe uma percepção corpórea do ambiente (INGOLD, 2000), ao contrário da forma como a Ciência Agrônoma, por exemplo, hoje constrói um saber sobre as práticas agrícolas. A diferença que afirmo haver entre esses dois modos de se relacionar com o mundo se explica pelo fato de que, na perspectiva dos agricultores, a “natureza não é um objeto que deve ser socializado, mas o sujeito de uma relação social” (DESCOLA, 2000, p.152), enquanto que no pensamento moderno a relação com a natureza só faz sentido se por mediação técnica, ou seja, através de uso de terminologias especializadas (DESCOLA, 2000).

Outra *técnica* utilizada pelos agricultores no sertão é a **seleção de semente**, ainda que a fizessem de forma diferente de como se conhece hoje pela ciência agrária⁵⁴, trata-se de uma forma tradicional já muito conhecida por aqueles agricultores. Essa prática de selecionar sementes, como me explica Maria, era feita através da *observação* da colheita - “o feijão mesmo... tinha aquele feijão que dava melhor pra plantar, já guardava de uma safra pra outra. Já tinha aquelas vasilhas pra guardar...”. João Damasceno completa a explicação:

“Antigamente era o seguinte, quando ia plantar o milho, eu me lembro que meu pai chegava na roça, quebrava o milho, escolhia as espigas maior, que tivesse vingado bem melhor, tirava aquela ponta, tirava aquela semente do meio, de qualidade, pra fazer a semente plantar... eles não era bobo. E a realidade é essa, porque o pé de milho que nasce melhor é daquela semente mais graúda. Porque você não vai quebrar a semente do milho fraco, vai quebrar do melhor, pra fazer a semente pra plantar. (...) Quando ia fazer do feijão, ia passar na peneira, tirar um feijão melhor. Os que ficava só em cima, que não passasse ali, isso ele plantava. Então porque dava boas culturas? Porque ele já tinha a seleção. Chama “selecionar”. [Hoje] não é nada diferente do passado, só tem uma coisa a mais que é a ciência”.

Para o plantio da roça, plantava-se através do consorciamento de culturas, o que consiste no plantio diversificado de vários produtos numa mesma terra, com o cuidado necessário que cada planta precisa em relação ao espaçamento entre elas, incidência do sol, tempo de colheita, etc. Como Eliane me explicou ao perguntá-la a razão para os “pés de milho” estarem dobrados (quebrados ao meio), ela disse: “[é porque] *nós colhemos esse milho e plantamos o feijão, dobramos ele e plantamos o feijão no meio*”. Esta é uma forma de consorciamento em que o milho plantado junto ao feijão; ele deve ser “dobrado” depois de colhido para que não faça sombra no feijão e atrapalhe seu crescimento. Assim, o tempo de crescimento dos produtos e as necessidades de cada planta, determinam a forma como os agricultores irão fazer o consorciamento da produção. Embora costumassem plantar tudo junto, as particularidades de cada plantio eram conhecidas. Geralmente, plantava-se feijão com milho, sendo vários os tipos de feijões – fava, feijoa, catador, gurutuba.

“Você planta o feijão o milho em novembro, tudo vuado assim. Agora você faz uma roça, planta o feijão primeiro, depois passa a regra de milho, tudo de enxada. Quando o milho tá desse tamanho assim, o feijão já encorpando. Quando o feijão tá bom de rancar, o milho tá pegando... não faz sombra também. Agora quando for o mês de julho, esse mês de julho que vem agora, você pega uma terra, enche de feijão outra vez e dá o dobro outra vez” (fala de Seu João explica

⁵⁴ Sobre o uso de sementes selecionadas, Porto-Gonçalves (2004) explica a diferença entre “organismos geneticamente modificados” (OGM) e “organismos transgeneticamente modificados” (OTM), sendo estes criações laboratoriais.

o sistema de consorciamento que concebe além das necessidade de cada planta, as melhores épocas para o plantio).



Foto 10: *Consortiamento de Culturas*. No lado direito da foto, cultura consorciada de milho e feijão. Lado esquerdo, lavoura de mamona não-consorciada. Linha da Cruz – maio, 2011.

Embora fossem constantemente assediados pelo mercado da indústria têxtil que imperava até a década de 80 naquela região, contam que, mesmo assim, plantavam de tudo: “*você não pode apostar o tudo numa cultura só, cada cultura que vem na nossa região é pra ajudar*” (João Damascena, agricultor Linha da Cruz), pois “*quando uma coisa dá errada, a outra dá certo*” (Eliene, agricultura Linha da Cruz). Essa lógica expressa uma estratégia camponesa que compreende: manutenção de culturas variadas de produtos e de sementes, assim como a *cautela*. Além de protegê-los de períodos de crise, essa lógica produtiva contribui também para reduzir a incidência de insetos na lavoura, fazendo com que o pequeno produtor não necessite recorrer à “pacotes tecnológicos” como vem sido imposto a eles nos últimos tempos pela lógica da racionalidade ecológica e do agronegócio⁵⁵.

Portanto, por meio de sua experiência, o agricultor exercia seu ofício e transmitia essas estratégias, saberes e técnicas de geração para geração.

⁵⁵ De acordo com Porto- Gonçalves (2004), “nesse mundo comandado pela lógica da economia mercantil, vivemos entre o ‘desde que’ ou o ‘como se’, ou seja, o ambiente deve ser preservado desde que seja compatibilizado com a lógica do lucro e seus efeitos são ‘como se’ fossem outras substâncias cujo conhecimento já estivesse razoavelmente estabelecido” (p. 240).

Se eu fazia uma cultura e dava certo, aí eu tinha... corria, dava certo, eu chegava na casa do cumpadre⁵⁶ e dizia “ó cumpadre, eu plantei rapá, dei um mio lá, mas o mio é bom demais, produziu bem”. “Como você fez cumpade?”... mas porque naquela época também tinha uma coisa, camarada anotava o dia que plantou, quase até a hora! [risos] Pra você ver que era um povo inteligente! Com toda simplicidade, mas tinha uma inteligência. Quer dizer, era passando pro outro a informação. E uma informação estratégica, muito boa. Naquela época o que funcionava era a experiência, cada um passava pro outro a experiência (fala de João Damascena).

Esse valor que os agricultores mais antigos da Linha da Cruz expressam, sugere uma relação humanizada com a terra, uma vez que é ela quem “pede” o que vai ser plantado e para isso deve ser “bem tratada”. Assim, se “*a terra não tá produzindo (...) vou dar uns tempos pra ver se ela melhora*”. Essa relação com a terra revela que o sítio camponês não é concedido como uma extensão uniforme e que a diversidade e disponibilidade dos solos e dos produtos constituem fatores nos quais o agricultor deve *lidar* e não *intervir*. Como Woortmann (2009) diz, “essa articulação e as atividades nelas desenvolvidas articulam-se entre si. Essa articulação engendra uma espécie de modelo-insumo-produto, no qual cada espaço-atividade gera insumos para outros espaços-atividades” (p. 120). A isso a autora chama de “*internalização dos supostos de produção*”, que significa que tudo o que é produzido no sítio tem um fim específico, como conta um dos agricultores: “*nós produz o leite, a gente produz a carne, porque nós planta o milho e do milho nós vamos converter em ovos das galinhas, vamos se pôr em carne, porque você engorda o porco, você cria galinha, tem o ovos, tem o frango. Então, de uma coisa a gente vai tentando produzir outras pra poder fazer uma alimentação mais barata e mais saudável*”.

Também identifiquei nas falas e no trabalho dos agricultores da Linha da Cruz a noção “*incorporar a cultura*” – “*ano passado foi plantado mamona, aí eu peguei e incorporei a matéria orgânica da mamona, gradeei, incorporei na terra e plantei o milho*” – que representa uma forma de aproveitamento do trabalho objetivando a lavoura seguinte, sistema que na prática contribui para a otimização e aproveitamento dos solos.

Conversávamos sobre o trabalho agrícola nos tempos do Sertão Antigo, mas o que parecia mais presente nas falas eram controvérsias e estranhamentos com os novos termos e práticas usados hoje pela Ciência (neste caso, escrevo em letra maiúscula, pois o modo como se referem à “*ciência*” me pareceu se tratar de uma “*ciência totalizante*”, positivista,

⁵⁶ “O compadrio não é uma relação entre indivíduos, mas entre personagens sociais, pré-definidos por uma totalidade, vista não como um conjunto de relações individuais, mas como ‘pessoa moral’” (FILHO, 2008, p.93)

hegemônica). Principalmente os moradores e moradoras mais velhos expressavam estranhamento quanto à forma como hoje a agricultura tem sido manejada. Outras técnicas de produção tem sido apreendidas pelos agricultores da caatinga, principalmente, através dos serviços de Assistência Técnica – ASTEC – prestados pela EMATER. Muitos desses serviços se pautam na noção de “agricultura familiar” para designar os pequenos produtores rurais. Hoje muitos dos moradores da Linha da Cruz se auto-designam “agricultores familiares”, apropriação da forma como técnicos e políticas de atendimento rural se referem a eles.

João Damasceno me explicou as “estranhezas” que ele e seus vizinhos tem identificado em relação ao conhecimento técnico que lhes tem sido passado através das ASTEC e fala com certo humor:

“As vezes diz assim “essa terra tá boa não, choveu bem, eu vou ter que jogar um capim, deixá ela descansar uns dois anos...” talvez [técnicos e engenheiros] se fala assim “eu vou ter que corrigir o solo”, aí ele [o agricultor] vai pensar “corrigir o solo?? Que negócio é esse?”. Se chegar um técnico e falar pra ele, ele vai dizer “corrigir o que? Que que eu tenho que fazer?”. Dizer “não, você vai ter que tirar umas três amostras dessa terra que vou levar no laboratório, eu vou fazer pra você aqui um DNA dessa terra, ou o que for, uma amostra”. Aí ele vai ficar doido, “to entendendo mais nada”. E trazer aqui e falar pra ele: ‘Sua terra tem que ser corrigida com esse tipo de adubo, assim, o que ela falta é calcário, o que ela falta por exemplo é um tipo de adubo pra corrigir, aí é... [hoje] é preciso ter uma explicação muito forte’”.

Como discutido no capítulo anterior, para autores como Chayanov (1974), Mendras (1978), Polanyi (1980), por exemplo, a modalidade campesina se origina de uma tradição rural cuja racionalidade em torno do uso da terra e dos recursos da natureza está fundada em estratégias para garantia da reprodução social do grupo familiar e que, para tal, estabelecem com o meio socioambiental uma relação de “equilíbrio” (CHAYANOV, 1974) realizando as potencialidades da natureza de acordo com suas demandas. Estes autores, assim como Dayrell (2000), Woortmann (1997), entre vários outros pesquisadores voltados para estudo do campesinato, afirmam a diferença entre as racionalidades de produção campesina e agroindustrial originada dos setores urbanos e industrial cujos princípios postulam o excedente de produção, acumulação e produção para o mercado, baseando-se “na especialização e homogeneização da natureza e na maximização do benefício econômico em curto prazo” (DAYRELL, 2000, p.200).

4.3 Criação de Animais

A importância da criação para aquele grupo era constantemente reforçada em suas falas e no cotidiano. Uma parte do que é produzido na roça tem como destino alimentar os animais domésticos e também o gado. Portanto, o trabalho agrícola não atende unicamente os membros da família, mas também aos animais domésticos. No entanto, o valor dado ao gado é expresso, principalmente, no trabalho que é dedicado ao seu cuidado e sustento. Importante compreender que a relação que mantém com o gado, destoa totalmente do sistema agropecuário extensivo que passou a imperar na região a partir dos anos 1970 com a chegada das fazendas.

Trata-se de duas diferenças cruciais existentes entre o **boi de trabalho** e o **boi de corte** (Portela *et all*, 2004): o primeiro é patrimônio da família, mais caro que o boi de corte, pode ser vendido em época de grande necessidade e raramente é servido como alimento pelo seu criador, tanto que, a base alimentar dos agricultores dessa região, mesmo daqueles criadores de gado, é a carne do frango e não do boi; o segundo, o boi de corte, é, de fato, um produto da criação que entra no circuito de comercialização e na composição da renda familiar (p. 98).

O catigueiro, assim como todo pequeno agricultor, volta suas práticas em torno da terra ao sustento da família e manutenção do seu modo de vida. A renda muitas vezes adquirida das relações comerciais travadas pelo grupo era, muitas vezes, investida na compra de mais gados, uma vez que ter gado representa segurança ao núcleo familiar e afirmação da identidade sertaneja. Em trabalho de campo, observei que os homens dedicavam grande parte do seu tempo aos cuidados com o animal, tanto a organização espacial do sítio, quanto as relações em torno do trabalho, estavam voltadas quase que totalmente para a manutenção do criatório e das áreas de pastagens.

“Compreende-se que tenha sido o gado que fez a fama, até porque era ele que dava conteúdo oficial, régio, à ocupação/conquista desses sertões. Era ele a moeda de troca com as demais províncias da colônia. No entanto, será pelas mãos desses que lavram a terra que todo um conhecimento será tecido em íntima relação com os diferentes nichos ecológicos” (DAYRELL, 2000, p.23)

Segundo relatos dos moradores e com base na bibliografia consultada, uma prática comum no sertão é o pagamento pelos donos das fazendas em quatro cabeças de gado para os empregados (amos) que administravam suas fazendas, vigiavam seus gados, bichos ferozes, e cuidavam de tudo que diz respeito à criação. Sendo muitos deles funcionários de fazenda, os vaqueiros foram ao longo do tempo “apossando” terras devolutas no sertão e levando consigo

esses gados. Uma das práticas que giravam em torno do apossamento das terras eram as queimadas, utilizadas para combater ervas existentes nas pastagens nativas, as quais provocavam mesmo a morte de muitas cabeças de gado (FILHO, 2000).

Esse tipo de manejo do pasto era comum na região, uma vez que as cinzas deixadas pelas queimadas também contribuía para adubar a terra e incentiva o crescimento de mais capim, como me explicaram alguns dos agricultores. Nota-se que para esse cuidado com o gado era preciso conhecimentos específicos de preservação e de cultivo de capim. As queimadas tinham tempo certo do ano para serem feitas, para que o fogo não se alastrasse por entre as matas.

Entre as famílias do *Sertão Antigo*, com as quais tive contato, pude notar que praticamente todas atribuem grande importância à criação de animais, sobretudo, do gado, em detrimento à produção comercial. Seu Pio, agricultor antigo das redondezas, hoje, morador da Linha da Cruz, diz não gostar de mexer com mamona, pois “*mamona adoece criação*⁵⁷”. Da mesma forma, Seu Mariano também demonstra certos princípios no que compete à questão da importância da diversidade produtiva e da criação do gado como forma de evitar problemas futuros e crises.

“Se vier um contratempo sobre a safra da mamona tem o gado aqui pra ser o ressalvo da gente, né? Pra ser a base, pra ter aquela reserva, né? Então nós vamos dividir. Cinquenta por cento pra agricultura, que seja a mamona, que seja o milho e o feijão, e cinquenta por cento pra pastagem pra criar a vaca. Então nós aqui trabalha dessa forma”.

A lógica da “ressalva” – como dito na fala do Seu Mariano acima – pressupõe que metade do sistema do produtivo deve voltar-se para a criação, enquanto a outra metade deve garantir o autosustento e a renda. Se considerar pelas mudanças sociais que vem acometendo a região nos últimos tempos, essa lógica não representa a comunidade de forma homogênea. Há hoje algumas variações quanto a lógica produtiva do grupo. Sobretudo a partir da entrada da mamona como um *nicho de mercado*, algumas famílias substituíram o pasto por mamona e venderam o gado, colocando o sistema de “ressalva” em desuso.

Animais como galinha, porco, cabrito são criados para sustento das famílias – deles se extrai gordura, ovos e carne. O gado, como dito, representa segurança e renda, mas somente para casos emergências ou necessidade, pois a *renda* do dia-a-dia “*pra comprar uma roupinha, comprar coisa pra dentro da casa e tal...*” como diz Seu Pio, ficava mais garantida

⁵⁷ Aqui ele se refere ao fato da mamona ser venenosa, podendo até ser mortal ao animal se ingerida. Ele conta que já perdeu um gado por ele ter ingerido mamona.

pela venda de matérias primas – como algodão e mamona – à indústria têxtil e de óleo. Esses produtos já eram demandados nessa região desde o século XIX, tendo sido incorporadas também pelos moradores do Sertão quando ali chegaram em torno de 1930

Assim, o gado para o sertanejo possui outro sentido, como ressalta o agricultor Osmar dos Santos, ao dizer *“nós aqui sempre tem gado”*, referindo-se ao fato de que não poderia plantar mamona, pois significaria abrir mão do gado e, logo, da segurança da família, razão pela qual preferiu não plantar mamona para vender.

No Sertão Antigo/Linha da Cruz, o termo “criação” era associado para designar tanto o conjunto de gado, quanto de aves domésticas e de porcos. Na literatura sobre grupos camponeses, assim como em trabalho de campo, é recorrente a referência aos animais de uma forma que expressa menos uma relação econômica do que uma relação social, ou mesmo afetiva, entre as pessoas e os animais.

Moraes (2009), em sua pesquisa sobre o povo do cerrado do sudoeste piauiense, encontra uma diferenciação no sistema camponês de criação de animais e mostra como esta prática se relaciona com um sistema de classificação dos tipos de terrenos existentes que tem relação com as diversas formas de utilização desses espaços naturais “cujas potencialidades são usadas como recursos, em função da combinação do conjunto de atividades no qual sobressaem, entre outros, o cultivo do ‘legume’ (culturas), o ‘criatório’ (gado), a ‘miúnça’ (porcos, ovinos e caprinos), o ‘criatório pequeno’ (aves), o extrativismo, a caça, a coleta de frutos, a pesca e o artesanato utilitário” (p.136-137).

Nos dias em que estive na Linha da Cruz, animais faziam parte não apenas do dia-a-dia daqueles encarregados de cuidar deles, como também do dia-a-dia desta pesquisadora. Principalmente as galinhas estavam por toda parte e nem sempre estavam no que para mim representaria seus “devidos” lugares (fora de casa), quando constantemente as encontrava dentro das casas, transitando pelos cômodos ou passando alguns dias chocando debaixo de alguma cama no quarto – situação, inclusive, tratada com muito zelo pelos seus donos.

Ao caminhar pela roça observa-se sempre a existência de um galinheiro (às vezes mais do que um), um chiqueiro para os porcos e um curral para o gado. Em praticamente todas as casas foram encontrados esses abrigos para criação dos animais, além do pasto reservado para alimentação do gado. Assim, o cotidiano daqueles agricultores consistia no trabalho diário de transportar os animais de um ambiente para outro para os alimentarem soltos, momento em que as galinhas podiam ciscar e o gado pastar; apenas os porcos eram sempre mantidos nas pocilgas ou chiqueiros.



Foto 11: Levando o gado para pastar. Linha da Cruz – maio, 2011.



Foto 12: Seu Mariano cuidando do gado. Linha da Cruz – maio, 2011.



Foto 13: Maria e Renildo olhando as galinhas.
Linha da Cruz – maio/2011.

Não tive oportunidade de aprofundar a respeito da diversidade de espécies animais, mas pelas conversas cotidianas observei a existência de vários tipos de galinhas, em sua maioria classificadas como “caipiras” – raças locais que estão bem adaptadas às duas condições de manejo (Dayrell, 2000). Em relação ao gado, observei que haviam aqueles gados de raça pura, mas a maioria era de raça “misturada”. Um grande número de animais silvestres também são conhecidos por eles, assim como de abelhas, de onde alguns agricultores extraem mel e outros produtos, até mesmo remédio.



Foto 14: Chiqueiro para os porcos. Linha da Cruz – maio/2011.

Lembro de um dia, após o almoço, quando eu e a Maria andávamos pelo quintal em que ela me mostrava suas plantas. Ao nos depararmos com algumas de suas galinhas soltas, ela me narrou algumas histórias envolvendo cada uma delas, descrevendo para mim as características de cada uma, assim como traços da personalidade – “essa é que mais fujona”, “essa aqui é danada”, etc. Contou sobre uma galinha nova que havia ganhado e que não gostava que os galos chegassem perto, pois era muito “braba”!

Na divisão sexual do trabalho, desde os tempos antigos eram as mulheres que cuidavam da criação das galinhas e dos porcos, ou seja, dos animais de pequeno porte, enquanto o cuidado do gado, de modo geral, era responsabilidade dos homens. Com a escassez de gado dos tempos atuais – seja por terem substituído os pastos por mamona, seja por terem vendido o gado pra cobrir dívidas – e a variedade cada vez menor de produtos na lavoura, os homens passaram a cuidar dos animais domésticos e ajudar as mulheres nos serviços que eram antes apenas das mulheres, como recolher os ovos das galinhas, observar as que estão “chocas”, cuidar do quintal, etc.

Na casa de Aninha, onde me hospedei na maior parte do tempo, vivem hoje apenas ela e seu marido, Valmir – suas três filhas residem na cidade de Jaíba onde estudam e trabalham. Sua propriedade é bastante pequena em comparação a outras unidades. Possuem em torno de

25 hectares de terra, onde estão distribuídos o quintal, uma horta grande e o mamonal. Valmir contou-me que para segunda safra de mamona do ano de 2010 havia decidido aumentar o potencial produtivo desse produto, uma vez que a primeira safra, quando ainda plantava mamona, consorciada com outros produtos, havia sido satisfatória economicamente. Nesse caso, ele resolveu substituir não apenas a roça, mas também o pasto para, no lugar de capim, do milho e do feijão, plantar apenas mamona. Quando estive em campo, quando ele e Aninha ainda aguardavam o momento da colheita da mamona, que ocorreria em torno de junho, os pés de mamona já estavam grandes e eles se orgulhavam disso. No entanto, nesse período em que a lavoura crescia, não havia muito a ser feito. Sem muito trabalho na roça e sem o gado para cuidar, observei que Valmir passava o dia ocioso. Em função disso me parece que ele acabou assumindo a tarefa que antes era responsabilidade de Aninha: cuidar dos animais domésticos e ajudá-la na horta.

Valmir passava a maior parte do seu tempo soltando e prendendo as galinhas no galinheiro, pegando os ovos e contando quantos elas haviam botado no dia, estava sempre animado com isto e conhecia suas galinhas identificando-as pela cor e pela “personalidade”, dizia Valmir: “essa vermelha aqui é atentada”, apontando uma determinada galinha que costumava fugir com frequência. Dedicção parecida era dada à criação de porcos que, ao contrário das galinhas, conforme dito anteriormente, eram mantidos sempre presos. Nos dias em que estive por lá, uma das porcas, depois de várias tentativas de colocar algum porco pra cruzar com ela, havia ficado prenha. Valmir conta que finalmente conseguiu fazer um macho “namorar com ela”, o que ele me contava rindo. Feliz por sua porca prenha, Valmir acordava cedo e já acendia uma fogueira no quintal pra colocar o feijão velho, que não servia pra alimentação humana, para cozinhar e dava o que comer aos seus porcos.

Andriolli (2011) aborda a relação que seu sujeito de pesquisa – o vaqueiro Samu – tem com a criação. Ela apresenta uma série de *insights* interessantes que elucidam sobre o tratamento pessoalizado e íntimo dele com os animais, mesma relação que, como ela mesma cita, os Nuer estudados por E. E. Evans-Pritchard têm com o gado, cujo vínculo com o animal é considerado familiar e simbiótico. A autora define como afetiva a relação que o seu entrevistado, o Samu, trava com os animais que cria.

“a relação de Samu com os não-humanos foi revelando que a troca com esses seres sociais imprimia sentido à vida; o fazia enxergar a criação, bem como os ‘bichos do mato’, como seus filhos, principalmente por se tratar de um momento em que a família limitava-se a ele e a sua esposa, tanto pelo fato dos filhos do casal viverem nas cidades da redondeza, quanto pelo fato do ‘mexer com criação’,

no que tange ao gado, ter se tornado rarefeito com a ‘lei do promotor’” (ANDRIOLLI, 2011, p.152)

Do ponto de vista das práticas dos homens, ainda que hoje se observe a substituição dos pastos pela mamona, o gado ainda é tido como símbolo da história de constituição do lugar e do modo de vida daquele grupo. O trato dos animais, o cuidado diário do gado, o trabalho de ordenha, etc, são as atividades que lhes confere mais prazer – assim como Evans-Pritchard (2001) explica sobre a relação que os Nuer tinham com o gado: “o gado é seu bem mais prezado e eles arriscam suas vidas de boa vontade para defender seus rebanhos ou pilhar os de seus vizinhos” (ANDRIOLLI, 2011, p.23).

Outro indício que expressa o grau de importância do gado para aquela comunidade é, também, o fato deles terem se estabelecido em área de seca e caatinga, uma vez que essa área é propícia à criação de gado a solta - as terras tradicionalmente ocupadas na década de 30 tinham estreita relação com *soltas de criar gado em extensas áreas*. O loteamento daquela região pela Ruralminas, entretanto, incidiu diretamente nessa lógica, como fala Seu Antônio: “*criávamos um gadinho, inclusive nós tinha muito, mas falta de condição, acabou. Nós temos muito pouco agora*” (Seu Antônio – morador Linha da Cruz). Ter seu próprio gado representa também ter autonomia e independência econômica, sobretudo, do fazendeiro, com quem, historicamente, muitos camponeses tem procurado se libertar, recusando à condição de agregados, seguindo em busca de terra livre para apossar.

Aderval Costa Filho (2008) também relata a importância do gado para os quilombolas do Quilombo de Gurutuba, assim como das conseqüências que o processo de expropriação territorial trouxe para a prática de criação.

“Os Gurutubanos costumavam soltar o gado e cercar a roça. Com o passar do tempo e a redução do território, com a perda das terras para os invasores, passaram a cercar o gado e liberar as roças, isso no caso da disponibilidade de terras agricultáveis, em grande medida transformadas em pastos e cercadas pelas fazendas (...). É o que confirma o testemunho do Sr. Nelson Rodrigues de Oliveira, 48 anos, morador de Canudo: ‘Hoje cercou os bicho e soltou as roça; antigamente os bicho era solto e as roça era presa, e fazia a roça e prendia ela lá e hoje não, hoje solta as roça e prende os bicho’” (FILHO, 2008, p.99).

As falas sobre os tempos da experiência vinham acompanhadas da idealização de um tempo – de liberdade, de domínio de uso do território, de solidariedade entre os “cumpadri” e de fartura. A fartura, sobretudo, era associada ao cultivo e à criação, assim como à caça, esta em menor escala. Também contavam sobre as dificuldades daquele tempo, embora considere os tempos de hoje mais difíceis.

4.4 Renda / Mercado

O alimento adquirido do trabalho na roça se mantinha como prioritário na lógica produtiva daqueles camponeses, visto que o alimento, senão consumido imediatamente pelo grupo familiar, era estocado para ser consumido ao longo do ano. Seu Pio foi uma das pessoas com quem mais conversei sobre a relação que os moradores da Linha hoje travam com o comércio, pois, quando o conheci, ele me parecia insatisfeito com a forma como hoje o *roçariano* – termo utilizado por ele para se referir aos agricultores – tem exercido sua atividade. Sua lógica parte do princípio de que, para aqueles cuja produção é pequena, importa menos produzir para atender ao mercado do que plantar para provimento da família. Ele conta que houve um tempo em que os comerciantes da cidade iam até o sítio comprar diretamente com o produtor e que o pagamento era feito na hora, mas que isso não acontece mais nos dias de hoje; “*os ‘fortes’ tomaram o lugar de venda dos ‘fracos’*”, dizia Seu Pio.

Pergunto a ele se antigamente as pessoas plantavam para vender para o mercado, ele diz:

“Não senhora... tem muitos que planta, mas muito devagar... muito desprestigiado, muito pouco. Muito do que planta fica na roça aqui... na hora que sai na época das colheita, se chegar um homem e falar assim ‘se tiver uma abóbora pra vender eu compro, se tiver melancia pra vender eu compro, se tiver milho verde eu compro, se tiver feijão eu compro...’ mas hoje não tem isso não. (...) Igual antigamente, nós plantava arroz, feijão, abóbora. Agora não, agora eles tão mexendo assim... com outras coisas...”

Seu Pio me explicou um pouco sobre a trajetória do plantio de algodão. Até 1970 plantava-se uma semente conhecida como *crioula* (nativa) que “*crescia... tinha pé de algodão que ficava mais ou menos do tipo dessa laranja aí... nós engaxava nos galhos dele assim, pegava...*”, ele conta. Depois dessa, ele diz que muitos anos depois um besouro, conhecido pelo nome de “bicudo”, assolou as plantações e acabou com as lavouras. Com a destruição das lavouras e a queda do algodão, após alguns anos, surge no mercado uma nova semente modificada, mais resistente às pragas, conhecida como “teste”. “Semente estrangeira”, modificada geneticamente em laboratório, que produzia algodão em grande quantidade e que não podia ser plantada junto a outros produtos. Seu Pio conta: “*o teste era mais rentável! Só que o teste plantou, tem que ter veneno, no modo de largarta, essa tal de Rosália, bicudo... o crioulo não*”, ele conta, “*plantou, ele fica dois, três anos dentro de uma roça... ele vira mata assim!! Mas o teste não... mas ele é mais rentável... mas não é bom não, moça...* [aqui ele quer dizer que não é bom substituir o algodão “crioulo” pelo “teste”].



Foto 15: Dona Domingas segurando o pano que ela mesma confeccionou com o algodão da sua plantação.

No norte de Minas, sobretudo na região em torno de Matias Cardoso, a cultura de algodão se estabelece como matéria prima para a fabricação artesanal de pano grosso e, depois, no século XIX, como matéria prima valorizada no mercado externo⁵⁸. Quem mais fornecia esse produto na época eram os pequenos agricultores que viviam na região de caatinga onde o algodão é uma planta nativa. Assim, nota-se que a atividade agrícola naquela região para fins comerciais teve início, primeiramente, com o algodão, tendo sido uma tradição que se manteve na região até finais dos anos 1990.

⁵⁸ Pecuária e algodão, os dois esteios da economia do sertão, desenvolveram-se articulados tanto com as regiões exportadoras do açúcar e do tabaco quanto com a atividade aurífera e a indústria do charque, no Piauí (Ferraz, 2006, p.40).

“Tradicionalmente cultivando para auto-abastecimento familiar, os caatingueiros incorporaram a cultura algodoeira com seu caráter nitidamente comercial no final do século XIX até meados do século XX, sendo que esta atividade algodoeira permaneceu circunscrita em municípios do norte de Minas, associada aos sistemas produtivos diversificados dos agricultores da caatinga. Em 1925, o algodão era a cultura mais exportada da região” (COSTA, 2005).

No entanto, a *forma de plantio* desses produtos “pra renda”, assim como o lugar desses produtos na lógica do grupo era diferente da forma como se dá hoje. Uma das diferenças se deve justamente ao fato de que o algodão e a mamona eram plantados *avuado* por entre a roça, enquanto, hoje, o agricultor destina uma parte da roça para seu plantio. Antes não havia necessidade de intensificar a produção, vendia aquilo que colhia para fazer a *renda extra*, hoje, para que haja lucro, o agricultor deve investir cada vez mais.

“Plantava o milho e plantava mamona “avuada”, dentro do milho (...). Às vezes [a mamona] era espaçado de uma rua pra outra, sabe? Porque ela não atrapalha a roça não... e tinha vez que era assim, roça de milho com mamona e tinha outra planta que nós plantava... dava! Essa dava! Era o algodão crioulo do bom! O algodão crioulo... não é teste não! Esse dava... esse plantava o próprio! Esse era bom!... Nós entrava em roça de algodão antes, nós seis, lá nós panhava seco, tirinha assim...” [Dona Maria].

O algodão e a mamona, nos tempos dos antigos, como diz Dona Maria, eram plantados *avuado* por entre a plantação de alimento, pois não se tratava de um produto prioritário. Sendo o mercado muito incerto, o agricultor não deve apostar nele, temendo colocar em risco a produção alimentar, ou mesmo o gado. “Camponeses são sempre cautelosos, pois os riscos que correm são grandes” (p.127), destaca Woortmann (2009) sobre o cuidado com a lavoura e os riscos pelos quais passam os camponeses diante da inovação da produção. Quando não se tem domínio cognitivo sobre a nova variedade ou, ainda, se ela demanda a incorporação de pacotes tecnológicos, compra de insumos e aplicação de um “veneno” não conhecido, isso pode levar o agricultor a recorrer a empréstimos bancários, o que “contraria o princípio básico da internalização dos suspostos de produção” (WOORTMANN, 2009).

No seu conhecido texto *Com Parente Não se Neguceia*, Woortmann (1990) mostra que a ordem moral camponesa pode ser sintetizada na seguinte frase: “quem é casável não é assalariável”. Como o sítio é lugar de trabalho (labuta), moradia da família e vizinhos, é nesse território que estão estruturados os padrões de troca matrimonial e reciprocidade social – valores que definem a *campesinidade*. Assim, relações comerciais não são estabelecidas entre “cumpadres”, uma vez que “com parente não se neguceia” e quase todos na comunidade estão vinculados a alguma forma de parentesco.

Assim, de acordo com a lógica do *roçariano*, do pequeno produtor ou do camponês tradicional, todos os cultivos têm potencial de serem consumidos ou vendidos, mas a *prioridade* deve ser sempre o abastecimento interno da família, ou seja, o consumo para a despesa. O *negócio*, como dito, fazia parte das práticas sociais dos catingueiros, mas durante muitos anos representava apenas uma atividade complementar ao seu modo de vida – como disse Maria, irmã de Seu Mariano, moradora da Linha da Cruz: “*O dinheiro que vai chegando vai socorrer as precisão que chega*”.

Como dito, os animais de pequeno porte, as galinhas e os porcos, são utilizados na despesa, enquanto o gado é visto como *renda*, mas apenas para casos de emergência. Assim, observa-se que a *renda* do dia-a-dia “*pra comprar uma roupinha, comprar coisa pra dentro da casa...*”, como dizia Seu Pio, era garantida pela venda de matérias primas para a indústria têxtil e de óleo já demandadas na região desde o século XIX (COSTA, 2003), tendo sido incorporadas também pelos moradores do Sertão quando ali chegaram em torno de 1930.

Observa-se que houve um tempo em que a lógica da relação comercial não tornava o agricultor dependente de um mercado em potencial e tão pouco representava sua única fonte de sustento. No próximo capítulo, trato, portanto, desse processo que tenho identificado como sendo uma *transição* entre um modo de produção tradicional e a incorporação da lógica de mercado na região, impulsionadas, sobretudo, pelo processo macro-econômico, entendido aqui no âmbito das políticas de desenvolvimento voltadas para o crescimento econômico com ênfase na exportação de matéria-prima agroindustrial. Ao longo dos anos esse processo foi afetando diretamente os pequenos proprietários rurais da caatinga, seja pelo crescimento das fazendas em torno da região que levaram ao encurralamento da população, e a consequente redução dos seus territórios, seja pela entrada, cada vez mais intensa, desse grupo nos mercados de algodão ou, mais recentemente, no mercado de mamona.

O que tenho entendido, então, como *transição*, se expressa, com efeito, enquanto o processo de mudanças sociais que os moradores do *Sertão Antigo* vem enfrentando em decorrência de vários fatores. Dentre eles a intervenção territorial da Ruralminas na região, a redução de seus espaços sociais e dos efeitos desses no seu modo vida, ou mesmo pela entrada de *novas gentes*, em consequência da transformação do *Sertão Antigo* em Assentamento Rural, projeto que estabeleceu no lugar uma nova subjetividade, uma nova *territorialidade*, caracterizada, então, por uma diferente forma de se relacionar com o espaço por parte dessa população *chegante*, constituindo no espaço um maior entrosamento com os mercados agroindustriais e interação com as políticas sociais de desenvolvimento local.

Até aqui procurei situar a comunidade Linha da Cruz em uma perspectiva que leva em conta sua formação histórica, remontando o estabelecimento dos primeiros moradores naquele lugar e de seus sistemas tradicionais de produção, resgatando, assim, a fala das pessoas mais antigas da região. Para tanto, no último capítulo que segue, analiso o modo de vida local da Comunidade nos tempos de hoje, tendo vista que se trata de um tempo marcado por diferentes formas de inserção dos agricultores no mercado de mamona – o que, todavia, representa certo imbricamento entre diferentes modos de se relacionar com o lugar. Os tempos atuais também se definem pela entrada do Programa Nacional de Biodiesel e pela atuação das mulheres na produção de uma econômica paralela à este mercado.

5 MULHERES EM MOVIMENTO E O CONTEXTO DO BIODIESEL

Em uma manhã de sábado, segui até a casa de Ana Rita, moradora da Linha da Cruz, no lado *antigo*, onde tomaria um café com ela e sua família, já que na noite anterior haviam me convidado. Foi uma manhã inteira de conversa, em que Ana Rita participava muito pouco, ocupada que estava cuidando das filhas, do almoço, da casa. Pude conversar, então, com seu esposo, Alvídio – filho de Dona Maria, nativo do *Sertão* – que me recebeu muito bem e permitiu que gravasse uma conversa entre nós, sentados nos banquinhos de tronco de árvore nos fundos da sua casa.

Muito gentilmente, Alvídio aguardou terminar nossa “palestra” (expressão local que designa “conversa”) para ir até a roça trabalhar, mas não o fez sem antes certificar-se se eu ainda tinha mais algum assunto a tratar com ele. Achei sua atitude de uma gentileza que não estou habituada. Certamente minha visita já havia ultrapassado sua disponibilidade de tempo e, possivelmente, de sua paciência, mas ficamos um bom tempo de prosa ainda. De modo geral, as pessoas na Linha da Cruz são generosas e receptivas, demonstram muito cuidado no trato com o outro, mesmo na relação de vizinhança (cumpadrio) pude observar essa característica. Aqueles mais calados, com quem tive mais dificuldades de me aproximar, ainda procuravam ser cordiais, oferecendo café e convidando para entrar em suas casas – receber as visitas com café e matar um frango para servir de almoço ao convidado fazia parte do código dos bons costumes da comunidade.

Na ausência de Alvídio, sua esposa se sentiu, talvez, mais a vontade para conversar comigo. Foram então mais algumas horas de conversas gravadas. Iniciamos nosso diálogo com uma pergunta sobre o costume de ela ir a roça com Alvídio ajudar no plantio, nas colheitas, etc. Foi quando ela começou a rir e disse que não tinham mais roça no momento – “*tem roça não, moça*”, ela disse. Sem entender muito bem o que quis dizer – porque me pareceu estranho eles não terem uma “roça”, uma vez que vivem “na roça” – ela me explicou: “*Alvídio tá ajudando na roça do pai*”. Foi quando começamos a conversar sobre os tempos presentes e a crise que ela e sua família estavam passando, assunto que por alguma razão eu e Alvídio não chegamos a conversar, talvez porque o cuidado da família seja responsabilidade do homem da casa e, de certo modo, se ele falha nessa função, sua *honra* certamente estaria comprometida.

Ana Rita, ao contrário de Alvídio, parecia não ter problema em falar sobre essa situação. Me explicou que a terra onde vivem hoje é, na verdade, terra de seus sogros que lhes foi doada quando se casaram (o terreno foi dividido para conformar a família deles), por isso

no sítio do Seu Vicente e Dona Maria todos moram próximos, não há cerca que os separam; trata-se de uma divisão informal da terra entre a família. Vivendo nessa terra desde então, plantando roça e criando gado, Ana Rita conta que há cerca de dois anos atrás, quando o ciclo da mamona se intensificava na região em decorrência da instalação da Petrovasf (Petróleo Verde do Vale do São Francisco), primeira empresa de óleo diesel a se instalar na região, no município de Itacarambi, Alvídio e muitos outros passaram a vender mamona para um intermediário da empresa. Na segunda safra, Ana Rita conta que seu marido, tendo apostado nesse mercado, decidiu substituir toda lavoura, antes voltada para produtos do autoconsumo familiar – feijão e milho, principalmente – para investir na plantação de mamona. Muitas famílias da região fizeram o mesmo que Alvídio, mas em 2007, como muitos moradores contam, a empresa parou de comprar a mamona de repente alegando falência, fato que gerou uma enorme crise no lugar, deixando muitos agricultores endividados e sem perspectiva.

Alvídio perdeu toda lavoura. Sem reservas, logo mais teve que vender o gado pra “cobrir as dívidas” que adquiriu com aluguel de trator, insumos, agrotóxico, pagamento de camarada, arrendamento de terra, dívidas na mercearia local, etc. Hoje, para se restabelecer, sua família conta com a ajuda do pai de Alvídio que, na época em que todos investiam na mamona, preferiu não se arriscar. Então, quando Ana Rita diz “não tem mais roça”, ela quer dizer que a roça está “parada”, pois, até o momento em que estive na região, eles ainda não tinham condições para investir na terra novamente e, por isso, Alvídio passava o dia ajudando na roça do pai, onde parte da produção era dividida entre eles. Por outro lado, o quintal e a horta estavam fartos de árvores frutíferas e verduras, espaço que Ana Rita cuidava, embora não se referisse a eles como parte do sustento familiar.

Na conversa com Ana Rita, muito preocupada com a situação atual da sua família, ela me falava a respeito de como viviam hoje, “*mas moça, não tem o que produzir! Tem um poço que tem 14 anos que foi furado, mas o banco não liberou verba pra quitar o poço... agora que tá chegando...*”. Pergunto a ela o que ela quer dizer com essa história do poço, então, ela repetia, “*é, não tem como investir na terra!*”. Tento provocá-la, então, com uma pergunta: “Rita, mas antigamente como vivia aqui?”, ao o que ela diz:

“Ah, antigamente vivia das coisinhas que vinha da terra sequeira, que quando não chovia, guardava, né? Hoje eu acho tudo difícil... Antes chovia bastante, até março, abril... chovia muito. As coisas durava até chegar as outras águas... Agora não tem mais, as chuvas agora ficou longe... Tem um bucado de gente aqui na Linha que tem condições de viver, [pois] planta assim, na terra sequeira. Quando chove, eu planto, mas não conheço muito... Quando chega água da chuva, faz a terra primeiro, no lugar que o gado come... mas quem tem gado é

mais meu sogro, nós não temos gado não... ele é mais remediado que nós, né? Ele tem o gadinho dele... de dois anos pra cá nós está na situação difícil... ”.

Ana Rita parecia querer falar de uma divergência entre as épocas. Um tempo em que as pessoas tinham conhecimento de como plantar em *terra sequeira* e as famílias conheciam formas de sobrevivência no sertão, estratégias que contribuíam para a garantia do alimento e do sustento da família. E outro, os *tempos de hoje*, em contraste, em que as famílias, sobretudo dos mais jovens, não possuem mais esse *saber*, seja por estarem mais engrenadas do que antes no mercado, seja pela forma dos novos moradores se relacionarem com o lugar. Percebe-se uma mudança na lógica de uso do espaço. A terra não representa mais, como antigamente, lugar de trabalho e de sustento da família.

5.1. Os Tempos Atuais

Há uma rua que se estende por 8 km, formada por pequenas propriedades, cada qual com pelo menos uma residência, com uma maioria de casas de alvenaria, muitas delas construídas após a década de 1980 com o “dinheiro do algodão”, como dizem. Algumas ainda se dividem entre a “casa antiga” e a “moderna”, com uma parte de madeira ou pau-a-pique e outra parte, geralmente a fachada, reformada nos moldes de uma casa urbana – tijolo, argamassa, reboco, pintura. Alguns diziam estar juntando mais dinheiro pra terminar a reforma, ampliar a casa, outros, ainda em menor quantidade, viviam em casa com cobertura de lona e paredes de pau-a-pique.



Foto 16: Casa de Aninha, frente. Linha da Cruz/2011.

Entre as residências há os quintais, as hortas, as áreas de mata seca, a roça e o pasto – as disposições para cada um desses espaços variam de uma propriedade para outra. Há também uma Escola Municipal primária e, ao lado, um galpão recém construído onde se localiza a “Associação dos Homens”. No final da Linha, passadas as pedreiras, há uma pequena igreja Católica e um bar com mesa de sinuca, espaço de socialização dos homens, mas não dos evangélicos, que constituem quase metade das pessoas da comunidade.

Passados mais de quarenta anos após a formação do Assentamento, a Linha da Cruz se configura hoje como uma vizinhança formada por diferentes grupos familiares interligados por, pelo menos, três redes de parentesco – a família de Dona Maria e Seu Vicente, os parentes de Mariano e os de Valmir e João. Os vínculos familiares são uma das grandes marcas da vizinhança e uma das razões para a permanência das pessoas na comunidade.

No período em que estive lá, a tomar pela paisagem atual cuja regularidade das casas, distribuídas de forma alinhada pela estrada, a pouca mata existente e o mato “domesticado”, fica difícil imaginar a existência de moradores que antes viviam por entre a mata, distante das estradas e da cidade. Com o assentamento, cada unidade familiar fica dividida por entre cercas onde cada família planta sua roça, faz a manga, cria gado, além de galinhas e muitas

vezes porcos – embora, atualmente, muitos desses espaços estejam sendo transformados em roças de mamona.

A configuração atual da comunidade segue basicamente essa descrição. Observa-se, contudo, diferenças sutis entre uma moradia e outra. Algumas casas, por exemplo, ainda mantêm o fogão a lenha na parte externa ou numa cozinha separada com piso de terra batida, semelhante a um quintal ou terreiro. De modo geral, em todas as casas, se percebe indícios das mudanças expressas nas paredes sem reboco, no puxadinho construído nos fundos da casa para servir de varanda e “sala de janta”, além dos eletrodomésticos exibidos muitas vezes como objetos de decoração, expostos, às vezes, na sala, por serem considerados bonitos. Esses movimentos parecem dizer sobre uma valorização positiva da modernidade ou do estilo das camadas urbanas. Como Rial (1991) diz, “(...) os objetos comerciais demonstram um certo desejo de mudar com os tempos” (p. 41).



Foto 17: Cozinha de Dona Edith, chão de terra batida, o fogão e o forno à lenha, o fogão à gás e, no canto direito, tinas com reservas de milho, feijão.
Linha da Cruz – maio/2011.

A comunidade hoje conta com transporte escolar, energia elétrica e água encanada. A formação da Associação dos Homens e, mais tarde, da Associação das Trabalhadoras Rurais da Linha da Cruz representam, também, outro ponto relevante no processo de mudanças.

A Associação dos Homens foi construída para encontros e reuniões da comunidade em que seriam votadas propostas de interesses comuns, geralmente relacionadas a questões em torno do trabalho na lavoura e captação de recursos. Para participar da associação, o estatuto exige que o morador deva se tornar um “associado” e contribuir mensalmente com uma taxa em torno de R\$ 5,00, que seria destinada à manutenção do lugar e possíveis idas da coordenação para reuniões na cidade. Homens e mulheres podem participar das reuniões, mas apenas os homens podem se associar e se candidatar para cargos, peculiaridades que explica o fato da associação se chamar “Associação dos Homens”. Renk *et all* (2010), em estudo realizado com famílias camponesas no Oeste Catarinense, mostra que “o caráter androcêntrico permeava diversas instituições como a igreja, a filiação a sindicatos, associações e, principalmente, os padrões de herança” (p. 375), da mesma forma, na Linha da Cruz, o corpo administrativo dessa Associação é formado por uma coordenação geral, composta por um representante (presidente) e um vice, sempre do sexo masculino.

Nas duas vezes em que estive em trabalho de campo, a Associação dos Homens encontrava-se inativa. As mulheres da comunidade diziam que haviam problemas relacionados à “falta de união” dos homens, razão que para elas impedia que o grupo entrasse em consenso sobre qualquer assunto. Depois descobri que a idéia de construção da Associação partiu da EMATER, como um meio para que os homens pudessem captar recursos para a comunidade e elaborar projetos. Certamente, o fato da Associação hoje estar desativada, em função de dívidas e problemas administrativos, se deve ao pouco interesse manifestado pelos homens para esse tipo de trabalho, fator que eles mesmos reconhecem: “*o objetivo era fazer uns projetos, melhorar... só que os sócios não tinha um bom conhecimento pra unir não...*” (fala de Anésio, morador da Linha da Cruz, membro da Associação dos Homens).

Aninha, moradora da Linha da Cruz, dizia: “*se as vezes a gente queria fazer algum evento, e eles não dava oportunidade pra gente porque a gente é mulher...*”. Foi quando ela teve a iniciativa de reunir as mulheres e propor a formação de uma associação só delas. A idéia foi colocada em prática, conseguiram 30 associadas (apenas mulheres) e em junho de 2005 registraram em cartório a “Associação das Pequenas Produtoras Rurais das Linhas C e D”. A “Associação das Mulheres”, como é chamada, ainda não possui uma sede própria e as reuniões do grupo das mulheres acontecem em suas próprias casas. Como forma de distribuir as distâncias entre as mulheres, as reuniões acontecem ora em alguma residência no Sertão Antigo (parte baixa), ora na Linha da Cruz (parte alta). Elas falam que dessa forma garantem a presença de quase todas as mulheres da Linha. Mais a frente eu retomo esse ponto.

Ainda sobre o desenho da Comunidade nos tempos atuais, no que remete à constituição social existente hoje na Linha da Cruz, pode-se dizer que há a seguinte morfologia social: 1) posseiros que ocuparam o sertão em torno de 1930 e que se mantiveram na região após o assentamento rural; 2) peessoas vindas de municípios vizinhos, atraídas pela distribuição de terras promovidas pela RURALMINAS na década 1970; 3) descendentes da primeira, segunda e terceira geração dos “nativos”, que ali nasceram e ainda vivem na comunidade e que herdaram terra ou que com o tempo adquiriram uma terra própria através de compra⁵⁹; 3) agregados “sem terra” que chegaram à Linha da Cruz sem ter onde morar, vieram atraídos pela colheita de algodão e, com isso, vendiam sua mão de obra para as famílias do local em troca de moradia e comida; e 4) chegantes que, em geral, vieram mais recentemente à Linha da Cruz, muitas vezes para estarem mais próximo dos familiares.

A maioria dos moradores se concentra, hoje, em pequenas parcelas de terra, geralmente de ocupação particular do núcleo familiar restrito. Há aqueles cujas extensões de terras que possuem são consideravelmente maiores que as de outros, mas em nenhum caso há contratação de mão de obra assalariada para execução do trabalho na roça. A única exceção é o trabalho dos camaradas, geralmente homens moradores da própria comunidade que prestam serviço uns para os outros, o que expressa o caráter inclusivo da terra na lógica camponesa, ao contrário do latifúndio que se baseia na noção de terra exclusiva e trabalho alienado (assalariado).

Os filhos e filhas ao atingirem a maioridade, de modo geral, saem da casa dos pais e preferem ir morar na cidade onde conseguem empregos e contraem casamentos. No entanto, há uma parcela de jovens que se casaram com pessoas da vizinhança ou com agregados que vinham de outras regiões a procura de trabalho. Em relação à segunda geração que vinha se formando, não constatei um padrão quanto ao lugar onde estabelecem suas residências. Observei casos em que o pai da filha concebeu o lote para o casal morar e “construir a vida”, assim como casos em que o casal adquiriu seu próprio lote com a ajuda dos familiares. Também há casos em que a família construiu uma casa separada, porém, no mesmo lote dos pais do noivo. No entanto, observei que as novas famílias da Linha da Cruz apresentavam algumas diferenças em relação ao estilo de vida dos seus pais, o que é previsto devido às diferenças socioculturais nas relações intergeracionais⁶⁰ – os mais jovens são tidos como um grupo que não se interessa pelo trabalho na roça.

⁵⁹ Embora a tendência maior seja que os filhos se mudarem para outros municípios.

⁶⁰ Dentre essas diferenças destaca-se a redução no número de filhos, separações mais freqüentes e novos rearranjos, maior escolarização em relação aos mais velhos e projetos de vida voltados para os mercados e menos para o autoconsumo, adotando, assim, novos padrões de produção. As mulheres mais jovens por não

A população idosa, com mais de 60 anos, em função da idade, já não exerce a atividade na roça como antigamente e, assim, vivem do salário da aposentadoria. Aquelas famílias com filhos em idade escolar recebem bolsa família disponibilizada pelo Governo Federal. Foram poucos os casos encontrados em que membros da família tinham empregos fora da Comunidade (pluriatividade), com exceção dos jovens que, na maioria dos casos, conseguem algum trabalho fora da roça e saem da casa dos pais. Houve um caso em particular de um agricultor, Seu Vadim, que, além do trabalho na roça (hoje trabalha unicamente com mamona), mantém um bar (“buteco”) no final da Linha e há mais de 20 anos trabalha, sem carteira de trabalho assinada, como “amansador de animais” e vaqueiro na fazenda ao lado.

Eventualmente alguém precisava ir à cidade de Matias Cardoso ou Jaíba visitar um parente ou ir ao médico. A casa de Aninha, onde fiquei hospedada na maior parte dos dias, era muito procurada por conta desses deslocamentos, já que ela era a única da comunidade que possui um carro, que passou a ser utilizado como “taxi” pelos moradores, uma vez que não haviam outros meios para realizar esse trajeto. Muito comum, também, eram os taxistas da cidade de Matias fazerem o trajeto até a área rural, mas a dificuldade de se comunicar era grande já que não há sinal para uso de celular ou telefone público na Linha da Cruz.

As mulheres costumavam passar os dias entre as atividades domésticas e outros trabalhos que variavam entre ajudar na roça, mexer no quintal, cuidar da horta, ir até os povoados próximos vender verduras na feira, entre outras coisas. Além dessas atividades, algumas mulheres da Comunidade voltaram aos estudos para terminarem o Ensino Médio ou para aprender a ler e escrever. Todas as noites, por volta das 18h, elas se encontram na estrada de Gado Bravo (início da Linha) para pegar o ônibus escolar, quando retornavam à suas casas por volta das 22h30. Acompanhei esse trajeto com as mulheres em todas as noites que estive na Linha da Cruz, pois foi uma forma de me aproximar mais delas e, também, para que não ficasse sozinha à noite na casa onde só estariam os homens – situação que poderia parecer desrespeitosa para as famílias.

Observei nos dias em trabalho de campo que a maior parte do tempo os homens tinham pouco trabalho a ser feito na roça e não haviam muitos animais para cuidar, o que associei ao fato da maioria dos agricultores terem substituído a lavoura de alimentos por mamona. Deste modo, como ainda não era época de colheita, não havia muito que fazer senão aguardar. Do mesmo modo, o número de gados havia reduzido para pagamento de dívidas adquiridas, muitas vezes por prejuízos com algodão e mamona. O pasto também estava sendo tomado por

terem sido socializadas nos moldes tradicionais, não tinham alguns saberes que as mais velhas tinham (os tipos de plantas, ervas, períodos de plantio, sementes crioulas, forma de colher, etc).

lavouras da oleaginosa. Já os animais de pequeno porte, tradicionalmente de responsabilidade das mulheres, passaram nos últimos a ser cuidados também pelos maridos.

Outra ocupação que me pareceu exclusivamente masculina foi uma prática que envolvia a articulação entre homens para realização de negócios e transações comerciais. As pautas preferidas na roda de conversa dos homens giravam em torno da venda ou troca de cabeça de gado, do arrendamento de terras e da venda de mamona. Nesses negócios, as mulheres, geralmente, não podiam se intrometer, mas se o homem vendesse o gado por um preço baixo demais, as esposas se manifestavam depois no espaço privado, chamando atenção do marido sobre o mau negócio e comentando com as vizinhas mais próximas.

Seu Tetê, também morador da Linha da Cruz, conhecido como “Vaqueiro”, pelas suas vestimentas típicas, sempre com um chapéu de couro e botas, chegava à cavalo na casa dos “cumpadre”, geralmente para fazer uma cobrança ou uma proposta de compra. Sua fala veloz era quase incompreensível à primeira vez que se conversa com ele. Sempre investindo em “cabeça de gado”, Seu Tetê nunca se interessou muito por plantação de mamona, como a maioria dos seus vizinhos. Como muitos agricultores da região estavam investindo na mamona, Seu Tetê viu nesse momento uma oportunidade para “fazer uma renda extra”, através do arrendamento terra e da compra de gados dos agricultores que estavam se desfazendo deles para investir na mamona. Vejo Tetê como uma típica figura “empreendedora” na comunidade, interessado em lucrar e fazer bons negócios com vizinhos, mas, ao mesmo tempo, observo que ele mantém os mesmos traços característicos de um vaqueiro tradicional do sertão, investindo todo seu tempo no cuidado dos gados e a falar sobre eles.

Apesar dos moradores do *Sertão Antigo* durante muitas décadas terem vivido do alimento produzido por eles mesmos, atualmente parece que, principalmente para as famílias mais jovens, essa forma de auto-sustento mudou significativamente, fala-se que, conforme já discutido vagamente em outro momento, a vida hoje é mais difícil que antigamente. Os tempos atuais são marcadamente representados pela produção de mamona, forma como hoje a região tem se projetado para fora. Portanto, no presente, se falava muito que a terra lá era boa para fazer dinheiro, mas não muito pro alimento. Apesar desta não ser uma opinião geral de todos os moradores, a realidade é que a maioria deles estava, no dia-a-dia, imersos em questões em torno de preço, lucro, venda, mercado e não se falava sobre outro assunto por lá. A realidade também é que era época de biodiesel, momento em que ele se projetava como um bom negócio para a comunidade.

5.2 “Aqui ele já pegou o barco andando...”

A mamoneira (*Ricinus communis* L.) é uma planta pertencente à família da mandioca, seringueira e pinhão manso. É originária provavelmente da África ou da Índia, mas atualmente tem sido cultivada em diversos países do mundo, sendo a Índia, a China e o Brasil os maiores produtores mundiais. Além da vasta aplicação na indústria química, a mamoneira é importante devido a sua tolerância à seca, tornando-se praticamente a única oleaginosa bem adaptada para cultivo na região semi-árida. Com o início do PNPB, a mamona foi escolhida como uma das oleaginosas fornecedoras de matéria prima para fabricação de biodiesel no Brasil, possibilitando a inclusão social de milhares de pequenos produtores. No entanto, essa cultura não é exclusiva da região semi-árida, sendo também plantada com excelentes resultados em diversas regiões do país, desde que se obedeça às suas exigências climáticas e receba manejo adequado. (WILKINSON 2009, p.32)

A Comunidade Linha da Cruz é identificada por moradores das cidades vizinhas, funcionários públicos, comerciantes e pelos próprios moradores locais como foco de produção de mamona. No entanto, como dizia Seu João – [os técnicos da “Petrobrás Biocombustíveis”] *“enxergaram essa região nossa como região produtora de mamona, aí eles acharam que a mamona aqui é ideal e tem dado também resultado na região... eles achavam assim que podia ser uma coisa pro futuro (...) mas aqui ele já pegou o barco andando...”* E Seu Vicente completa: *“A mamona aqui é velha... Quando de primeiro já tinha mamona, desde que entendia por gente já plantava mamona pra vender... de caroço e caroço... juntava os grãos assim... e vendia”*.

Recapitulando, os ciclos comerciais no Sertão Antigo/Linha da Cruz mais marcantes em termos de impactos no modo de vida do grupo podem ser resumidos da seguinte forma: no comércio de algodão e mamona existentes desde o início do século XX, a plantação era feita de modo avulsa na roça – *avuada* – e a compra se dava através de atravessadores que pagavam “a vista”, além disso, havia diversidade de mercados e o agricultor não estabelecia uma relação de dependência com eles. O transporte do produto era feito em “lombo de boi”. Após a conformação do assentamento em 1975, duas formas de mercados se destacaram na região: 1) na década de 1980, a produção de algodão e mamona atendia à demanda da indústria de tecelagem e química; 2) de 2000 em diante, à indústria do biodiesel, a partir do óleo da mamona.

Com a crise do algodão no final dos anos 1980, muitos desses agricultores tiveram prejuízos consideráveis, o que significou o fim da cultura do algodão na região naquele

período. Esta primeira crise deixou muitos agricultores receosos em relação aos mercados de matéria de prima. Seu João, por exemplo, conta que depois do prejuízo que teve com o algodão preferiu nunca mais arriscar sua lavoura investindo na plantação de produtos pro mercado. Ele explica:

“Uma época eu plantei uma área de 25 hectares de algodão. Algodão é coisa pra indústria. O que que aconteceu? O algodão nessa época praticamente saiu do mercado, empresário quebrou, pequenos já ficou logo foi passando necessidade. O que que aconteceu comigo? Eu plantei a mesma área de algodão, o que nós fizemos foi muito dinheiro. No outro ano, meu menino, Paulo, falou: ‘Pai, nós podia plantar essa roça toda de milho’, falei ‘ah, não, eu vou mexer é com algodão’. Sabe o resultado? Eu panhei nessa roça 20 arroba de algodão. O algodão produziu bom! Rendeu média de 100 arroba por hectare, mas não tinha comprador pra comprar... ninguém queria comprar... (...) Aí eu fiquei pensando, gastei... na época, gastei uns 13 mil reais nessa roça... não tive de volta nenhum centavo. Então, você não pode confiar. Mercado ele fica oscilando... então portanto, a gente aprende assim com o tempo. Ninguém serve pra ensinar ninguém a não ser que você aprende com aquilo que você faz, então, portanto hoje, eu não faço mais isso. Então não tem nada que tiver bom de preço que faça eu pegar minha área e plantar tudo aqui. Faço isso mais não. Essa foi uma escola que eu aprendi apanhando. Não foi assim numa boa, foi fazendo assim, já apanhei então não apanho mais”.

Antes da entrada da Petrobrás, através do PNPB na região, em torno de 2005-2007, com a valorização do óleo de mamona para produção dos agrocombustíveis, a Petrovasf, empresa de esmagamento de mamona para produção de óleo, destinado, sobretudo, à indústria ricinoquímica, chega à comunidade interessada em comprar mamona dos agricultores. Conforme explica Penido (2011):

“a planta industrial da Petrovasf possui capacidade de processar 15 toneladas de mamona e de produzir 6 toneladas de óleo/dia. (...) em 2007, a Petrovasf mantinha contrato com cerca de 500 agricultores familiares que dedicavam uma área aproximada de 2.500 hectares de terras ao plantio de mamona, com destaque para os municípios de Matias Cardoso, Jaíba, Januária, São João das Missões, Manga e Janaúba” (p. 286).

Os agricultores da Linha da Cruz, atraídos pelos benefícios garantidos pela empresa, especialmente os mais jovens que não haviam enfrentado a crise do algodão na década de 80, foram estabelecendo contratos com a referida empresa. Porém, em menos de dois anos após a empresa se instalar na região, o moradores da Linha da Cruz dizem que começaram haver reclamações de que a mesma não estava pagando os agricultores, assim como deixando de cumprir alguns dos acordos iniciais que haviam sido feito com eles, como a entrega de ferramentas, por exemplo. Na seqüência deste processo, em torno de 2008-2009, surge a

Petrobrás Biocombustíveis, também interessada no mercado de mamona da agricultura familiar.

No momento em que a Petrobrás se estabelece na comunidade, a outra empresa, Petrovasf, já havia saído de cena e deixado muitas dívidas na região no que concerne à firmação dos contratos com a agricultura familiar. Em 2011, no entanto, a empresa volta à cena, passando a prestar serviços de beneficiamento de mamona para a Petrobrás Biocombustíveis.

Nos primeiros anos de atuação da Petrobrás, através do PNPB, todos os acordos estabelecidos no contrato estavam sendo cumpridos: garantia de venda de toda sua produção pelo preço do mercado; regularidade dos pagamentos; assiduidade e compromisso da assistência técnica fornecida pela EMATER; fornecimento de sacarias e transporte da mamona em baga, ou seja, na casca. O objetivo do Programa de incrementar a renda do agricultor familiar estava, até aquele momento, sendo atingido. Os técnicos da Pbio relataram que na quarta safra de mamona, ou seja, passado quase dois anos da consolidação do Programa na Comunidade, ainda haviam contratos sendo feitos, o que significava que o Programa estava tendo aceitação por parte da Comunidade.

Entre os anos de 2008 ate final de 2010, o Programa foi obtendo cada vez mais adeptos na Linha da Cruz, como pode-se observar na tabela abaixo.

Tabela 1: Lavoura de mamona no município de Matias Cardoso

ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
Área plantada	30 ha.	100 ha.	450 ha.	400 ha.	1250 ha.	870 ha.	1600 ha.
Quantidade produzida	30 t.	150 t.	500 t.	600 t.	2.500 t.	1305 t.	2400 t.

Fonte: IBGE, Lavoura Temporária, 2009.

*Fonte: Entrevista de campo realizada com a Emater de Matias Cardoso, em novembro de 2010 (disponibilizado por PENIDO, 2010).

Crescimento da Produção

Até a segunda safra da mamona, observa-se que a média de produção era de até 05 ha de mamona plantada por lote – os quais em média medem 25 ha/lote. Seu João havia me explicado que 05 ha de mamona plantada produz cerca de 3 mil kg de mamona na casca (o preço pago pela mamona na casca é de R\$ 0,84 o kg e R\$ 1,20 a mamona beneficiada). A entrada da Petrobrás na comunidade fomentou a expansão da cultura de mamona nas propriedades rurais de toda região, conduzindo a verdadeiras “monoculturas familiares” de

mamona. A tabela acima mostra o aumento do plantio de mamona em Matias Cardoso. Verifica-se que de 2007 para 2008 (inícios dos contratos da Pbio com os agricultores) ocorreu um aumento de 212.5% da área ocupada de mamona (PENIDO, 2011).

A partir da terceira safra, agricultores com mais condições de arrendar terra e investir em contratação de “camaradas” e compra de equipamentos, assim como de herbicidas, foram ampliando os plantios de mamona, chegando, em alguns casos, a ocupar todo o sítio – ou seja, cerca de 20 ha de mamona plantada. A imagem abaixo, gentilmente fornecida por Ramos (2011), feita por um agricultor da Linha da Cruz, ilustra o crescimento da produção de mamona ao longo do tempo.

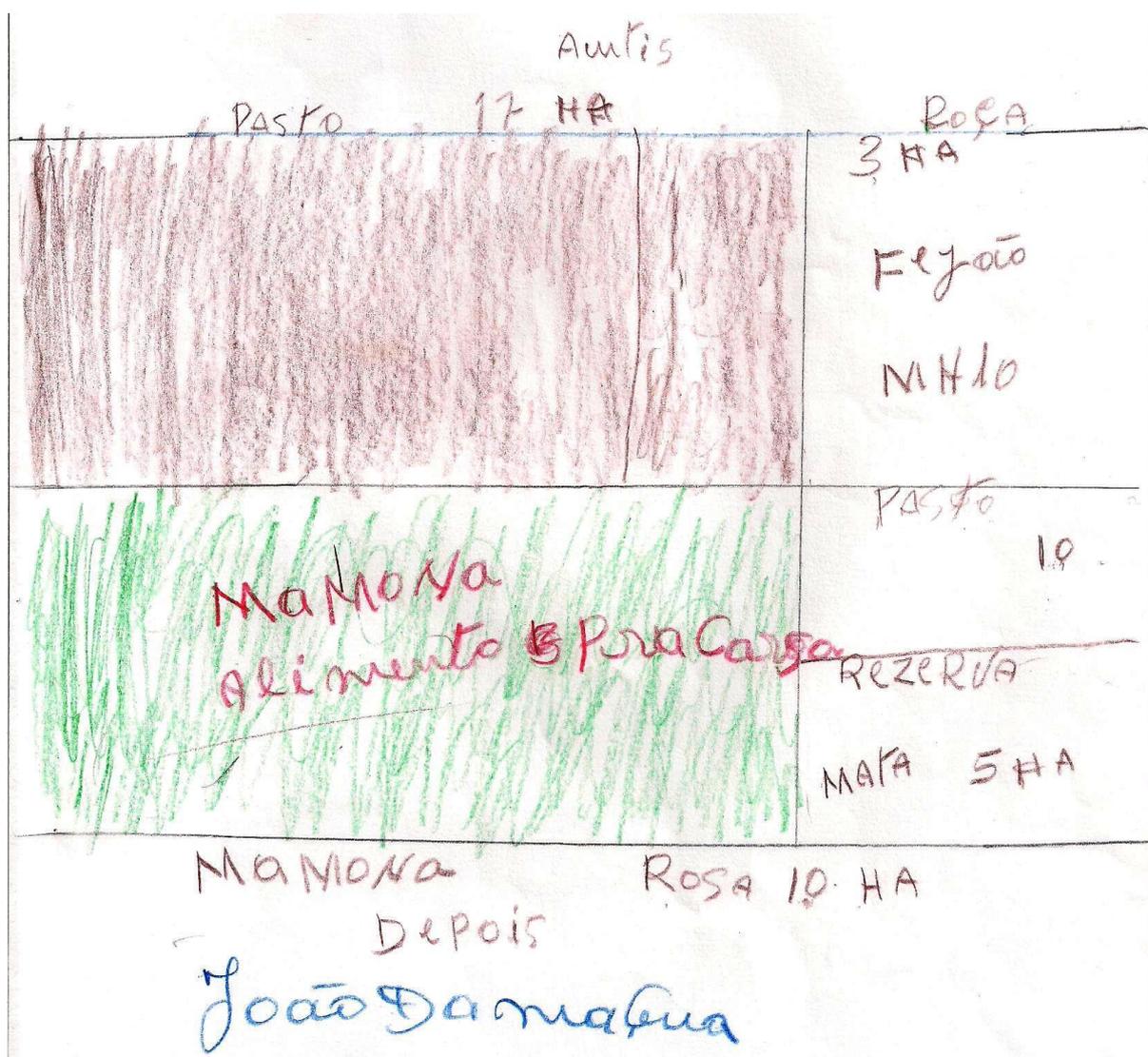


Figura 2: Mapa mental feito por um agricultor familiar da Linha da Cruz. Disponível na dissertação de Ramos (2011).

De acordo com o mapa mental feito pelo agricultor, observa-se que “antes” (da entrada do PNPB), a mamona costumava ser plantada entre os “alimentos pra casa”, ao lado do pasto e de uma plantação de milho e feijão. Ao passo que, o que o agricultor se refere como “depois” (da entrada do PNPB), como é possível observar, o produto principal da roça passou a ser a mamona. Da mesma forma, o desenho abaixo, também disponibilizado por Ramos (2011) e feito por outro agricultor da Linha da Cruz, mostra o mesmo padrão de crescimento da produção de mamona ao longo do tempo. Na imagem, o “antes” se refere à variedade de produtos plantados na roça (sorgo, mandioca, milho, arroz, abóbora, feijão, melancia), enquanto possivelmente a mamona era plantada *avuada* por entre a plantação e uma grande área do sítio era destinada às pastagens. Em contraste, nos tempos de “hoje”, como mostra o desenho, a roça se resume à plantação de mamona, sendo reservada uma pequena parte para o “pasto” e outra para produção de milho e feijão. Nesse sentido, como afirma Ramos (2011), “esse movimento de diminuir a área de plantio de alimentos substituindo-a gradualmente por mamona, parece ser uma tendência dos agricultores familiares de Matias Cardoso inseridos na cadeia produtiva do biodiesel, motivados pela segurança adquirida a partir do contrato com a PBBio” (p. 105).

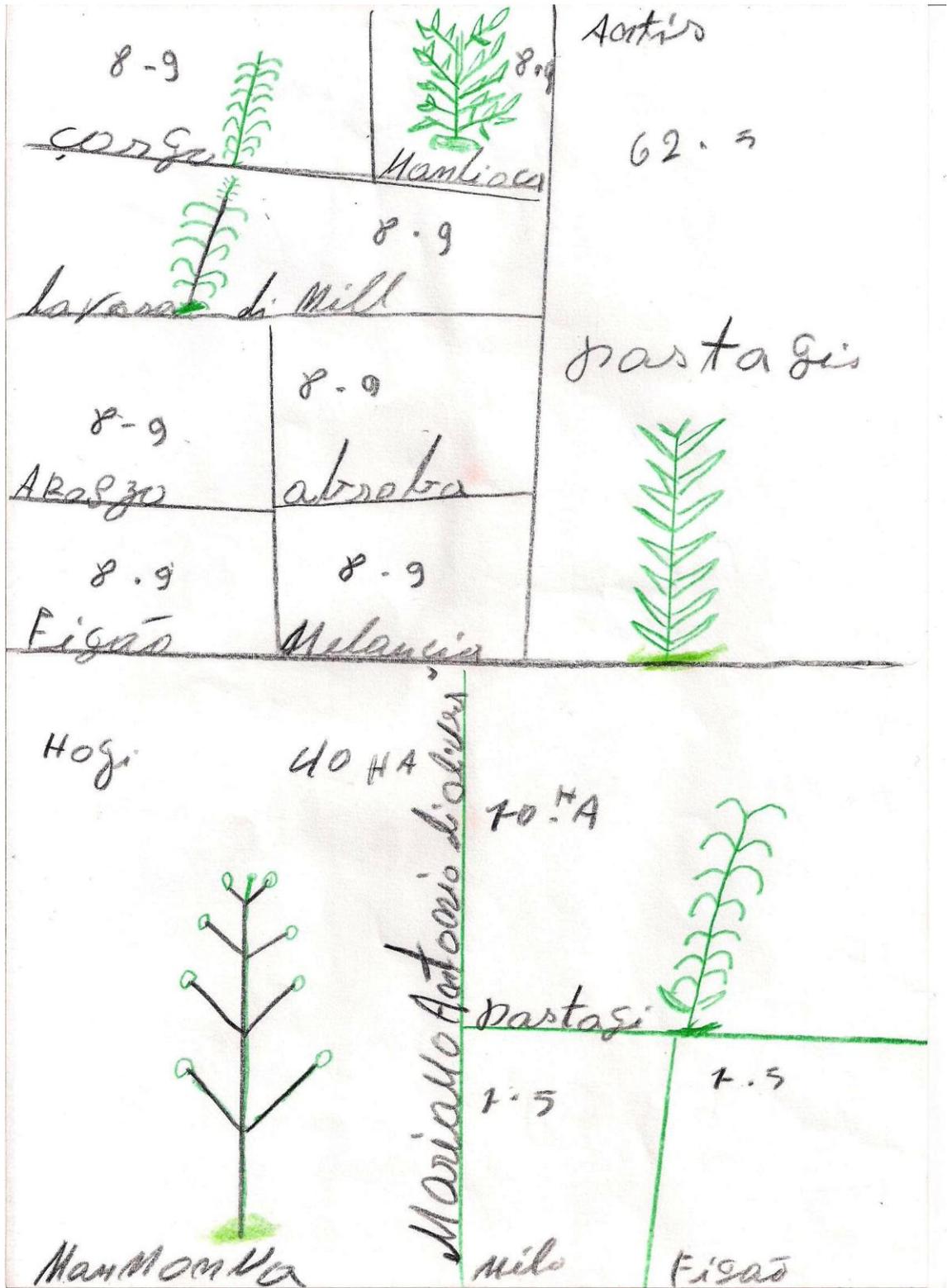


Figura 3: Mapa mental feito por um agricultor familiar da Linha da Cruz. Disponível na dissertação de Ramos (2011).

Uma reunião, acontecida em novembro de 2010, entre os técnicos da Petrobrás e os agricultores, solicitada pela própria EMBRAPA e pela Petrobrás Biocombustíveis, trouxe mudança tanto em relação aos benefícios que antes estavam sendo garantidos aos agricultores, como no otimismo desses relativamente ao PNPB. Como mencionado na Introdução desta dissertação, o objetivo dessa reunião foi informar à comunidade sobre algumas mudanças que seriam feitas a partir do próximo ano (no caso, para o ano de 2011), entre as quais está o fato de que a empresa não mais se responsabilizaria pelo beneficiamento da mamona – o que vinha trazendo um custo excedente à empresa –, assim como não disponibilizaria mais sementes do tipo “Guarani” – a preferida pelos agricultores. Essas duas alterações no acordo inicial geraram grande descontentamento entre os agricultores que tão pouco ficaram satisfeitos com a forma como foram tomadas as decisões, sem ao menos ouvirem o que os agricultores tinham a dizer ou sem esclarecer suas dúvidas.

Alguns meses após essa reunião, eu retornei à comunidade Linha da Cruz, em maio de 2011. Nessa ocasião, procurei discutir novamente com os agricultores que haviam estado presentes na reunião sobre como, hoje, passado três meses, eles percebiam o Programa. Seu João foi um dos agricultores com quem conversei a respeito e que disse:

“Eu falei que só tinha uma pergunta pra fazer, mas infelizmente pra quem eu ia fazer a pergunta, o camarada foi tão esperto, não deixou nem um pouquinho pra gente nem apontar o dedo... ‘Ei, eu quero falar com vocês!’ [ele disse ao técnico que dirigia a reunião], mas nada disso. Ele falou, falou... ‘to apressado’, indo embora e... aí... eu falei, eu tinha que fazer uma pergunta pra ele, mas infelizmente não pude fazer. Eu prestei bem atenção na fala do companheiro, aquilo já me deixou diferente do que eu pensava. Eu já defendi muito a Petrobrás, toda vez reunião que nós ia, eu defendia não só a Petrobrás como o Programa, porque eu achei muito importante, mas depois daquele dia pra cá eu fiquei assim preocupado, eu falei, ‘ah, moço, então...o que a gente viu naquele contrato, nas reuniões, uma coisa muito boa, da abertura daquela firma, no dia na inauguração a gente teve lá, e eles falou, falou, que era pra dar uma sustentação a agricultura familiar do norte de Minas’. E aí, depois, logo de imediato, contratou a Emater-MG e tudo, já falou que aqui é pra dar assistência e tudo... aí, naquele dia... eu pensei ‘ah, não, a Petrobrás não tem interesse comprar mamona’. Mexe na estrutura de todo mundo e sai fora...”

“A Petrobrás não tem interesse em comprar mamona”.

A sensação hoje na Linha da Cruz é de grande preocupação por parte dos agricultores, os quais já não sabem se a Petrobrás continuará comprando a mamona ou não. No entanto, essa situação não parece ser uma surpresa para os técnicos da PBio. Por exemplo, em novembro de 2010, quando estive junto a uma equipe de pesquisa, em reunião no escritório da Pbio em Montes Claros/MG, um dos técnicos manifestou claramente sua incerteza sobre a

relação da Petrobrás com a agricultura familiar. Em sua fala, ele diz não poder afirmar com toda a certeza que a empresa continuaria comprando mamona dos pequenos produtores por muitos anos, tendo em vista o baixo lucro que obtêm dessa produção, mas que até o momento havia o interesse em continuar investindo na agricultura familiar em função do “selo social”. Ele diz:

“A gente tem debatido muito e a gente tem visto que a Petrobrás... a gente ainda não tem certeza se eles de fato querem comprar óleo da agricultura familiar. A gente tá vendo que a estratégia dele é montar sua própria unidade de esmagamento e tal, então assim, eu acho que esse debate que tem aí da agricultura familiar eu acho que é mais pra eles poder ter o selo combustível social, o agricultor... vê o quê que dá. Então, eu acho que é uma discussão que precisa ainda... a Petrobras no início ela falava claro ‘nós só vamos comprar matéria prima no primeiro e no segundo ano, a partir do terceiro ano nós queremos comprar óleo da agricultura familiar’, hoje você não vê eles falando disso mais não. Pode ser que eles mudem e resolvam comprar” (entrevista concebida em novembro de 2010 por um funcionário da PBio-MG).

Os agricultores com contrato com o PNPB contam que a primeira safra colhida de mamona em 2011, em torno de fevereiro, foi vendida não para a Petrobrás, mas para um atravessador da empresa Petrovasf. As razões para isto é que, após a reunião e as mudanças na relação da empresa com a comunidade, um clima de incerteza passou a existir entre os moradores que, então, preferiram vender a produção para quem quisesse comprar, como forma de evitar um possível prejuízo.

O retorno da Petrovasf à comunidade dava indícios de que o PNPB estava em crise. Ainda que os agricultores não tivessem garantia de que a Petrovasf pagaria pelo produto, muitos voltaram a vender para ela, pois temiam que a safra colhida fosse perdida. Assim, preferiram se arriscar vendendo para quem chegasse na Comunidade interessado. Entretanto, ao venderem para outra empresa, do ponto de vista da Petrobrás, os agricultores estariam rompendo o contrato com ela. Como relataram alguns agricultores, os técnicos da EMATER alegaram que para casos em que a produção havia sido vendida para terceiros haveria quebra de contrato. Esta situação é bastante complicada do ponto de vista de um pequeno produtor em que vender sua produção significa garantir a sobrevivência de sua família. Portanto, para esse, estar atrelado em uma relação comercial com uma determinada empresa que envolve respeitar cláusulas escritas em um *contrato* – instrumento jurídico no qual os agricultores da Linha da Cruz estão muito pouco familiarizados – pode parecer, muitas vezes, arriscado ou incerto.

Nos dias em que realizei o trabalho de campo, também ouvi relatos de pessoas que já não sabiam se o contrato que fizeram foi com a Petrovasf ou com a Petrobrás, já que muitos nem ao menos sabiam ler o que dizia o contrato - como mostra Penido (2011): “nos contratos de integração agroindustrial não há possibilidades de interlocução para definição de seus termos, aos quais os agricultores submetem-se por adesão. Impressiona no caso dos contratos individuais estabelecidos entre a Petrobras e os agricultores familiares o fato de que nenhum agricultor possui cópia do contrato por ele assinado” (p. 245).

Essa situação de confusão e insegurança com a qual me deparei quando estive em trabalho de campo, aponta para um quadro de conflito em torno da intensificação do ciclo da mamona na região para mercados de biodiesel, gerando entre os moradores o reconhecimento de que a produção de mamona para o mercado de biodiesel talvez não fosse muito segura. Como Anésio, morador da Linha da Cruz, dizia: “a *mamona aqui é muito bom pra produzir, muito bom colher, mas vender...* [pausa] *Agora pra receber, moça, dá um pepino... esses últimos anos foi muito lento pra vender... fica um bom tempo pra receber*”. Assim, essa fala leva a crer que a trama da mamona se complicava um pouco para aquela região e trazia indícios de uma nova crise.

5.2.1 Da Complementaridade à Dependência

Na perspectiva dos programas de desenvolvimento do governo federal, com o advento da política dos biocombustíveis em 2004, a mamona tem sido nacionalmente projetada como principal alternativa para o Sertão-Árido nordestino e mineiro, sendo o estado da Bahia o terceiro maior produtor mundial de mamona (WILKINSON, 2008). Como produto que representaria a “salvação” da agricultura familiar daquelas regiões que passam por dificuldades econômicas em função da seca, o governo federal tem apostado em políticas para fomentar o cultivo da mamona e torná-la o produto que deve assumir o papel de geração de renda para várias famílias rurais. A comunidade Linha da Cruz é hoje um dos focos desses projetos.

Muitas dessas políticas, vinculadas ao setor energético brasileiro, têm implicado em mudanças sistemáticas na vida de comunidades rurais e populações tradicionais, exemplo disso são a construção de barragens hidrelétrica e as políticas públicas que visam o desenvolvimento rural (como é o caso do PNPB). O investimento do Brasil em torno do comércio dos “combustíveis verdes” tem tido como protagonista o grande negócio –

monoculturas de soja e cana-de-açúcar, principalmente. O próprio governo reconhece que a participação da agricultura familiar deve ser entorno dos 30%.

Laschefski e Zhouri (2010) mostram que o uso das terras na forma de monoculturas de “biodiesel” (de soja, de cana-de-açúcar e, em menor escala, de mamona, de girassol, etc), além de tornarem essas terras inacessíveis para as populações tradicionais “que já as utilizavam anteriormente de forma coletiva, pelo extrativismo ou por sistemas agrossilvopastoris” (p. 296), provoca, também, conflitos ambientais territoriais mais profundos, “pois a territorialidade do modo de produção agrícola estimulado pelo agronegócio mostra-se incompatível com as territorialidades tradicionais” (Laschefski e Zhouri, 2010, p.295).

Assim, conclui-se que atrelar a “agricultura familiar” aos interesses das grandes empresas, ou seja, estimular a agricultura familiar pela modernização agrícola e pela produção para o mercado externo é uma idéia que, em geral, funciona menos como política de inclusão social e promoção de “desenvolvimento do campo” e mais como uma medida mitigadora e compensatória de adequação socioambiental (ZHOURI, 2005).



Foto 18: Mamonal. Propriedade de Seu Mariano. Linha da Cruz – maio/2011.



Foto 19: Propriedade de João Damascena. Colhendo mamona. Linha da Cruz – maio/2011.

A mamona enquanto “carro chefe” da produção e da economia familiar é um fato recente na vida dos pequenos agricultores da Linha da Cruz. Como conta seu João Damascena (morador da Linha da Cruz): *“a mamona aqui pra nós já é uma cultura até um pouco bastante tradicional na região, mas nós vivemos aqui um bom tempo plantando foi algodão”*. Nesse caso, até algumas décadas atrás, a pouca demanda por mamona e a prioridade na diversidade de produtos agrícolas para sustento da família, impediam que a economia de mamona na região se tornasse central na economia sertaneja. Seu João Damascena diz: *“nós plantava mamona aqui antigamente, muitas vezes nós não tinha pra quem vender, vendia pra atravessador”*, mas não era sempre que haviam compradores, embora, quando apareciam, contam os moradores que eles entregavam cerca de “duas cargas” de uma vez pra eles de modo a levar ao “trem a vapor” que ficava na cidade de Matias Cardoso. Tratava-se, portanto, de um comércio esporádico e independente.

Os moradores antigos contam também a forma como plantavam a mamona na época das terras livres, o que era diferente de como se faz hoje:

“essa mamona na casca foi de pouco tempo pra cá, foi em [19]98 que eu vi... [antigamente] não era essa mamona. Eles trouxeram aqui na região pra projeto

(...). *Nós tirava a semente, deu até uma graninha pro povo plantar essa mamona aqui pra região... ir pra Jaíba, sei lá... foi mamona (...)*”.

“Hoje em dia o modo de plantar e até a venda tá diferente... porque quando eu plantei vendia bem, hoje não tá... comerciante é que comprava... plantava e vendia tudo... agora não, agora tá meio complicado pra vender, vende fiado, tem vez que não recebe...” (Seu Vicente)

Nos tempos antigos, como a mamona era comprada através de “atravessadores” ou “clandestinos” vindos da Bahia e de outras cidades, não existiam acordos de garantia de compra e venda. Por isso, os moradores antigos explicam que antigamente preferiam não arriscar plantando apenas o algodão ou a mamona:

Porque de repente poderia aparecer aquele comprador naquele momento, e poderia não aparecer. E nós se sentia inseguro em plantar a lavoura. Porque nós se sentia inseguro? Por que quando chegasse na colheita, de ela produzir, nós não teria o comprador certo. Talvez poderia ter o comprador ou não. Então se produzir e não tiver o comprador, então nós perdeu um ano de serviço. Então nós preferia não plantar. Agora através de três anos pra cá, quatro anos pra cá, a Petrobrás entrou comprando...”. (Mariano – Linha da Cruz)

Penido (2011) mostra que é bastante comum a incorporação de programas do governo em locais considerados de pobreza, em função da seca e da baixa renda per capita. A agricultura familiar, através da incorporação de tecnologia e de uma racionalidade econômica voltada para as demandas de mercado passa a ser vista, então, como potencialmente capaz de se tornar uma “empresa familiar viável” (PENIDO, 2011). Através da instauração de “projetos de desenvolvimento” para maior eficiência produtiva, acredita-se que a agricultura familiar desenvolva-se para o mercado.

“A lógica que rege a técnica industrial é uma lógica monocultural, que se contrapõe a lógica produtiva da agricultura familiar, pautada na diversidade. Assim, para a agricultura familiar integrar a cadeia produtiva do biodiesel ela precisa se adequar à lógica produtivista do setor industrial, da “especialização”, da “monocultura”. De fato, nas unidades agrícolas que partem de uma perspectiva empresarial, alinhadas ao mercado, a renda encontra-se fortemente dependente da escala de produção. Lado outro, para muitos agricultores que não apresentam esse perfil “empresarial” (desejado pelo segmento agroindustrial), a renda apresenta-se relativamente independente da escala de produção, atrelando-se também a diversidade agrícola e ao autoabastecimento” (PENIDO, 2010, p.249).

Nesse sentido, se em um tempo passado o comércio teve um papel importante, garantindo a renda que faltava nos tempos de seca extrema ou servindo para comprar “umas coisinhas pra dentro de casa”, a mamona era produção secundária para o catingueiro. Além disso, os agricultores antigos, habituados à criação de gado, diziam: “*mamona a gente parou*

[de plantar] *porque na hora que a gente começou a criar [gado] e a mamona é muito adanada pra criação de gado... mamona, o camarada que joga ela numa área dessa com gado... é maior dificuldade! É perigoso matar gato. Comer ela, morre*".

Hoje, plantada em grande quantidade, e não espaçadamente entre diferentes culturas, a mamona tem demandado aplicação de herbicida e isso obriga o agricultor a plantá-la sempre separada para não contaminar os alimentos, como feijão e milho, por exemplo, os quais, de modo geral, são cuidados à “base da enxada” e não “à base de produtos químicos”, como dizem.

“Nós plantamos aqui a mamona separado. Vamos colocar assim, fazemos quarenta hectares de mamona, só mamona só. Uma área só mamona. Voltemos e plantemos, vamos colocar assim, plantemos aí vinte hectares, ou que seja quinze, de milho. Só o milho, só. Vamos colocar assim, cinco hectares ou seis de sorgo. Só o sorgo só, separado. Por quê? Porque aí nós pode aplicar herbicida pra combater o mato. E já a área do feijão, um hectare ou dois plantado de feijão, abóbora, melancia pode plantar junto. Agora, nós vamos carpir de enxada isso aí, porque não pode aplicar herbicida não. Porque isso aí, se aplicar herbicida já prejudica a planta. Essa aí nós vamos carpir ela de enxada. A diferença é isso aí. Deu pra entender?” (Mariano – Linha da Cruz).

O fato de que “a mamona adoce a criação”, como Seu Pio disse certa vez, se tornou um divisor de águas na relação dos agricultores da Linha da Cruz com esse mercado. Contam que nos primeiros tempos, o comércio da oleaginosa não impedia a criação de gado e tão pouco a plantação diversificada de alimentos – já que a mamona e o algodão eram plantados “avuados”. Então, os antigos recordam que “desde que se entendiam por gente” já existia plantação de mamona e que ela era plantada para ser vendida “*de caroço a caroço, juntava os grãos assim e vendia*”, conta Dona Maria. A forma como hoje a mamona tem sido produzida não tem conseguido aderência por parte dos agricultores mais antigos, que priorizam o gado e os modos tradicionais de agricultura.

“Não, nós aqui é os proprietário aqui da roça, então nós aprendemos a criar um gadinho, plantar umas rocinhas... nós planta milho, feijão, já plantamos algodão e mais é um capinzim, um milhozim. Outras coisas não, nós nunca mexemos não, a mamona. A mamona o projeto dela agora é muito novo aqui. Então eu não planto porque eu já tô velho, já não tô querendo mexer com isso né?! E eu tenho uma vaquinha, eu perdi até duas vacas aí pela mamona, mas não é através dessa mamona, é a outra que tinha misturada no meio, que aquela arregaterinha que eles falam que vocês não conhecem, né? Eu cortei ela até meio dia, quando foi no outro dia eu soltei o gado lá dentro aí que ela tava murcha aí que ela mata boi, né? E o gado só comeu aquela mamona murcha, moça. Perdi duas vacas e por causa de mamona. E o povo aqui tá investindo tudo nela...” [Olavo Cardoso – Linha da Cruz, 2010].

Outro ponto a ser destacado sobre o ciclo da mamona, diz respeito ao seu significado para as relações sociais de gênero. Uma vez que o trabalho no sítio camponês é caracterizado pela “complementaridade” do trabalho de homens e mulheres, a organização hierárquica entre os gêneros – patriarcal no plano da ideologia –, engendrava no plano das relações comerciais uma forma de afirmação do “pai de família” – como aquele que trabalha para seu provimento e, enquanto porta-voz do grupo, mantém relações com o mundo externo. Woortmann (1983) ao tratar do significado do espaço da feira para o universo camponês analisa uma situação similar ao comércio de mamona realizado pelo grupo aqui examinado.

“Vender a própria produção e realizar o valor monetário do *trabalho* é expressão da autonomia camponesa. Neste sentido, a feira é um espaço de realização do *pai de família* que no roçado encarna o trabalho familiar e na feira “governa” a transformação desse trabalho em *ganho*, necessário para ‘botar de um tudo dentro de casa’, outro atributo do pai” (Woortmann: 1983, p.39).

No próximo item reflito a respeito das ações coletivas e individuais em que os sujeitos na Linha da Cruz oferecem contrapartida às dificuldades e crises enfrentadas nos tempos atuais, as quais, sem intenção de fazerem frente política ao cenário de crise, através da própria lógica camponesa, produzem o que James Scott (2002) define como “formas cotidianas de resistência”. Contudo, ao observar os modos de vida do grupo social sob uma perspectiva de gênero, foi possível identificar essas formas inscritas, sobretudo, nas práticas cotidianas das mulheres da comunidade Linha da Cruz, as quais entendo como conformando um “outro olhar” sobre a comunidade. Todavia, esse olhar, ao mesmo tempo em que extrapola um pensamento produtivista sobre o lugar, está engajado em observar a percepção das mulheres sobre as práticas locais.

5.3. O Outro Olhar que se Segue: Cotidiano das Mulheres em Contexto do PNPB

Quando estive pela primeira vez na Comunidade Linha da Cruz em novembro de 2010, já tinha uma idéia, ainda em construção, de que gostaria de pesquisar os impactos do PNPB sob uma perspectiva de gênero. Assim, durante o trabalho de campo, priorizei a discussão com as mulheres sobre a relação delas com o espaço e suas impressões sobre a entrada da política do biodiesel na comunidade. Nesse primeiro momento, realizei cerca de 10 entrevistas gravadas, como um primeiro contato com as mulheres. Já na segunda viagem,

mais do que realizar entrevistas, procurei acompanhar o cotidiano delas e observar a forma como se relacionam com o lugar e suas atividades sociais.

Desde a minha primeira imersão em campo, ao tratar com as mulheres, fui logo informada da existência da Associação das Trabalhadoras Rurais da Linha da Cruz, criada pelas mulheres da comunidade. O caráter declaradamente excludente da “Associação dos Homens” conduziu, após alguns anos, na formação de uma Associação formada apenas por mulheres, a qual detalho melhor agora.

Em termos institucionais, ela é constituída por uma presidenta geral e uma vice. Como acontece na Associação dos Homens, na das mulheres apenas elas podem se associar e participar das reuniões. A organização do movimento inclui reuniões ordinárias que acontecem quinzenalmente na casa das participantes. Elas contam que em função da distância das casas, procuram sempre revezar entre reuniões no *Sertão Antigo* e na Linha da Cruz, para que não seja privilegiado apenas um grupo. Como forma de incentivar as mulheres a participar, Aninha conta que “*todo dia tem um lanche e tem sorteio também! Eu faço sorteio, é divertido*”. As reuniões também são momentos de trocas de mudas de plantas, pequenas vendas e conversas sobre a vida.

O planejamento das ações é feito coletivamente, mas há aquelas que acabam assumindo mais compromissos que outras. Aninha – presidenta da Associação – geralmente é quem toma a frente, pois como dizem as mulheres, “ela nasceu pra isso”. Quando perguntei a ela sobre como aprendeu a elaborar projetos como ela vinha fazendo com a Associação, ela conta que foi através de um curso de “pedreira” que havia feito em Matias Cardoso – “*Fiquei foi 15 dias fazendo esse curso. De 25 mulheres, 14 foi aprovada. E não sei se foi oito homens... Nós levantou um banheiro e um cômodo pra uma mulher... fez o telhamento... aí o instrutor falou que tinha que fazer projeto. Tudo que nós formos fazer, tem que fazer um projeto...*”.

As pautas das mulheres na Associação costumam ir além do acesso formal à direitos sociais, políticos e civis. Observei que elas privilegiam incluir demandas providenciais à comunidade, como acesso a água e a recursos financeiros para projetos agrícolas e que também incentivam aprendizados pessoais e políticos, como a ida das mulheres para cursos de formação política e encontros que acontecem em outros municípios. A Associação também aposta na ação coletiva para alcançar melhorias na vida da comunidade, envolvendo, sobretudo, a área de segurança alimentar e geração de renda. Essas ações geralmente se dão através de mutirões para realização de algum empreendimento – como construção de cercas para as hortas ou para a instalação da caixa d’água, por exemplo.

Uma das primeiras realizações da Associação foi a elaboração de um projeto para encanamento da água. Uma caixa d'água foi instalada na comunidade pela prefeitura, que custeou e viabilizou a distribuição da água para toda a comunidade, porém, o projeto para realização do empreendimento e o trabalho de instalação da caixa d'água foi deixado por conta da comunidade e da Associação das Mulheres. Segue o relato feito por Aninha sobre isso.

Tem um ano que encanou essa água... é... 2009... depois a gente pode olhar na ata né? Aí eu peguei fiz um projeto, aí o pessoal “ah, isso é conversa, não vai dar certo, o povo desacreditado”. Aí quando foi um dia o técnico da Emater, chamou, fez uma reunião, falou comigo assim, “ó, você conversa lá com as pessoas ... a parte da água, pra eles entrar com a parte da encanação, pra ajudar né? E a prefeitura vai entrar com a outra parte do projeto que fizemos...”. Aí as pessoas pra acreditar tinha que ver os canos pra ver que era verdade. Quando chegou uma parte do material, eles não acreditaram, porque achou que aquilo ali era conversa. Aí foi outro dia chegou, menina, um tanto de cano e colocou lá no Seu Vicente. Daí a pouco chega a caixa, ô, mas a caixa era enorme, grande, e quase que nós quebra essa caixa! Veio no caminhão, colocou no trator pra levar lá onde é que nós colocou essa caixa, mas é enorme... 10 mil litros, enorme! Aí começou a encanação e tudo, aí começou o pessoal acreditar... aí esse projeto nós fizemos ele, aí reuniu todo mundo e fez tipo um mutirão no dia de colocar a caixa... aí instalou, esse projeto foi de 35 mil reais e beneficiou 45 famílias. E além desse projeto tem quatro agora feito, pra ser aprovado. Tem de galinha... nós já teve também, como é que fala... teve esses pé de limão... foi tudo a associação... (Aninha, Presidenta da Associação das Mulheres)

Além dessas atividades, a Associação de Mulheres também se empenha na realização de festas na comunidade, como a Festa da Mamona, que aconteceu em 2009 e 2010. Aninha conta que essa festa atraiu pessoas de várias comunidades e foi toda organizada pela Associação. Contou com apoio financeiro da Fazenda próxima à Linha da Cruz e com a ajuda de políticos da região.

Aliadas à ação política, os projetos para melhoria da vida na comunidade não se dão apenas no plano institucional. Aninha conta que geralmente elas conversam sobre tudo – “a pessoa fala de algum movimento, de algum projeto, fala de saúde, um bucado de coisa...” – e, a partir das conversas, elas definem as ações. Nos dias em que estive na Linha, por exemplo, acompanhei o engajamento delas com os preparativos para as barraquinhas de uma festa popular que iria acontecer no povoado de Lajedão em que participariam vendendo produtos e comidas.

No cotidiano, as atividades das mulheres, ainda que voltadas para o cuidado diário de suas casas e da família, de alguma forma, acaba tendo alguma relação com a Associação, pois, através dela, elas têm conseguido apoio para um criatório de galinhas, ainda que limitado à

produção doméstica, para ampliação de árvores frutíferas do quintal, além de angariarem recursos para as hortas que, agora com fins comerciais, têm crescido cada vez mais em suas residências. Há casos em que uma mesma horta é cuidada por duas mulheres, que dividem o trabalho e as despesas.

Nesse sentido, considera-se que a existência da Associação produziu no cotidiano dessas mulheres uma dinâmica que, embora gire em torno de atividades já conhecidas pelas mulheres, produz mudanças no seu cotidiano e nas relações de gênero. Aquelas atividades antes restritas ao âmbito privado, agora têm tido outra conotação na comunidade. A horta hoje, para além do abastecimento familiar, contribui para a renda da família. Da mesma forma, elas têm procurado otimizar a produção de galinhas para a construção de um circuito de venda de ovos, entre outras atividades.

Esses pequenos circuitos comerciais e de trocas (como de mudas de plantas, por exemplo), reforçam a lógica de que as mulheres têm tornado aquelas práticas tradicionalmente conhecidas por elas atividades que possibilitam geração de renda, além da circulação de conhecimentos entre elas e troca de produtos. O comércio em pequena escala e a rede de mulheres, embora ainda não sejam vistos pelos órgãos públicos e mesmo pelos moradores como uma fonte de renda relevante para a comunidade, ou mesmo como uma importante base para a segurança alimentar das famílias, têm, na prática, significado uma alternativa para o circuito comercial da mamona – considerado carro chefe da economia local.

De acordo com essa perspectiva, as mulheres da Linha da Cruz podem ser vistas como apresentando uma importante contrapartida à crise que vem se estabelecendo no lugar com a produção de mamona. Tendo em vista esse “deslocamento” epistemológico sobre a economia local, observa-se que prestar atenção à abordagem de gênero para análise dos modos produtivos de um grupo social – e não apenas tomar o ciclo produtivo em torno das atividades dos homens como dada – são cruciais para compreensão de um determinado contexto social. Moore (2004) vai mostrar que observar a reação das mulheres diante dos processos de transformação capitalista, por exemplo, pode revelar consideráveis aspectos da vida social da comunidade, muito embora invisibilizadas no plano da economia hegemônica.

A quantidade de árvores frutíferas, plantas e ervas medicinais encontradas nos quintais, sempre foi uma prática das mulheres da comunidade. Com a Associação, elas têm articulado vendas de mudas e de frutas para o mercado local, entre os moradores da redondeza ou mesmo entre elas. Observei muitas vezes que no dia-a-dia, ao encontrar com as mulheres, o hábito de pegar mudas na casa das vizinhas ou presenteá-las com alguma erva boa era muito comum entre elas.



Foto 20: Mulheres trocando mudas – Linha da Cruz/MG. Maio, 2011



Foto 21: Quintal da casa da Dona Maria.
Linha da Cruz/MG. Maio, 2011.

As hortas caseiras sempre foram uma importante característica do trabalho das mulheres, embora tais atividades não sejam tratadas no plano do discurso enquanto trabalho. Primeiramente, as hortas visavam atender à família, mas, a partir da Associação, observei que as hortas em muitas das casas haviam crescido consideravelmente. A explicação para isso é que as mulheres estão buscando a partir dessa pequena produção uma inserção no comércio local, através da venda dos produtos da horticultura. Até o momento em que estive em trabalho de campo, as mulheres haviam feito parceria com a prefeitura para venda da sua produção para as escolas municipais. Nas reuniões, elas colocam em pauta como seria feita a distribuição da produção e a remuneração.



Foto 22: Horta da casa da Aninha. Linha da Cruz/MG. Maio, 2011.

Um trabalho de produção de pimentas também tem se iniciado na comunidade e sido gerido, principalmente, pelas mulheres, que fazem reservas de pimenta em “garrafas Pet” e costumam ir à feira no município de Manga pelo menos uma vez no mês para venderem esse produto.



Foto 23: Aninha mostra suas compostas de pimenta em garrafa Pet.
Linha da Cruz. Maio, 2011.



Foto 24: Roça de pimenta consorciada com plantação de alface.
Linha da Cruz/MG. Maio, 2011

A existência de uma organização política criada só pelas mulheres foi um ponto que me chamou atenção para realização do estudo na comunidade, pois, ao se posicionarem como *mulheres trabalhadoras rurais*, elas estão criando espaços de diálogos, conversas, trocas. Assim como conjugam interesses, afinam os discursos e tecem relações entre elas próprias e com outros atores sociais (CORDEIRO, 2006). Contudo, cabe ressaltar que o termo “política” está sendo usado aqui no que se refere não apenas à política formal, no plano das instituições públicas, mas como uma forma de romper barreiras entre questões no âmbito do privado e do público, incluindo, então, a dimensão das relações sociais e práticas cotidianas dos sujeitos. Como Moore (2004) esclarece:

“Las dificultades que surgen ante la necesidad de ampliar la definición de ‘políticas’ y reconocer la validez de la actividad política de la mujer se exacerban cuando pasamos a considerar los tipos de resistencia y de protesta manifestados fuera del ámbito de la política organizada. Una cosa es sugerir la conveniencia de multiplicar las cuestiones objeto de una protesta política organizada, y otra muy distinta emprender la investigación de iniciativas no necesariamente políticas y difíciles de clasificar dentro de las categorías normales de movimientos políticos organizados” (p.210)

Deparar-me, então, com um coletivo de mulheres possibilitou à pesquisa um cenário diferenciado que evidencia uma experiência singular das mulheres do campo, ou seja, uma vivência política que conjuga experiências pessoais e coletivas, criando formas de representação e apresentação das mulheres. Como expressa Mota (2006), “não existe um trabalho *com homens*, mas sim um trabalho *com mulheres*, e é por este que se redefinem e se reposicionam as mulheres nas relações sociais como trabalhadoras e mulheres que tem valor – revêem a si e ao que fazem atribuindo significado e valor” (p.348 – grifos meus).

Trajetórias de gênero

Aninha, presidenta da Associação, conta que chegou à Linha da Cruz trazida pelo pai. Vieram da região dos Gerais à procura de trabalho no assentamento Linha da Cruz, em torno de 1975. Passou sua infância colhendo pequi pra vender em feira nos municípios de Mato Verde e Monte Azul – região dos Gerais. Além dessa fruta, também vendiam farinha, jaca, mandioca; tudo produção da sua própria família. Com a perda de sua terra em torno dos anos 1970, sua família se mudou para o município de Jaíba, só conseguindo outro lugar para o trabalho com o roçado quando chegaram à Linha da Cruz.

Foi com a ajuda de Seu Mariano, hoje seu vizinho, que Aninha diz ter conseguido trabalho na roça e lugar para morar.

Seu Mariano conheceu o finado [seu pai]... conheceu Seu Vicente e chamou ele pra gente vir trabalhar. Aí eu comecei trabalhando aqui com meus 15 anos de idade, sempre trabalhando, aí conheci Valmir e fiquei aqui mesmo. Mas vim pra trabalhar (...). Eu trabalhava pra eles e morava de graça, em troca tinha o serviço. Quando não tinha, a gente trabalhava pros outros (Fala da Aninha)

O mercado de algodão foi uma primeira porta de entrada da Aninha na comunidade, mas seu estabelecimento definitivo se deu quando conheceu Valmir, nativo de Gurutuba e morador da Linha da Cruz, com quem se casou. Com seu marido Valmir, ela teve três filhas, que hoje não moram mais com eles, e desde então nunca mais deixou a comunidade. Seu esposo chegou à região através da Ruralminas. Vieram ele e seu irmão, João Damascena, pois nos anos 1970 perderam suas terras em Gurutuba para um fazendeiro e a Linha da Cruz foi o lugar onde puderam reconstruir a vida.

Em relação às atividades das mulheres ao longo dos anos em que mora na Linha da Cruz, Aninha conta que antigamente as mulheres ficavam encarregadas de administrar as reservas de alimentos para a família, alimentar os animais domésticos, cuidar dos filhos e do abastecimento de água para casa. No entanto, elas também participavam daquelas atividades tidas como sendo exclusivamente masculinas, como a caça e o cuidado do gado, por exemplo. Seja no trato e preparo do animal caçado ou na ordenha do gado, nenhuma dessas atividades era exclusivamente feita pelos homens, o que aponta para o fato de que a forma como o gênero é representado no plano do discurso não corresponde à forma como as atividades de homens e mulheres são executadas na prática. Sobre esse ponto, Brandão (1998), ao tratar da relação de trabalho cotidiano de homens e mulheres numa comunidade rural no interior paulista, mostra que:

“Sim, os homens caçam, não há dúvida. Mas as mulheres os acompanham muitas vezes, cuidam dos cães e carregam os macacos mortos. Ritualmente elas fazem sortilégios propiciatórios e simbolicamente respondem por uma fração complementar essencial do significado da caçada. Os homens atiram nas águas as plantas que atordoam e matam os peixes e os ferem. Mas as mulheres os recolhem; coletam os peixes na água, como frutas fáceis de pegar com as mãos. As mulheres semeiam, tratam da lavoura e colhem. Os homens preparam a terra bravia, queimam e, assim, dominam uma porção próxima de natureza ainda não incorporada à sociedade, para que as mulheres exerçam ali uma espécie de trabalho duplamente fecundador. Primeiro, ao fecundar com a semente a terra pronta para o plantio. Segundo, ao colher e preparar com o fruto da terra a condição de vida do grupo humano da unidade doméstica” (p. 138)

Brandão (1998) propõe que a forma como os antropólogos narram as atividades tidas como exclusivamente dos homens, como a caça, por exemplo, deve estar atenta à reprodução

automática das “formas dicotômicas” de descrever os papéis sociais de gênero. O autor sugere que, em termos analíticos, formas de maiores nuançadas sejam consideradas, em detrimento ao sistema de oposição entre “público” e “privado”, característico do simbolismo ocidental. Segundo Brandão (2008), analisar as mudanças sociais subentende também compreender os princípios de gênero, não em seu caráter dicotômico – o que significa delegar às mulheres sempre uma condição de opressão –, mas compreendendo que “homens e mulheres estão juntos nos mesmos lugares e em tempos iguais e diferentes, participando desigual e complementarmente do mesmo complexo de atividades que, no seu todo, realiza a vida produtiva do lugar” (p. 147).

Woortmann (2008), em estudo sobre as mudanças sociais em uma comunidade seringueira no Amazonas, mostrou que no período de intensa comercialização da borracha na região, as atividades das mulheres eram totalmente invisíveis em detrimento do promissor mercado de “borracha” que, na memória do grupo, se constituía como “evento fundante” de sua identidade. O mesmo ocorre nas comunidades pesqueiras que ela estudou no nordeste (WOORTMANN, 1991). A autora mostra que a definição da comunidade a partir das práticas masculinas – a pescaria – tornou invisíveis práticas outras exercidas pelas mulheres, como as atividades agrícolas, por exemplo, tão importantes para a reprodução social do grupo quanto as atividades pesqueiras.

As mulheres na Linha da Cruz relatam que com a formação do Assentamento pela Ruralminas na década de 1970, o acesso à água foi dificultado, pois as áreas onde se encontravam os lajedos tornaram-se propriedade particular de fazendeiros que chegavam à região – para o espaço do assentamento ficaram delimitadas as áreas sequeiras. Aninha conta que em função da dificuldade de acesso à água, as mulheres, diariamente, estavam reunidas para longas caminhadas, para que pudessem lavar roupa e abastecer suas casas de água para fins de beber, preparar o alimento e higiene pessoal. Aninha descreve que esses eram os momentos em que as mulheres iniciavam o lento, mas significativo, processo de reflexão sobre suas vidas.

Como dito nos capítulos anteriores, a água para o consumo é um problema não apenas do semi-árido, como de várias regiões do mundo, sendo na região semi-árida, como a que caracteriza o sertão mineiro, um problema grave. As águas da chuva que caem na região possuem precipitações variadas com má distribuição no tempo e no espaço, além disso, geograficamente, a comunidade está localizada distante dos rios perenes. O principal rio perene que abastece a região – Rio São Francisco – encontra-se relativamente distante da comunidade Linha da Cruz. Nesse caso, entre os vários problemas que a falta de água numa

região pode proporcionar, aquele que representa o acesso de água para o consumo da família é um dos mais graves. Segundo Melo (2006,) esse problema é o mais de perto enfrentado pelas mulheres por serem as responsáveis pelas atividades concernentes ao espaço da casa e de cuidado dos seus familiares.

“Nesse contexto, quando a referência é a falta de água para o consumo da família, a mulher agricultora é o principal sujeito da questão, pois ela continua a ser responsável pelas atividades relacionadas ao espaço doméstico segundo a antiga, mas ainda atual divisão sexual do trabalho praticado na região” (MELO, 2006, p.179).

Todavia, o engajamento político das mulheres na Linha da Cruz se deu, inicialmente, por conta da questão da água que diretamente afetava a vida das mulheres e, consoante a isto, elas passaram a se articular politicamente em busca de outras ações que consideraram trazer melhorias para toda a comunidade. Não é por acaso que, como se observa historicamente, mulheres têm tido forte presença nas lutas por justiça socioambiental e *“quase sempre as mulheres são as primeiras a resistir às propostas e projetos que visam privatizar a água”* (FERREIRA, 2010 *apud* SENA, 2010, p.85). Elas são os principais sujeitos na luta contra grandes empreendimentos que poluem massivamente fontes de águas superficiais e subterrâneas.

Thompson (2005), a respeito dos “motins da fome” ocorridos na Inglaterra do século XVII, mostra que no interior daquelas manifestações populares, havia uma forma consistente de luta social pautada no que ele chamou de “economia moral”, ou seja, noções bem definidas de bem-estar social, por parte do povo que protestava, tais que eram mobilizadas nos momentos de revoltas e protestos. O autor afirma que uma forma econômica, baseada não em um nexos monetário, emergido com a Revolução Industrial, mas no “nexo do pão no século XVIII” (THOMPSON, 2005, p.153) passou a vigorar – “o conflito entre o campo e a cidade era mediado pelo preço do pão. O conflito entre o tradicionalismo e a nova economia política girava em torno das Leis dos Cereais” (idem). Segundo o autor, as “razões do estômago”, que conduziram as “insurreições” ou “levantes dos pobres”, foram, todavia, os principais elementos que, durante séculos, mais influenciaram o comportamento econômico da agricultura inglesa até finais do século XVIII.

Dentro desse contexto, Thompson (2005) descreve que “quem começava os motins eram, com bastante frequência, as mulheres” (p. 183) que, a julgar pela época, eram sempre criticadas por assumirem quase que uma “postura masculina” nos momentos de fúria: “as mulheres atacando um negociante impopular com as suas próprias batatas, ou combinando

astuciosamente a fúria com o cálculo de que eram um pouco mais imunes do que os homens à retaliação das autoridades” (THOMPSON, 2005, p. 183). Dessa forma, o autor mostra que, como as mulheres eram “naturalmente” mais envolvidas com as negociações face a face no mercado, “mais sensíveis ao significado dos preços, mais experientes em detectar peso insuficiente ou qualidade inferior” (p. 184), acabavam sendo, portanto, mais inclinadas à rebelião.

Scott (2002) apresenta quadro semelhante ao falar de um grupo de mulheres colhedoras nos campos em áreas de produção de arroz em Kedar que, no início dos anos 70, estavam sendo afetadas pelo processo de mecanização da colheita de grãos de arroz naquela região. A introdução da nova tecnologia de coleta estava levando à perda de empregos e à redução dos seus salários. A transplantação do trabalho feito pelas mulheres por máquinas coletoras impulsionou uma revolta silenciosa por parte desses grupos que “resolveram organizar um boicote que impediria o serviço de transplantar para os empregadores que alugassem máquinas” (SCOTT, 2002, p.19). O autor mostra que esses boicotes eram compostos por mulheres de famílias que dependiam fortemente do seu salário mínimo para sustentar suas famílias apontando, assim, para um certo “padrão de resistência” liderado por mulheres.

Observa-se que, historicamente, as mulheres têm se engajado em lutas cotidianas para terem garantido aquilo que lhes eram de interesse imediato – seja o alimento do dia-a-dia, o salário do qual dependem para sobrevivência de suas famílias ou o acesso à água – como no caso da Linha da Cruz. No entanto, suas lutas e ações para reprodução da vida social da família, da comunidade ou do grupo social, têm sido tratadas de forma subalterna em relação às práticas sociais ditas masculinas, (MOORE, 2004; PISCITELLI, 2001; ORTNER, 1974, 1996). A invisibilidade das mulheres, nesses termos, deve-se, também, ao formato de suas manifestações. Como Scott (2002) explica em relação aos casos por ele analisados,

“as mulheres pretendiam nada menos do que bloquear uma significativa mudança nas relações de produção. Seus meios, como vimos, contudo, eram modestos e disfarçados. Assim, embora tenham falhado em impedir a mecanização da colheita, sua tentativa não foi completamente fútil” (p. 20).

A perspectiva de Thompson (2005) procura apontar, por outro lado, que as ações locais situadas e, muitas vezes, circunstanciais, de grupos camponeses diante de situações em que esses vêem seus empregos, sua comida e sua vida ameaçada, são historicamente legítimas e não apenas reações “espasmódicas”.

Influenciado pelos estudos de Thompson, Scott (2002) também faz sua crítica à historiografia oficial que considera insignificante as ações coletivas ou individuais de grupos camponeses. Ele sugere que estas ações sejam pensadas enquanto *estratégias* criadas, diante de um contexto de crise, para garantir sua sobrevivência material básica. Desse modo, Scott (2002) sugere que as ações de indivíduos e grupos camponeses, ainda que não necessariamente assumam uma forma coletiva organizada ou *intenção* de promover resistência política, sejam pensadas enquanto “resistências cotidianas”. A luz dessa perspectiva, o autor questiona a idéia de resistência camponesa formalmente organizada, para dar lugar à outras formas *cotidianas* de resistência que não são produtos de instituições políticas de lutas camponesas. Considera, então, que há um tipo de resistência cujas “intenções devem estar, assim, incorporadas à subcultura camponesa e à luta rotineira e normal para garantir a subsistência e a sobrevivência da unidade familiar, de modo a mantê-la inarticulada” (SCOTT, 2002, p.29).

Ao atentar para as atividades das mulheres na comunidade Linha da Cruz, pude observar que elas construíram uma economia paralela ao monopólio comercial da mamona. A atuação das mulheres em um comércio de pequena escala cunhava como que uma alternativa – silenciosa e “com aparência de conformidade” (SCOTT, 2002) – aos tempos de instabilidade econômica que vinham afetando a comunidade. No discurso das mulheres não havia, contudo, qualquer *intenção* declarada em produzir uma alternativa ao mercado de mamona. Por outro lado, pude inferir que a construção de uma rede social de mulheres e as articulações cotidianas em torno de necessidades pessoais ou familiares, ainda que incipientes para reprodução social do grupo, diziam sobre uma intenção, não-declarada, impressa em suas ações, que tendiam mais para construção da autonomia local do que para a aquiescência a um mercado regional/global – como o de biodiesel.

As práticas sociais das mulheres, assim como as discussões levantadas por elas no dia-a-dia, afastavam-se de uma perspectiva de mercado em grande escala. Mais interessadas em potencializar seus recursos a partir da diversidade de produtos e de uma perspectiva local, as mulheres, ao que pude compreender, distanciavam-se do projeto produtivista e de mercado posto pelo PNPB. Nesse sentido, observa-se a importância da abordagem de gênero no que concerne à observação das práticas produtivas existentes no lugar.

“as políticas de desenvolvimento criadas para a região semi-árida brasileira, como as demais políticas de desenvolvimento do país, em grande parte, não contemplam a questão de gênero e quando incluem, muitas vezes, o fazem de forma deficiente ou parcial. Outras vezes a inclusão não passa do papel e não são colocadas em

prática (MELO, 2003a). Tal forma de injustiça contra as mulheres ocorre mesmo quando mais da metade da população do semi-árido é formado por mulheres e essas participam ativamente dos trabalhos gerados pela agropecuária, principal setor econômico da região. Nesse sentido, os vários programas até então criados para desenvolver a região em decorrência das secas, desastre natural que secularmente atinge o semi-árido brasileiro, não incorporam devidamente a questão de gênero, tornando-os, praticamente, exclusivos dos homens agricultores” (MELO, 2006, p.174).

Embora as atividades impulsionadas pela Associação de Mulheres tenham sido iniciativas das mulheres da comunidade, todavia, elas não serviram, no âmbito do cotidiano, para romper com a “estrutura patriarcal” de manutenção das hierarquias sexuais, assim, esse quadro não representou, no plano das representações de gênero, mudanças visíveis. Observei que no dia-a-dia, nas relações entre homens e mulheres, valores tradicionais, tais como preparar a comida e levá-la ao marido, negociar as saídas de casa para participar de reuniões ou mesmo o trabalho doméstico ser todo delegado às mulheres, ainda eram preservados na casa da maioria das famílias. Por outro lado, esse novo quadro econômico, em que mulheres se tornaram importantes agentes de mudanças sociais na comunidade, trouxe novas dinâmicas na vida social da comunidade as quais influem diretamente nos papéis sexuais e na divisão sexual do trabalho.

Gênero e Desenvolvimento

As atividades de cuidado do gado representam para os agricultores daquela região tanto uma atividade masculina local quanto a afirmação de sua identidade de gênero. Além disso, ela era uma das principais tarefas executadas pelos agricultores no cotidiano. Hoje essa realidade tem se modificado em função da mamona. Seu Antônio dizia: *“tem gente que tá vendendo o gado pra investir na mamona. Tem gente que tá investindo. Inclusive, eu fiz até um cálculo de vender as duas vacas o ano passado mesmo, eu fiz o cálculo, ‘vou vender essas vaquinhas aqui e vou plantar mamona’”*.

Diante desse quadro, observei algumas mudanças na divisão sexual do trabalho na comunidade. Ao menos no período entre safras, em que os homens aguardavam a época de colheita, muitas das atividades ocupadas tradicionalmente por mulheres passaram a contar com a “ajuda” dos homens, ou mesmo passaram a ser feita por eles. A “inversão dos papéis de gênero”, expressa no deslocamento das atuações, sugere uma possível reconfiguração dos papéis sexuais de trabalho. O que antes as mulheres executavam junto aos homens recebia o nome de “ajuda” – como o trabalho na roça, por exemplo. Hoje, o trabalho de domínio das mulheres – como o cuidado da horta, separar a produção para venda nas feiras, etc – tem os

homens como *ajudantes*, seja para levantar a cerca da horta ou para cuidar dos animais domésticos.



Foto 25: Homens e mulheres trabalhando no preparo das verduras para serem vendidas na feira. Linha da Cruz/MG. Maio, 2011.

Wortmann (1998) mostra que, no plano do discurso, os homens são, geralmente, relacionados aos espaços produtivos concernentes à vida social do grupo. Assim, na medida em que a floresta – no caso do seu estudo sobre os seringais na Amazônia – vai sendo desmatada, os homens aparecem no discurso das políticas pelo “desenvolvimento sustentável” como sendo os únicos diretamente afetados pelo desmatamento impulsionado por um modelo desenvolvimentista em voga nos anos 1970. Como mostra Fiúza (2006), esse “novo” modelo de desenvolvimento que enfatiza a importância de uma mentalidade mais ecológica para pensar o crescimento econômico, postulado, sobretudo, a partir dos anos 1990, apresenta, por outro lado, novos problemas implícitos em suas políticas. Segundo a autora, nessa nova perspectiva política de desenvolvimento, a idéia de mulher enquanto atrelada à natureza, logo, mais próxima de uma perspectiva ecológica e “humana”, tem sido cada vez mais institucionalizada por certos programas sociais voltados para o “meio ambiente” (FIÚZA, 2006, p.300).

O trabalho com a mamona não excluía as mulheres como um todo. Em tempos de colheita todo o grupo familiar, homens, mulheres e os filhos, ficavam juntos para realização

do trabalho. Havia aqueles, no entanto, que arrendavam a terra de outros e ainda contratavam “camarada” – trabalho extra para realizar a atividade de colheita e plantio – já que apenas o núcleo familiar não suportava o aumento da produção. O caráter puramente comercial da produção da mamona a torna, todavia, locus de trabalho masculino, uma vez que são os homens quem tomam a frente nas práticas do *negócio* (WOORTMANN, 1983). Assim, observa-se que a relação do Programa com as mulheres, portanto, não apenas apresenta uma postura neutra em relação a uma perspectiva de gênero, mas reforça a lógica de que a economia do lugar se define pelo trabalho dos homens, naturalizando o papel que lhes é atribuído na divisão sexual do trabalho.

Os contratos são feitos, a princípio, em nome dos homens – ainda que os técnicos do Programa afirmem não fazerem distinção de gênero, na prática, os contratos só eram feitos em nome das mulheres no caso de ausência do marido, assim como a assistência técnica costuma ser voltada aos homens, uma vez que reconhecem na roça um domínio masculino. Outro ponto, como posto por Wilkinson (2009) é que o uso do dinheiro obtido com a venda da mamona é usado mais pelo homem, que, na maioria dos casos, é quem define qual será seu destino.

Uma vez considerada que a atual economia na comunidade não representa uma forma de ingresso das mulheres na perspectiva do lugar, em trabalho de campo, me detive em observar quais seriam, então, suas formas de egresso tendo em vista o contexto do Programa. Foi assim, então, que observei que uma série de estratégias produtivas paralelas à mamona, assim como “novas relações sociais”, se estreitaram entre o grupo nos últimos tempos. As mulheres passaram a constituir na comunidade um *workteam* não restrito ao núcleo familiar, o que propicia laços de solidariedade e ajuda mútua.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos autores tem discutido a respeito da importância de “levar em conta o conhecimento histórico dos agroecossistemas a partir da população que nele vive” (DAYRELL, 2000, p.211). Assim, conhecer os sistemas sociais a partir do modo como o próprio grupo o entende é uma maneira de buscar uma aproximação com a forma como os produtores rurais codificam e utilizam seu espaço produtivo.

“Verifica-se assim que o conhecimento tradicional desenvolvido em um determinado entorno sócio-econômico funda-se com a experiência particular de cada agricultor, hoje inserido em um novo entorno sócio-econômico, dando as respostas tecnológicas daí demandadas. Mantém-se, no entanto, neste processo de apropriação da natureza, mesmo quando se incorpora padrões econômicos aos bens oferecidos pela natureza, a mediação pelos valores e crenças que norteiam a sua cultura” (DAYRELL, 2000, p.254).

A trajetória que procurei fazer nesta dissertação pretendeu, primeiramente, mostrar como se deu o processo de territorialização (LITTLE, 2002) que compreende não apenas a passagem do *Sertão Antigo* para a Linha da Cruz, mas a coexistência entre duas temporalidades, fundadas, todavia, a partir de, pelo menos, dois processos territoriais que se sucederam naquele espaço. Essa constatação mereceu maior atenção ao longo do texto, uma vez que, a partir do reconhecimento de duas temporalidades, passei a tratar a comunidade enquanto espaço híbrido (BABHA, 1998), constituído por práticas possessórias que antecedem a formação oficial do assentamento. A partir disso, passei a levar em conta o que considero ser as diferentes territorialidades (LITTLE, 2002) que coexistem.

No capítulo um, foi discutido o processo de ocupação do *Sertão Antigo*, tendo em vista ser a região norte mineira lugar de fronteiras, de encontros, onde diferentes grupos sociais foram se fixando ao longo de seus variados ecossistemas – do Cerrado à Caatinga. Mostrei que, hoje, a terra como propriedade é o modo como o pequeno sertanejo concebe sua território e que, todavia, trata-se de uma forma de pensar pautada em categorias jurídicas, promulgadas com vigência dos projetos de regularização fundiária do governo – em contraste com a forma de ocupação que concebia “o uso comum de terras”. Hoje na Linha da Cruz, o *sítio camponês* está organizado conforme desenho de loteamento definido pelo modelo da Ruralminas, mas ainda há na memória dos moradores mais antigos a imagem de outro tempo, como recorda Seu Vicente: “*mil metro mais embaixo ali do Pio que eu morava... num terreno lá... aí*

quando loteou passei pra'qui. Aqui atingia onde eu trabalhava... eu preferi vir pra cá, porque tinha o serviço nesse local aqui, a medição atingiu a gleba que eu trabalhava”.

Esse processo de regularização fundiária e reordenamento do espaço, desencadeado pela Ruralminas, é parte do contexto político em que uma série de programas e projetos, tanto do governo federal quanto do estadual, vinham implementando na região com intuito de integrá-la a dinâmica da economia nacional.

“A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – planeja e executa as políticas governamentais de estímulos financeiros e fiscais, enquanto o governo do Estado realiza investimentos públicos em infraestrutura básica: estradas, energia e telecomunicações. E promove, com a Ruralminas, um amplo processo de regularização fundiária ao inverso, privatizando terras comunais dos Xakriabá e de comunidades geraizeiras, veredeiras, quilombolas e catingueiras, em favor dos fazendeiros e novos empresários que vêem na região uma oportunidade de novos negócios ou mesmo de enriquecimento fácil frente às ofertas patrocinadas pelo Estado” (DAYRELL, 2008, p.33)

O processo de reforma agrária conduzido pela Ruralminas e pela SUDENE, como se observa, consistiu na desapropriação de pequenos produtores rurais de suas terras ou na expulsão deles dos *fundos da fazenda* onde viviam como agregado de fazendeiros. Quando essas famílias não eram totalmente expulsas de suas terras sem terem para onde ir, eram realocadas em áreas destinadas a assentamentos rurais do estado – geralmente localizadas em regiões mais isoladas economicamente, menos produtivas em termos geofísicos, enfim, áreas de menor interesse fundiário do ponto de vista do agronegócio.

Como procurei resgatar, a partir de Santos (1985), o conflito de Cachoeirinha, como ela remonta, coincide com o período de formação do Assentamento Linha da Cruz. Possivelmente uma parte daquelas famílias de Cachoeirinha veio se estabelecer no Sertão e proximidades. Este processo culminou na dispersão das famílias que residiam, antes, naquele povoado, para que fossem habitar outras áreas do Norte de Minas. Por conta desse processo e de outras situações de expropriação territorial de pequenos produtores, hoje a região é constituída por uma série de “manchas de comunidades e território rurais” (FILHO, 2005, p. 83).

Um caso que ilustra essa situação é explicado por Seu Pio (morador da Linha da Cruz). Ao perguntar a ele sobre a razão dele e sua família terem decidido sair do Rio Verde para vir morar no sertão, em área sequeira, ele responde:

Sabe por que minha fia? Nós comia de tudo, muitos peixes... muitos peixes... então, chegaram gente de fora, invadiu, botou pra fora... agora ficamos uns três

meses pulando de um lado pro outro... foi chegando, chegando, foi tomando de um e de outro, dando uns palitos de fósforo que tava pagando, e foi tirando, e foi tirando, e ficou assim (...) uns ficou aqui, outros ficou por lá... eu mesmo sou de lá, mas to aqui.

Eu pergunto: Então, você veio pra cá porque chegaram pessoas lá e expulsaram os moradores?

Pio: Foi... eu mesmo fui, e mais outros por lá... de lá, quando eu saí de lá de onde eu morava, eu peguei um lote da Ruralminas. E aí, eu passei pro lado de cá, fiz roça, fiz casa... depois começou os fazendeiros comprar a apropriação na mão do povo.

Santos (1985) mostra que a proposta do Governo de transferir os moradores de Cachoeirinha para áreas no Sertão não os agradou. Segundo os relatos dos agricultores de Cachoeirinha, a autora conta que estes consideravam o sertão um lugar fora de comum para se viver – *“a terra é só formiga purinha. É igual uma cinza que a gente apanha, só dá maracujá brabo. O resto é lajedo: quem trabalha cá em riba de pedra? Água lá, nem galinha bebe, de tão salgada, As galinha que bebe água lá, morre”* (Depoimento de lavrador de Cachoeirinha em 07/1982 *apud* Santos, 1985:77). A imagem negativa que transforma o sertão em um lugar miserável, inadequado para se viver, sobretudo pela seca e distância dos rios, fez com que muitas famílias deixassem a região pouco tempo após terem chegado.

Sobre a importância da água para as populações rurais, Diegues (2005) explica que, para muitas populações tradicionais, a dependência social e simbólica da água não apenas representa uma necessidade física dos indivíduos, como também define o modo de vida e a identidade de muitas das populações que vivem em áreas rurais. Na sua perspectiva, a água não tem para os ribeirinhos a mesma conotação que tem para os sertanejos, por exemplo.

“A presença de rios, riachos, lagos, córregos, poços (e para as populações litorâneas, a praia e o mar) desempenham um papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida. Eles garantem a água para saciar a sede dos homens e animais, para o uso doméstico, para as hortas e pomares, para transporte e navegação e para algumas dessas populações são também fonte de energia” (DIEGUES, 2005, p.01)

Seu Pio conta que quando chegou à Linha, em torno de 1978, o lugar *“tinha um bucado de gente morando”*, mas que *“de um dia pro outro, já vendia o lote...”*. Seu Olvídio também explica esse fato:

Os morador daqui veio de Lajedão... agora os daqui mesmo [referindo-se aos moradores do Sertão Antigo] vieram do sertão de fora aqui... que quando eu cheguei aqui já tinha um bucado aí. Um monte foi embora, e os outros já morreu,

foi embora pra São Paulo, vendeu pra outro (...). Os outros que tava morando aqui foram vendendo. Dos que eu entrei aqui já não tem quase mais ninguém, é outros que comprou o lote e já rendou...

Casos como aqueles que foram analisados por Sônia Santos (1985) e Ana Flávia Santos (1997), entre outros pesquisadores/as citados ao longo desta dissertação, expressam o contexto de reconfiguração espacial e reordenamento do território de povos e populações tradicionais do norte de Minas. Grupos e comunidades foram expropriados de seus territórios, transferidos para outros lugares e regiões, onde foram, com o tempo, estabelecendo novas territorialidades (LITTLE, 2002) e produzindo novas identidades sociais em interação com seus ambientes.

Procurei mostrar como se deu o processo de ocupação livre do sertão que vigorou até meados dos anos 1970 quando, com a chegada da Ruralminas, as terras ocupadas pelos moradores do Sertão Antigo passaram a ser tituladas pelo Governo e todo território foi, então, recortado e dividido em lotes. Portanto, o sistema livre de “aposseamento” foi substituído por lotes de 25 hectares, o que significou deslocamento das roças, do pasto, das moradias para conformação do assentamento e estabelecimento dos novos moradores.

Zhour e Oliveira (2010) mostram como a lógica desenvolvimentista tem transformado os espaços, entendidos pelos grupos locais como expressão de sua existência e reprodução social, em fontes de recursos e de exploração capitalista. Contrária à essa forma de conceber o *lugar*, procurei neste trabalho resgatar, a partir dos relatos, das falas e dos depoimentos sobre o processo de ocupação do *Sertão Antigo*, a forma como se deu a constituição do lugar, entendido aqui como *locus da vivência e da história* (ZHOURI&OLIVEIRA, 2010).

Se antigamente o distanciamento entre as casas propiciava espaçamento e intervalos entre as relações, a especulação estatal sobre o território deu lugar a um novo padrão residencial e reiteração das relações entre moradores. A chegada de *novas gentes* na região a partir de 1970, a formação do assentamento rural, assim como os ciclos econômicos do algodão e da mamona, fizeram com que um determinado modo de se relacionar com o espaço passasse a imperar. Esses entre outros fatores determinavam um *novo modo de vida* estabelecido naquela região.

Por outro lado, esse *novo modo*, por não ter alcançado igualmente todo o grupo, tão pouco subsumiu aquelas práticas mais tradicionais de viver no sertão. O fato é que o novo ordenamento espacial e o afluxo de mercados e políticas estatais, que começou a aparecer, conformou um grupo social de pequenos agricultores dotados de uma racionalidade menos

atrelada às práticas reprodutivas dos moradores antigos. Diferentes formas de se relacionar com a terra passaram a coexistir em um mesmo espaço/tempo.

Tudo em volta do universo camponês é dividido a partir de representações de gênero. No entanto, essas representações não foram todo o tempo estanques ou fechadas às mudanças. No caso desta pesquisa, constatou-se que nos tempos atuais, com a formação do assentamento, alguns espaços e atividades antes agenciados pelas mulheres sofreram transformações. Com a mudança na organização do espaço, as relações entre mulheres e homens sofreram mudanças, assim como as relações destes com a terra e o espaço. Todavia, com a redução dos espaços, das soltas, etc, o significado do que é tido como doméstico, por exemplo, toma outra conotação: os quintais, antes abrangendo muitas vezes a mata, agora estariam restritos aos arredores da casa, ao mesmo tempo em que os homens agora necessitam prender o gado e estão impedidos de caçar. Assim, as mudanças desencadeiam uma nova organização das relações de gênero.

Nos tempos atuais, marcados pela forte entrada do mercado de mamona como um produto que irá trazer o “desenvolvimento regional”, a “nova economia” tem, de certo modo, englobado as outras práticas produtivas, mais tradicionais, logo, mais bem adaptadas ao sertão e ao modo de viver do pequeno produtor rural. Essa nova dinâmica econômica estabelece que os bens apropriados da natureza para o mundo humano sejam de imediatos transformados, de valor de uso para o de mercadoria (BRANDÃO, 2008, p.140), situação que representa uma inversão na lógica do autoconsumo.

No período em que estive realizando o trabalho de campo, observei que a proposta do PNPB de fomentação da produção da mamona para geração de renda e desenvolvimento da agricultura familiar apresentava alguns problemas. O Programa adota como medida para o desenvolvimento local a perspectiva de inserção de pequenos produtores no mercado. No entanto, no caso aqui analisado, inicialmente, ele teve efeitos positivos sobre o grupo, no que remete à geração de renda para as famílias que aderiram ao Programa. No entanto, com o passar do tempo, as primeiras mudanças no comportamento da empresa em relação aos cumprimentos dos acordos posto no contrato, colocou essas mesmas famílias – que, todavia, passaram a investir cada vez mais intensamente nesse mercado – em um quadro de instabilidade, insegurança e, portanto, de crise.

Dessa situação, procurei mostrar que, a entrada do mercado do biodiesel no contexto de produção dos pequenos produtos pode vir a produzir sobre o modo de vida local um quadro de dependência econômica para com a empresa que, no caso dos catingueiros, pode incindir sobre o modo tradicional de reprodução social do grupo – mercado, todavia, pela necessidade

de estabelecer uma variedade de atividades econômicas, incluindo relações comerciais. Em síntese, procurei mostrar que, para o grupo examinado no Norte de Minas, atender a um mercado, como o da indústria de biodiesel, significa colocar em risco um sistema que há décadas vem se autosustentando através da diversidade de produção agrícola e relações comerciais mais independentes do que o modelo proposto pelo PNPB. A inserção deste Programa para o desenvolvimento das comunidades rurais do Norte de Minas não atenta para as especificidades de cada localidade, pautando-se, unicamente, sob uma perspectiva econômica.

Ao analisar a situação dos geraizeiros no norte de Minas a partir da chegada dos projetos de reflorestamento, Dayrell (2000) descreve um processo que vai de encontro com a situação dos catingueiros da Linha da Cruz. O governo, com objetivos de criar projetos sociais de desenvolvimento para a agricultura camponesa, adotou uma série de programas cujas medidas compensatórias se pautavam unicamente no investimento financeiro e humano com via a “modernizar” esses setores agrícolas como forma de incluí-los na Economia hegemônica. Dayrell (2000) mostra que:

“O processo de modernização da agricultura baseado no estímulo aos reflorestamentos monoculturais de eucalipto e, em menor escala, na pecuária extensiva, contribuiu para uma exclusão ainda maior da agricultura camponesa. O governo federal e estadual no intuito de ‘corrigir as distorções’ deste processo, ainda no início da década de 80, destinou à agricultura camponesa do município – dos catingueiros e dos geraizeiros – ‘programas especiais’ com um caráter nitidamente assistencialista e com o objetivo de integrá-los à dinâmica da economia de mercado” (p. 228).

Em grande parte, programas do governo destinados ao investimento em infra-estrutura local, como postos de saúde, escolas, estradas, eletrificação, etc, podem trazer muitos benefícios para as comunidades locais, antes desprovidas desses recursos que lhes são de direito. No entanto, a racionalidade produtiva atrelada ao mercado, muitas vezes entra em tensão com a lógica local de pensar o espaço, seu modo de vida e sua relação com o território, situação que tem desencadeado em todo país uma cenário de crise e conflitos entre as diferentes lógicas que regem o espaço.

Muitas das mudanças impulsionadas por projetos de intervenção podem não ser muito bem entendidos pela população local da mesma forma como o planejamento político/econômico entende. Assim, o descompasso entre tais políticas e as lógicas locais de organização social e de ocupação tem sido importante foco de pesquisas, tendo em vista, muitas vezes, seu caráter “civilizador” e homogeneizador do espaço (REBOUÇAS, 2000).

O Sertão mineiro tem sido, desde então, o meio de vida daquelas pessoas e não uma categoria abstrata, como concebe os projetos políticos sociais postos pelo governo. Quando um programa social – como o PNPB, por exemplo – é instalado numa determinada região, as populações locais passam a ser inseridas em uma nova visão de mundo (LOBÃO, 2006), a qual irá estabelecer que a “agricultura familiar” é uma importante via de proteção do “meio ambiente”, podendo, assim, fornecer matéria para indústria de biodiesel e, então, realizar o tripés do desenvolvimento sustentável que procura vincular o eixo “social-ambiental-mercado” em uma mesma base produtiva.

Assim, os agricultores da norte de Minas, por serem considerados pobres, por demandarem políticas sociais e por viverem em ecossistemas propícios à produção de oleaginosas, acabaram tornando-se público alvo para o mercado sustentável da indústria automobilística, ainda que os pequenos produtores do sertão mineiro não sejam necessariamente um grupo consumidor de automóveis.

“A idéia de desenvolvimento dos pobres também está associada a uma estratégia de inclusão no mercado auto-regulado (Polanyi, 2000). Em sua versão contemporânea, esta inclusão se dá por fora do abrigo de políticas universalistas. Submetidos a políticas particularistas, as assimetrias de poder existentes os tornam presas fáceis, sob o manto da “cooperação” de modelos que vêm “de cima” e “de fora”, de pequenos projetos que visam sua adequação aos princípios macroeconômicos neoliberais (Petras & Veltmeyer, 2001, p. 125)” (LOBÃO, 2006, p.230)

Em consonância às políticas estatais, os moradores da Linha da Cruz, por exemplo, são agora “agricultores familiares”, numa construção das identidades de fora para dentro. Suas formas próprias de conceber o espaço são convertidas agora em mercados potenciais – o lugar vivido e praticado passa a ser regido por princípios estranhos ao grupo (biodiesel, sustentabilidade, camada de ozônio, etc). A própria temporalidade do grupo passa a ser submetida aos ditames do desenvolvimento sustentável que, todavia, está atrelada aos tempos da burocracia para viabilização do próprio projeto.

No entanto, como afirma Scott (2002), ainda que lhes falte “qualquer possibilidade real, no presente, de transformar diretamente e coletivamente sua situação”, uma vez que “os camponeses pobres não tem quase nenhuma escolha, a não ser ajustar-se às circunstâncias que eles enfrentam diariamente” (SCOTT, 2002, p.18), procurei mostrar que estratégias de sobrevivência e formas de agenciar seus próprios interesses são acionadas no cotidiano daquele grupo.

Ao apresentar a atuação das mulheres na comunidade, gerindo o que considere ser um comércio em pequena escala de âmbito local, e mesmo ao mostrar que agricultores mais antigos, receosos em participar desse mercado, não aderiram à produção de mamona, procurei apresentar o que considero serem formas particulares do grupo lidar com os novos tempos consagrados pelo projeto.

Numa perspectiva de gênero, as políticas do PNPB não concebem uma organização social do trabalho que compreenda o papel das mulheres. Nesse sentido, a produção de mamona tem sido mais associada aos homens da comunidade do que às mulheres, uma vez que o trabalho produtivo, no plano do discurso e das representações sociais, geralmente, seja delegado aos homens. Todavia, as mulheres também participam da produção de mamona, no plantio e colheita. No entanto, alternativo à essa política que pretende ser “carro chefe” da economia do grupo e, com isso, produzir melhorias na vida da comunidade, como observei em trabalho de campo, as mulheres tem se engajado em atividades, se articulado entre si e proposto projetos que tem apresentado interessantes resultados. Assim, no plano analítico, procurei tratar essas práticas como formas de “resistências cotidianas” (SCOTT, 2002).

A crítica colocada por Fiúza (2006), de que as mulheres estão mais ligadas a atividades sustentáveis do que os homens, no entanto, apresenta alguns problemas. Fiúza (2006) parte do pressuposto de que as mulheres – em contextos rurais – estão mais envolvidas em atividades de subsistência – como o cultivo e processamento de alimentos, a criação de animais, a costura, o artesanato, etc – e que estas atividades representam um estado mais “primitivo” de existência, logo, mais ligado à natureza. O problema da crítica feita pela autora sobre a vertente do feminismo que consagra feminino/sustentável em oposição ao masculino/destruidor é de que a autora parte de uma idéia fechada de “doméstico” enquanto sinônimo de opressão. Dessa forma, a autora está a encarar como um problema o fato das mulheres serem associadas às atividades domésticas e não o discurso sobre as dicotomias público/privado, como faz Moore (2004) e Strathern (1999), por exemplo.

No âmbito da agricultura de subsistência, como mostra Brandão (1998), existe uma série de atividades que subentendem muito mais a complementaridade entre os sexos do que a divisão sexual estrito senso. Neste sentido, lançar uma crítica que concebe que o doméstico, em oposição ao público, é uma forma de manter as mulheres em uma condição atrelada a natureza, pode ser uma forma exógena de compreender a divisão sexual do trabalho no mundo rural, assim como a organização do espaço.

O que se observa na Linha da Cruz é que com o fortalecimento dos circuitos comerciais em torno da produção de algodão e mamona, sobretudo a partir dos anos 2000, com a entrada

do PNPB, os homens tem se voltado cada vez mais ao trabalho produtivo para atender os mercados regionais, nacionais e globais. Com isso, a produção de autoconsumo tem sido obliterada em detrimento das pequenas “monoculturas familiares” de mamona ou algodão, ao passo que as mulheres, por outro lado, têm potencializado aquelas atividades, já tradicionalmente conhecidas por elas como o trabalho com ervas, hortas comunitárias, projeto de captação de água, etc. Estas atividades, do ponto de vista desta pesquisa, têm sido vistas como uma alternativa à reprodução social do grupo que, todavia, se distancia da forma do “desenvolvimento local” calcado pelas política públicas em torno da geração de renda através da intensificação da produção.

Em trabalho de campo na Linha da Cruz observei algo que parece representar uma situação paralela à idéia posta por Fiúza (2006) – de que estar atrelada ao doméstico significa estar distante da economia. A perspectiva que procurei trazer aqui é a de que as mulheres tem movimentado uma *economia* por meio de práticas já conhecidas por elas, as quais, por hora, prefiro não tratar como “domésticas” – já que elas alcançaram mercados locais, assim como tratam-se de práticas que circulam pela comunidade, realizam-se em termos de projetos sociais, enquanto trocas de conhecimento, de produtos e saberes que extrapolam o conhecido tripé do espaço doméstico (casa-quintal-horta).

Não é meu objetivo discutir acerca do pensamento eco-feminista que tem a filósofa Vanda Shiva (1989) como principal expressão, e que parece ser para onde a crítica feita por Fiúza (2006) se direciona, mas sim mostrar que a etnografia que realizei na comunidade Linha da Cruz revelou para mim aspectos interessantes em torno das dinâmicas de gênero no contexto local. Embora reconheça que a crítica de Fiúza (2006) sobre a forma como “trabalho técnico” tem sido, historicamente, relacionado ao “trabalho masculino” seja crucial para desconstruir concepções dicotômicas, essencialistas e hierarquizantes de se pensar os gêneros, preferi partir da idéia de que a questão não é se as mulheres fazem ou não trabalhos técnicos, mas sim que a idéia de *trabalho produtivo* – enquanto aquele é técnico – tem sido uma forma ocidental de conceber a economia e, portanto, as práticas sociais dos grupos.

Se antes as trocas de mercado se davam ocasionalmente, como uma estratégia complementar a outras atividades produtivas, nas últimas décadas houve um inflacionamento dessa prática. Nos últimos anos, com a entrada do PNPB, a cultura da mamona projetou-se como símbolo econômico da região. Pode-se dizer que, em relação aos tempos do Sertão Antigo, o que acontece hoje é quase como que uma inversão do seu modo de vida. Se o comércio, outrora, era o recurso último ou auxiliar para os momentos de crise, nos tempos atuais a entrada no mercado tem produzido uma nova forma de crise. Como Seu Vicente diz:

“Vendi uma parte, 30 sacos em 98... só a primeira quebra, depois colhi o resto e ficou isolado aí... depois não sei o que eu fiz com essa mamona, sei que ninguém apareceu pra comprar mais... e quem plantou ela com ‘projeto’, colheram, depositaram, esperou preço, esperou falar, não veio nada... ficou com nome sujo no banco... então agora esse ano que perdoaram essas contas de mamona” (Seu Vicente).

Assim, o que procurei mostrar, portanto, é que é justamente a noção de trabalho produtivo, como discutido no capítulo dois desta dissertação, enquanto aquele voltado unicamente às atividades executadas por homens no âmbito do espaço da “roça”, que, especialmente no discurso acadêmico, mais do que invisibilizado, tem sublimado outras práticas sociais como aquelas que são, muitas vezes, exercidas pelas mulheres, seja no âmbito do quintal, da “ajuda” ou da participação no comércio em pequena escala, tornando, todavia, essas atividades ocultas no plano dos discursos sobre as culturas. Assim, tendo em vista o contexto socioeconômico na qual a Comunidade estava inserida quando foi realizado o estudo etnográfico, encontrei na perspectiva das mulheres outro olhar, o qual me apontou para o que me parecerem ser formas silenciosas de resistência.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLLI, Carmen Silvia. **Sob as Vestes de Sertão Veredas, o Gerais. ‘Mexer com Criação’ no Sertão do IBAMA.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UNICAMP, 2011.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira & ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Despoluindo Incertezas: impactos territoriais da expansão de agrocombustíveis e perspectivas para uma produção sustentável.** Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 2007.

BABBHA, Homi K. O Pós-Colonial e o Pós-Moderno. A Questão da Agência. In: **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BARBOSA, Rômulo Soares *et all* (org). **Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cenário e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Preto de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. In: GODOI, E. P. & NIEMEYER, A. M (orgs). **Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos.** Campinas: Mercado das Letras, 1998. p.133-166.

BRITO, Isabel Cristina B. de. O ecologismo dos Gerais. In: BARBOSA, Rômulo Soares (org). **Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero.** São Paulo: Civilização Brasileira Ed., 2003

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org's). **O campesinato na História.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p.19-38.

CARVALHO, Edgard Assis. Introdução. In: SAHLINS, Marshall *et all* (org). **Antropologia Econômica.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la Unidad Económica Campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CICCARONE, Celeste. “A igualdade “por baixo” e a escadaria “do céu”: Erradicação da pobreza, ambientalismo e pluralidade num caso de conflito socioambiental na cidade de Vitória”. In: **SINAIS - Revista Eletrônica.** Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, Dezembro. 2010. p. 04-53.

CORDEIRO, Lucilene Dias *et all.* **Notas sobre o entorno do Distrito Federal.** In: I Encontro de Demografia da Região Centro-Oeste, 1997. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000274.pdf>.

CORDEIRO, Rosineide M. Empoderamento e mudanças das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry *et all* (org).

Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

COSTA, João Batista de Almeida. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um Ito em Brejo dos Crioulos (MG).** Dissertação de Mestrado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / UnB, 1999.

_____. **Mineiros e Baianeiros. Englobamento, Exclusão e Resistência.** Tese de Doutorado em Antropologia Social – Unb, 2003.

_____. **Cultura Sertaneja: A conjugação de lógicas diferenciadas.** In: SANTOS, Gilmar Ribeiro (org.) **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas. Considerações a partir das Ciências Sociais.** Montes Claros: Best Marketing, 1997, pp. 77-97. Artigo publicado na Revista Verde Grande, 1(3), Montes Claros: 2005, p.8-48.

_____. **A linha do tempo na formação do norte de Minas.** Revista Verde Grande. Volume 1 – nº 6, 2008.

_____. **A (des)invisibilidade dos povos e das comunidades tradicionais: a produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo.** In: BARBOSA, Rômulo Soares *et all* (org). **Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2011.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos agroecossistemas tradicionais.** Dissertação de Mestrado. Andaluzia: Universidade Internacional de Andaluzia, 1998.

_____. **Povos e comunidades tradicionais em movimentos nos sertões de minas: em cena, novos sujeitos sociais.** Revista Verde Grande. Volume 1 – nº 6, 2008.

_____. **Os Geraizeiros Descem a Serra ou a Agricultura de Quem Não Aparece nos Relatórios dos Agrobusiness.** In: DAYRELL, Carlos Alberto e LUZ, Cláudia (Orgs). *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade.* Montes Claros: CAA, 2000.

DESCOLA, Philipp. **Ecologia e Cosmologia.** In: DIEGUES, A, C. (Org.), **Etnoconservação: rumos para a conservação da natureza.** São Paulo: HUCITEC, 2000, p.149-163.

_____. **Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia.** *Mana*, Abr. 1998, vol.4, no.1, p.23-45.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Aspectos Sócio-Culturais e Políticos do Uso da Água.** Texto Publicado no Plano Nacional de Recursos Hídricos – MMA. NUPAUB – USP, 2005.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo milota.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.

FERRAZ, Maria do Socorro. **Agricultores e Pecuaristas no Médio São Francisco,** In: SCOTT, Parry *et all* (org). **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas.** Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

FILHO, Aderval Costa. Gurutubanos, Caatingueiros e Geraizeiros: identidades rurais, territorialização e protagonismo social. In. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Porto Alegre: Anais da 26º RBA, 2008.

_____. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro**. Tese de Doutorado (Antropologia Social). UnB, 2008.

FILHO, João Silveira D'Angelis. **Políticas Locais para o “Des-Envolvimento” no norte de Minas Gerais: uma análise das articulações local & supralocal**. Dissertação de Mestrado em Gestão em Desenvolvimento Local e Agricultura Sustentável. Temuco: Chile, 2005.

FIUZA, Ana Louise de Carvalho. *Mulher é igual natureza?* As políticas de desenvolvimento sustentável de uma perspectiva de gênero. In: WOORTMANN, Ellen F. *et all* (org). **Margarida Alves: Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero**. Brasília. NEAD: 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2003.

GALIZONI, Flávia. M. **A Terra Construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, 2000, 72f.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GALIZONI, Flávia M. *et all*. **Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais**. Ambiente&Sociedade. Vol. V – nº2. 2003.

GAWORA, Dieter. Povos e Comunidades Tradicionais sujeitos da mudança. BARBOSA, Rômulo Soares (org). **Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2011.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In. FELDMAN-BIANCO, B. (Org.) **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989

_____. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 3ª. Ed. Petrópolis: Ed. Voz, 2000.

GODOI, Emilia Pietrafesa de. *et all* (org) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol. 2: Estratégias de Reprodução Social. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

GODOI, Emilia Pietrafesa de. O Sistema do Lugar: história, território e memória no sertão. In. GODOI, E. P. & NIEMEYER, A. M (orgs). **Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas: Mercado das Letras, 1998, p. 97-131.

GUEDES, Maria Verônica *et all* (org). **Mulheres no semiárido um olhar feminista**. Recife: Edições SOS Corpo, 2010.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave da Antropologia Transnacional**. Revista Mana 3(1):7-39, 1997.

HARAWAY, Donna J. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In HARAWAY, Donna e KUNZRU, Hari. **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2ª Ed. Belo Horizonte Autêntica, 2009.

HEILBORN, Maria Luíza. Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil. In BRUSCHINI, Cristina (org). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

HERNANDÉZ, Carmen Osorio. Reconhecimento e Autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In. SCOTT, Parry *et all* (org). **Gênero e Geração em Contexto Rurais**. Florianópolis: SC. Ed. Mulheres, 2010.

INGOLD, Tim. **The Perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. Abingdon: Routledge, 2000.

LAGROU, Elsje Maria. Uma experiência Visceral. In. GROSSI, Miriam Pillar. **Trabalho de campo & Subjetividade**. Florianópolis: Ed. Claudia Lago, 1992.

LASCHEFSKI, Klemens e ZHOURI, Andréa. Conflitos Ambientais Norte-Sul: Agrocombustíveis para Quem? In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina Ed., 2010

LASMAR, Cristiane. **De volta ao lago do Leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

LEACH, Edmundo. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LITTLE, Paul E. **Territórios Tradicionais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade**. Série Antropologia. Nº 322. Brasília: DAN: UnB, 2002.

_____. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006

LOBÃO, Ronaldo J. S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política de ressentimento**. Tese de Doutorado – Departamento de Antropologia, UNB: 2006.

LUZ, Cláudia (Orgs). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: CAA. Ed., 2000.

MAIA, Claudia. **“Lugar” e “Trecho”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do vale do Jequitinhonha**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Viçosa – MG, 2000.

MARTINELLO, André Souza. **Campesinato, Abordagem das Capacitações e o Pensamento de Amartya Sen: da crítica ao marxismo ao novo paradigma do desenvolvimento.** BGG N° 36. Porto Alegre, 2011. p. 29-42. (disponível em: <http://agb-portoalegre.webnode.com.br/bgg/numeros-anteriores/bgg-36/>)

MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender.** Minneapolis, MN. University of Minnesota Press, 1994.

MATA, Roberto da. O ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e métodos na pesquisa.**

MAZZETO, Carlos Eduardo. **Políticas Públicas e Desenvolvimento rural: em busca de novos caminhos.** In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.) **O campo no séc. XXI: territórios de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

MELO, Ligia Albuquerque de. Relações de Gênero na convivência com o Semi-Árido brasileiro: a água para o consumo doméstico. In: SCOTT, Parry *et all* (org). **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas.** Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOORE, Henrietta L. **Antropología y Feminismo.** Madrid. Instituto de la Mujer. Ediciones Cátedra, 2004.

MORAES, Maria Dione Carvalho. Um *povo do cerrado* entre *baixões* e *chapadas*: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudeste piauiense. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de. *et all* (org) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias.** Vol. 2: Estratégias de Reprodução Social. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MOURA, Margarida Maria. **Os Deserdados da Terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

NIEMAYER, Ana Maria & GODOI, Emília P. de (orgs) **Além dos Territórios.** Campinas: Mercado de Letras, 1998.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Processos de territorialização e conflitos sociais no uso dos recursos ambientais pelo povo Awá-Guajá em área da antiga reserva florestal do Gurupi.** In. ZHOURI, A. LASCHFSKI, K. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p.388-411.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de *et all* (org.) **O campo no séc. XXI: territórios de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Claudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. UFMG, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **Viagem de Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª Ed. Contra Capa Livraria / LACED, 2004.

ORTNER, Sherry B. Is female to male as nature is to culture? In M. Z. Rosaldo and L. Lamphere (eds), **Woman, culture, and society**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1974. pp. 68-87.

_____. **Making Gender: the politics and erotics of culture**. Boston: Beacon Press, 1996.

PAOLIELLO, Renata M. Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada Ribeira. In: NIEMAYER, Ana Maria & e GODOI, Emília P. de (orgs) **Além dos Territórios**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

PENIDO, Marina de Oliveira. **O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: alternativa ou "mais do mesmo"? Do domínio do *agribusiness* à inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel no Norte de Minas**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2011.

PISCITELLI, Adriana. **Re-Criando a (Categoria) Mulher?** Cadernos Pagu – Campinas, 2001.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação. As origens da nossa Época**. Rio de Janeiro: Ed. Campus LTDA, 1980.

PORTELLA, Ana Paula *et all*. Divisão Sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In: SCOTT, Parry *et all* (org). **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

_____. **Mulher e trabalho na Agricultura Familiar**. Recife: SOS Corpo. Gênero e Cidadania, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Water. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de *et all* (org.) **O campo no séc. XXI: territórios de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

_____. **Outra verdade inconveniente – a nova política da energia numa perspectiva subalterna**. (Grupo de Trabalho Hegemonias e Emancipações, de Clacso, em Guadalajara, México, entre 12 e 16 de agosto de 2007). Universitas humanística no.66, 2008

RAMOS, Maria Angela. **Agricultura Familiar no Norte de Minas no contexto de Produção do Biodiesel**. Dissertação de Mestrado (Sociologia). UFMG, 2011.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. **O Elenco do Descompasso entre os Ribeirinhos**. São Paulo: Annablume, Fapesp: 2000.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Des(envolvimento): Políticas Públicas no Cerrado. In: ZHOURI, Andréa *et all* (org). **A insustentável leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

RENK, Arlene *et all*. Mudanças sócio-culturais nas relações de gênero e inter-geracionais: o caso do campesinato no Oeste Catarinense. In: SCOTT, Parry *et all* (org). **Gênero e Geração em Contexto Rurais**. Florianópolis: SC. Ed. Mulheres, 2010.

RIAL, Carmem. Da Casa Açoriana à casa Decorada. In: FONSECA, Claudia. **Cotidiano e Gênero**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFRS: Cadernos de Antropologia. Nº 3, 1991.

RUAS, Rogério Delamare. Projetos Estratégicos de Base Territorial. In: SOUZA, João Valdir Alves *et all* (org). **Vale do Jequetinhonha: desenvolvimento e Sustentabilidade**. Belo Horizonte: PROEX-UFMG, 2011.

SAHLINS, Marshall. **Stone Age Economics**. New York. Aldine de Gruyter, 1972

_____ *et all* (org). **Antropologia Econômica**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

_____. **O Pessimismo Sentimental e a Experiências Etnográfica: por que a Cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (PARTE I)**. Revista Mana, 1997.

_____. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2003.

SANTOS, Ana Flávia M. **Do terreno dos caboclos do Dr. São João à Terra Indígenas Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Brasília: PPGAS, 1997.

SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À Procura da Terra Perdida. Para uma Reconstituição do Conflito de Cachoeirinha**. Dissertação de Mestrado. FAFICH-UFMG, 1985.

SCOTT, James. **Formas Cotidianas de Resistência Camponesa**. Revista Raízes. Vol. 21. Nº 01. Jan-jun, 2002.

_____. **Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven. London: Yale University Press, 1985.

SCOTT, Parry *et all* (org). **Gênero e Geração em Contexto Rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

_____ *et all* (org). **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

_____. Mensagens Cruzadas: políticas públicas e relações familiares no meio rural. In: SCOTT, Parry *et all* (org). **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

_____. Famílias Camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de. *et all* (org) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol. 2: Estratégias de Reprodução Social. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SCHENATO, Vilson Cesar. **Economia Moral e Resistência Cotidianas no Campesinato: Uma Leitura a partir de E.P. Thompson e James Scott**. Extraído da internet: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/home.html>

SEYFERTH, Giralda. **Imigração, colonialização e estrutura agrária**. In: WOORTMANN, Ellen F. (org). *Significados da Terra*. Brasília: Ed. Unb, 2004.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SHNEIDER, Sergio e SILVA, Carolina B. C. Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade. In: SCOTT, Parry *et all* (org). **Gênero e Geração em Contexto Rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzeto. Luga-hábitat e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio dos cerrados. In: ZHOURI, Andréa *et all* (org). **A insustentável leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

STRATHERN, Marilyn. **Property, Substance and Effect. Anthropological Essays on Persons and Things**. New Jersey, London. The Athlone Press, 1999.

TEIXEIRA, Raquel O. S. **Dividir em Comum: práticas costumeiras de transmissão do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha – MG**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 150-202.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Saulo: T.A. Queiroz Ed., 1991.

WILKINSON, John (Coord.) Instituto EQUIT – **Gênero Economia e Cidadania Global. Agrocombustíveis Armadilha para as Mulheres?** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

WOORTMANN, Ellen. **O Sítio Camponês**. In: Anuário Antropológico 81. Brasília/Rio de Janeiro: Ed. Unb/Tempo Brasileiro, 1983.

_____. **Da complementaridade a Dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste.** Série Antropologia: 111. Brasília, 1991. Disponível em: <http://wp2.oktiva.com.br/portaldomar-bd/files/2010/10/Serie111empdf4.pdf>

_____. **Herdeiros, parentes e compadres.** São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **O Saber Tradicional Camponês e Inovações.** In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.) **O campo no séc. XXI: territórios de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

_____. *et all* (org). **Margarida Alves: Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero.** Brasília: NEAD, 2006.

_____. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de. *et all* (org) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias.** Vol. 2: Estratégias de Reprodução Social. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

WOORTMANN, Klass. **“Com Parente não se Neguceia”: o Campesinato Como Ordem Moral.** In: Anuário Antropológico 81. Brasília/Rio de Janeiro: Ed. Unb/Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **O Modo de Produção Doméstico em Duas Perspectivas: Chayanov e Sahlins.** Série Antropologia: 293. Brasília, 2001.

VAN VELSEN, J. A Análise Situacional e o Método de Estudo de Caso Detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org). **Antropologia das Sociedades Complexas: métodos.** São Paulo: Edusp, 2010, p. 437-468.

ZHOURI, Andréa *et all* (org). **A insustentável leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa *et all.* **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa *et all.* Quando o Lugar Resiste ao Espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. **In Desenvolvimento e Conflitos Ambientais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG: 2010.